



**Marta Sofia Bernardo
da Graça**

**Intervenção socioeducativa: investigação-ação
participativa com trabalhadoras do sexo de rua e
uma equipa de *outreach***



**Marta Sofia Bernardo
da Graça**

**Intervenção socioeducativa: investigação-ação
participativa com trabalhadoras do sexo de rua e
uma equipa de *outreach***

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Educação, realizada sob a orientação científica da Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves, Professora Auxiliar do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro, e do Doutor António Maria Martins, Professor Auxiliar do Departamento de Educação e Psicologia da Universidade de Aveiro

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério da Educação e Ciência.
SFRH/BD/78139/2011



Dedico este trabalho a todos/as participantes desta pesquisa.

E a ilusão mais perigosa de todas é a de que existe apenas uma realidade. Aquilo que de facto existe são várias perspetivas diferentes da realidade, algumas das quais contraditórias, mas todas resultantes da comunicação e não reflexos de verdades eternas e objetivas (Prefácio de *A realidade é real?*, Paul Watzlawick).

o júri

presidente

Doutora Maria Ana Dias Monteiro Santos
Professora Catedrática da Universidade de Aveiro

Doutor João da Silva Amado
Professor Associado com Agregação Aposentado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Doutora Maria Helena Almeida Beirão de Araújo e Sá
Professora Associada com Agregação, Universidade de Aveiro

Doutora Alexandra Maria da Silva Oliveira
Professora Auxiliar, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Doutor Armando Paulo Ferreira Loureiro
Professor Auxiliar, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Doutora Maria Manuela Bento Gonçalves
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Finalizada esta etapa, agradeço a todas as pessoas e instituições que me acompanharam neste percurso de crescimento e aprendizagem, cujos contributos, em menor ou maior grau, se consubstanciam neste produto final.

À FCT pela bolsa de doutoramento e ao DE-UA pelas condições proporcionadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao Doutor Francislê de Souza pela disponibilidade e apoio com o *software* de análise de conteúdo.

Ao meu orientador, Professor Doutor António Martins, pelo conhecimento que me transmitiu e o acompanhamento neste estudo.

À minha orientadora, Professora Doutora Manuela Gonçalves, pelas orientações teórico-práticas e metodológicas, bem como pelo apoio e encorajamento nos momentos mais difíceis.

Às instituições, e às pessoas que lhes dão vida, pela participação, disponibilidade, colaboração e contributo para a realização do estudo preliminar.

À Associação Existências por ter acolhido este projeto de IAP e proporcionando as condições para o seu desenvolvimento, em especial às pessoas que dão alma e coração ao trabalho em contexto de rua, e com as quais tive o privilégio e a oportunidade de aprender: ao Dr. Paulo, à Dr.^a Maria, ao Eng. João, à Enf.^a Márcia, ao Dr. Goucha, ao Eng. Ricardo, à Dr.^a Inês, à Dr.^a Telma e à Dr.^a Teresa.

Destaco um agradecimento especial à Dr.^a Maria Lobo, por ter abraçado este projeto como co investigadora, pela amizade e suporte social.

Às TS participantes, pelo voto de confiança, disponibilidade e generosidade, e às “minhas” co investigadoras, Paula e Cláudia, pelos momentos profícuos de partilha, reflexão e aprendizagem.

À Rosana e à Prazeres por todo o apoio e por me terem acolhido em suas casas.

À minha família, aos meus amigos e colegas da UA.

Ao Miguel pelo carinho, amizade e suporte, nos bons e maus momentos.

A todos/as, muito obrigada!

palavras-chave

Trabalho Sexual, Prostituição Feminina de Rua, Investigação-Ação Participativa, Feminismos, Educação Não Formal, Intervenção Socioeducativa, Profissional Reflexivo, Instituições, *Outreach*.

resumo

Nos últimos anos, assistimos ao crescimento do conhecimento sobre o trabalho sexual e os seus atores. No entanto, poucos estudos envolvem os/as trabalhadores/as do sexo (TS) como participantes ativos. Esta tese apresenta uma pesquisa de investigação-ação participativa (IAP) composta por dois estudos que, de forma complementar, pretendem contribuir para o desenvolvimento de uma proposta socioeducativa de intervenção centrada nos direitos e necessidades dos/as TS. O estudo preliminar pretende refletir sobre os discursos institucionais produzidos em torno do trabalho sexual e dar a conhecer as práticas socioeducativas empreendidas pelas instituições que dirigem serviços a TS, em Portugal. O segundo estudo apresenta o processo e os resultados de uma IAP, com TS de rua e uma equipa de *outreach*. O propósito do segundo estudo consistiu em identificar as necessidades e as vontades das TS e de uma equipa de *outreach*, com a finalidade de encorajar os/as participantes na construção de um modelo socioeducativo de intervenção. O estudo preliminar foi efetuado junto das 23 instituições que, à data deste estudo (de outubro de 2012 a março de 2013), prestavam apoio a TS. Concluímos que os serviços são bastante similares, focados na redução de riscos decorrentes do trabalho sexual, sobretudo a nível da promoção e educação para a saúde, assumindo uma intervenção tradicional centrada na epidemiologia. De forma menos expressiva, encontramos instituições que se centram no apoio ao abandono da atividade. Todas assumem um papel fundamental no debate social e político sobre a prostituição enquanto trabalho ou opressão. Estes resultados conduziram-nos à formulação das seguintes questões: 1) Os serviços tradicionais centrados na epidemiologia reforçam inadvertidamente o estigma do/a TS?; 2) Quais são as preocupações, necessidades e vontades reais dos/as TS?; 3) O que pensam sobre serem envolvidos/as no desenho, implementação e avaliação de projetos que lhes dizem respeito? Assim, identificámos uma falta de participação dos/as TS em projetos a si dirigidos, corroborada pela literatura científica. O segundo estudo foi desenvolvido, de setembro de 2012 a junho de 2015, através de três ciclos de planificação-ação-reflexão com TS de rua e uma equipa de *outreach*, em Coimbra, tendo envolvido 28 participantes formais. Através de entrevistas e da reinterpretação conjunta dos resultados das mesmas, verificámos a existência de preocupações comuns, designadamente no que se refere à saúde e segurança ocupacionais, mas pouca coesão entre as TS. As iniciativas de conscientização, desenvolvidas no âmbito da IAP, providenciaram um sentido de controlo, mas a transformação da subjetividade em ação coletiva continua a ser premente. Por tal, propomos um modelo de intervenção socioeducativa com TS, segundo uma abordagem centrada na relação e na prática reflexiva, através do recurso a métodos e à filosofia da IAP. Propomos, ainda, algumas recomendações em torno da educação/formação dos profissionais de proximidade, das/os TS e, a um nível macro, iniciativas educativas centrada na desconstrução social do género.

keywords

Sex Work, Street-Based Female Prostitution, Participatory Action Research, Feminisms, Non Formal Education, Socio-Educational Intervention, Reflective Practitioner, Agencies, Outreach.

abstract

In recent years, a large body of research has been conducted on sex work and its actors. However, traditional studies still tend to focus on sex workers (SW) and little research has been conducted with them. This thesis presents two complementary studies embedded in a participatory action research (PAR) project. The project was designed to contribute to the development of a socio-educational model of intervention focused on sex workers' rights and needs. The preliminary study has two major purposes: to analyze institutional discourses around sex work; and to identify the socio-educational practices undertaken by support services for sex workers, in Portugal. The second study examines the process and the results of a PAR with street-based female SW and an outreach team. This second study aims to identify the needs and wants of SW and an outreach team, in order to encourage all stakeholders (SW, outreach staff members and facilitator) to participate in the construction of a socio-educational model of intervention, congruent with the needs, and the principle of respect and empowerment. In the preliminary study, we identified the practical, theoretical and ideological foundations of the 23 agencies that, at the time of this study (October 2012 to March 2013), provide services for sex workers in Portugal. We concluded that these agencies are similar and particularly focus on epidemiology and harm reduction, health promotion and education. However, two agencies focus on helping prostitutes to exit prostitution. All agencies have a significant role in the largest debate regarding prostitution as oppression or as work. These findings lead us to several questions. 1) Do the traditional epidemiological services that are provided unintentionally reinforce sex worker stigma? 2) What are the sex workers' concerns, wants and needs? 3) What are their opinions concerning their involvement in the design, implementation and evaluation of the projects that concern them? In this sense, our first step was the identification of a lack of participation, which is also corroborated by scientific literature. The second study was developed through three cycles of planning-action-reflection, from September 2012 to April 2015, with street-based female sex workers and an outreach team in the city of Coimbra. This PAR project involved 28 formal participants. We achieved an agreement based on shared concerns and a mutual understanding regarding the top priority to all stakeholders – occupational health and safety. We find much consensus but less cohesion among SW, which affected collective activities. PAR's consciousness-raising initiatives provided a sense of control, but the transformation of subjectivity to collective action is still required. In this regard, we offer a socio-educational model of intervention with SW that combines relationship-based practice, reflective practice and PAR. We also propose some recommendations around education/training issues of the outreach workers and SW; and at a macro level, educational initiatives focused on social gender deconstruction.

Índice

Lista de figuras	v
Lista de quadros	v
Lista de tabelas	v
Lista de siglas	vii
Introdução	9
1. Objetivos do trabalho	16
2. Mapa de leitura	18
I - Do objeto (sujeito) de estudo ao posicionamento epistemológico-metodológico.....	21
Notas introdutórias	23
1. Ontologia - (Objeto) Sujeito de estudo: a prostituição	24
2. Epistemologia: Heteroglossia do conhecimento.....	24
2.1. Contributo dos feminismos	24
2.2. Contributos do interacionismo simbólico, da teoria das representações sociais e da sociologia da ação	26
2.3. Contributos da educação	30
3. Metodologia: Investigação-ação participativa como ferramenta educativa	34
3.1. Poder e conhecimento em IAP	38
4. Ética e seus dilemas	40
Notas finais	46
II – Discursos sobre a prostituição: entre objeto e sujeito sexual	49
Notas introdutórias	51
1. Legitimação do debate feminista nos modelos jurídico-políticos de intervenção no trabalho sexual.....	52
2. Evolução histórico-legal da prostituição em Portugal	59
2.1. Disposições legais pré-regulamentaristas (... – 1853).....	59
2.2. Regulamentarismo (1853-1962).....	62
2.3. Proibicionismo (1963-1982)	65
2.4. Abolicionismo (1983 – presente)	66
3. Trabalhadores/as do sexo e ação coletiva.....	68
Notas finais	74

III – Estudo preliminar 77

Notas introdutórias	79
1. Participantes: seleção e caracterização	80
2. Técnica de recolha e procedimentos de tratamento de dados.....	81
3. Apresentação e discussão de resultados	83
3.1. Discursos dos/as profissionais das instituições, que dirigem respostas a esta população, sobre a atual moldura jurídico-política e o trabalho sexual	83
3.2. Serviços dirigidos a TS: paradigmas e práticas.....	93
3.3. Práticas educativas das instituições e representações dos/as profissionais de proximidade.....	111
3.4. Profissional de proximidade como educador reflexivo.....	123
Notas finais.....	129

IV – Investigação-ação participativa em contexto de prostituição feminina de rua . 131

Notas introdutórias	133
1. Estado da arte: a literatura científica sobre e com trabalhadores/as do sexo e trabalho sexual.....	134
2. Contextualização	145
3. Participação	151
3.1. Participantes	151
3.2. Níveis de participação	154
3.3. Desafios à participação em contexto de prostituição de rua	159
3.4. Então, por que é que aceitaram participar neste estudo?.....	162
4. Recolha e análise de dados	165
5. O ponto de partida	166

6. Ciclo 1 167

6.1. Acesso ao terreno e recolha de informação	167
6.2. Vozes das TS	170
6.2.1. Narrativas sobre a prostituição	170
6.2.2. Redesenho e avaliação dos serviços de <i>outreach</i>	182
6.2.3. Avaliação dos serviços formais (sociais, saúde, policia, SEF).....	192
6.2.4. Necessidades identificadas	202
6.3. Vozes dos profissionais da equipa de outreach	207
6.3.1. Motivação, escolha e expectativas iniciais relativamente ao <i>outreach</i> com TS	207
6.3.2. Potencialidades e limitações do <i>outreach</i>	211
6.3.3. Perfil do profissional de outreach.....	216
7. Reinterpretação individual e conjunta dos resultados	224

8. Ciclo 2	230
8.1. Agendamento de sessões conjuntas para discussão dos temas emergentes	231
8.2. Primeira discussão conjunta: centrada na saúde	232
8.3. Segunda discussão conjunta: centrada na violência contra TS	239
8.4. Terceira discussão conjunta: centrada na coesão	242
9. Ciclo 3	246
9.1. Panfleto com mensagens de TS para TS	246
9.2. Mensagens de TS dirigidas ao poder político	248
Notas finais	250
10. Critérios de validade e compatibilidade com IAP	255
V – Considerações finais	259
1. Reflexões em torno de uma proposta socioeducativa de intervenção com TS	261
2. Recomendações	267
2.1. Formação e práticas profissionais	267
2.2. Legislação e educação	269
3. Reflexão (final) sobre a experiência enquanto facilitadora de IAP com TS e uma equipa de outreach	271
Referências bibliográficas	275
Anexos.....	299
Anexo 1 - Consentimento informado e voluntário de participação	301
Anexo 2 - Guião de Entrevista (instituições).....	302
Anexo 3 - Estudo preliminar - Nós em árvore	304
Anexo 4 – Estudo preliminar – Classificações	310
Anexo 5 - Exemplo de um registo em diário de campo	312
Anexo 6 – Guião de Entrevista (TS)	313
Anexo 7 – Entrevistas a TS- Nós em árvore	314
Anexo 8 – Entrevistas a TS – Classificações	321
Anexo 9 - Guião de Entrevista (Equipa de outreach).....	322
Anexo 10 – Entrevista equipa de outreach – Nós em árvore.....	323
Anexo 11 – Entrevista equipa de outreach – Classificações	325

Lista de figuras

Figura 1. Ciclos de IAP	150
Figura 2. Local de prostituição	177
Figura 3. Exemplos de fotomontagem.....	233
Figura 4. Panfleto com mensagens de TS para TS	247

Lista de quadros

Quadro 1. Categorias ideológicas das instituições quanto ao TS	94
Quadro 2. Acessibilidade.....	105
Quadro 3. Categorias de análise: representações sobre a prostituição e seus atores	114
Quadro 4. Modos de participação e participantes.....	157
Quadro 5. Ciclos e atividades	158
Quadro 6. Processo coletivo de tomada de decisão	225

Lista de tabelas

Tabela 1. Caracterização dos/as entrevistados/as	81
Tabela 2. Opinião dos/as profissionais quanto à moldura política vigente	84
Tabela 3. Distribuição de respostas por área geográfica	95
Tabela 4. Objetivos gerais e específicos de intervenção	98
Tabela 5. Modelos de suporte à intervenção	99
Tabela 6. Apoios/Respostas dirigidas a TS	99
Tabela 7. Apoios/Respostas na área da saúde	100
Tabela 8. Estratégias de proximidade.....	102
Tabela 9. Limitações à intervenção relacionadas com aspetos psicossociais dos utentes.	104
Tabela 10. Limitações à intervenção relacionadas com especificidades do trabalho sexual	105
Tabela 11. Limitações à intervenção relacionadas com aspetos externos.....	106
Tabela 12. Potencialidades da intervenção relacionadas com aspetos dos/as TS	107
Tabela 13. Potencialidades da intervenção relacionadas com aspetos internos da equipa	107
Tabela 14. Tipologia de ações de ENF dirigida a TS	115
Tabela 15. Identificação de necessidades de educação/formação	118
Tabela 16. Tipo de formação das equipas técnicas	125
Tabela 17. Áreas de formação	126
Tabela 18. Necessidades formativas identificadas pelas equipas técnicas.....	127
Tabela 19. Caracterização das saídas efetuadas e contactos com TS	151
Tabela 20. Características sociodemográficas dos/as participantes	153
Tabela 21. Avaliação dos serviços de <i>outreach</i>	183
Tabela 22. Propostas de melhoria do <i>outreach</i>	189
Tabela 23. Relação com os profissionais dos serviços formais.....	196
Tabela 24. Dificuldades/necessidades identificados pelas TS.....	203
Tabela 25. Motivação atual	209
Tabela 26. Dificuldades na intervenção	212

Tabela 27. Qualidade da formação académica	216
Tabela 28. Necessidades formativas.....	217
Tabela 29. Limitações do profissional de <i>outreach</i>	221

Lista de siglas

APDES - Agência Piaget para o Desenvolvimento

CDC - Centers for Disease Control and Prevention

DC – Diário de Campo

DGS – Direção-Geral da Saúde

E – Entrevistado/a

ENF - Educação Não Formal

EpS - Educação para a Saúde

ET – Equipa Técnica

GAT - Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos VIH/SIDA Pedro Santos

IA - Investigação-Ação

IAP - Investigação-Ação Participativa

IST - Infecções Sexualmente Transmissíveis

LBGT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

NSWP - Network of Sex Work Projects

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG – Organizações Não Governamentais

ONUSIDA – Organização das Nações Unidas para o SIDA

OR - Outreach

PTS - Programa de Troca de Seringas

RSI – Rendimento Social de Inserção

RTS - Rede Sobre o Trabalho Sexual

TS – Trabalhador/a do Sexo

Introdução

Este documento apresenta uma pesquisa de investigação-ação participativa composta por dois estudos que, de forma complementar, pretendem contribuir para o desenvolvimento de uma proposta socioeducativa de intervenção centrada nos direitos e necessidades dos/as trabalhadores/as do sexo (TS). O primeiro estudo, designado preliminar, pretende refletir sobre os discursos produzidos em torno do trabalho sexual e dar a conhecer as práticas socioeducativas empreendidas pelas 23 instituições que, à data deste estudo (de outubro de 2012 a março de 2013), prestavam serviços de apoio a TS, em Portugal. O segundo estudo apresenta o processo e os resultados de uma investigação-ação participativa, com TS de rua e uma equipa de *outreach*. O propósito deste segundo estudo consistiu em identificar as necessidades e vontades das TS e de uma equipa de *outreach*, com a finalidade de encorajar todos os/as participantes (TS, equipa técnica, facilitadora) para a participação na construção de um modelo socioeducativo de intervenção congruente com as necessidades, e com o princípio de respeito e de empoderamento. Este segundo estudo foi desenvolvido através de três ciclos de planificação-ação-reflexão, de setembro de 2012 a junho de 2015, em Coimbra, e envolveu 28 participantes formais.

O trabalho sexual, onde se inclui a prostituição, é um tema repleto de significados e sentidos, assim como de controvérsia, tanto no campo da investigação científica, como a nível dos discursos e das práticas sociais. No cerne do debate, estão, sobretudo, duas posições - a que defende a prostituição enquanto trabalho e a que a considera uma atividade a erradicar. Por trabalho sexual entendemos as situações que envolvem a troca comercial de serviços sexuais, performances ou produtos, entre adultos e com o seu consentimento (Oliveira, 2011), onde se incluem atividades de contacto físico direto entre compradores e vendedores (ex. prostituição); e as de estimulação sexual indireta, como pornografia, *striptease*, sexo por telefone, *show* de sexo ao vivo, *webcam* eróticas (Weitzer, 2009). A indústria do sexo refere-se a trabalhadores, gerentes, donos, agências, clubes, associações e o mercado envolvido no comércio sexual, seja legal ou não (Weitzer, 2009). Ao longo do texto, referimo-nos à prostituição como uma forma de trabalho sexual e utilizamos as duas designações indistintamente.

Em Portugal, o trabalho sexual permanece omissa na lei, mas visível nas ruas e nas páginas de classificados dos jornais, como nos mostra o estudo de Teixeira, Marques e Lopes (2013). Apesar de não ser uma prática criminalizada legalmente para quem compra ou vende (apenas o lenocínio é criminalizado), as pessoas envolvidas na prostituição

incorrem em processos e mecanismos de exclusão social, de preconceito e de estigmatização, que comprometem seriamente o seu bem-estar (Day, 2007; Lazarus et al., 2012; Levin & Peled, 2011; Oliveira, 2011; Ross, Crisp, Mansson, & Hawkes, 2011; Scambler, 2007; Weitzer, 2009). O estigma, definido como um atributo profundamente depreciativo (Goffman, 1975), é considerado como uma barreira de acesso aos serviços sociais e de saúde (Lazarus et al., 2012), o que torna os/as TS uma população vulnerável e de difícil acesso.

Perante esta evidência, diversas Organizações Não Governamentais (ONG) estruturaram-se no sentido de desenvolver uma oferta efetiva de respostas e recursos dirigida a TS. Salvo alguns serviços desenvolvidos diretamente no âmbito da Direção-Geral da Saúde (DGS), o Estado delega nestas instituições o trabalho de proximidade, através da criação de medidas pontuais de apoio à prossecução de atividades, como é exemplo o programa ADIS/SIDA¹ da DGS.

Apesar de a tutela emitir diretrizes para a implementação, execução e avaliação dos projetos financiados e da existência de diversos exemplos de boas práticas enunciados por entidades como a TAMPEP² ou a Network of Sex Work Projects³, cada instituição desenvolve as suas atividades com relativa autonomia, pelo que não se pode considerar que exista um único modelo de intervenção. Portanto, a nível geral o conhecimento sobre as práticas, fundamentos teóricos e filosóficos destas instituições é escasso, muito embora alguns estudos abordem especificamente os programas de *outreach* dirigidos a TS (Agustín, 2007a; Cooper, Kilvington, Day, Ziersch, & Ward, 2001; Crosby, 1998; Mckeganey & Barnard, 1996; Weiner, 1996; Whowell, 2010) ou, por exemplo, o abandono da prostituição com apoio das instituições (Oselin, 2009). Por outro lado, poucos estudos analisam o papel destas instituições no debate ideológico e político sobre o trabalho sexual, salvo exceções de Limoncelli (2006), Oselin e Weitzer (2013) ou de Majic (2014). Acresce ainda que os estudos sobre este tema numa perspetiva socioeducativa têm sido bastante negligenciados (exceto González & Sánchez, 2013). Em Portugal, apesar do avanço apresentado no estudo de Coutinho e Oliveira (2014), cujo objetivo consistia em conhecer

¹ Apoio e Desenvolvimento da Intervenção na Área da SIDA [28-07-2015] Disponível em: <http://pnvihsida.dgs.pt/financiamento/programa-adissida.aspx>

² European Network for HIV/STI Prevention and Health Promotion among Migrant Sex Workers foi fundada em 1993 como resposta as TS migrantes na Europa [28-07-2015] Disponível em: <http://tampep.eu/>

³ Network of Sex Work Projects, constituída em 1990, é uma rede internacional, que inclui outras redes e projetos relacionados com organizações e trabalho sexual. [28-07-2015] Disponível em: <http://www.nswp.org/>

as práticas de redução de riscos associadas ao trabalho sexual, através dos discursos e representações dos profissionais de saúde dos projetos de redução de danos, pouco se conhece, de forma aprofundada, sobre esses discursos/representações e a forma como influem na tipologia dos serviços.

Assim, tendo em conta estes aspetos, empreendemos o estudo preliminar, em que nos propusemos analisar os discursos e as representações dos profissionais que dirigem serviços de proximidade a esta população e procurámos compreender de que forma é estes discursos/representações se relacionam com a tipologia dos serviços prestados, incluindo as práticas educativas empreendidas no âmbito da educação não formal. Abordámos ainda a formação profissional dos profissionais de proximidade e a identificação de necessidades de aperfeiçoamento contínuo.

Apesar de grande parte da literatura científica centrar-se tendencialmente em estudos sobre as/os TS, temos assistido, nos últimos anos, a um crescimento substancial de produção de conhecimento sobre o trabalho sexual e os seus atores, na sua complexidade e diversidade, sendo que em alguns casos encontramos alternativas às abordagens tradicionais de conhecimento, através do encorajamento dos/as TS e de outros agentes implicados para a participação ativa em pesquisas colaborativas (por exemplo, Hubbard, 1999; Lopes, 2006; Martin, 2013; O'Neill & Campbell, 2006; O'Neill, 2010; Sanders, 2006b; Shaver, 2005; van der Meulen, 2011a, 2011b; Wahab, 2003). Entre os diversos estudos colaborativos e participados, destacamos os centrados nas políticas de inclusão (O'Neill, 2010); na organização laboral e mudança legal (Lopes, 2006; van der Meulen, 2011a, 2011b); na formação de um sindicato (Lopes, 2006); na redução de danos (Martin, 2013); na promoção da saúde e prevenção de VIH/SIDA (Cornish, 2006; Swendeman, Basu, Das, Jana, & Rotheram-Borus, 2009); e na resolução de conflitos e diminuição do medo da diferença, através do estabelecimento de canais de comunicação entre os/as TS e os residentes em zonas de trabalho sexual (O'Neill, Campbell, Hubbard, Pitcher, & Scoular, 2008; O'Neill & Campbell, 2006). Em Portugal, à exceção da implementação e avaliação de um modelo de educação de pares, no âmbito do projeto PREVIH⁴ (Oliveira & Mota, 2013), desconhecemos outros registos de investigação-ação participativa com TS.

⁴ O Projeto PREVIH: Infecção VIH nos grupos de Homens que têm Sexo com Homens e Trabalhadores Sexuais: Prevalência, Determinantes e Intervenções de Prevenção e Acesso aos serviços de Saúde, decorreu entre 2009 e 2013, promovido pelo GAT.

Os estudos mencionados representam, sob o nosso ponto de vista, exemplos do urgente e necessário incentivo à criação de espaços e tempos democráticos de escuta e reflexão, com e para uma categoria social, que usualmente se encontra excluída e sem voz, a respeito dos assuntos que lhe são devidos.

Não obstante a criação da Rede Sobre o Trabalho Sexual e o empreendimento de alguns protestos coletivos por parte de TS e aliados (ver Lopes & Oliveira, 2006), no sentido da promoção de direitos sociais, laborais e humanos das pessoas que exercem trabalho sexual, a participação destes atores é ainda pouco expressiva. De acordo com Lopes e Oliveira (2006), não se pode afirmar que exista um movimento de TS em Portugal, mas diversos passos já foram sendo dados nesse sentido. As autoras entendem que a participação das/os TS é frágil e deve ser contextualizada nas dimensões sociais, políticas e históricas. A falta de tradição de movimentos sociais fortes em Portugal encontra-se associada à ditadura fascista (1926-1974), à existência de uma forte sociedade-providência (conceito emprestado de Boaventura Sousa Santos (1992)) e ao enquadramento legal do trabalho sexual (Lopes & Oliveira, 2006). Por outro lado, a mobilização de TS parece limitada devido à falta de organização e do estigma (Mathieu, 2003).

Uma vez que os estudos *com* TS são ainda minoritários e, usualmente, esta população não é envolvida no desenho, implementação e avaliação de projetos de investigação e serviços que lhe são dirigidos, empreendemos um projeto de investigação-ação com prostitutas de rua e uma equipa de *outreach*, que agora apresentamos.

De maneira a produzir conhecimento pragmático, situado e contextualizado, bem como gerar conscientização e ação, optámos pelo paradigma socio-crítico (Denzin & Lincoln, 2006; Freire, 1972), estabelecendo inevitáveis interseções com os feminismos. Neste contexto, a investigação-ação participativa (IAP), entendida como facilitadora de resistência e de mudança social (O'Neill, 2010), assume o lugar de ferramenta educativa por excelência, uma vez que ao contrariar as premissas tradicionais do conhecimento, envolve todos os participantes como coautores da narrativa que tece o conhecimento contextualizado, situado numa prática transformadora.

Tal como Fals Borda (2001) postula, consideramos a IAP uma filosofia de vida, que converte o praticante em pessoa que pensa e sente. Desta forma, não importa somente a produção de conhecimento, mas a transformação da atitude individual e valores, personalidade e cultura, num processo político de inclusão de quem usualmente se

encontra excluído. Neste novo paradigma alternativo, sugerido por Fals Borda (2001), a prática e a ética, bem como o conhecimento académico e a sabedoria popular, combinam de forma harmoniosa e produtiva.

Diversas motivações encontram-se na base da escolha por uma investigação socioeducativa com prostitutas de rua. Estas são quer de ordem pessoal, onde incluímos o posicionamento ideológico da facilitadora, quer de ordem académica, sob o ponto de vista da produção de conhecimento capaz de transformação da praxis social. Embora as distingamos aqui, elas estão sem dúvida emaranhadas e influem na e sobre a pesquisa. No primeiro ponto, inserimos as questões éticas e as teias de saber decorrentes da formação pessoal, académica e técnica, que culminam num quadro referencial de pensamento e prática quotidiana e, conseqüentemente facultam as lentes de leitura como um caleidoscópio conceptual. Deste novelo de influências teóricas, destacamos as relações do poder com o conhecimento científico (Fals-Borda & Rahman, 1991; Foucault, 1985, 1990, 2008; Haraway, 1991); o ativismo em prol da democracia e contra a opressão (Fals-Borda & Rahman, 1991; Freire, 1972); as epistemologias feministas, onde incluímos as questões sobre a objetividade (Haraway, 1991; Harding, 1993, 1996) e a problematização do conhecimento tradicional com a recomendação de práticas investigativas participadas (O'Neill, 2001). No segundo ponto, duas preocupações conduzem a investigação e a facilitadora, a saber: 1) a produção de conhecimento que se possa traduzir numa diferença na forma de conhecer, pensar, acreditar e agir (Schostak & Schostak, 2008), tendo em conta os processos e os mecanismos da exclusão social, do preconceito e da estigmatização de que as TS de rua são alvo; 2) reforçar o conceito de educação como processo dialógico de aperfeiçoamento humano, concretizando-se no plano dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (Amado, 2013). Estas motivações, por seu turno, encontram-se associadas ao facto da facilitadora ser assistente social, com alguma experiência no âmbito da redução de riscos junto de TS, em contexto de exterior. Logo, a vontade de melhorar as práticas e de contribuir para a produção de conhecimento útil decorrem da própria experiência profissional.

Portanto, tratamos aqui de um tema complexo – a prostituição – sob um olhar da educação. Entendemos a educação como o mecanismo primário de mudança das massas e a investigação-ação como ferramenta ao serviço da educação para promover a conscientização, empoderamento e mobilização para ação (Freire, 1972).

Neste contexto e com estes atores, a educação/formação, enquanto área do saber, e neste caso em circunstâncias não formais, assume um papel relevante a três níveis, a saber:

- 1) A nível da reflexão colaborativa com todos/as os/as participantes para a adequação de propostas socioeducativas que contemplem as necessidades dos/as TS e encorajem iniciativas de conscientização, não centrando apenas em questões de educação para a saúde, prevenção de VIH/SIDA e outras IST, ou na distribuição de material preventivo. Pretende-se possibilitar uma maior flexibilidade e adaptação para abordar questões relacionadas com a saúde física e mental, direitos humanos e cívicos, estratégias de prevenção da violência, apoio legal a imigrantes, entre outras, de forma a colmatar as fragilidades detetadas nos projetos de apoio a TS (ver Oliveira, 2011). Para tal, é importante ter em consideração as necessidades formativas dos atores; as questões, crenças pessoais e culturais; as especificidades dos contextos e das situações onde se desenrola a atividade; e envolver todos os sujeitos envolvidos na prática da prostituição (clientes, TS, gerentes, proxenetas), sendo primordial a participação dos/as TS na conceção, implementação e avaliação dessas propostas;
- 2) A nível formativo dos profissionais que estabelecem relações educativas com esta população, através de um desenho participado de modelo de formação preparatório de inserção no terreno, tendo em conta as necessidades formativas identificadas, com o objetivo de aumentar os conhecimentos teórico-práticos e as competências de profissionais reflexivos (Dewey, 1997; Schön, 1990);
- 3) A nível da sensibilização junto da comunidade, no sentido de combater o estigma, a violência e a discriminação associadas à prostituição.

1. Objetivos do trabalho

O objetivo geral desta pesquisa é contribuir para o desenvolvimento de uma proposta socioeducativa de intervenção centrada nos direitos e necessidades dos/as TS. Para tal, efetuámos dois estudos – o estudo preliminar e a IAP com TS e equipa de *outreach*, em contexto exterior - com propósitos gerais diferenciados. O estudo preliminar pretende dar a conhecer os discursos e as práticas das 23 instituições que, à data deste estudo, dirigem serviços a TS em Portugal. A IAP com TS e equipa de *outreach* tem como

objetivo desenvolver e avaliar uma proposta socioeducativa centrada nos direitos e necessidades das TS de rua, através da promoção da participação, do sentido crítico, da reflexão, da tomada de decisão e da responsabilidade de todos os intervenientes (TS, equipa técnica e facilitadora). Como objetivos específicos estabelecemos os seguintes:

- 1) Contextualizar a prostituição em Portugal, sob a perspetiva histórico-legal e a construção do estereótipo da prostituta nos discursos institucionais;
- 2) Identificar os discursos, as representações e as práticas dos profissionais das instituições que dirigem serviços a TS, em Portugal, incluindo as iniciativas socioeducativas empreendidas no contexto não formal de educação;
- 3) Compreender de que forma os discursos produzidos e as representações dos profissionais das instituições se repercutem em diferentes práticas, apoios e serviços a TS;
- 4) Identificar necessidades de formação profissional inicial e/ou contínua dos profissionais que dirigem serviços a TS;
- 5) Identificar potencialidades e limitações do trabalho de uma equipa de *outreach* em contexto de rua;
- 6) Identificar características do perfil do profissional de *outreach* enquanto educador em contexto não formal;
- 7) Identificar necessidades e vontades de mulheres prostitutas de rua;
- 8) Criar espaços seguros e de não julgamento para a comunicação entre pessoas que se encontram usualmente excluídas, sem voz e sem tradição participativa, na esteira de “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 22);
- 9) Encorajar o desenvolvimento de mais iniciativas colaborativas entre TS e uma equipa de *outreach*;
- 10) Desenvolver, de forma colaborativa, uma intervenção congruente com as necessidades e vontades dos/as participantes, centrada na praxis;
- 11) Desafiar as tradicionais relações assimétricas em investigação e de prestação de serviços de apoio;
- 12) Produzir conhecimento prático e emancipatório que permita mudança a nível da conscientização e participação dos atores.

2. Mapa de leitura

Optámos por apresentar este documento seguindo a sequência das atividades que fomos empreendendo ao longo do tempo, focando as diferentes etapas com os respetivos momentos de planificação-ação-reflexão, inerentes à condução de IAP. Portanto, organizámos este documento escrito de forma diferente da tradicional tese de doutoramento. Estas opções estão relacionadas com os seguintes aspetos:

- 1) Uma vez que a IAP não se enquadra no paradigma positivista da ciência, não podemos obedecer a critérios convencionais para a apresentação de resultados à comunidade científica.
- 2) A IAP compreende uma abordagem diferente da realidade e dos seus atores, rompendo com as formas tradicionais de produção de conhecimento. Teoria e prática fazem parte da mesma engrenagem, são partes de um resultado que é mais do que a sua soma, pelo que não podem ser apresentados separadamente.
- 3) Redigir sobre IAP é uma tarefa árdua, dado que os processos dinâmicos de ação e reflexão são difíceis de capturar num relatório estático (Hall, 1982) e, portanto, consideramos que redação sequencial permite uma leitura mais próxima do processo.

Por estas razões, não existe sentido em dedicar capítulos à teoria, à metodologia e ao estudo empírico, como usualmente as teses tradicionais são apresentadas. A separação entre teoria, prática e ética seria o princípio da desvirtuação dessa filosofia, até mesmo contraproducente, uma vez que estão relacionadas de forma articulada. Além disso, não se coaduna, de todo, com o nosso posicionamento epistemológico-metodológico.

Todavia, correndo o risco da paradoxalidade, dedicamos um primeiro ponto à explicação deste nosso posicionamento, onde dissertamos sobre o conhecimento, abordamos as formas de IA e endereçamos questões éticas. Este ponto tem como objetivo elucidar o/a leitor/a sobre a forma como percecionámos estes aspetos, visto que orientam a nossa conduta enquanto investigadoras.

No segundo ponto contextualizamos os discursos que foram sendo produzidos em torno da prostituição e, em certa medida, materializaram-se em regulamentos oficiais. Neste seguimento, elaboramos uma breve retrospectiva histórica sobre os modelos jurídico-

políticos de intervenção no trabalho sexual em Portugal, e abordamos os movimentos de TS no mundo e iniciativas de ação coletiva em Portugal.

No terceiro ponto apresentamos o estudo preliminar, a partir dos paradigmas do trabalho sexual – opressão, empoderamento e polimorfo – definidos por Weitzer (2009), e das representações sobre a prostituição e os seus atores. Analisamos três dimensões relativamente às instituições que dirigem serviços a TS, a saber: 1) a opinião dos profissionais de proximidade relativamente à moldura jurídica a ser adotada em Portugal; 2) a influência desses discursos/representações nos serviços prestados a TS; e, por último, 3) a influência desses discursos/representações nas práticas educativas não formais dirigidas a TS, a outros profissionais e comunidade. Adicionalmente, procuramos identificar as necessidades formativas dos profissionais que dirigem serviços a TS, indagando o papel da educação/formação, enquanto área de saber, neste contexto específico.

No quarto ponto apresentamos o desenvolvimento de três ciclos do projeto de IAP com prostitutas de rua e uma equipa de *outreach*, incidindo sobre o processo e os resultados. Nesta parte focamos os aspetos relacionados com a participação em projetos de investigação colaborativos e as questões que emergiram no contexto de pesquisa das vozes dos/as participantes (TS, equipa técnica, facilitadora).

Tendo em conta o processo e os resultados do estudo que empreendemos, dedicamos um quinto ponto às considerações finais, onde incluímos uma proposta socioeducativa de intervenção, que combina três dimensões: abordagem centrada na relação, reflexividade e IAP; efetuamos algumas recomendações; e refletimos sobre a experiência como facilitadora de IAP com TS e uma equipa de *outreach*.

**I - Do objeto (sujeito) de estudo ao
posicionamento epistemológico-
metodológico**

Notas introdutórias

Em estudos sobre uma temática tão controversa como o trabalho sexual em geral, e a prostituição de mulheres em particular, urge clarificar as questões epistemológicas, metodológicas e éticas que concernem a pesquisa. Esta responsabilidade de explicitação é acrescida pelo facto de poucos estudos abordarem a temática sob a perspectiva da educação.

Podíamos começar, talvez, por questionar qual o problema da prostituição (se é que constitui um problema), quais as razões de o estudar, com que finalidades e sob que perspectivas. No entanto, a nossa preocupação encontra-se relacionada com a forma de promover a participação em projetos de investigação-ação de uma categoria social usualmente discriminada e excluída, para o qual entendemos a educação como diálogo para a conscientização e ação (Freire, 1972). Portanto, uma breve abordagem ao paradigma que ancora e norteia a nossa pesquisa, abarcando os seus eixos conceptuais - ontologia, epistemologia, metodologia e ética- é, neste momento, oportuna e crucial.

O paradigma é considerado como “um modelo ou padrão aceites” (Kuhn, 1970, p. 43) que, enquanto sistema básico, orienta o investigador no processo de conhecimento, encontra-se conectado com a visão do mundo, oferecendo um quadro de leitura, de maneira que as pessoas conhecem, pensam e agem de acordo com o mesmo (Guba, 1990; Kuhn, 1970; Morin, 1999). Tendo em conta o nosso objeto (sujeitos) de estudo e o objetivo de gerar mudança através da conscientização e da praxis, posicionamo-nos no paradigma socio-crítico (Denzin & Lincoln, 2006; Freire, 1972), estabelecendo inevitáveis interseções com os feminismos, a sociologia crítica, a pedagogia crítica, o interacionismo simbólico, a sociologia da ação, a teoria das representações sociais e o pós-estruturalismo. Esta diversidade de contributos teóricos permitiu-nos ensaiar vários olhares sobre uma realidade repleta de subjetividade e de pluralidade, almejando por uma visão integradora de diversas perspectivas, que atendesse à complexidade das relações associadas ao fenómeno. Nas palavras de Morin (1991, p. 20), “apenas o pensamento complexo nos permitirá civilizar o nosso conhecimento”.

1. Ontologia - (Objeto) Sujeito de estudo: a prostituição

O trabalho sexual é composto por diversas verdades socialmente construídas e, por tal, a natureza do nosso objeto (sujeito) de estudo assume-se como uma realidade múltipla. O nosso objeto de estudo é a prostituição feminina de rua. Em específico, focamos a relação das TS com os serviços de *outreach*, de maneira a desenvolver uma intervenção participada e mais congruente com as necessidades dos/as participantes.

2. Epistemologia: Heteroglossia do conhecimento

2.1. Contributo dos feminismos

Os feminismos têm assumido um compromisso sério como movimento político para a transformação social, estrutural e pessoal, implicando-se na luta contra todos os sistemas de opressão/dominação, sem o qual as mulheres não teriam adquirido direitos sociais, sexuais ou humanos. Do ponto de vista da investigação científica, consideramos que o seu contributo para o debate público sobre o trabalho sexual e outras questões cruciais se encontra intrinsecamente ligado a um posicionamento epistemológico que problematiza sistematicamente as relações de poder na construção social do conhecimento, envolvendo outras categorias além do género, como a raça ou classe (Maguire, 2001). Cook e Fonow (1986) sintetizam este posicionamento epistemológico através da enumeração dos seguintes princípios: 1) o foco nas relações de género como característica da vida social e também na condução de investigação; 2) a centralidade da conscientização como metodologia específica; 3) a necessidade de desafiar a “objetividade” que assume a dicotomia sujeito-objeto de investigação; 4) a preocupação com as implicações éticas; e 5) ênfase na transformação do patriarcado e o empoderamento das mulheres. Como tal, independentemente das epistemologias feministas postularem a criação de novo conhecimento (*standpoint*) ou a desconstrução do conhecimento existente para a criação de conhecimento positivo (pós estruturalistas) (Andermahr, Lovell, & Wolkowitz, 1997; Harding, 1996), os contributos de ambos os pensamentos revestem-se de primordial importância na condução do nosso trabalho. Destacamos, em primeiro lugar, o contributo das teorias de *standpoint* e da forte objetividade (*strong objectivity*) (Harding, 1993). Esta posição permite uma crítica construtiva ao paradigma positivista e masculino da ciência e inclui outras formas de conhecimento – situado, contextualizado histórico e socialmente;

que confere validade à experiência subjetiva e à voz das mulheres, sobretudo aquelas que se dedicam a atividades usualmente discriminadas; que argumenta pela implicação política e do/a investigador/a no processo de investigação, no sentido da democracia e da promoção dos direitos humanos. Em segundo lugar, apropriamo-nos do conceito de heteroglossia, adotado por Haraway (1991), que dá conta das relações de poder do conhecimento científico legitimadas em saber-poder (Foucault, 1990). Para a autora, os discursos sociais são constituídos por uma multiplicidade de discursos, associados a grupos e relações de poder. Por esta via, não existe um discurso único ou igual, mas uma heteroglossia, com vozes que surgem dos locais distintos, que tanto divergem como convergem. Ainda de acordo com Haraway (1991), o conhecimento é assumidamente parcial, subjetivo e contextualizado.

Paralelamente, a investigação de cariz feminista tem desafiado as formas tradicionais de conhecimento, ao desenvolver metodologias inovadoras e ao incluir novas formas de conhecer, como por exemplo o recurso às artes visuais ou performativas.

Com as devidas diferenças, as epistemologias feministas, tal como a etnometodologia (Garfinkel, 1967) e o interacionismo simbólico (Blumer, 1986; Goffman, 1989; Mead, 1934), valorizam as experiências pessoais quotidianas de mulheres e homens, a construção social de conhecimento, através dos significados atribuídos em interação dinâmica com os outros e com o mundo, que influenciam e são influenciados neste ato de conhecer e de ser. As feministas valorizam a relação interpessoal: as pessoas crescem e mudam no contexto das relações humanas, sendo a produção de ciência uma relação (Maguire, 2001). As práticas quotidianas tendem a ser ignoradas ou até mesmo desvalorizadas pela ciência positivista, mas no feminismo apresentam lugar de destaque também como meio de conscientização para a transformação social. Este processo só se torna possível com o recurso a métodos participativos, com a rejeição da dicotomia sujeito-objeto e a apreciação dos conhecimentos situados, do dia-a-dia, do senso comum.

Nesta sequência, apropriamo-nos das ideias de Santos (2007) e postulamos que a epistemologia feminista contribui para uma reflexão crítica da ciência, rompendo com as monoculturas da sociologia das ausências, cujos modos de produção conduzem a um “«epistemícidio» – morte dos conhecimentos alternativos” (Santos, 2007: 29); à conceção do tempo linear, que apenas contempla um sentido na história do desenvolvimento; à naturalização das diferenças, sempre interpretadas pela desigualdade e inferioridade; à da

escala dominante, tendo apenas atenção sobre o global e não valorizando o local; e ao produtivismo capitalista. Muito embora Santos (2007) se refira, neste trabalho, às discrepâncias entre o hemisfério norte e sul, resgatamos esta ideia porque nos parece adequada e útil tendo em conta as discussões presentes a nível dos paradigmas de conhecimento científico (Guba, 1990; Kuhn, 1970) e a necessidade de renovar e reinventar a teoria e a emancipação social (Santos, 2007).

Ainda na linha de raciocínio de Santos (1995), entendemos o conhecimento científico e o conhecimento popular como duas faces da mesma moeda, uma vez que o conhecimento do senso comum aproxima as vivências e assume um carácter pragmático. O mesmo autor postula:

[...] superação da distinção entre ciência e senso comum e da transformação de ambos numa nova forma de conhecimento, simultaneamente mais reflexivo e mais prático, mais democrático e mais emancipador do que qualquer deles em separado. (Santos, 1995, p. 86).

Na sua ótica, deixou de fazer sentido criar um conhecimento novo e autónomo em confronto com o senso comum (1ª rutura) se esse conhecimento não se destinar a transformar o senso comum e a transformar-se nele (2ª rutura). Fals Borda (2001) segue a mesma lógica e argumenta que o ideal seria conseguirmos descobrir uma forma de fazer convergir pensamento popular e conhecimento académico, de maneira a obter um conhecimento mais completo e aplicável. O conhecimento académico combinado com a sabedoria e conhecimento populares pode resultar num conhecimento total científico de natureza revolucionária que destrói o monopólio do saber (Fals-Borda, 1991). Torna-se revelante, ainda, a apropriação e difusão do conhecimento científico pelo senso comum, como nos esclarece a teoria das representações sociais de Moscovici (1976), no sentido de consciência dos processos através dos quais os sujeitos, em interação social, constroem teorias sobre os assuntos sociais, que se repercutem na relação com os outros, consigo e com o mundo.

2.2. Contributos do interacionismo simbólico, da teoria das representações sociais e da sociologia da ação

Retomemos o interacionismo simbólico (Blumer, 1986; Goffman, 1989; Mead, 1934) e a teoria das representações sociais (Jodelet, 1989; Moscovici, 1976), que

mencionamos em cima; e acrescentemos a sociologia da ação (Boudon, 1995; Guerra, 2002; Touraine, 1984) para melhor dar conta destas orientações no nosso trabalho.

Grosso modo, o interacionismo simbólico considera as interações como o centro de todas as relações sociais, argumentando que os significados atribuídos a ações, situações e sujeitos são construídos através de processos dinâmicos de interação social. Os sujeitos em interação codificam continuamente os comportamentos, atribuindo significado às ações. São esses significados que orientam as ações humanas e, portanto, a ação do sujeito decorre da interpretação que o mesmo faz em cada situação de interação social em que se encontra (Blumer, 1986). Assim, os aspetos subjetivos e intersubjetivos são determinantes do comportamento e simultaneamente produto das interações sociais. Dentre os diversos autores que representam esta abordagem, destacamos o trabalho de Erving Goffman sobre o estigma, como matriz de compreensão sobre os processos de estigmatização associados à prostituição e aos seus atores.

Goffman (1975) define estigma como um atributo profundamente depreciativo. É o resultado de um processo social interativo de rotulagem, envolvendo a relação entre um atributo e um estereótipo. Na opinião de Goffman (1975), as pessoas estigmatizadas têm as mesmas crenças sobre si próprias que a sociedade e, por isso, manipulam a informação no sentido de preservar a sua identidade deteriorada. O estigma pode ser de vários tipos, relacionado com aspetos físicos, com características ético-culturais, comportamentais e de personalidade. Perante o estigma e de maneira a preservar a sua identidade, o sujeito poderá optar por várias estratégias como a vitimação e tentativa de corrigi-lo; a correção indireta do estigma (desempenho de uma atividade que à partida se esperava que o indivíduo não fosse capaz de realizar); e/ou a utilização do estigma no sentido da obtenção de ganhos secundários. O autor estabelece ainda distinção entre os indivíduos desacreditados e desacreditáveis. Os primeiros mostram sinais visíveis de estigma, os segundos tem um ou mais atributos distintivos não evidentes para os outros, pelo que conseguem ocultá-los, manipulando, desta forma, a informação sobre a sua identidade social. Para o autor, “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contactos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (Goffman, 1975, pp. 148–149). A partir destas ideias, Scambler (1998), nos seus estudos relacionados com saúde, distingue *enacted stigma* (estigma externo ou discriminação) de *felt stigma* (estigma interno ou auto

estigmatização). O primeiro consiste na experiência atual e real de tratamento discriminatório por parte dos outros, ao passo que o segundo refere-se ao medo de ser estigmatizado. Nesta última situação, devido à expectativa de discriminação, o sujeito sente inibição em partilhar as suas experiências e a procurar ajuda. Esta conceptualização pode ser útil para a compreensão do afastamento de categorias sociais usualmente estigmatizadas dos serviços de apoio sociais, legais e de saúde.

Ainda sobre o estigma, Link e Phelan (2001) argumentam que este é o resultado da coocorrência de cinco componentes (rotulagem, estereotipagem, separação, perda de estatuto e discriminação) que em conjunto, de forma articulada e conjugada com uma situação de poder social, económico e político, permitem que o estigma se manifeste. Os mecanismos de discriminação podem ser diretos, estruturais ou operar através das crenças e comportamentos do estigmatizado, por isso, travar estes mecanismos e erradicar as consequências do estigma é bastante difícil. Qualquer abordagem no sentido da sua erradicação deve ser multifacetada e dirigida a vários níveis. Ou seja, por um lado, a abordagem deve responder aos diversos mecanismos que conduzem a situações de desvantagem e, por outro, responder a questões individuais e estruturais de discriminação. Link e Phelan (2001) reforçam, ainda, uma abordagem dirigida à mudança de atitudes e crenças dos grupos que conduzem à rotulação, estereotipia, separação, desvalorização e discriminação de certos indivíduos, ou à mudança das circunstâncias que conferem legitimidade à ação dos grupos dominantes. Link e Phelan (2001) consideram que o estigma é dinâmico, o que significa que as pessoas estigmatizadas podem ser empoderadas. A resistência é considerada como uma forma de produção de mudança social e, portanto, as pessoas que vivem com estigma não devem ser consideradas como passivas, vítimas indefesas ou submissas (Link & Phelan, 2001; Riessman, 2000).

A abordagem de Goffman permite-nos perceber os processos de estigmatização a um nível micro, sobretudo em situação de interação direta, do face-a-face. Já a conceptualização de Link e Phelan (2001) permite uma abordagem mais macro com a conjugação dos diversos componentes. Para complementar estas perspetivas teóricas, recorreremos, ainda, à teoria das representações sociais, que nos esclarece sobre a construção socialmente compartilhada do estereótipo da prostituta e, finalmente, à sociologia da ação, que nos mostra a centralidade do papel do ator, como ser capaz de conferir sentido à sua ação e de rejeitar qualquer forma de determinismo.

As representações sociais são, de acordo com Jodelet (1989), uma forma de conhecimento, produzido e partilhado socialmente, com o propósito prático de contribuir para a construção de uma realidade comum a um determinado grupo social. Como produzem significado sobre a realidade, as representações sociais orientam práticas e discursos, bem como a interpretação das situações quotidianas. Aproximam-se do senso comum e constituem-se um saber prático, na medida que se referem à experiência. Moscovici (1976) aborda as representações sociais enquanto produto, isto é, como conhecimento do senso comum produzido coletivamente que orienta ações; e enquanto processo, ou seja, que assume determinadas formas na sua construção. O mesmo autor distingue a objetivação e a ancoragem, como procedimentos interligados e não sequenciais. A objetivação é a forma como se organizam os elementos que constituem a representação social, para tornar real um esquema conceptual, ou seja, a atribuição de materialidade a uma ideia. A ancoragem é o processo através do qual o objeto representado se torna familiar, através da sua inserção em esquemas de pensamentos pré-existentes; e é um processo através do qual uma representação constituída passa a organizar as relações sociais.

Por seu turno, a sociologia da ação estabelece que todo o fenómeno social é sempre resultado de ações, de crenças ou de comportamentos individuais (individualismo metodológico), e o trabalho do investigador consiste em explicar os fenómenos sociais através da procura do sentido dos comportamentos individuais que lhes estão na génese (princípio de racionalidade) (Boudon, 1995). Todavia, a sociologia da ação não se limita a observar, mas cria espaços para que o ator exprima a sua contestação da situação e, deste modo, devolve a centralidade ao ator, como sujeito social capaz de dar sentido à sua ação (Touraine, 1984). As situações são resultado das relações entre atores, definidas pelas suas orientações culturais e pelos seus conflitos sociais, pelo que, na análise dos fenómenos sociais, não se pode afirmar simplesmente a existência de determinismos sociais - o ator é simultaneamente condicionado por uma situação e participa na produção da mesma (Touraine, 1984). Dentro desta perspetiva a transformação social tem origem na ação coletiva, que Touraine (1984) denomina, a um nível mais macro, por movimento social:

O movimento social é a ação, ao mesmo tempo culturalmente orientada e socialmente conflitual, de uma classe social definida pela sua posição de dominação ou de dependência no modo de apropriação da historicidade, dos modelos culturais

de investimento, de conhecimento e de moralidade, para os quais ele próprio é orientado (Touraine, 1984, p. 104).

Destas perspectivas, importa-nos reter que o ator social é percebido como capaz de racionalidade e escolha, e as relações sociais são influenciadas por relações de poder. Estas, por seu turno, devem ser entendidas mediante a análise das interpretações que os sujeitos fazem das suas próprias situações. Para que a mudança seja efetiva é necessário compreender como os atores entendem a sua situação, pois serão eles que lidam com as consequências das mudanças (Bogdan & Biklen, 1992).

2.3. Contributos da educação

Neste trabalho debruçamo-nos sobre a educação e a atividade educativa, empreendida quer pelas instituições que dirigem serviços a TS, quer pelo desenvolvimento de IAP com TS e uma equipa de *outreach*, que entendemos como uma prática e um processo educativo em si mesmo. Portanto, explicitamos o que entendemos por educação, centrando-nos na educação não formal de adultos que, por sua vez, se encontra associada a movimentos sociais, como “uma multiplicidade de práticas onde a aprendizagem nunca está separada da mudança” (Finger, 2005, p. 17).

Como ponto de partida, tomamos a definição de Amado (2013), dado que, por um lado, condensa diversos aspetos encontrados na literatura científica sobre a definição de educação e, por outro, salienta as dimensões que consideramos importante no desenvolvimento do nosso trabalho. Destacamos a negrito as ideias que nos parecem centrais.

Há, em todas estas definições, a ideia de Educação como uma **caminhada de aperfeiçoamento** que os membros de uma comunidade humana realizam com a **ajuda e o apoio de outros membros**; o aperfeiçoamento e enriquecimento não são, desse modo, **somente individuais mas coletivos**, devendo produzir **mudanças desejáveis da sociedade e na cultura** – muito especialmente na concretização dos **direitos humanos e das liberdades fundamentais**, bem como na intensificação de **valores essenciais para a convivência, como a compreensão, a tolerância e a amizade** entre cidadãos e cidadãs, povos e civilizações (Amado, 2013, p. 21).

As ideias-chave implícitas nesta definição remetem-nos para o trabalho de Paulo Freire (1972, 1996). Primeiro, pela noção da educação como um processo permanente, que

encontra fundamento na consciência da “inconclusão do ser” (Freire, 1996, p. 58). Segundo, pelas ideias de apoio mútuo, sentido coletivo, mudança, em prol da garantia dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, bem como a dimensão ética, presentes na filosofia de base da pedagogia do oprimido. Para Freire (1972), a educação é considerada um ato coletivo, solidário, de amor, que se processa através do diálogo entre os sujeitos no sentido da libertação, da mudança. Esta mudança torna-se possível através da conscientização (desenvolvimento crítico do entendimento sobre a realidade) e da praxis (ação e reflexão). A praxis “é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1972, p. 53).

A educação, enquanto processo permanente, ultrapassa o âmbito escolar e desenvolve-se noutros contextos não formais e informais. Muito embora as práticas de educação não formal e informal correspondam a formas ancestrais de aprendizagem, foi apenas em 1968, a partir da obra de Coombs (1985) e da Conferência Internacional sobre a Crise Mundial da Educação, em 1967 (Touriñán López, 1996; Trilla Bernet, 1986) - onde se anunciou a crise do sistema formal de ensino - que esta terminologia começou a assumir um papel de destaque.

Enquanto o conceito de educação formal parece reunir bastante consenso entre os especialistas, encontrando-se associado globalmente à educação escolar, o mesmo já não se encontra patente no que concerne aos conceitos de não formal e informal (Romi & Schmida, 2009), inicialmente utilizados indistintamente para denominar processos educativos que ocorrem fora da escola (Luque, 1997; Palhares, 2007; Touriñán López, 1996; Trilla Bernet, 1986) e definidos por oposição à educação formal escolar (Trilla Bernet, 1986). Na revisão da literatura sobre o conceito de não formal, entre 1974 a 1992, Sáez Alonso e Fernández-Salineró (1998) concluíram que, apesar de diferentes definições, todos os autores apontam como características comuns a intencionalidade e o processo organizado.

A definição corrente de educação não formal (ENF) indica tratar-se de uma atividade baseada em fundamentos educacionais e pedagógicos que se desenvolve em organizações educacionais e da comunidade exteriores à escola, implicando atributos únicos, contextos específicos e metodologia característica (Romi & Schmida, 2009). Caracteriza-se pela flexibilidade, abertura à mudança, capacidade de adaptação a

populações heterogêneas, com muitas e diversas necessidades educacionais, fatores que, por sua vez, dificultam uma definição clara do conceito (Romi & Schmida, 2009).

Neste sentido e face a esta dificuldade, entende-se ENF como uma resposta a um desafio educativo, assumindo-se como um processo de aquisição de um conjunto de competências, destrezas e atitudes adquiridas com estímulos diretamente educativos em atividades não confirmadas pelo sistema escolar (Tourriñán López, 1996). Estas aquisições contribuem para o exercício pleno de uma cidadania ativa, consciente e emancipatória, contemplando as diversas dimensões do desenvolvimento e da satisfação humana. Enquanto processo de aprendizagem, a ENF parte do entendimento dos sujeitos como portadores de capacidade e poder de acrescentar mais e melhores competências à sua realização pessoal dentro de uma participação ativa na sociedade (Freire, 1996). Deste modo, a ENF deve ser entendida ao longo do ciclo de vida, como uma forma de desenvolvimento pessoal e social que transcende a estrutura educativa, académica e escolar, proporcionando uma aprendizagem mais próxima das necessidades dos indivíduos e completando o ensino institucionalizado (Romi & Schmida, 2009; Sáez Alonso & Fernández-Salinero, 1998). Perante a tendência para perceber o sujeito enquanto ativo no sistema de produtividade ou um mero recurso humano, Rodrigues e Nóvoa (2005) defendem que a formação ao longo da vida não deve ser perspectivada como reciclagem de recursos humanos, mas deve integrar um conjunto de dimensões que fazem parte da vida, tais como a saúde e a promoção do bem-estar, a promoção dos cuidados, a aprendizagem de comportamentos de autonomia e o acompanhamento às pessoas nas várias fases.

A ENF tem a potencialidade de contribuir para mudanças individuais e sociais, dependendo das características particulares do programa, do contexto onde se operacionaliza e do critério utilizado para avaliar a eficácia deste programa (La Belle, 1982). Para Romi e Schmida (2009), a ENF tem vindo a registar uma mudança de estatuto, podendo mesmo tornar-se o modo dominante de educação na era pós-moderna. Uma vez que está menos enraizada na teoria e menos institucionalizada, ela é capaz de lidar melhor com as mudanças e com os desafios da educação, assim como ao usar formas democráticas de persuasão e tomada de decisão – características da era pós-moderna- como substitutos dos comportamento tradicionais e coercivos, parece encontrar-se mais adaptada às exigências atuais. Deste modo, a ENF assume-se como um laboratório vivo e participativo de práticas pedagógicas, outras alternativas, porventura mais congruentes com este novo

paradigma educativo, que enfatiza a educação para a cidadania, centrada na pessoa, ao longo da vida, “em contextos interculturais diversos, orientados para a coesão social, veiculada através de projetos e percursos pessoais e coletivos”(Ambrósio, 2001, p. 18).

Em Portugal, as práticas educativas associadas à ENF de adultos são maioritariamente empreendidas por organizações da sociedade civil, Organizações Não Governamentais e/ou associações, e assumem as mais diversas formas, muitas vezes ligadas à intervenção comunitária, à ação social ou à animação sociocultural (Guimarães, Silva, & Sancho, 2006; Lima, 2005, 2006; Melo, 2007). A educação não formal de adultos aproxima-se dos grupos de alfabetização e dos movimentos sociais, que deram origem, no caso português, a dinâmicas associativas (Rodrigues & Nóvoa, 2005).

No entanto, a ENF de adultos, desenvolvida no contexto das associações, encontra-se fortemente desvalorizada, quer pela subordinação do conceito de educação ao de formação (profissional e contínua) e ao de aprendizagem ao longo da vida (individualista e utilitária); quer pelas políticas educativas, que tendem a favorecer a educação escolar de adultos, através do ensino recorrente e da formação profissional (Lima, 2006). A lógica predominante dos cursos de educação e formação para adultos afastou a educação de adultos do contexto não formal, da intervenção comunitária e socioeducativa, para dar lugar à certificação escolar e profissional de adultos (Lima & Afonso, 2006). Neste sentido, diversas iniciativas populares, no âmbito da educação de adultos, foram sendo realizadas à margem do sistema educativo, de políticas e de financiamentos públicos (Lima & Afonso, 2006; Lima, 2005). A primazia atribuída à formação certificada faz com que as associações ajustem os seus discursos e práticas à lógica vocacionalista e profissionalizante, muitas vezes como estratégia de sobrevivência financeira (Lima & Afonso, 2006).

A educação permanente ganhou protagonismo com o desenvolvimento tecnológico crescente, como forma de preparar a sociedade para acompanhar as mudanças, e como humanização da civilização, tendo, mais tarde, entrando no campo empresarial, através da formação profissional (Finger, 2005). Atualmente, a educação de adultos encontra-se afastada das suas raízes e enfrenta diversos desafios, relacionados com organização estrutural, económica e política atual (Finger, 2005; Lima, 2005). Para Lima (2005), existem duas alternativas para a educação de adultos: ou opta pela prosperidade, reinventando-se para tomar forma num tipo de educação profissional e contínua, em

articulação com o setor económico; ou opta por assumir riscos, fazendo prevalecer os pressupostos de mudança social e da conscientização, numa articulação com os movimentos sociais. Já Finger (2005) traça quatro possíveis cenários relativamente ao futuro da educação de adultos: o da escola empresarial, o do grupo de risco, o da sociedade de lazer, e o da responsabilidade ecológico social. Os três primeiros encontram-se associados a uma educação instrumentalizada, ao serviço das organizações e do capital. No primeiro, a educação de adultos está associada às empresas; no segundo, à reeducação de grupos de riscos (ex. emigrantes, desempregados, etc.), de maneira a manter a ordem através da educação e formação como forma de controlo; no terceiro, à educação privatizada associada ao lazer. O autor propõe o cenário da responsabilidade ecológico social, em que a educação de adultos terá de se redefinir perante os diversos desafios com que se depara, sem esquecer a sua génese, onde reside a mudança e a ação social. Neste cenário, Finger (2005) antecipa a democracia, a responsabilidade e a capacitação das comunidades.

É neste último cenário, assumindo os riscos de uma reaproximação da educação aos movimentos sociais, que nos posicionamos, combinando a reflexão e a ação para as mudanças necessárias ao exercício dos direitos e deveres, enquanto cidadãos e cidadãs, produtores/as de uma realidade que pode ser modificável, uma vez que é construída por todos nós.

3. Metodologia: Investigação-ação participativa como ferramenta educativa

Após clarificados os pressupostos teóricos que orientam a nossa ação, passaremos a explicitar o posicionamento metodológico que conduziu a produção conjunta de conhecimento – a investigação-ação participativa. Usualmente, a investigação-ação (IA) surge associada a Kurt Lewin (1946), no entanto existem registos que foi primeiramente aplicada em 1913, por J. L. Moreno (criador do psicodrama e sociodrama), curiosamente, com um grupo de prostitutas em Viena (Altrichter & Gstettner, 1993). Os especialistas pareceram encontrar consenso quanto à dificuldade em definir IA. De facto, vários autores (Boog, 2003; Cassell & Johnson, 2006; Kemmis & McTaggart, 2005; Reason & Bradbury, 2001; Whyte, 1991) têm descrito diversas formas de IA baseadas em diferentes tradições, teorias e práticas.

Todavia, os autores parecem identificar características comuns como indagação prática autorreflexiva, que se processa de forma colaborativa (Kemmis & Carr, 1988; Latorre, 2003), focando um problema específico, num determinado contexto, sobre o qual pretende produzir conhecimento e que se desenvolve através de uma espiral autorreflexiva de ciclos de planificação, ação e observação e reflexão (Bisquerra, 1996; Cohen, Manion, & Morrison, 1994; Kemmis & McTaggart, 2005; Latorre, 2003; Lewin, 1946). De acordo com McTaggart (1994), as espirais reconhecem explicitamente a possibilidade de produção de conhecimento diferente como resultado da aprendizagem através da experiência, situando-a como ferramenta educativa.

Kemmis e McTaggart (2005) distinguem quatro gerações de IA. A primeira, incentivada por Kurt Lewin (1946), encontra-se associada aos Estados Unidos da América e ao paradigma positivista da ciência; a segunda, predominante no Reino Unido, está relacionada com o contexto de desenvolvimento organizacional; a terceira, impulsionada na Austrália, segue uma vertente mais crítica e emancipatória, da qual autores como Kemmis e Carr (1988) fazem parte; e, por último, a quarta geração de IA surgiu da conexão entre a IA crítica e IAP.

A abordagem inserida na quarta geração foi desenvolvida na América do Sul, no contexto dos movimentos sociais, educação de adultos e desenvolvimento comunitário, por autores como Paulo Freire ou Orlando Fals-Borda, entre outros. Ainda de acordo com Kemmis e McTaggart (2005), a IAP assume duas origens: uma centrada no desenvolvimento comunitário (predominantemente na América Latina), outra no ativismo pelos direitos humanos, associada à luta anti-imperialismo (Ásia).

A IAP distingue-se da investigação tradicional pela relação sujeito-sujeito estabelecida entre os participantes da pesquisa; pela análise conjunta dos problemas sociais e pela orientação em direção à ação comunitária. Os defensores da IAP argumentam que a ciência tradicional serve interesses económicos e de classe (por exemplo, Fals-Borda, 1991; Freire, 1972).

Identificamo-nos com esta quarta geração. Como já referimos, reconhecemos a IAP não apenas como um método, mas como uma filosofia de vida e como uma abordagem que implica compromisso com os outros, ética e relações respeitadas (Fals-Borda, 1991). Neste sentido, posicionamo-nos numa linha crítica ou emancipatória (Kemmis, 2001), cujos objetivos se consubstanciam em melhorar resultados (numa vertente técnica), promover a

conscientização (numa forma sobretudo prática) e apoiar os participantes no processo de se tornarem mais críticos (emancipação). Para fundamentarmos este nosso posicionamento, combinamos a sociologia crítica (Habermas, 1987, 1996) com a pedagogia crítica (Freire, 1972).

A IAP encontra-se associada ao paradigma socio crítico, uma vez que a abordagem crítica, comparada com os paradigmas positivista e interpretativo, é única a contemplar explicitamente a intenção deliberada de mudança em direção a um mundo mais justo, equitativo e democrático (Habermas, 1974). Esta abordagem introduz o papel preponderante da ideologia no processo de produção de conhecimento que, por seu turno, é considerado emancipatório, na medida que denuncia as ideologias que tendem à monopolização do conhecimento científico e a situações de opressão/dominação; e investe no sentido de permitir o acesso a grupos oprimidos (Freire, 1996; Habermas, 1974).

Na teoria da ação comunicativa, Habermas (1987, 1996) estabelece que numa ação comunicativa, os sujeitos, de forma consciente e deliberada, pretendem alcançar um acordo interpessoal baseado num entendimento comum, que permite conseguir um consenso não forçado sobre o que fazer numa determinada situação em que se encontram envolvidos. A ação comunicativa é importante na medida que abre espaços comunicativos, e conseqüentemente encoraja a solidariedade entre os atores envolvidos e confere legitimidade ao processo de tomada de decisão. Para Habermas (1996), a legitimidade é importante num mundo em que as pessoas se sentem alienadas dos processos políticos e das decisões públicas; e a legitimidade apenas pode ser garantida através de ação comunicativa, isto é, através da liberdade de escolha. Freire (1972), por sua vez, explica que tudo começa com a educação, a qual constitui “um ato de intervenção no mundo” (Freire, 1996, p. 109) – crucial para aumentar autoconsciência através do questionamento, reflexão e ação coletiva. Ganhar consciência/alerta sobre a sua própria situação permite empoderamento. Esta linha educativa compreende os movimentos sociais como movimentos que são também educacionais, no sentido da democracia, da cidadania ativa. Para tal, é necessário o reconhecimento das opressões e essa conscientização só é possível através do diálogo horizontal entre sujeitos. Através do processo reflexivo, os indivíduos começam a perceber as práticas como construções sociais, ficam conscientes do seu papel na produção e reprodução dessas práticas, identificam como podem intervir na evolução das organizações e da sociedade, e assim derrubar a hegemonia (Freire, 1972).

Este interesse pela mudança social através da educação de adultos, bem como a convicção que a educação deve criar as possibilidades para o reconhecimento individual que cada sujeito tem a capacidade de agência e de transformar as suas práticas, discursos e trajetórias de vida, inspiraram o desenvolvimento deste projeto de IAP, com pessoas usualmente silenciadas e sem incentivos concretos à mobilização.

A IAP, ao incentivar espaços e tempos de comunicação entre sujeitos, é assim um processo social interativo e educacional, de aprendizagem mútua e colaborativa (Boog, 2003; Kemmis & McTaggart, 2005). Para diversos autores (por exemplo: Boog, 2003; Freire, 1972; Kemmis & Carr, 1988; Kemmis & McTaggart, 2005; McTaggart, 1994) a IA é pesquisa social associada inevitavelmente a uma intervenção educativa.

A questão da participação na IA tem sido também amplamente debatida na vasta literatura sobre o assunto, revelando a falta de consenso entre os especialistas e a própria evolução da metodologia (ver Kemmis & McTaggart, 2005). Do nosso ponto de vista, a participação é uma qualidade inerente ao processo investigativo. De facto, este apenas se reveste de sentido quando os intervenientes se encontram interessados em aprimorar as suas práticas e/ou aprofundar conhecimento sobre a sua situação e, para tal, se implicam e se comprometem no processo de mudança. Neste compromisso engloba-se a consciencialização das diversas condições e o empenho na sua resolução (conhecimento-ação-reflexão). Para Guerra (2002), esta tomada de consciência é necessária, mas não suficiente, na medida em que deverão empreender-se esforços para que seja associada à tomada de decisões, à ação e à avaliação. A participação é assim condição de conhecimento e, numa última análise, condição de exercício de poder através de práticas e discursos. Colocar em palco o direito a ter voz, implica que se tenha de lidar com ela, afetando as relações de poder. Como as realidades são socialmente construídas, são modificáveis através do questionamento (Lincoln, 2001), peça central na reconstrução de narrativas em relação com o mundo e no processo de conscientização.

Todavia, o processo democrático da IA é muito difícil de atingir na prática. Significa avançar por um processo de negociação de autoridade, clarificação de tarefas e papéis, e no estabelecimento de fronteiras entre os membros do grupo (Ospina et al., 2004). Deste modo, a participação é sempre objeto de negociação com os sujeitos.

Diversos autores (Arnstein, 1969; Biggs citado por Cornwall & Jewkes, 1995; Kindon, Pain, & Kesby, 2007; Pretty, Guijt, Thompson, & Scoones, 1995; Tripp, 2005)

introduziram escalas, onde identificam diferentes modos e níveis de participação. Estas escalas de participação, embora com as devidas particularidades, apresentam formas de coerção, passividade, interatividade e mobilização. Analisaremos esta questão com maior profundidade, na parte dedicada ao estudo de IAP com TS e uma equipa de *outreach*.

A relação interpessoal é também valorizada por alguns autores no desenvolvimento de investigação participativa, uma vez que o tipo de relação estabelecida influencia o modo de participação dos sujeitos. Por exemplo, Park (2001) elucida-nos sobre o conhecimento relacional; Reason e Bradbury (2001) apontam que participação em IA é baseada nas relações interpessoais que vão sendo estabelecidas e que esmorecem as tradicionais fronteiras de papéis de investigador e investigado. No mesmo sentido, Bogdan e Biklen (1992) afirmam que conduzir investigação qualitativa encontra mais pontos em comum com o estabelecimento de uma amizade do que com um contrato. Durante o processo, todos os sujeitos redefinem a relação e decidem acerca da sua participação. Independentemente da técnica de recolha de dados utilizada, a qualidade do trabalho de campo, do processo e dos resultados dependem crucialmente da qualidade das relações estabelecidas (Bogdan & Biklen, 1992; Gaventa & Cornwall, 2001; Reason & Bradbury, 2001). Ospina et al. (2004) reforçam a importância da qualidade das relações, afirmando que envolve o desenvolvimento de relações autênticas ao longo do tempo e atenção às dinâmicas do poder em que elas emergem. O potencial de mudança é determinado pela qualidade das relações dos atores e a forma como endereçam as relações de poder (Gaventa & Cornwall, 2001).

3.1. Poder e conhecimento em IAP

Tanto os feminismos como os teórico-práticos de IAP enfatizam a conexão entre poder e a construção do conhecimento. Conhecer significa poder, como advogam diversos autores (Foucault, 2008; Freire, 1972), e significa também que esse poder não deve ser exclusivo de determinadas categorias sociais, mas encontrar-se ao serviço de todos, para que possamos construir uma sociedade mais equitativa e justa, para que possamos (re) distribuir poderes e com eles assumir compromissos e responsabilidades. Para Fals Borda (2001), é essencial que as pessoas conheçam as suas condições para que possam defender os seus interesses, e não que os conhecimentos, recursos, técnicas e poderes sejam monopolizados apenas por alguns.

De acordo com Park (2001), em IAP os cidadãos comuns geram conhecimento sobre as suas preocupações enquanto membros da sociedade. Esse conhecimento pode ser de três tipos, na medida em que surge a partir de situações reais que abarcam dimensões materiais, relacionais e morais, a saber:

- 1) Representativo - do subtipo funcional, associado ao positivismo, analítico e redutivo, compreende as relações causais que permitem prever e controlar eventos; e do subtipo interpretativo, associado à hermenêutica, sintético e integrativo, procura a compreensão;
- 2) Relacional - situado a nível da relação estabelecida com os outros, pelo que são as formas de interação que conduzem ao conhecimento relacional, e tem um fim em si mesmo;
- 3) Reflexivo - envolve os atores na análise crítica, na avaliação dos aspetos morais e dos valores sobre as suas condições de vida, e sobre as ações a encetar. É o resultado de um processo social de deliberação de grupo, promove a autonomia e a responsabilidade.

A estas formas de conhecimento encontram-se associadas três formas de poder, isto é, o de controlar objetivamente a realidade; o de ser solidário com os outros; e o de atuar sobre valores morais.

Gaventa e Cornwall (2001) empreenderam uma análise sobre o poder e conhecimento em investigação participativa, e identificaram quatro abordagens complementares de poder e as suas implicações para a investigação. Na primeira, o conhecimento é um recurso mobilizado para informar e influenciar decisores sobre assuntos públicos chave. Na segunda, os detentores de poder controlam a produção de conhecimento, estabelecem as prioridades e decidem sobre que vozes incluem e excluem do processo. Na terceira, sob influência de Freire (1972), a ênfase é colocada sobre as formas como a produção de conhecimento moldam a consciência e as capacidades para tomar ação. Na quarta, numa linha diferente das anteriores, o poder tido como repressivo, conceptualizado como um recurso ganho, mantido e exercido pelo indivíduo, afigura-se como produtivo e relacional, operando através dos discursos, instituições e práticas que lhe são produtivas (Foucault, 1990). Desta forma, Foucault (2008), ao contrário de Freire (1972), entende-o como difuso, produtivo, construído historicamente, exercido em

contexto, estruturado pelo saber nos discursos das práticas sociais e não detido por apenas algumas classes sociais.

O conhecimento, em todas as suas formas, encontra-se conectado com o poder, pelo que, a par com o conceito de empoderamento, o poder assume um papel fulcral. O empoderamento, por sua vez, é entendido como um processo em que os indivíduos ganham controlo e mestria sobre as suas vidas e participação democrática nas suas comunidades (Rappaport, 1987), relacionado com a participação daqueles que habitualmente se encontram excluídos do processo de tomada de decisão (Rowlands, 1995). Empoderamento não é sinónimo de “dar poder”, porque isso implicaria que alguém era detentor do mesmo numa relação vertical ou hierárquica, mas significando, ao invés, o encorajamento das pessoas, habitualmente excluídas, para exercitarem a sua vontade com confiança e liberdade, num processo assente na partilha de poder (Guerra, 2002) e na horizontalidade das relações de poder-conhecimento, característica da IAP.

Para Gaventa e Cornwall (2001), a IAP contribui assim para o empoderamento, uma vez que procura mudar as relações de poder nas dimensões de conhecimento (como recurso que afeta as decisões); da ação (que atenta a quem está envolvido na produção desse conhecimento); da consciência (centra-se em como a produção do conhecimento muda a consciencialização de quem está envolvido), através do encorajamento à participação.

Na linguagem de Freire (1972), a IAP é entendida como um processo pelo qual se alcança a libertação e a emancipação inerentes ao processo educativo, uma vez que permite o empoderamento dos oprimidos através da consciencialização e do reconhecimento dos seus recursos (Fals Borda, 1988; Freire, 1972) e, por conseguinte, possibilita a operação de mudanças. No entanto, a associação da IAP ao empoderamento, libertação e emancipação têm sido alvo de críticas, por, de alguma forma, apresentar objetivos irrealistas. Para resolver esta situação, McTaggart (1994) afirma que a única garantia que pode oferecer é um sentido de controlo aos participantes.

4. *Ética e seus dilemas*

Iniciámos a pesquisa de campo comprometidas com a produção de conhecimento que pudesse ser útil aos/às participantes, com o entendimento que a prostituição é um fenómeno complexo, que exige uma compreensão da sua pluralidade a partir de uma

análise das intersubjetividades, dos discursos, das práticas e das condições estruturais. É também um tema repleto de controvérsias, sentimentos, sentidos e significados, aos quais não podemos ficar indiferentes, sendo que temos consciência de que a nossa posição pode comprometer as relações e as narrativas das participantes (Agustín, 2004). Nesta sequência, a dimensão ética emerge naturalmente, também ela como questão e objetivo que precedem e procedem da investigação.

No que concerne ao nosso posicionamento, concordamos com Maggie O'Neill (2001) e entendemos a prostituição como uma resposta compreensível e razoável a necessidades socioeconómicas, dentro de um contexto cultural consumista e social que privilegia a sexualidade masculina. Para melhor compreender a prostituição é necessário examinar as inter-relações entre a vida das mulheres (microanálise) e as meta condições da sociedade alargada (macroanálise), incluindo a análise histórica, no sentido de encontrar diferenças e semelhanças nas subjetividades e a necessidade de respostas coletivas. Autores portugueses como Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento (2008) ou Oliveira (2011) apontam diversos constrangimentos a vários níveis que conduzem à tomada de opção pelo ingresso no trabalho sexual. Uma vez que se trata de uma atividade profissional sujeita a um maior ou menor grau de constrangimentos, Silva (2010) considera que não se pode considerar que exista uma escolha livre.

[...]a entrada e permanência no trabalho sexual voluntário deve ser compreendida a partir das interações que se jogam entre a capacidade de autodeterminação psicológica e os fatores estruturais – como as condições socioculturais e económicas, as desigualdades de género e as acentuadas diferenças entre países ricos e países pobres que motivam a migração (Oliveira, 2011, p. 170).

Rejeitamos qualquer tipo de determinismo, em que o ator social seja considerado passivo, bem como a conceção dos/as TS como um grupo homogéneo, porque, apesar de existirem regularidades nas experiências de vida das mulheres que se prostituem, os significados atribuídos e as trajetórias são bastante diversificados (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008). Por outro lado, existe uma multiplicidade de formas de trabalho sexual (Harcourt & Donovan, 2005), sendo a prostituição feminina apenas uma faceta. Neste estudo excluímos deliberadamente outras formas de trabalho sexual, atores, géneros e contextos, restringindo a nossa análise à prostituição feminina de exterior. A prostituição não é uma identidade, no sentido de cumprir com determinadas características sociais ou psicológicas, mas sim uma forma de obter rendimento ou de trabalho para muitos homens

e mulheres (Kempadoo, 1998). A prostituição é assim entendida como uma profissão, uma vez que “em oposição ao conhecimento comum, há um conjunto de técnicas, procedimentos, métodos e meios que são do domínio das pessoas que se prostituem, o que faz delas peritas e desta uma prática profissional” (Oliveira, 2011, p. 79). Porém, o que as pessoas fazem, não é o que as pessoas são. As pessoas são mais do que as suas profissões. Possivelmente esta associação encontra-se relacionada com a ênfase colocada sobre a profissão como esclarecedora de classe. Na relação quotidiana, as pessoas são definidas e auto definem-se pelo que fazem e não por outros atributos, como se a profissão fosse a única forma de conferir personalidade (e utilidade) no sistema capitalista.

Concordamos com a legalização do trabalho sexual, com a respetiva regulamentação e fiscalização da atividade (não das pessoas). Consideramos que a legalização pode permitir a segurança de pessoas que voluntariamente ingressem nesta profissão e a deteção de casos de coação, resultantes de tráfico de seres humanos. Todavia, do nosso ponto de vista, para que esta mudança legal, a acontecer, possa traduzir-se numa efetiva transformação das condições de exercício da profissão, será imprescindível o combate ao estigma do trabalho sexual e dos seus atores. Acresce ainda que a mudança legal deveria ser acompanhada de outras mudanças, com um carácter estrutural. Referimo-nos, por um lado, à necessidade de promoção de igualdade de oportunidades a todos os níveis, independentemente das categorias usualmente discriminatórias e, por outro lado, num outro plano, a oposição aos discursos neoliberais que valorizam o consumismo, o capital e a competição desenfreada, onde incluímos a urgência da (re)conquista de direitos sociais e laborais que foram colocados em causa nos últimos anos pela crise internacional. Este último ponto é fundamental na medida em que os discursos atuais produzem e sustentam formas de dominação, em contextos assimétricos, com maior vulnerabilidade para as pessoas que se encontram em situações precárias. Estes discursos são, do nosso ponto de vista, incompatíveis com os direitos, as liberdades e as garantias do cidadão. Um mundo mais justo e solidário cria mais oportunidades, e, portanto, mais possibilidades de fazer escolhas de facto livres e informadas por esta ou outras profissões e/ou modos de vida. Todavia, a opressão é sistematicamente reproduzida nas maiores instituições económicas, políticas e culturais, de maneira que mudar leis não é suficiente (Young, 2005) e as assimetrias continuam a reproduzir-se.

Tomemos a opressão para melhor explicitar a intersecção com o nosso objeto e sujeito de estudo. Young (2005) entende opressão como a inibição de um grupo através de uma vasta rede de práticas diárias, atitudes, comportamentos, regras institucionais, podendo ser estrutural ou sistémica. De uma forma geral, todas as pessoas oprimidas partilham alguma inibição da sua habilidade de devolver e exercer as suas capacidades e expressar as suas necessidades, pensamentos e sentimentos.

A opressão estrutural implica a relação entre grupos, podendo existir ou não consciência do opressor sobre o oprimido, enquanto a opressão sistémica não implica existência de pressão de um grupo. Na linha de Foucault, Young (2005) sugere a análise do exercício do poder como efeito das práticas liberais e humanizadas nas atividades quotidianas. A ação diária e consciente de muitos indivíduos contribui para manter e reproduzir opressão, sendo que muitas vezes pode assumir-se como rotinas sem que exista propriamente consciencialização. Young (2005) define cinco facetas da opressão: exploração (entendida com base em princípios marxistas); marginalização (pessoas excluídas de participação e acesso); sem poder (substituição do conceito de classe marxista pelo conceito de estatuto weberiano, que confere respeito a um profissional); imperialismo cultural (o Outro construído em função do grupo dominante, que assume a paradoxalidade de ser simultaneamente invisível e diferente); e violência (exercício de opressão por meio da violência). Estas cinco condições de opressão operam a diferentes níveis e encontram-se presentes na prostituição, na medida que os seus atores permanecem na atividade à margem das leis, dos direitos e deveres, de uma vida condigna; sujeitos a múltiplas formas de exclusão, decursivas de outros fatores socioeconómicos de risco, discriminações e estigma. A partir da análise do conceito de exclusão e da constatação empírica, Oliveira (2011) concluiu que os/as TS não se encontram numa situação de exclusão a nível social e territorial, no entanto estão-no em parte a nível económico e simbólico. Não sendo uma atividade reconhecida e estando sujeita a estigma e discriminação institucional, a cidadania plena não é reconhecida aos seus atores e, nessa medida, considera que se tornam alvo de alguma exclusão (Oliveira, 2011).

Esta situação de vulnerabilidade conduz ainda a mais opressão ao conferir legitimidade aos serviços sociais formais para controlar e invadir a privacidade destas pessoas. Para Young (2005), as instituições de caridade constroem as próprias necessidades e os profissionais é que definem o melhor para os seus clientes,

considerando-os dependentes e incapazes ou ainda incompetentes quando se trata, por exemplo, da maternidade (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008; Silva, 2007). Assim, a dependência na sociedade liberal implica uma condição suficiente para suspender os direitos à privacidade, ao respeito e à escolha individual. Na mesma linha, a respeito das equipas de proximidade que dirigem serviços a TS, Agustín (2007a) afirma que as figuras sociais que criaram e desenvolvem esses projetos justificam frequentemente as suas ações sem a referência às necessidades, assentam em discursos impostos de solidariedade, de empoderamento, de autoestima e de inclusão social. Por esta via, os discursos produzidos pelos profissionais que trabalham junto das populações devem ser questionados na sua dimensão de poder e na sua capacidade de gerar opressão, mesmo quando a sua intenção é promover o empoderamento. De facto, estas instituições desempenham um papel muito importante, funcionando grande parte das vezes como aliadas na luta pela defesa dos direitos humanos, sejam eles perspetivados no sentido de combate à violência contra as mulheres (discurso anti prostituição), sejam pela reivindicação de direitos laborais (discurso pró trabalho sexual).

Como consequência de todas as formas de opressão mencionadas, as pessoas que exercem prostituição raramente dão voz às suas necessidades, pensamentos e sentimentos, estando excluídas e auto excluindo-se dos debates sociopolíticos em torno dos seus interesses, reproduzindo o estigma (Goffman, 1975; Scambler, 2004). Portanto, a dimensão da ética nas práticas é de fundamental importância, para que inadvertidamente não se reproduza maior opressão, quando a intenção consiste exatamente no seu oposto.

A nível formal, os procedimentos éticos para a pesquisa com seres humanos encontram-se amplamente documentados, tendo entidades reguladoras oficiais, quer nacionais, quer internacionais. Inúmeros manuais de metodologia (ex. Bryman, 2012; Christians, 2005) estabelecem os princípios legais e éticos referentes à condução das pesquisas e à escrita académica, como a honestidade e a integridade do investigador para com os dados de pesquisa, a partilha dos resultados, a creditação das fontes, a clarificação de conflitos de interesse, a salvaguarda do anonimato e da confidencialidade, o respeito pela privacidade e liberdade de opinião, a obtenção de permissão para recolha e uso de dados com consentimento informado, e a garantia da ausência de custos/prejuízos ou danos aos participantes (American Psychological Association, 2010).

Todavia, os aspetos éticos da investigação não se circunscrevem aos aspetos formais, pelo que consideramos ser fundamental tornar explícita e transparente essa mesma dimensão ética na investigação em contextos de prostituição. Para tal, enumeramos os seguintes dilemas:

1. O posicionamento da facilitadora. De que forma é que as nossas experiências e “visões do mundo” afetam a relação de escuta que estabelecemos com as TS e os profissionais de *outreach*; e a produção de conhecimento com vista à praxis transformadora?
2. As relações de poder na construção do conhecimento e na relação sujeito-sujeito. De que forma e em que medida conseguimos desconstruir o estatuto de “especialistas” para o estabelecimento de uma relação horizontal, com o reconhecimento e valorização dos vários tipos de saber/conhecimento por parte de todos os participantes?
3. A identificação da necessidade de fazer justiça ao slogan “o pessoal é político” (Hanisch, 1970), através do incentivo à participação de pessoas usualmente excluídas das esferas públicas e dos assuntos que lhes dizem respeito. O que justifica a necessidade de investigação-ação com prostitutas de rua? No caminho das “boas intenções”, ao focar a prostituição não estaremos negligentemente a reproduzir discursos de vitimização?
4. O ganho (imoral) da facilitadora. De que maneira podemos garantir que conduzimos uma investigação em prol dos principais interessados e não para benefícios pessoais e para progressão na carreira académica, como contestado por autores como Agustín (2004) Fals Borda (2001), O’Neill (2001) ou Sanders (2006b)?
5. Por último, como podemos abandonar o terreno, quando construimos progressivamente relações de cooperação, de confiança e de amizade com as pessoas, sem que estas se sintam abandonadas ou traídas?

A opção por métodos de pesquisa orientados para a ação e que contemplem o dar voz a categorias populacionais usualmente excluídas, enfatizando o seu potencial emancipatório (Hubbard, 1999), tem sido precisamente apontada como uma forma de redução do carácter explorador das pesquisas (Sanders, 2006b; Shaver, 2005). A inclusão

dos/as TS no desenho e processo de investigação como co investigadores, recorrendo, para o efeito, à IAP, numa cooperação estreita com todos os envolvidos (Benoit *et al.*, 2005; van der Meulen, 2011a) é, por si, uma forma de garantir a pluralidade, a subjetividade e o controlo dos/as participantes. Conduzimos, então, a nossa pesquisa com referência à relação colaborativa como guia e um fim em si mesmo. Isto significa que nos comprometemos com as pessoas enquanto pessoas, no direito e dever de contribuir para um mundo melhor, mais justo, equitativo e solidário e, para tal, estabelecemos relações baseadas na honestidade, autenticidade e respeito, construídas na confiança e cuidado (Freire, 1972; Gilligan, 1982; Rogers, 1985; Tronto, 2005).

A ética do cuidado, que na sua positividade informa a nossa prática, na conceptualização de Gilligan (1982), compreende exatamente esta consciência de ligação entre as pessoas, o reconhecimento da responsabilidade de uns pelos outros, a moralidade como consequência da consideração desse relacionamento e a comunicação como forma de resolução de conflitos. A atenção, a responsabilidade, a competência e a responsividade são elementos da ética, enquanto prática e não um conjunto de regras (Tronto, 2005). A estes elementos acrescentamos a reciprocidade, uma vez que postulamos relações horizontais, colaborativas e de proximidade. Mais do que colher dados, os investigadores de IAP semeiam relações.

Notas finais

Nesta reflexão sobre questões epistemológicas, teóricas, metodológicas e éticas procurámos estabelecer a relação entre algumas dicotomias que têm sido alvo de discussão no seio das ciências sociais. Procurámos o elo entre teoria e prática/ação, entre conhecimento científico e senso comum, entre ator e sistema, subjetividade e objetividade. A superação de todas estas dicotomias dá lugar a um novo paradigma, que se entende mais complexo e, por isso, mais capaz de análise e de intervenção.

A prática social é indissociável da investigação e, tanto uma como outra, requerem reflexão e ética. Assim sendo, argumentamos por um paradigma de investigação que confira legitimidade a formas de conhecimento útil e transformador, que incentive à criação de espaços democráticos e que, sobretudo, respeite as liberdades, a dignidade e as diferenças. Entendemos que “o conhecimento científico, como linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada” (Kuhn, 1970:

257). Nesta afirmação, interpretamos grupo não apenas como a comunidade científica, mas todos os participantes em projetos de investigação, bem como a sociedade em geral. Desta forma, postulamos uma investigação centrada nas pessoas, que terá de se revestir criteriosamente de um agir ético. Deste modo e de acordo com Reason e Bradbury (2001), o investigador de IAP, ao valorizar o conhecimento do senso comum e ao recusar uma postura de especialista, inverte as hierarquias de poder que existem nas crenças pessoais e são fomentadas pelos discursos hegemónicos, que desvalorizam a experiência e este tipo de conhecimento. Por outras palavras, a IAP desafia as formas tradicionais de investigar e as relações de poder hegemónicas. Trata de mudar a experiência dos que são envolvidos na pesquisa, desenvolvendo o sentido de empoderamento e competência (Reason, 1994).

Na base deste posicionamento encontra-se a evidência das relações de poder na construção social do conhecimento, associadas a categorias usualmente discriminatórias como género, raça ou classe; no caso da prostituição, inclui-se ainda o comportamento sexual não normativo, por referência à construção da sexualidade heterossexual e monogâmica, circunscrita ao casamento e com fins reprodutivos, baseada em princípios morais e de âmbito privado.

II – Discursos sobre a prostituição: entre objeto e sujeito sexual

Notas introdutórias

Ao longo da história, a prostituição é encarada de diversas formas dependendo do contexto social, político e moral onde se encontra inserida. A leitura desta prática como algo aceite, tolerável, suscetível de vigilância/controlo ou como alvo de punição jurídica e/ou social, depende da influência de discursos oficiais de natureza médica, social, legal e política. Estes discursos contribuem para a construção social da prostituição como atividade “normal” ou desviante, a ser aceite, tolerada, reprimida ou punida, conforme os contextos e interesses de quem estabelece permissões e interditos.

Associada a maioria das vezes ao comportamento desviante e ao crime, a prostituição conheceu nos seus primórdios a aceitação social, não estando vulnerável a processos de exclusão, discriminação ou estigmatização. De acordo com Roberts (1996), foi com o declínio do matriarcado e com a divisão entre as mulheres com base no seu comportamento sexual que a visão sobre a prostituição assumiu outras conotações. Esta divisão constituiu um ponto fulcral, na medida em que terá servido de base para o exercício do poder e controlo social por parte do Estado em diversos momentos.

Em Portugal, assim como um pouco por toda a Europa, a prostituição foi alvo de diferentes modelos jurídico-políticos. De uma fase caracterizada pela existência de diversas disposições legais com tendências regulamentaristas (... – 1853), à concretização do regulamentarismo (1853-1962), em que as prostitutas eram toleradas e estavam sujeitas ao cumprimento de prescrições; passando pelo proibicionismo (1963-1982), com o estabelecimento de leis para a criminalização e, atualmente, adotando o abolicionismo (1983 – presente), em que prostituta não é criminalizada, apenas quem pratica lenocínio; a prostituição e o trabalho sexual, no sentido mais amplo, continuam no cerne do debate, dividindo opiniões entre os defensores do trabalho sexual como atividade profissional e os que a consideram uma violação dos direitos humanos.

Nesta secção, consideramos as teorias feministas como quadro de referência e influência na evolução histórico-legal dos modelos jurídico-políticos de intervenção na prostituição, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. Todavia, tomamos como ponto de partida o século XII, de forma a contextualizarmos e compreendermos os discursos hegemónicos que se foram produzindo nos diversos contextos históricos, sociais

e políticos, os quais, tendo-se constituído em Saber-Poder (Foucault, 1990), informaram e formaram, legitimando-se em regulamentos ou proibições.

1. Legitimação do debate feminista nos modelos jurídico-políticos de intervenção no trabalho sexual

O interesse pela temática da sexualidade acompanha a evolução da ciência e as práticas sociais. Mesmo quando se supôs reprimida, inúmeros discursos de diversas áreas multiplicaram-se para satisfazer uma vontade de saber e assim contrariar essa asserção, como esclarece Foucault (1990) ao formular a “hipótese repressiva” e ao introduzir o conceito de “dispositivo sexualidade”. Decorrente desta vontade de saber, esta proliferação dos discursos, que se evidenciou sobretudo nos séculos XVIII e XIX, possibilitou a ampliação do conhecimento que, numa relação dialógica com o poder, permitiria consolidar a hegemonia social e a produção legislativa para o estabelecimento de interditos e proibições (Foucault, 1990). O Saber-Poder, enquanto estratégia de controlo dos indivíduos e da população, vai permitindo, no seu contexto, a definição das normas e a classificação dos desvios. E, assim, o corpo e a sexualidade, não só das prostitutas, mas de todas mulheres e dos não heterossexuais, foram alvo de controlo sob uma perspectiva substancialmente de dominação masculina (Bourdieu, 1999), oficializando-se nos discursos oficiais, de natureza médica, legal e política.

Entre os diversos discursos patentes que influenciaram a adoção de diferentes modelos jurídico-políticos, destacamos a pluralidade das narrativas feministas, que começaram a ganhar expressão a partir da segunda metade do século XIX, por abarcarem uma ampla compreensão dos discursos de opressão e de empoderamento presentes na literatura científica e no debate social sobre prostituição, tal como definidos por Weitzer (2009).

As questões da prostituição e do tráfico de mulheres para fins sexuais têm marcado presença nas agendas feministas, mas, se inicialmente existia consenso no entendimento da prática como uma expressão do patriarcado que vitimiza as mulheres, a partir da denominada segunda onda do feminismo⁵, uma maior centralidade na sexualidade irá

⁵ Existem várias fases do feminismo, designadas ondas, associadas a determinados contextos históricos. Sinteticamente, a primeira onda refere-se ao movimento de mulheres pelo direito ao voto, nos finais do século XIX, nos EUA e Europa. Esta onda está associada à luta por direitos sociais e criou uma nova identidade política para a mulher, com vantagens legais e emancipação pública. A segunda onda surgiu nos anos 60 e 70, do século XX, nos EUA e em França, centrada nos direitos sexuais e reprodutivos, e ficou associada à mudança do pensamento político contemporâneo (Humm, 1995).

conduzir a posições diferenciadas relativamente ao trabalho sexual (prostituição, pornografia e bondage). Esta divergência ficou conhecida, nos anos 80, por “guerra do sexo” (Humm, 1995) e transferiu para a discussão pública o que estava remetido para o privado.

O feminismo conhece diferentes correntes, estando elas associadas a distintos períodos históricos e respetivas transformações sociais. Entre as diversas correntes, encontramos o feminismo radical, o socialista-marxista, o existencialista, o liberal, o pós-estruturalista e o negro (centrado na raça/etnia); aos quais correspondem interpretações divergentes sobre a prostituição (ver Beasley, 1999; Bromberg, 1998). A pluralidade feminista emerge das explicações sobre a base da opressão das mulheres e suas recomendações para a mudança (Maguire, 2001; Pilcher & Whelehan, 2008). A opressão enraíza-se na diferenciação de género, que, por sua vez, constitui a forma primária de significação das relações de poder (Scott, 1995). A opressão deve-se primeiramente ao controlo masculino universal sobre o corpo e a sexualidade feminina (Humm, 1995). A título de exemplo e de forma sintética, para as radicais, a opressão está relacionada com o patriarcado, com o sexismo, com a violência dos homens contra as mulheres e, noutra instância, com o racismo e o imperialismo. Neste caso, a prostituição é interpretada como expressão do patriarcado. As socialistas consideram os aspetos sociais e psicológicos, incluindo as práticas sexuais e reprodutivas, bem como as estruturas sociais e económicas como fontes de opressão. A prostituição é assim uma forma de coerção sobre as mulheres ditada pelo sistema de classes capitalista. As marxistas atribuem a opressão à relação de classe, relações do capital com o proletariado, incluindo o trabalho doméstico (Frye, 2005), sendo a prostituição uma forma de exploração capitalista. Se ambas as correntes, socialista e marxista, partilham a ideia de que a opressão se encontra nas relações capitalistas, a principal diferença entre elas reside no facto de a socialista enfatizar as questões psicológicas e sociais das mulheres (Bromberg, 1998). O feminismo existencialista afirma que a base de opressão se encontra na desigualdade de liberdades sociais e a prostituição pode ser uma experiência de libertação e empoderamento. A prostituição é considerada

O movimento nos EUA difere do europeu, uma vez que as feministas americanas reivindicavam pela igualdade entre homens e mulheres, enquanto as feministas francesas defendiam a valorização das diferenças (Beasley, 1999; Narvaz & Koller, 2006). A terceira onda do feminismo, que surgiu na década de 80, do século XX, inclui as feministas pós-estruturalistas e pós-modernistas, que sublinham a questão da diferença, da subjetividade e da alteridade (Narvaz & Koller, 2006). Esta onda surgiu para colmatar as falhas da segunda onda, que apenas se centrava nas mulheres brancas de classe média. O feminismo negro surge, assim, neste contexto (Pilcher & Whelehan, 2008).

uma boa opção, em contextos onde existe pouca liberdade e pouca escolha. Numa linha de pensamento próxima encontram-se as liberais, que atribuem a opressão à falta de igualdade de oportunidades e de direitos, e consideram a prostituição como uma expressão da livre escolha, um direito civil (Bromberg, 1998). As feministas pós-estruturalistas, por seu turno, adotaram o conceito de poder de Foucault (1985, 1990, 2008) como estruturado pelo saber nos discursos e nas práticas sociais. O poder é entendido como difuso, produtivo, construído historicamente, exercício em contexto e não detido por algumas classes sociais. Por esta via, o poder encontra-se relacionado com um contexto social, político e económico que pode ser modificado. Esta visão encontra-se em linha com as feministas que adotaram o conceito de empoderamento e desconstrói os discursos de opressão associados à vitimização e ausência de capacidade de agência/resistência das mulheres. Porém, outros feminismos, embora reconhecendo os contributos de Foucault, tecem-lhe duras críticas, argumentando que este negligenciou a categoria género na sua análise (por ex. Butler, 1990; De Laurentis, 1987; Scott, 1995).

Atendendo à histórica tendência migratória para exercer trabalho sexual (Bordonaro & Alvim, 2010; Kempadoo & Doezema, 1998), atualmente sobretudo de países considerados em desenvolvimento para países considerados desenvolvidos, onde se coloca a questão do racismo e da vitimação de mulheres (ver Kempadoo & Doezema, 1998), acrescentamos o feminismo negro. Para autoras como bell hooks (1984), os feminismos não traduzem a realidade de todas as mulheres, pois excluem as negras ao limitar o conceito de opressão à luta de classes, protagonizadas por mulheres brancas, de classe média. A situação das mulheres negras é entendida como resultado de múltiplas opressões, que ultrapassa o somatório cumulativo de desvantagens associadas ao género, à classe e à raça, e, portanto, devem também ter representação no feminismo.

Mas, relativamente ao trabalho sexual, é entre o feminismo radical e o feminismo liberal que a querela mais se intensifica, devido aos extremos que protagonizam acerca desta matéria: prostituição como um crime, em que as mulheres são vítimas e os homens prostituidores (Barry, 1995; Dworkin, 1981; Farley, 2005; Jeffreys, 1997; MacKinnon, 1987) *versus* prostituição como um trabalho escolhido racionalmente e que pode ser bem-sucedido (Chapkis, 1997; Delacoste & Alexander, 1998; McLeod, 1982; Nagle, 1997; Paglia, 1997; Pheterson, 1989). Na base destas conceções encontra-se, de forma mais ampla, o entendimento de ambas as partes quanto à sexualidade e ao corpo. Na primeira

situação, o corpo da mulher é percebido enquanto objeto sexual, que satisfaz as necessidades sexuais dos homens dentro da heterossexualidade legítima da opressão patriarcal; na segunda situação, o corpo é sujeito sexual, no sentido da procura e obtenção do prazer, liberdade e poder (Piscitelli, 2005; Sanders, O'Neill, & Pitcher, 2011; Weitzer, 2009).

Estas divergências assumem um papel fulcral quer para o entendimento contextualizado da prostituição como uma construção social, quer para a análise da constituição de micro poderes na produção de discursos (Foucault, 2008) e nas representações sociais (Jodelet, 1989; Moscovici, 1976), que informam e são informadas pelo senso comum e podem repercutir-se em mudanças a nível das práticas institucionais, políticas e sociais. Acrescenta-se que este debate ultrapassa os limites de âmbito social e mostra-se extensível ao discurso científico (Weitzer, 2009).

Assim, para o feminismo radical, a prostituição é uma forma de opressão da mulher legitimada pelo patriarcado, que confere ao homem o direito sexual de aceder ao corpo da mulher (Pateman, 1988); restringe-a a objeto sexual, à escravatura (Barry, 1995); incita à violência contra todas as mulheres e produz desigualdade de género (Dworkin, 1981; Farley, 2005; Jeffreys, 1997; MacKinnon, 1987). As prostitutas são vistas como sobreviventes, denominadas de prostituídas e os clientes são abusadores/prostituidores (Jeffreys, 1997). Portanto, a prostituição é moralmente errada, está relacionada com o comportamento degenerativo e as prostitutas são vítimas que exercem a atividade sob coação de terceiros, servindo, por esta via, de base a molduras jurídico-políticas que refletem a preocupação governamental de reduzir ou erradicar a indústria do sexo (Mossman, 2007), como é o caso do proibicionismo ou do abolicionismo, muito embora assentes em pressupostos morais diferentes (Ribeiro et al., 2008). Na perspetiva proibicionista, a prostituição é vista como um comportamento desviante e os atores tratados como criminosos; na abolicionista, as mulheres são vítimas, que devem ser reeducadas e reinseridas socialmente, enquanto outros atores são considerados criminosos.

Deste modo, no modelo proibicionista todas as formas de prostituição são inaceitáveis e, conseqüentemente, ilegais. A/o prostituta/o e as atividades associadas à prostituição são criminalizadas, através da aplicação de pena de prisão e/ou do pagamento de multa, como sucede na maioria dos Estados Unidos da América. Já no modelo abolicionista encontramos os países que adotaram o Modelo Nórdico (ex. Suécia), em que

a tónica é colocada sobre a criminalização dos clientes, apelidados de prostituidores, e nas atividades associadas, não criminalizando a/o prostituta/o. Existem ainda países (ex. Portugal e Brasil) em que a prostituição não é proibida, os clientes e as/os TS não são alvo de punição, no entanto são criminalizadas atividades relacionadas, como por exemplo, gestão de bordéis ou a prática de lenocínio. No caso do Brasil, a prostituição encontra-se integrada como atividade profissional na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁶.

Ademais, convém acautelar que as narrativas construídas em relações de poder relacionadas com o abolicionismo são também elas diferentes e situadas em momentos distintos. Por exemplo, na segunda metade do século XIX, as narrativas tomavam forma a partir da preocupação com o tráfico de brancas (Bordonaro & Alvim, 2010; Doezema, 1998), nas décadas de 70/80, os argumentos prendem-se com a violência contra as mulheres e atualmente assume uma posição radical, ao perceber a prostituição como violência sexista, que encontra lógica e sustentação no patriarcado, na estratificação social e na vulnerabilidade das mulheres, sendo incompatível com os direitos humanos (Piscitelli, 2012).

As narrativas sobre o tráfico humano multiplicaram-se nos últimos anos, estabelecendo uma intersecção com migração e prostituição e, mais uma vez, a divergência e controversa encontram-se presentes (Kempadoo, 2012a). Para autores como Pinto, Nogueira, e Tavares (2010) estes fenómenos devem ser analisados separadamente, uma vez que o tráfico de mulheres não se destina exclusivamente à prostituição. Outros autores portugueses (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008) demonstraram que grande parte das pessoas que emigram, sobretudo do Brasil para Portugal, sabe que o faz com o propósito de trabalhar na prostituição. Nestes casos, não existe coação, redes internacionais ou organizações criminosas. O processo é facilitado a nível da rede pessoal informal, ou seja, entre amigos, familiares, vizinhos ou conhecidos. Existem ainda outras situações em que, na procura de melhores condições de vida, muitas mulheres acabam por ficar emaranhadas nas redes tráfico (Wijers, 1998). Nestes casos, as políticas abolicionistas ou proibicionistas colocam as migrantes em situação de desvantagem, clandestinas e vulneráveis, com pouca confiança no sistema policial, medo de deportação e represálias dos traficantes (Ribeiro et al., 2008; Wijers, 1998). A ideia generalizada de que todas as mulheres que exercem

⁶ Classificação Brasileira de Ocupações [28-07-2015] Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>

trabalho sexual provêm de tráfico humano, redu-las à condição de vítimas, produzindo efeitos danosos sobre elas (Ribeiro et al., 2008).

Relativamente ao debate anti tráfico, Doezema (1998) distingue duas perspectivas: uma, mais antiga, que entende a prostituição como uma violação dos direitos humanos, e outra, mais recente, que estabelece a dicotomia prostituição forçada/voluntária, e respeita direitos humanos e a autodeterminação. Apesar desta segunda linha reconhecer a capacidade de escolha e agência das mulheres, apresenta-se como problemática, por vários motivos, a saber: 1) as iniciativas centram-se na erradicação do tráfico e da prostituição forçada, mas não fornece qualquer suporte à prostituição voluntária; 2) promove a dicotomização Primeiro e Terceiro Mundo, entre “vadias” e “vítimas”, em que as/os TS ocidentais escolhem livremente a atividade e as de Terceiro Mundo são traficadas e forçadas. As primeiras deliberadamente romperam com regras e devem ser punidas; as segundas são vítimas que devem ser salvas (Doezema, 1998). Desta forma, ao invés de desconstruir os discursos ocidentais hegemónicos sobre a prostituição forçada, reproduz e reforça as representações sociais de incapacidade e vitimação das mulheres do Terceiro Mundo. Doezema (1998) acrescenta que nenhum movimento anti tráfico apoia explicitamente os direitos humanos das/os TS.

Numa outra linha, mais próxima do reconhecimento da prostituição enquanto trabalho, evidenciam-se os defensores do regulamentarismo, que postulam que a prostituição, embora não desejável, assume uma função social e, portanto, deve ser alvo de regulamentação e controlo por parte do Estado, de forma a proteger a ordem e saúde pública. Normalmente, os/as TS encontram-se sujeitos a registo, licenciamento e em alguns casos são obrigados/as a controlo médico-sanitário. Alguns países adotaram esta abordagem no sentido de diminuir crimes associados, como o crime organizado, corrupção policial, prostituição infantil e tráfico de seres humanos para fins de comércio sexual (Mossman, 2007). São casos paradigmáticos deste sistema a Alemanha e a Holanda.

No contexto ativista dos anos 60 e 70, emerge outra corrente de inspiração liberal, empenhada na defesa da opção livre pela prostituição. Surge também a designação trabalho sexual, utilizado pela primeira vez por Carol Leigh, ativista e TS (Delacoste & Alexander, 1998). Mais tarde, no campo teórico, a problematização do género enquanto construção social legitimada pela sociedade patriarcal e a rejeição do determinismo biológico (Bourdieu, 1999; Butler, 1990; Scott, 1995), permitiram, por uma via, a rutura

epistemológica e, por outra, o questionamento dos mecanismos que operam no sentido do exercício do poder simbólico da dominação masculina, tal como Bourdieu (1999) nos elucidada.

O “duplo padrão sexual” (Aboim, 2013, p. 14) – termo utilizado para designar as diferenças socialmente construídas relativamente aos comportamentos esperados e aceites, contrapondo a sexualidade feminina e masculina – que dominou largos séculos a organização sexual da sociedade (e embora de forma menos acentuada ainda prevaleça), pode ser colocado em causa pela prostituição. Em resposta ao patriarcado, a prostituição feminina pode assumir-se como um ato de rebeldia, uma vez que afronta as convenções masculinas, o duplo padrão e representa a liberdade sobre o corpo, assim como o poder da mulher, quando esta é quem estabelece as suas regras de conduta, de negociação comercial, de ocupação do espaço público, para além de obter a sua independência financeira (Bourdieu, 1999). Desta forma, o trabalho sexual pode mesmo significar a libertação da opressão masculina, com a mulher a tomar o lugar de sujeito, em vez de objeto passivo para uso masculino (Chapkis, 1997).

As feministas liberais acreditam no livre arbítrio e escolha, pelo que a prostituição é interpretada como uma forma de trabalho escolhida racionalmente pela mulher, homem ou transgénero. Mudam os conceitos, distanciando-se da conotação desviante: a prostituição é entendida como trabalho e os homens que pagam por sexo como clientes (Chapkis, 1997; Delacoste & Alexander, 1998; McLeod, 1982; Nagle, 1997; Pheterson, 1989; Roberts, 1996). As feministas liberais diferenciam escolha de coação e de tráfico de pessoas para exploração sexual (Nagle, 1997). As liberais criticam as radicais que anulam a capacidade de agência à mulher, perpetuando deste modo narrativas de vitimização e de incapacidade (Kempadoo & Doezema, 1998), não reconhecendo os movimentos promovidos pelos/as TS, para a defesa dos seus direitos, e dos quais resultaram diversas associações a nível mundial (Delacoste & Alexander, 1998; Lopes, 2006; Roberts, 1996). A designação das mulheres como vítimas reforça a opressão do patriarcado e ameaça a capacidade de agência (Andermahr et al., 1997). Todavia, as feministas radicais consideram que as liberais promovem o abuso e exploração; e que o conceito de escolha é uma falácia para a promoção da exploração sexual.

A questão da escolha é também problematizada por feministas de várias correntes, que consideram que esta deve ser contextualizada, uma vez que pode ser tomada sem

acesso a toda a informação/opções existentes; a ideologia opressiva pode diminuir a capacidade para a escolha autónoma e consciente (Babbitt, 1993); pode assumir-se não como escolha mas como coerção, no sentido que se torna a única opção viável em função das circunstâncias, sem oportunidade de considerar outras carreiras alternativas (O’Connell-Davidson, 1998; Overall, 1992; Silva, 2010). De forma a contornar estas questões, Chapkis (1997) optou pelo conceito “escolha racional”, afirmando que poucas pessoas têm de facto livre escolha, devido ao posicionamento desvantajoso nas estruturas hierárquicas de género, raça e classe. Apesar de alguns países reconhecerem a prostituição como uma profissão, apenas Nova Gales do Sul (Austrália) e Nova Zelândia adotaram um quadro legal que permite a defesa dos direitos e deveres dos/as TS na sua integra.

Segundo Weitzer (2009), os discursos apresentados estão relacionados com os paradigmas da opressão e do empoderamento presentes quer na literatura científica, quer nos discursos sociais. No primeiro caso, os estudos encontram-se enviesados, focados apenas nas experiências negativas; no segundo caso, nos aspetos positivos, negligenciando outras situações diferenciadas. Ambos são considerados unidirecionais, demasiado simplistas, uma vez que ignoram a complexidade das circunstâncias económicas, as desigualdades entre homens e mulheres, assim como a diversidade de trabalhadores na indústria do sexo (Sanders et al., 2011; Weitzer, 2009). Para o autor, o trabalho sexual não pode ser reduzido a um dos paradigmas, sugerindo, deste modo, o paradigma polimorfo para designar uma constelação de arranjos ocupacionais, relações de poder e experiências de trabalho diferentes.

2. Evolução histórico-legal da prostituição em Portugal

2.1. Disposições legais pré-regulamentaristas (... – 1853)

As primeiras disposições legislativas com restrições respeitantes às prostitutas terão surgido no século XII (Barra da Costa & Alves, 2001; Carmo & Fráguas, 2003; Gomes, 1913; Pais, 1984), muito embora, e de acordo com Mattoso (1993), durante o século XIII, a prostituição fosse aceite com naturalidade pela sociedade de então, sendo que entre os nobres e os clérigos existiam as concubinas e as barregãs. Neste período, apesar de decretadas diversas medidas no sentido da regulamentação, a prostituição foi sendo mais ou menos aceite e a repressão nunca foi efetuada com perseverança. Foucault (1990) explica que até ao século XVII, a sexualidade e os assuntos relativos à mesma fluíam com

naturalidade, tendo a sua suposta repressão iniciado nessa altura. Todavia, o autor considera que esta repressão é ilusória, na medida que a proliferação de discursos sobre a sexualidade, a que se assistiu de forma mais intensa nos séculos posteriores, permitiu a ampliação do saber, peça essencial de uma estratégia de controlo do indivíduo e da população (Foucault, 1990). No século XVIII, com o dispositivo sexualidade, surgiram também os interditos e as proibições, a divisão entre o lícito e o ilícito (Foucault, 1990). Por esta via, o poder, entendido “como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização ... que toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação de lei, nas hegemonias sociais” (Foucault, 1990) assume-se no controlo e regulação da sexualidade, onde se inclui a prostituição.

Neste seguimento, é com a criação da Intendência-Geral da Polícia da Corte e Reino, em 1760, que as restrições à prostituição tornar-se-ão mais consistentes. Segundo Subtil (1993), são preocupações deste organismo, entre outras, prevenir a criminalidade e desenvolver estudos sobre o estado sanitário da população, com vista à promoção da segurança e do bem-estar. De maneira a preservar a moral e os bons costumes no espaço público, é emitido o Aviso de 27 de abril de 1780, ordenando que as prostitutas fossem conduzidas à casa de correção de Santa Maria de Crotona e delimitando os espaços onde podiam permanecer (Gomes, 1913). Um ano mais tarde, é prescrito que as prostitutas sejam sujeitas a um registo e a uma inspeção médica periódica; que sejam presas e tratadas, quando se encontram doentes; e que sejam expulsas se fizerem escândalo ou resistirem à polícia (D’Azevedo, 1864). Porém, a primeira manifestação legal do regulamentarismo surge em 1836, com o Código Administrativo que estabelece tolerância para com prostitutas e casas públicas (Pais, 1984).

Em 1837, é constituído o Conselho de Saúde Pública e quatro anos mais tarde surge o primeiro estudo sobre a matéria, de onde emergem as linhas orientadoras de futuros regulamentos (Santos, 1982). Este estudo, o primeiro no âmbito científico realizado em Portugal pelo médico Santos Cruz, apresentava como principal objetivo o combate à propagação do “vírus venéreo” (Santos Cruz, 1984, p. 46), referindo-se à sífilis, com a apresentação de um projeto de regulamento policial e sanitário para “obviar os males, causados à moral e à saúde pela prostituição pública” (Santos Cruz, 1984, p. 329).

A prostituição torna-se assim, pela primeira vez, objeto de um discurso produzido pelos centros do poder, encontrando na argumentação científica, que até então não existia,

a justificatória e fundamento para a necessidade e utilidade pública da tolerância (Liberato, 2002). A questão sexual é então reenquadrada, passando a ser assunto do Estado, de interesse público (Liberato, 2002), em que as diversas estratégias de controlo consolidar-se-ão de forma a permitir a eficácia do saber-poder (Foucault, 1990).

Para além da preocupação com a saúde, sobressaía a questão da preservação moral e dos bons costumes, em grande parte influenciada pela doutrina católica. A partir de meados do século XIX, a mulher burguesa ganha lugar nos espaços públicos, sendo facilmente confundida com as meretrizes, pelo que os chefes de família se movimentam no sentido da delimitação de fronteiras e espaços (Pais, 2008). Por esta via, os esforços legislativos incidiam sobretudo na rua, local de coexistência de dois universos: o da boémia e da transgressão e o da “normalidade institucional aceite” (Guinote & Oliveira, 1989, p. 341), de forma a delimitá-los. Assim, a prática permanecia escondida mas controlada, não se contestando a sua utilidade para a sociedade e para a organização conjugal/familiar de então. Acrescenta-se ainda o papel da igreja, enquanto aparelho repressor e reproduzidor do patriarcado, que considera as prostitutas seres lascivos, que incitam o homem ao pecado, constituído um perigo à saúde pública, à moral e aos bons costumes. O clero alimentava a sua própria estratégia de saber-poder através do incentivo às práticas de confissão (Foucault, 1990).

Nesta sequência, Santos (1982) defende que a prostituição deve ser entendida tendo por base a família monogâmica patriarcal. Como esta persegue objetivos essencialmente económicos, é por isso incapaz de dar resposta às aspirações sexuais dos seus membros. Esta questão encontra-se relacionada com a ideia prevalente de então de família “instituição”, a qual, mais tarde, através de transformações associadas à mudança dos modos de produção, ao êxodo rural e à urbanização, será substituída pela família “companheirismo”, em que o casamento torna-se uma opção livre dos cônjuges e a sua finalidade consiste na promoção do bem-estar do casal e dos filhos (Burgess & Locke, 1960). Deve ser também entendida com referência ao duplo padrão sexual. Este termo refere-se à legitimidade da sexualidade masculina, em que é esperado que o homem adquira experiência e satisfação sexual e, portanto, pode e deve recorrer à prostituição (muitas vezes como iniciação sexual). Contrariamente, das mulheres espera-se que resguardem a castidade, que se realizem enquanto mães e esposas, subservientes aos seus maridos.

Tal como a família, também a prostituição se assume como uma instituição (Pais, 2008), complementar do lar (Santos, 1982), com funções simbólicas específicas, reguladoras dos instintos, que tem por finalidade garantir a dominação patriarcal, a harmonia sexual e familiar dos portugueses (Silva, 2007) e sobre a qual se deve exercer controlo. Para Pais (2008), os únicos lugares da sexualidade são a alcova ou o bordel; à família, no plano da sexualidade, apenas é atribuída a função reprodutiva. Refletindo todas estas contradições, Vieira (citado por Oliveira, 2004, p. 205) sintetiza, afirmando que a prostituição é “proibida pela religião, reprovada pela moral, mas auctorizada pela lei e necessitada pela sociedade”.

Já no que concerne à prostituição masculina, salientamos que é raramente referida. De acordo com Guinote e Oliveira (1989), desenrolava-se mas era intolerada, ignorada e tomada como inexistente pela moralidade dominante; “... constituíam uma perversão e uma imoralidade bem mais grave que a prostituição feminina” (Guinote & Oliveira, 1989, p. 373).

2.2. Regulamentarismo (1853-1962)

Com a introdução do Código Administrativo de 1836, a constituição do Conselho de Saúde Pública, o estudo efetuado por Santos Cruz, os discursos moralistas e as transformações da época, encontravam-se dados os primeiros passos para a adoção do sistema regulamentarista, que se concretiza em 1853, com o Regulamento Sanitário das meretrizes do Porto, e entra oficialmente em vigor em 1858, com uma regulamentação mais geral. Santos (1982) refere que todos os regulamentos obedecem a uma estrutura, assuntos e medidas semelhantes. Para o autor “... os regulamentos, por detrás da máscara humanitária e liberalizadora, constituíram um contrato unilateral que rodeava as operárias do sexo de uma apertada malha, destinada a servir exclusivamente a sua clientela” (Santos, 1982, p. 10). Os regulamentos constituíam, por sua vez, importantes fontes de receitas.

Neste período é ainda elaborado um estudo no Porto por D’Azevedo (1864), que servirá de base ao regulamento de meretrizes nessa cidade; e em 1865 surge um novo regulamento em Lisboa, que apresenta mudanças a nível de multas e do controlo sanitário. Na mesma data, outro regulamento, denominado Braamcamp, vem consagrar a obrigatoriedade da matrícula nos registos policiais ou na administração local; a inspeção higiénico-sanitária periódica e porte do livrete que deveria ser apresentado sempre que

solicitado pelas autoridades, condições necessárias para que a prostituta fosse considerada tolerada (Barra da Costa, 2003). Para Pais (2008) “o regulamentarismo que, em Portugal, dominou quase toda a segunda metade do século XIX, não foi mais que uma peça do projeto global de exclusão, marginalização e enclausuramento de que foram alvo as prostitutas” (Pais, 2008, p. 60).

Mais tarde, em 1913, surgem os primeiros movimentos abolicionistas organizados em Portugal, com a criação da Liga de Moralidade Pública, que visava a erradicação da prostituição, coexistindo, desta forma, duas posições: os defensores do regulamentarismo e os do abolicionismo. Os primeiros argumentavam a pertinência da regulamentação de maneira a impedir o escândalo público e a limitação das casas de toleradas para controlo das doenças, no entanto estas medidas, de acordo com os abolicionistas, fracassaram no sentido em que permitiram o aumento da clandestinidade e a inspeção periódica revelou-se ineficaz no combate propagação das doenças, uma vez que não contemplava as clandestinas e os clientes; paralelamente este sistema favoreceu outras atividades que se estabelecem em redor da prostituição.

O abolicionismo é ainda inspirado pelo movimento que se iniciara no Reino Unido, protagonizado por Josephine Butler, em 1875; e materializa-se com as convenções internacionais em 1910 e 1933 sobre o tráfico de brancas, difundindo-se universalmente através da convenção internacional em 1949, realizada pela Assembleia Geral da O.N.U., conforme informação presente no Decreto-Lei nº 44 579, publicado no Diário do Governo, I Série, a 19 de setembro de 1962. Em Portugal, ganha expressão em 1924, com o 1º Congresso Feminista e da Educação, a que se seguem, em 1926 e em 1929, dois congressos abolicionistas organizados pela então fundada Liga Portuguesa Abolicionista, com a colaboração do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (Barra da Costa, 2003; Carmo & Fráguas, 2003; Pacheco, 2000; Santos, 1982). Pela primeira vez, os discursos sobre a prostituição são produzidos no feminino, pelo que esta fase constitui uma viragem fulcral de perspectiva, todavia as decisões e a legislação continuavam a ter os homens como protagonistas (Liberato, 2002). Não obstante esta influência, e após um período de alheamento e de algum facilitismo da prostituição, associado às transformações políticas da implementação da República, a partir de 1925 o Estado volta a um efetivo controlo sobre a vida nas ruas (Guinote & Oliveira, 1989) e continua a regulamentar.

Na década de 40, o Estado torna-se mais interventivo e repressivo contra os “estados de perigosidade social” (Bastos, 1997, p. 223), procurando intensificar a repressão policial e o combate à solidariedade popular, que alertava as prostitutas sobre as rusgas policiais. Através do Decreto-Lei n.º 35 042, de 20 de outubro de 1945, o Estado equipara a prostituta ao mendigo, ao proxeneta, ao homossexual e aos praticantes de roubos ou associados com malfeitores, principalmente aquelas que exerciam o ofício na clandestinidade, e sobre as quais se tomavam medidas consideradas regenerativas e preventivas (Bastos, 1997).

O período da ditadura corresponde desta maneira à intensificação das medidas de repressão da prostituição. As doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis, contribuem para a construção deste estatuto de perigosidade social, considerando desta forma as prostitutas impuras e como uma ameaça de contágio aos portugueses entendidos como “honestos e inocentes” (Silva, 2007). Surgem ainda movimentos associados à caridade e à reconversão das mulheres, sendo objetivo erradicar a atividade através de assistência social e reeducação das prostitutas (Silva, 2007).

Para Barra da Costa e Alves (2001), o regulamentarismo, na sua missão de impedir o escândalo público, de delimitar espaços e pessoas, e de controlar doenças sexualmente transmissíveis, reforça a ideia do homem “inocente”, que deve ser protegido do contágio venéreo e moral; e acentua a dicotomia entre mulheres “bem comportadas e mal comportadas”, sendo as últimas consideradas seres anormais, de hereditariedade mórbida, degenerados, doentes mentais (Bastos, 1997), em que o comportamento sexual é considerado desviante e objeto de procedimentos normalizadores por parte do Estado.

Com a Lei n.º 2036 de 9 de agosto de 1949 inicia-se a fase pré-abolicionista. Esta lei promulga as bases da luta contra as doenças contagiosas, definindo que compete à Direção-Geral da Saúde promover o exame sanitário das pessoas que se entreguem à prostituição, proíbe novas matrículas e casas de toleradas, e ordena o encerramento de casas que não cumpram as prescrições higiénicas e, por esse motivo, constituem foco de infeção e perigo para a saúde pública. Nesta data, a maior parte dos países enquadrava-se em sistemas abolicionistas ou proibicionistas (Santos, 1982).

2.3. Proibicionismo (1963-1982)

O sistema proibicionista concretiza-se com o Decreto-Lei nº 44 579, de 19 de Setembro de 1962, que estabelece a proibição do exercício da prostituição com efeitos a partir de 1 de janeiro de 1963. Este decreto, que surge na sequência das direções tomadas por diversos países, prescreve o encerramento das casas; despejo e apreensão de todos os bens; a destruição dos livros de registo das matrículas e livretes; a punição com pena de prisão até um ano e multa para indivíduos que conscientemente fomentem, favoreçam ou de algum modo facilitem o exercício da prostituição ou nela intervenham com fins lucrativos; equipara as prostitutas a vadios para efeito de aplicação de medidas de segurança e às menores de 16 anos define a aplicação de medidas de proteção, assistência ou educação, conforme previstas no Decreto-Lei nº 44 288, de 20 de abril de 1962. Neste diploma omite-se a reinserção das prostitutas (Barra da Costa & Alves, 2001) e a clientela (Pacheco, 2000), sendo que, de acordo com Santos (1982, p. 17) “... o 8º Juízo Correccional de Lisboa apressou-se a esclarecer que o decreto do governo não visava punir a conduta daqueles que mantem relações sexuais com prostitutas”. Assume-se também que estes dispositivos legais abrangem apenas a prostituição no feminino.

De acordo com Carmo e Fráguas (2003), estas medidas não erradicaram a prostituição, servindo para piorar a condição principalmente das prostitutas de rua, colocando-as perante perigos diversos como agressões, assaltos e fugas à polícia. Todavia, a prostituição que envolvia altos membros do Governo não sofria as mesmas represálias, como é exemplo o caso Ballet Rose⁷, que resultou em prisão e depois liberdade condicional para uma “costureira de meninas” e os clientes não foram penalizados (Pacheco, 2000; Santos, 1982).

Em 1977, no 1º Governo Constitucional, é constituída uma comissão para elaborar sugestões legislativas e estudar o fenómeno. De acordo com Santos (1982), tratava-se de um estudo enviesado e pouco científico que tendia para o abolicionismo. Este serviu para elaborar um anteprojecto em 1978 que previa manter o proibicionismo e ampliava o conceito de crime de prostituição aos proxenetas e rufiões (Santos, 1982).

Apesar das modificações na mentalidade, nas quais se enquadra a abertura ao diálogo sobre a sexualidade que acompanhou a rotura política no pós 25 de Abril (Aboim,

⁷ Caso que se tornou mediático nos anos 60, por envolver políticos do Regime do Estado Novo com prostituição, incluindo prostituição infantil. Nenhum membro do governo foi condenado.

2013; Ferreira & Barreira, 1993), as tentativas de desvincular a lei das questões morais não foram bem-sucedidas (Silva, 2007), pelo que mesmo após o fim do período ditatorial as prostitutas continuaram a cumprir pena de prisão e só após 1983 puderam ver a atividade descriminalizada.

2.4. Abolicionismo (1983 – presente)

A 1 de janeiro 1983, a partir do Decreto-Lei nº 400/82 de 23 de setembro, a prostituição é descriminalizada. Atualmente prevalece a punição do lenocínio, isto é, quem, profissionalmente ou com intenção lucrativa, fomentar, favorecer ou facilitar o exercício por outra pessoa de prostituição ou a prática de atos sexuais de relevo é punido com pena de prisão de 6 meses a 5 anos (cf. nº 1, do art.º 169, do Código Penal Português); é também punido aquele que se dedicar ao tráfico de pessoas para a prática, em outro país, da prostituição (cf. art.º 169, do Código Penal Português).

Segundo Carmo e Fráguas (2003), o lenocínio é um crime difícil de comprovar, visto que muitas vezes as mulheres mantêm três tipos de relações com os proxenetas: medo, mútuo acordo ou relação afetiva e, por isso, as situações não são denunciadas nem aplicadas medidas punitivas.

Há ainda a referir que entre 1983 e 2001 existiram diversas tentativas, por parte dos Governos Cívicos, para voltar ao proibicionismo. Muito embora a prostituição em si não seja ilegal, algumas atividades que constituíam ofensa contra a decência e a ordem pública serviam de argumento para as autoridades deterem para identificação e/ou averiguação ou conduzir a julgamento, principalmente sobre aquelas que operavam nas ruas (Silva, 2007). Em 2001, o Tribunal Constitucional declarou estas detenções anticonstitucionais (Carmo & Fráguas, 2003).

Tanto Carmo e Fráguas (2003) como Oliveira (2004) consideram que o modelo vigente corresponde a um vazio legal, que ignora a existência da atividade e não reconhece direitos nem poder reivindicativo aos/as TS (Oliveira, 2004). Atualmente debate-se uma mudança legislativa, em que subsistem, tal como no passado, os defensores do abolicionismo e os que a consideram a prostituição um trabalho, argumentando que se trata de uma escolha, não difere das outras profissões e pode ser uma ocupação bem-sucedida (Pacheco, 2000).

Na lógica deste debate, em 2011, é criada a Rede sobre o Trabalho Sexual (RTS) em Portugal, constituída pela maioria das instituições que desenvolvem trabalho junto dos/as TS, investigadores, ativistas e profissionais do sexo. Esta faz uma clara distinção entre o que é trabalho sexual, adotando a designação já citada sugerida por Oliveira (2011) e por Weitzer (2009), e o que é a exploração, o tráfico e o abuso, condenando veementemente essas práticas. A sua missão encontra-se relacionada com a promoção e a defesa dos direitos humanos, sociais e laborais dos/as TS; e com o combate à discriminação, ao estigma e à violência dirigida a TS.

Em dezembro de 2012, a Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES)⁸ e a RTS, em parceria com juristas, entregaram aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República Portuguesa uma proposta de alteração jurídica do trabalho sexual, com enfoque nos direitos humanos, saúde ocupacional e condições de trabalho. O sentido desta proposta aponta para o enquadramento do trabalho sexual numa categoria profissional e algumas das recomendações que dela constam são: a não criminalização; a alteração do artigo 169º do Código Penal, criminalizando a exploração sexual mas permitindo a organização do trabalho sexual; a regulamentação da atividade e não das pessoas, isso é, sem delimitação de zonas para o exercício, rastreios, registo e matrículas obrigatórias; criação de “uma comissão de acompanhamento da reforma legislativa constituída por representantes da classe profissional em questão e membros da sociedade civil em contacto com esta população” (Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES), Rede sobre Trabalho Sexual (RTS), & Peixoto, 2012, p. 7); promoção de ações de sensibilização de combate ao estigma e discriminação e ações de educação para saúde e cidadania dirigida a TS; e, por fim, promoção do acesso à educação e à formação profissional.

As propostas apresentadas têm por base a experiência de trabalho de proximidade junto desta população, a análise de modelos adotados noutros países e um questionário de recolha de opinião, aplicado no âmbito da RTS, que abrangeu 126 pessoas que exercem trabalho sexual. Este estudo preliminar concluiu que a maioria defende os direitos e deveres da prostituição como trabalho. Das pessoas abordadas, 120 defendem o reconhecimento legal da atividade e 83 afirmam que assumiriam a mesma; os que não assumem, não o fazem pelo preconceito e pelo receio da reação da família. Para Pinto et al. (2010) trazer as vozes das TS para o debate é uma estratégia feminista fundamental. A par

⁸ APDES é uma das instituições que dirige serviços a TS, assume um papel ativista na luta pelos direitos dos TS e é elemento da RTS.

com outros autores (O'Neill, 2001; Oliveira, 2011; Sanders et al., 2011; Weitzer, 2009; entre outros), Pinto et al. (2010) salientam a necessidade de ultrapassar os binómios – prostituição como trabalho vs crime - como forma de combate à opressão.

3. Trabalhadores/as do sexo e ação coletiva

Os movimentos de TS em defesa dos direitos humanos e por melhores condições de trabalho datam de 1973 (West, 2000), altura em que o termo trabalhador/a do sexo é incluindo no léxico relativo à atividade, e Margo St. James⁹, feminista pró trabalho sexual e ex-prostituta, funda a COYOTE (Call Off Your Old Tired Ethics), em São Francisco, EUA. Na Europa, França foi palco de uma greve de prostitutas em 1975, que conduziu à criação do Coletivo Francês de Prostitutas (Mathieu, 2003). A partir de então, outras associações/coletivos foram surgindo um pouco por todo o globo, tais como, Coletivo Inglês de Prostitutas (Inglaterra), Hetaira (Espanha), HYDRA (Alemanha), SWEAT (África do Sul), entre outras. De acordo com Kempadoo (1998), os movimentos que surgiram na América do Norte e na Europa Ocidental encontram-se bem documentados, através inclusive de escritos na primeira pessoa, como são exemplo as coletâneas de Delacoste e Alexander (1998), de Nagle (1997) ou o livro de Roberts (1996). Porém, no que concerne ao movimento de TS em países considerados de Terceiro Mundo ou não ocidentais, parece existir uma falta de reconhecimento e quando surgem na literatura é de forma enviesada. A autora chama a atenção para a forte mobilização que existe nestes países e argumenta que, independentemente do coletivo, os/as TS, como atores individuais ou em grupos informais, sempre lutaram contra o estigma e discriminação, leis abusivas, injustiças sociais e políticas, independentemente de pertencerem aos países do hemisfério norte ou sul (Kempadoo, 1998). Em Portugal, não existe nenhum coletivo e a RTS é fundamentalmente constituída por aliados, pelo que o envolvimento de TS continua a ser limitado e pouco se conhece, de forma sistemática, sobre os discursos que vão produzindo.

Paralelamente, apesar de uma vasta literatura abordar as diversas molduras de regulamentação de trabalho sexual em diversos países, poucos estudos focam o impacto do discurso das/os TS e a influência do coletivo no debate legislativo (exceto por exemplo Kempadoo & Doezema, 1998; Mathieu, 2003; West, 2000).

⁹ Prostitutes' Education Network – Marge St. James [28-07-2015] Disponível em: <http://www.bayswan.org/margostory.html>

Usualmente excluídos/as do debate legislativo e da linha da frente das reivindicações por melhores condições laborais e existenciais, os/as TS que trabalham em Portugal encontram, de acordo com Lopes e Oliveira (2006), diversas barreiras à formação de um movimento que promova os seus direitos, tais como: 1) o enquadramento legal, bem com a sua evolução histórica e o discurso tendencialmente abolicionista de vários quadrantes políticos e sociais. Este discurso mediatizou-se, associando a prostituição à violência contra as mulheres; 2) a falta de tradição de movimentos sociais, associada ao contexto de ditadura fascista, que teve início com o golpe de 28 de maio de 1926 e terminou a 25 de abril de 1974; 3) a existência de uma sociedade providência forte que compensa as fragilidades do Estado providência (Santos, 1992). De acordo com as autoras, os grupos minoritários, onde se incluem os/as TS, podem sentir que a falta de garantia de direitos é compensada pelos esforços da sociedade providência, pelo que não necessitam de reivindicar ou insurgir-se contra políticas governamentais; 4) o não reconhecimento do trabalho sexual como trabalho, por parte de uniões de trabalhadores, como a União Geral de Trabalhadores (UGT) e Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP); e 5) a fragilidade do movimento feminista e do aparecimento tardio do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais/Transgénero). Note-se que os movimentos de emancipação da mulher foram alvo de censura até 1974 e a homossexualidade foi apenas descriminalizada em 1982.

Estes aspetos encontram-se ainda associados, por um lado, à forte influência da igreja católica, como instituição patriarcal de repressão e controlo; e, por outro, aos discursos hegemónicos sobre a normatividade. Relativamente à doutrina religiosa, esta serve como legitimação “divina” do poder do homem sobre a mulher. A mulher é sua propriedade, criada a partir do corpo de Adão, e por isso deve obediência, seja ao pai, ao marido ou ao irmão. Ela é também a responsável pelo pecado original, por isso deve ser controlada de maneira a não poluir os homens, a sua vida deve seguir o exemplo da Virgem Maria – a mulher mãe pura e serviçal (Aboim, 2013). O catolicismo vinca ainda a divisão entre mulheres bem comportadas e mal comportadas, estas últimas seres anormais, mórbidos, desviantes, pecadoras, cujo fim será serem punidas pelos pecados da carne. Em conjunto com discursos de índole religiosa, a ideia prevalecente e normativa da relação heterossexual, monogâmica, em que a sexualidade é vivida em contexto do matrimónio para fins reprodutivos e de constituição de família subsistiu quase até ao final do século

XX. Portanto, todas as outras formas de vivência sexual, onde se inclui a prostituição e práticas não heterossexuais, foram sendo, em diferentes graus e contextos, alvo de discriminação. De acordo com Aboim (2013), os anos 80 e 90 foram épocas marcantes com várias mudanças, responsáveis pela transformação da forma como a sexualidade é vivenciada atualmente e pela atenuação do duplo padrão sexual. A sexualidade deixou de se circunscrever ao espaço privado e assumiu lugar público. Entre os acontecimentos, a autora destaca o papel do movimento feminista e LGBT pela democratização do prazer sexual, pelo reconhecimento da cidadania das mulheres e de pessoas não heterossexuais; a evolução do conhecimento médico e científico sobre a sexualidade; a aquisição de direitos reprodutivos, entre outros. Estas manifestações permitiram esbater a denominada dominação masculina (Bourdieu, 1999) e emergir a pluralidade a nível cidadania sexual (orientação sexual e identidade de género). O movimento LGBT foi e é assim essencial na desconstrução de binómios e normatividades.

Estes aspetos permitem-nos portanto enquadrar de forma plausível a ausência de um movimento organizado de TS em Portugal. Com a existência de movimentos de TS noutras partes do globo, procurámos conhecer quais os processos e dificuldades encontradas. Mathieu (2003) aborda cinco movimentos de TS, na Europa Ocidental e EUA, considerando que são um avanço expressivo, na medida em que pela primeira vez os/as TS se encontram organizados/as politicamente e exprimem as suas opiniões no debate público sobre a prostituição, no qual usualmente são excluídos/as. No entanto, a entrada na esfera pública para grupos estigmatizados não é pacífica e enfrenta diversas dificuldades. E, por outro lado, apesar dos seus discursos causarem impacto, na medida que incitam a discussão sobre reformas legislativas e promovem iniciativas locais, não operam mudanças transformativas radicais (West, 2000).

Como obstáculos à mobilização, Mathieu (2003) destaca o contexto legal; falta de estrutura e organização do mundo da prostituição em si, onde inclui as características da população, com poucas competências para a ação coletiva, pouca formação académica e/ou profissional, condições precárias de vida e estigma. Estas condições não permitem que os/as TS consigam definir a sua situação em termos políticos e, conseqüentemente, não reconhecem vantagens em recorrer a meios políticos para defender os seus interesses. Por outras palavras, as/os TS apresentam baixas competências políticas e entendem a ação coletiva como impensável. Por outro lado, a competição que fomenta as relações na

prostituição não dá espaço à solidariedade. As relações entre TS são usualmente de hostilidade e por vezes violentas. As prostitutas não pertencem a um grupo ou comunidade, são apenas uma população informal que partilha a mesma atividade, condições de vida e estigmatização, o que se traduz em falta de coesão interna (Mathieu, 2003). Ou seja, a inexistência de uma identidade coletiva confere-lhes pouca capacidade de organização para uma posição reivindicativa. A falta de identidade profissional encontra-se também associada à ausência de vantagens percebidas. Com efeito, geralmente as/os TS consideram que a prostituição é uma situação temporária (Agustín, 2007a) e as represálias sociais não justificam um posicionamento proactivo. Estas dificuldades acabam por conferir mais poder a outros discursos, em detrimento do empoderamento dos sujeitos envolvidos na prostituição.

Apesar dos obstáculos, os movimentos de protesto têm surgido em diversos países. São, contudo, frágeis e os seus resultados incertos e decepcionantes, como mostra a análise de Mathieu (2003). Os aliados assumem, neste cenário, um papel crucial e ambíguo. Crucial porque sendo as/os TS uma categoria desprovida de alguns recursos políticos necessários para gerar ação coletiva, encontram noutras categorias pertencentes a setores privilegiados os recursos em falta, como é o caso das feministas, com ampla tradição e experiência de protesto, capazes de apoiar os/as TS na organização de um movimento de ação coletiva. Ambíguo, uma vez que a dependência destes aliados é um dos fatores de fragilidade (Mathieu, 2003). Mas, para Mathieu (2003) o principal fator de inibição de ação reside na ambivalência que os/as TS sentem devido ao estigma. Trabalho sexual é trabalho, mas não encontram convicção de que se trate de uma profissão que mereça reconhecimento. Esta ambivalência impede a evolução. Como exemplos, Mathieu (2003) refere os líderes de movimentos que acabaram por abandonar a prostituição. Para estes é preferível essa opção, juntando-se ao normativo, em vez de continuar integrados numa população marginalizada.

Ainda a respeito dos aliados, dado que as feministas não encontram consenso sobre a forma como interpretam o trabalho sexual, os próprios atores TS podem encontrar dificuldade na constituição de alianças, correndo o risco de outros tomarem as suas vozes, em vez dos/as TS assumirem as rédeas das suas reivindicações. Daí a importância de um movimento de TS surgir a partir de dentro, das necessidades e vontades das pessoas diretamente envolvidas na prática.

Muito embora, como já referimos, não possamos ainda falar de um movimento pelos direitos dos TS em Portugal, uma vez que não estão formalmente organizados, Lopes e Oliveira (2006) apontam vários episódios de tentativas de formação, que consideram como sementes para um movimento de autoria dos/as próprios/as TS. Passamos a enumerar:

- 1) De acordo com Geis (citado por Lopes & Oliveira, 2006), após a revolução de 1974, houve uma tentativa de formar um movimento com vista à formação de um sindicato. Um número expressivo de TS assinou um documento com queixas relativas a condições de trabalho e de vida, no qual argumentavam contra a exploração de proxenetas e a prostituição infantil. Este documento foi entregue ao Movimento Democrático de Mulheres (MDM), um dos movimentos feministas mais antigos e ainda no ativo. No entanto, a ação não surtiu resultados. Lopes e Oliveira (2006) consideram a possibilidade desta ação ter sido engendrada por ativistas e não pelos/as próprios/as TS, condenando, desta forma, a iniciativa ao fracasso.
- 2) Na década de 90, no período de tentativa de voltar ao proibicionismo, por parte de dos Governos Cívicos, o Governo Civil de Aveiro decidiu aplicar multas pesadas às mulheres que trabalhavam na estrada de Albergaria-a-Velha. Nesta sequência, as mulheres marcaram um protesto, no entanto apenas três participaram, tendo as restantes sido dissuadidas sob ameaça policial (Carmo & Fráguas, 2003; Lopes & Oliveira, 2006; Oliveira, 2004).
- 3) Nos anos 2000, uma instituição que dirige serviços a TS no Porto espoletou um debate em torno da cidadania e direitos de TS. Desse debate surgiu a ideia, da parte de uma TS, de formar um sindicato, no entanto também não avançou, dado que o encontro para esse efeito não teve adesão (Lopes & Oliveira, 2006).
- 4) Em outubro de 2005, três TS portuguesas, acompanhadas das investigadoras e ativistas Lopes e Oliveira (2006), participaram numa Conferência Europeia sobre Trabalho Sexual, Direitos Humanos, Trabalho e Migração, em Bruxelas. Esse pequeno grupo mobilizou posteriormente outros/as TS para organizar um evento nacional para assinalar o Dia Internacional Contra a Violência na Indústria do Sexo (17 de Dezembro de 2005). Participaram neste encontro mulheres, homens e transgénero, aliados, profissionais dos projetos de apoio, ativistas LGBT e

investigadores. Concluíram a necessidade de formar uma plataforma capaz de dar voz aos direitos dos/as TS. A partir desta data, o 17 dezembro tem sido assinalado com várias atividades no Porto e Lisboa; e, a partir de 2013, tanto quanto é do nosso conhecimento, em Coimbra.

Temos ainda conhecimento de outras iniciativas, tais como:

- 5) Em 2008, foi realizado um vídeo que documenta uma experiência de mobilização de TS de rua, em Lisboa. Este vídeo, denominado “Do corpo à palavra”, surgiu no contexto de um programa de integração social e foi apresentado publicamente a 8 março, sob o título “Mães de corpo inteiro”, abordando o tema a prostituição e o direito à maternidade (cf. Oliveira & Mota, 2012).
- 6) O projeto de investigação-ação¹⁰ desenvolvido no âmbito de um programa de educação pelos pares, integrado no PREVIH, lançou as bases da mobilização de TS para a participação na marcha comemorativa do 1º de Maio – Dia do Trabalhador. Desde 2009, a marcha conta com a presença de TS em Lisboa; e, desde 2010, no Porto.
- 7) Em 2011, foi lançado o documentário “Das 9 às 5 – trabalho sexual é trabalho”¹¹. Este documentário contempla filmagens dos eventos de luta pelos direitos dos/as TS, o trabalho de uma equipa de *outreach* e testemunhos de várias pessoas que trabalham na indústria do sexo, investigadores e ativistas. Foca sobretudo comerciantes (*sex shops* e *La Maleta Roga*¹²) e outras formas de trabalho sexual (dançarinos de *striptease*, atores pornográficos, entre outros), não apresentando o ponto de vista de mulheres prostitutas, nem em contexto de interior, nem de exterior.
- 8) Em junho de 2012, foi lançada uma campanha de sensibilização sob o mote de “trabalho sexual é trabalho”¹³, e ainda, no âmbito do projeto INDOORS, do qual a APDES é parceira, o vídeo “Direitos Iguais” para promover os direitos dos/as TS.¹⁴

¹⁰ O programa de educação pelos pares decorreu de 2009 a 2011, por iniciativa do GAT, em parceria com a APDES e com supervisão científica da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) (ver Oliveira & Mota, 2012).

¹¹ Documentário Das 9 às 5 [28-07-2015] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s7vAZ17jrRo>

¹² Venda de produtos eróticos a grupos. Funciona à semelhança das reuniões de compra usadas pela Tupperware.

¹³ Trabalho sexual é trabalho [28-07-2015] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HUU3Um1PwAY>

¹⁴ Direitos iguais [28-07-2015] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sXtYLEsIEKU>

9) Em março de 2014, por iniciativa da APDES realizou-se um Flash Mob¹⁵ pelos direitos dos TS, no Salão Erótico, na Exponor, Porto, para alertar para os direitos dos/as TS.

Há ainda a referir, que o rosto mais mediático na luta pelos direitos dos TS é o de Alexandra Lourenço, que se define como uma amante profissional, e tem comparecido em diversos eventos públicos¹⁶.

Apesar das iniciativas mencionadas (desconhecemos a existência de outras), a participação dos/as TS é ainda pouco expressiva, e as atividades ocorrem sobretudo em Lisboa e no Porto. Portanto, não podemos afirmar que exista um movimento social de TS em Portugal, mas podemos, todavia, avançar que existem diversos aliados genuinamente preocupados com os direitos de uma categoria social estigmatizada. Esses aliados fazem parte de grupos distintos, como os profissionais de saúde e sociais, que desenvolvem trabalho de proximidade junto de TS, investigadores e elementos do movimento LGBT. Esta aliança é fundamental na medida em que tem permitido criar espaços de confiança para a participação dos/as TS na defesa dos seus interesses. Deverá, no entanto, ser cautelosa, para que não substituam os/as TS na luta que lhes diz respeito.

Notas finais

A história jurídico-legal sobre a prostituição demonstra as diversas tentativas fracassadas de erradicar a atividade ou de controlar as pessoas que a desenvolvem, sob pretextos associados ao preconceito que mais contribuíram para a exclusão, discriminação e estigmatização das pessoas envolvidas na prostituição, do que para a efetivação dos seus direitos. Neste seguimento, o conceito de poder de Foucault (1990, 2008), enquanto prática social difusa, plural, construído nas inter-relações discursivas e na sua articulação com as instituições, fornece uma base de significação e objetivação aos micro poderes constituídos, que assumem um lugar de importância na legitimação do discurso da prostituição como trabalho sexual ou como crime. É preciso, contudo, ultrapassar as dicotomias e reconhecer a pluralidade de experiências no trabalho sexual (Sanders et al., 2011; Weitzer, 2009), e, neste sentido, incluir os próprios atores no debate que lhes diz respeito.

¹⁵ Flash Mob [28-07-2015] Disponível em http://www.jn.pt/live/Artesevida/default.aspx?content_id=3726742

¹⁶ Perfil Alexandra Lourenço [28-07-2015] Disponível em: <http://www.sexworkeurope.org/users/alexandra-lourenco>

Os discursos que foram sendo produzidos quer do ponto de vista masculino, quer do feminino radical continuam a tratar a mulher prostituta como o Outro¹⁷ (Beauvoir, 1975) – acentuando esta dicotomia, legitimam a opressão - no sentido que a prostituta é considerada como desviante, amoral e impura ou como vítima e incapaz; diferente, portanto, das outras mulheres. Este tipo de discurso tem contribuído amplamente para a exclusão, marginalização, estigmatização e inibição de ação política coletiva, não só das mulheres, mas de todas as pessoas que exercem prostituição. Por outro lado, os discursos pró trabalho sexual, ao apresentarem uma participação das/os prostitutas/os ainda incipiente, ignoram em grande medida as suas opiniões e a diversidade das circunstâncias e experiências pessoais. Neste sentido, parece-nos importante, por um lado, atender às pluralidades através do exame das inter-relações entre as vidas das mulheres (microanálise) e as meta condições da sociedade (macroanálise) (O’Neill, 2001); por outro, unir esforços feministas para uma compreensão mais abrangente, reconhecendo as igualdades, as diferenças e a necessidade de respostas coletivas (Chapkis, 1997; Mathieu, 2003; O’Neill, 2001), onde incluimos a compreensão da dinâmica da ação coletiva de TS, como a possibilidade de um novo movimento social.

Até ao presente, os movimentos de TS parecem encontrar diversos constrangimentos a diferentes níveis: a um nível macro, substancialmente estrutural (onde incluimos os aspetos históricos, políticos e discursivos – jurídicos, religiosos, médicos, sociais); e a um nível micro, caracterizado pela posição individual e relacional no contacto mais próximo e direto (falta de coesão interna, falta de identidade profissional, baixas competências sociais e pessoais, estigma, sentimentos de ambivalência referente ao trabalho sexual). Todavia, algumas iniciativas parecem ter lançado sementes de ação coletiva, constituindo um campo de investigação e investimento para a mobilização.

É ainda preciso atender que, em matéria da sexualidade, Portugal foi marcadamente, durante muito tempo, influenciado pela moralidade católica e pelo posterior desenvolvimento do saber científico que, por sua vez, foi legitimado por interditos jurídico-legais emitidos pelos órgãos de poder. Embora de forma menos acentuada, o duplo padrão sexual ainda subsiste nos discursos e práticas dos/as

¹⁷ Na lógica patriarcal, o masculino é considerado como o positivo ou a norma, enquanto o feminino é o negativo. “O Outro”, condição imposta à mulher, é a construção do feminino como segundo sexo por referência ao masculino (Beauvoir, 1975). No caso que apresentamos, as prostitutas podem ser consideradas “o outro” por referência à moral dos grupos dominantes.

portugueses/as (Aboim, 2013), provavelmente associado a resquícios morais que ainda são próximos. Não é assim tão longínqua a ideia normativa da relação heterossexual, monogâmica, em que a sexualidade é vivida em contexto do matrimónio para fins reprodutivos e de constituição de família. Todas as outras formas de vivência sexual, onde se inclui a prostituição ou a homossexualidade, foram (e ainda são) alvo de discriminação.

III – Estudo preliminar

Notas introdutórias

Neste ponto, apresentamos os resultados da primeira etapa da nossa investigação – o estudo preliminar, que compreende uma análise dos discursos e das práticas das instituições. Ressalvamos que procurámos conhecer a opinião dos/as profissionais tendo em conta a atuação ideológica da instituição e não os seus percursos individuais. As categorias analíticas compreendem os paradigmas do trabalho sexual (Weitzer, 2009) na sua tradução enquanto representações da prostituição e dos seus atores.

Este estudo preliminar encontra-se situado num plano de investigação de natureza qualitativa e teve os seguintes objetivos:

- 1) Analisar as perspetivas dos/as profissionais das instituições, que dirigem respostas a esta população, sobre a atual moldura jurídico-política e o trabalho sexual; e procurando indagar sobre a sua influência enquanto micro poderes na relação com as práticas sociais e o poder constituído do Estado.
- 2) Analisar as diferenças e as semelhanças patentes nas diversas abordagens da intervenção, tendo em conta as suas características quanto à tipologia (área geográfica de abrangência, exclusividade, financiamento; data de início da intervenção junto de TS; população-alvo; e contexto de intervenção quanto ao trabalho sexual); aos objetivos; aos modelos teóricos de suporte; aos serviços/respostas desenvolvidas; às estratégias e táticas de proximidades, à metodologia de intervenção e avaliação; e às limitações e potencialidades da intervenção. Para esta análise considerámos os paradigmas presentes na literatura científica sobre o trabalho sexual: opressão, empoderamento e polimorfo (Weitzer, 2009), uma vez que sintetizam as posições políticas encontradas nos/as entrevistados/as. Estas categorias foram definidas a partir da opinião dos/as entrevistados/as sobre a moldura jurídico-política a adotar relativamente ao trabalho sexual.
- 3) Analisar as práticas educativas não formais das instituições, em Portugal, junto dos/as TS, tendo em conta as representações dos seus profissionais, no sentido de identificar divergências e convergências nas iniciativas de educação não formal.
- 4) Identificar necessidades formativas dos profissionais que compõem as equipas técnicas, indagando sobre a relevância da educação/formação neste contexto.

1. Participantes: seleção e caracterização

Como participantes considerámos todas as instituições em território nacional que intervêm junto de TS (incluindo as pertencentes à DGS) à data deste estudo. A partir do mapeamento de serviços dirigidos a TS¹⁸, em Portugal Continental, elaborado pelo GAT – Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos VIH/SIDA Pedro Santos, em 2012, contactámos 18 Instituições¹⁹. Foram ainda contactadas cinco Instituições que não constavam do mapeamento, tendo sido sugeridas por outras²⁰. Estas instituições são na sua maioria Organizações Não Governamentais, sendo que duas se encontram integradas formalmente na Direção-Geral da Saúde (serviço público).

Neste seguimento, efetuámos 23 entrevistas semiestruturadas a coordenadores de equipa ou a elementos da equipa técnica (ET), num total de 32 sujeitos (tabela 1). Estas entrevistas foram realizadas entre outubro de 2012 e março de 2013, de forma presencial, exceto quatro que foram respondidas por escrito e quatro via *Skype*. Os/as entrevistados/as consentiram a participação no estudo (anexo 1) e a gravação áudio das entrevistas, tendo as respetivas transcrições sido enviadas para os mesmos para eventuais retificações. Retirámos, ainda, todas as referências que podiam identificar os/as participantes, preservando a confidencialidade e anonimato.

As equipas técnicas são multidisciplinares, compostas por elementos de várias áreas: social, educação, saúde, direito, psicologia, sendo que algumas contam ainda com a colaboração de outros auxiliares e mediadores TS, sobressaindo no entanto os psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros.

¹⁸ Mapeamento de serviços de apoio a TS [17-08-215] Disponível em: <http://tsexo.com.pt/MapeamentoServicosTS.pdf>

¹⁹ A maioria das instituições presentes neste mapeamento está inserida na Rede sobre o Trabalho Sexual (RTS)

²⁰ Uma das instituições por já não se encontrar com um projeto ativo na área do trabalho sexual; duas por não se identificarem com o propósito da RTS, no âmbito do qual foi elaborado este mapeamento; duas que não constam do mapeamento por motivos não explicitados.

Tabela 1. Caracterização dos/as entrevistados/as

Caracterização	Total
Género	
Feminino	27
Masculino	5
Formação académica	
Psicologia	15
Serviço Social	8
Educação Social	3
Sociologia	1
Medicina	1
Enfermagem	1
Engenharias	3
Posição na instituição	
Técnico	18
Coordenador	14

2. Técnica de recolha e procedimentos de tratamento de dados

Recorremos à entrevista semiestruturada, na medida em que, de acordo com os objetivos deste estudo preliminar, “importa obter dados comparáveis de diferentes participantes” (Coutinho, 2011, p. 291). As entrevistas semiestruturadas permitem que os sujeitos expressem as suas opiniões mais livre e facilmente, do que através de entrevistas estruturadas ou questionários (Flick, 2005), possibilitando que o investigador mantenha o foco nas questões que pretende esclarecer. O guião de entrevista (anexo 2) é composto por duas partes: uma de questões fechadas e outra, mais extensa, de questões abertas, com vista a permitir uma caracterização do trabalho desenvolvido pelas instituições.

Para analisar o corpus optámos pela técnica de análise de conteúdo das respostas, do tipo categorial ou temática (Bardin, 2004; Ghiglione & Matalon, 2005), tendo sido considerada a técnica mais adequada pelas suas dimensões descritiva e interpretativa. Este tipo de análise, considerada tradicional, consiste na identificação de temas centrais presentes nas entrevistas, através da identificação e contagem de categorias e subcategorias (Guerra, 2006). Esta análise insere-se no tipo estrutural, cujo objetivo é analisar ocorrências, identificar características e atributos através da análise taxionómica, sem operacionalização de variáveis, e comparar fontes diferentes (Amado, Costa, & Crusoé, 2013); para a qual adotámos os princípios e procedimentos indicados na literatura especializada sobre esta técnica (Amado et al., 2013; Strauss & Corbin, 2008).

Após transcrição integral das entrevistas, efetuámos uma leitura flutuante (Bardin, 2004), seguida de várias leituras atentas com o intuito de esboçar categorias, optando-se, portanto, por um procedimento exploratório ou aberto de categorização (Ghiglione & Matalon, 2005). Desta forma, o esboço da matriz de análise foi sendo construído de forma indutiva, “por tentativa e erro” até ao apuramento final (Amado et al., 2013), numa primeira instância a partir do guião de entrevista, seus temas e de sucessivas leituras; e posteriormente através de processos de “recorte e diferenciação vertical”, documento a documento; seguido do processo de “reagrupamento e comparação horizontal” (Amado et al., 2013).

Na formulação das categorias procurámos obedecer às regras de exaustividade, exclusividade, homogeneidade, pertinência, objetividade e produtividade (Amado et al., 2013; Bardin, 2004). De forma a garantir a fidelidade dos resultados, definimos as categorias em conjunto e discutimos a análise com os orientadores.

A matriz apurada é constituída por dimensões temáticas, compostas pelas categorias, subcategorias, indicadores e unidades de registo submetidas ao processo de codificação (anexos 3 e 4).

Recorremos ainda ao *software* de análise qualitativa *WebQDA*, pelas potencialidades oferecidas por este programa no âmbito do trabalho em ambiente colaborativo online (Neri de Souza, Costa, & Moreira, 2011) e pela dimensão do corpus em análise.

3. Apresentação e discussão de resultados

3.1. Discursos dos/as profissionais das instituições, que dirigem respostas a esta população, sobre a atual moldura jurídico-política e o trabalho sexual

O debate em torno da prostituição enquanto atividade a descriminalizar e legalizar ou a erradicar encontra-se também patente a nível das instituições que dirigem serviços a esta população. Dada a sua proximidade com as necessidades e experiências vivenciadas, bem como o papel que assumem na prestação de serviços a TS, considerámos pertinente conhecer as posições dos/as profissionais que as representam. Assim, apresentamos e interpretamos à luz dos paradigmas da opressão, do empoderamento e do polimorfo, enunciados por Weitzer (2009), a opinião destes/as profissionais, sobre a moldura jurídico-política. A finalidade deste estudo consiste, por um lado, em analisar as diferentes perspetivas sobre o trabalho sexual e enriquecer o debate com os relatos de experiência dos/as profissionais de proximidade e, por outro, em indagar sobre a sua influência enquanto micro poderes na relação com as práticas sociais e o poder constituído do Estado (Foucault, 2008).

As opiniões dos/as profissionais relativamente à moldura política que deve vigorar podem ser agrupadas em torno de quatro tipos de posições diferenciadas, tendo em conta os paradigmas definidos por Weitzer (2009), a saber:

- i) Opressão: defesa de manutenção do abolicionismo, a qual foi manifestada por três instituições. Uma delas acrescentou que essa questão é indiferente para a continuidade do seu trabalho e irrelevante para os/as TS; e outra mencionou ainda encontrar-se aberta ao debate sobre o assunto, apesar de defender o abolicionismo²¹;
- ii) Empoderamento²²: necessidade de uma mudança legal, no sentido do reconhecimento legal da atividade;
- iii) Polimorfo: sem opinião formada quanto ao sentido da mudança legislativa, mas com abertura para a sua discussão, demonstrando preocupação sobretudo com o

²¹ Na análise dos dados referente às práticas das instituições, esta situação foi incluída na categoria polimorfo, por se encontrar disponível para o debate.

²² Ressalvamos que as instituições enquadradas nesta categoria reconhecem, à semelhança das do polimorfo, a diversidade de experiências patentes no trabalho sexual. Foram agrupadas nessa categoria porque, ao invés das do polimorfo, defendem explicitamente a legalização do trabalho sexual.

respeito e com os direitos dos/as TS, pelo que qualquer que seja o rumo a tomar, consideram que o mais importante são as pessoas. Nesta posição incluímos ainda os que mencionaram apoiar as decisões dos/as TS;

iv) Ausência de uma posição sobre o assunto²³.

Muito embora tivéssemos optado por dividir as opiniões nestes quatro grandes tipos de posições, na tabela 2 podemos constatar a diversidade e a complexidade das respostas. Ressalvamos que apesar de terem sido entrevistados/as 32 sujeitos, consideramos as respostas enquanto equipa técnica (ET), num total de 23 instituições, como corpus de análise.

Tabela 2. Opinião dos/as profissionais quanto à moldura política vigente

Posições diferenciadas	Referências
Paradigma opressão	
Não à mudança	1
Não à mudança, mas abertos ao debate	1
Não à mudança e indiferença	1
Paradigma empoderamento	
Reconhecimento legal da atividade	11
Paradigma polimorfo	
Abertos ao debate	3
Abertos ao debate e apoiam a opinião dos/as TS	2
Abertos ao debate, apoiam a opinião dos/as TS, mas não se posicionam	1
Abertos ao debate, mas não se posicionam	1
Sem opinião	
Não se posicionam sobre o assunto	2

N= 23

Destacamos, então, que grande parte destes profissionais defende uma mudança legal, mesmo que alguns ainda não apresentem uma ideia clara sobre em que moldes se deveria processar.

Dentro do paradigma da opressão, os abolicionistas, na linha dos discursos feministas radicais, consideram que a prostituição é uma violação dos direitos humanos, cujo impacto:

²³ Na análise dos dados referente às práticas das instituições, os neutros foram reenquadrados no paradigma polimorfo, pela pluralidade patente nessa categoria.

[...] mexe de facto com a integridade, com a dignidade, com o auto conceito, com autoestima [...] neste sentido, entendemos que este não poderá ser um trabalho equiparado a outros trabalhos [...] (E5).

Estes/as entrevistados/as consideram, ainda, que a prostituição é também uma forma de violência que não pode ser, sob o seu ponto de vista, legalizada:

Repare que eu já acompanhei cerca de 8 mil mulheres [...] e há um padrão, chamemos-lhe assim, de fatores que convergem e que fazem parte de histórias de vida muito semelhantes e... e o sofrimento não pode ser legalizado. Eu não posso dizer que esta mulher é feliz e que quer ser prostituta e optou, quando eu sei, a minha interpretação da realidade, e é feita com ela, nem sequer é feita só por mim, mas acho que o percurso da vida dela foi tudo, foi todo ele violento. Agora dizem-me assim: mas há mulheres que se prostituem porque querem, há mulheres que optaram. Isso é um nicho de mercado, não é com esse nicho que eu trabalho, eu trabalho com uma outra multidão de mulheres, entende-me? (E12).

Neste último testemunho é perceptível um certo distanciamento do posicionamento do feminismo radical, ao considerar a possibilidade de opção das mulheres por esta atividade, mesmo não sendo expressivo. Salientamos que estes dois profissionais dirigem instituições que não fazem parte da RTS.

No paradigma do empoderamento, aqueles que se encontram a favor da regulamentação da atividade consideram que a prostituição exercida sob coação é uma forma de violência e não deve ser legitimada, distinguindo os que optam livremente por esta atividade:

[...] não consideramos é que trabalho sexual é por si só uma forma de violência, mas somos contra qualquer forma de prostituição forçada [...] (E4).

No argumento apresentado a favor da legalização como combate ao tráfico, para identificar situações de exploração, E4 defende a fiscalização:

A nossa ideia era condenar de forma sistemática todas as situações de exploração e para isso é preciso haver uma fiscalização. Achamos que se devem regular os espaços e não as pessoas. Não devemos estar a regular as pessoas, mas abrir um bocadinho as portas para se poder perceber o que é que funciona bem, se há algum tipo de exploração a acontecer, se há prostituição de menores, se há vítimas de tráfico, que neste momento não acontece [...] (E4).

Este/a entrevistado/a considera incorreto o argumento usado pelos feministas radicais segundo o qual a legalização aumenta o tráfico de seres humanos para fins sexuais:

Porque desocultando [sic] o fenómeno vai permitir precisamente uma maior, uma melhor avaliação dessas situações. As redes criminais operam melhor na clandestinidade do que

em fenómenos que estão regulados, por isso a nossa convicção é que se tiramos isto da marginalidade vai aumentar a identificação de casos, eu também acho que vai aumentar a identificação de casos, o que por si só deveria ser um argumento a favor da regulamentação [...] (E4).

Se este conjunto de entrevistados/as menciona, na generalidade, a necessidade de regulamentação e a legalização da atividade, dois deles referem claramente que não concordam com a delimitação de zonas para a prática, registo dos/as TS e exames periódicos obrigatórios, como acontece na maioria dos países que adotaram o regulamentarismo (E4, E14).

No paradigma polimorfo encontram-se os abertos ao debate que consideram importante equacionar as vantagens e desvantagens (E1, E13), adequar o melhor modelo (E1, E2), tendo em conta a promoção da qualidade de vida das pessoas e os seus direitos (E1, E9, E11, E13, E22, E23) e as suas necessidades e opiniões (E2, E9, E11, E20, E22).

Agora definir qual é a posição ideal ou qual era a situação ideal, isso só as próprias mulheres podem definir e a nós cabe-nos apoiar essa decisão (E9).

Destes, três afirmam ainda claramente que apoiam e respeitam as decisões dos/as TS (E9, E11, E22), dois optam por não se posicionarem politicamente, embora demonstrem preocupação com os direitos e necessidades da população (E20, E22). À semelhança dos/as entrevistados/as do paradigma da opressão e de empoderamento, não pactuam com o tráfico de seres humanos para fins sexuais:

Temos também a noção de que muitas vezes associado ao trabalho sexual podem estar situações muito complicadas de exploração, mesmo de tráfico, e nós não somos coniventes com elas, portanto nós temos também, e cada vez mais, a [instituição] tem preocupações e está a tentar intervir na área do tráfico humano, e na área do tráfico humano sabemos que se inclui o tráfico para fins de exploração sexual (E20).

Os restantes dois, que não tomam qualquer posição, mostram também preocupação com a questão dos direitos (E15, E18).

Argumentos apresentados que fundamentam as posições. Procurámos conhecer a base de sustentação das posições tomadas, pelo que seguidamente apresentamos os argumentos utilizados pelos/as entrevistados/as.

Argumentos dentro do paradigma da opressão. Dos/as três entrevistados/as a favor da manutenção do abolicionismo, apenas dois se consideram assumidamente a favor da prevalência do atual quadro legal e sustentam a sua posição com base em argumentos como:

i) A atividade consiste numa forma de violência contra a integridade, dignidade e contra os direitos humanos;

ii) A legalização conduz ao aumento do tráfico, designadamente:

Porque legalizando a prostituição, como por exemplo na Holanda, o tráfico aumenta naturalmente, isso é, deixa de ser tráfico, porque se eu sou uma empresária do sexo, eu posso ir a Espanha contratar meninas para virem trabalhar para a minha empresa. Portanto, aqui a questão do tráfico fica diluída ou até apagada. Preocupa tanto a Comunidade Europeia... Neste momento, deixa de existir porque passam a ser...- a Holanda é o paradigma desta situação - deixam de existir traficantes e passam a ser empresários, que estão legalmente a desenvolver a sua empresa no seu país, como acontece na Alemanha, como acontece na Holanda (E12);

iii) A legalização conduz ao aumento da prostituição:

Defendem-se questões da situação das que estão ilegais de poderem (*pausa*)... acho que isso pode ser perverso de alguma forma e pode ser contraproducente em algumas áreas. E se calhar pessoas que nunca lhe tinha passado pela cabeça e fazia parte dos seus princípios nunca recorrer à prática da prostituição, se calhar encontravam-se aí num país, que não o seu, portanto, em situação de imigração, se calhar encontravam aí a única saída para conseguir sobreviver [...] (E5);

iv) O debate sobre a mudança do quadro legal é inapropriado, devido a fatores como o contexto atual de crise:

Escolheram o sítio, o momento certo para dar a este Governo a possibilidade de taxar a dignidade (E12);

A diversidade inerente à atividade:

Para mim, prostituição tem um conceito, *striptease* tem outro conceito, artistas porno tem outro conceito, não posso meter isto tudo debaixo do mesmo chapéu como é dito [...] (E12);

E a não consideração das opiniões dos/as TS:

Se conhecessem as pessoas, se compreendessem a história de vida das pessoas, se percebessem o sentir das pessoas que estão numa situação de prostituição, digo-lhe isto com toda a honestidade, nunca poderiam defender isto (E12).

Argumentos dentro do paradigma do empoderamento. De acordo com este grupo de entrevistados/as, a regulamentação da atividade seria benéfica por vários motivos:

- i) Poderia ter como consequência a diminuição dos problemas associados ao TS, havendo a possibilidade de as pessoas não se sentirem estigmatizadas, marginalizadas, mas sim reconhecidas (E4, E16, E21), não estarem sujeitas a situações de perda de dignidade e violência (E3, E4) e à clandestinidade (E4, E6), sendo que as imigrantes ilegais poderiam ter acesso à legalização (E6);
- ii) Poderia contribuir para uma melhoria de condições de trabalho (E4, E14, E17), permitir um conjunto diversificado de alterações positivas: o acesso a prestações sociais (E4, E6, E8, E10, E14, E16, E17, E21); o combate à exploração de outras partes, como o preço dos anúncios no jornal e do arrendamento (E4); a possibilidade de identificar situações de exploração (E4); a facilidade para abandonar a atividade prostitutiva, se assim o desejassem (E4) ou a possibilidade de organização do TS, isto é, duas ou mais pessoas poder trabalhar em conjunto sem acusação de lenocínio (E4); um maior controlo higiénico-sanitário (E8).

Dentro dos prós, foi ainda referenciado por alguns entrevistados/as que o atual modelo não corresponde à realidade (E14, E 16, E19).

Destaca-se, então, que a diminuição dos problemas associados à prostituição, o acesso a direitos e o combate ao estigma e discriminação foram os argumentos a favor mais evidenciados.

Argumentos dentro do paradigma polimorfo. Este grupo de entrevistados/as evidenciou reflexão em torno das potencialidades da legalização do TS, como a diminuição do estigma (E2, E22, E23) e da clandestinidade (E23); associados à possibilidade legal de opção de ingresso na mesma (E2) e à promoção do empoderamento dos/as TS (E2).

No entanto, os profissionais de algumas instituições, quer integrados no paradigma do empoderamento quer polimorfo, estão cientes dos perigos que uma mudança jurídica poderá representar para os/as TS. Defendem então uma legislação que combata o estigma associado ao TS e aos/as TS e a discriminação (E2, E6,E8, E14, E21, E23) e mostram preocupação com a deturpação que uma proposta legislativa possa vir a sofrer quando apresentada ao legislador. Entre as consequências assinaladas, destaca-se a eventual

adoção de modelos proibicionistas (E4); o controlo sobre as pessoas e não sobre a atividade (E8); a conjuntura socio económica atual e supremacia da moral ante as evidências apresentadas pelos profissionais (E14), podendo colocar as pessoas numa situação de maior vulnerabilidade (E8, E14). Estes/as entrevistados/as reconhecem ainda o risco de não conhecerem a fundo as opiniões dos maiores interessados – os próprios TS - e de ser uma opinião apenas dos profissionais (E1, E2, E8), bem como a noção da existência de diversas realidades dentro do TS (E1, E2):

A atividade profissional não é igual para toda a gente, e todas as pessoas, algumas pessoas na prostituição incluem umas práticas que outras não incluem, incluem sentimentos que outros não incluem, incluem determinado tipo de clientes que outros não incluem e, portanto, é muito difícil arranjar uma definição, arranjar um quadro legal que permita responder a toda a gente (E2).

Desta forma, verificámos a existência de uma reflexão sobre os prós e os contras de uma mudança legislativa e constatámos que os/as entrevistados/as encontram mais argumentos a favor do que contra.

Perspetiva da ET sobre a opinião dos/as TS. Uma vez que os profissionais na sua maioria têm uma posição definida quanto à moldura legislativa, com os respetivos argumentos, procurámos perceber qual o conhecimento que têm sobre a opinião dos/as TS quanto a este assunto. Entre as respostas encontrámos três grupos diferenciados:

- i) Alguns profissionais desconhecem as opiniões dos/as TS porque nunca perguntaram (n=2) ou porque se encontram a recolher as mesmas (n=3) ou ainda porque este assunto nunca surgiu nos atendimentos/contactos efetuados (n=3);
- ii) Outros profissionais revelam a ambivalência que caracteriza as posições dos TS quanto a este assunto, dado considerarem que os/as TS gostariam de ver a sua atividade regulamentada mas não se assumiriam publicamente como tal (n=6) ou encontram-se a ponderar as vantagens e desvantagens de uma regulamentação (n=5);
- iii) Por último, sobressaiu a diversidade que os profissionais apontam relativamente às opiniões dos/as TS (n=11), o que reforça a necessidade de uma visão polimorfa desta realidade, tal como postulam autores como Sanders, O'Neill e Pitcher (2011); Weitzer (2009); Piscitelli (2005), entre outros.

Não foi possível obter resposta de sete instituições a esta questão, das quais quatro responderam às questões por escrito.

Entre aqueles que apontam desconhecer as opiniões dos/as TS, é de referir que dois nunca perguntaram a opinião dos/as TS sobre este aspeto legal (E5 e E17), sendo que um/a entrevistado/a situa-se no paradigma da opressão e outro no do empoderamento; os que se encontram a sondar as opiniões estão a proceder à aplicação de um inquérito (E1, E14 e E22), estando dois no polimorfo e outro no empoderamento. Embora sem um conhecimento empírico estruturado, E1, E14, E18 e E22 afirmam que existe diversidade de opiniões e aqueles que optam pelo regulamentarismo não assumem a profissão; E5 diz que não surge nos contactos e quando acontece é no sentido de ponderar vantagens e desvantagens, na situação das imigrantes.

Os que já conhecem as opiniões dos/as TS afirmam que existe diversidade de opiniões, com pessoas ora a favor do abolicionismo ora da regulamentação. Das 11 instituições que têm conhecimento sobre esta diversidade de opiniões entre os/as TS, cinco encontram-se no polimorfo, cinco no empoderamento e uma não se posiciona sobre o assunto.

Nas leituras preliminares dos dados que efetuámos, com o intuito de esboçar categorias de análise, não verificámos padrões de resposta ou correlações entre características individuais dos/as entrevistados/as (género, formação académica, posição na instituição) ou a tipologia da instituição e as respostas obtidas. Assim, as diferenças encontradas parecem estar associadas ao desenvolvimento pessoal e experiência subjetiva. Ressalvamos ainda que embora muitos/as entrevistados/as tivessem salvaguardado que as suas opiniões não refletem as da instituição, são estes profissionais, com os seus quadros de referência que atuam junto de TS.

Em síntese, tal como nos paradigmas presentes nos estudos sobre a prostituição, identificados por Weitzer (2009), encontrámos quatro posições diferenciadas entre os/as profissionais das instituições que dirigem respostas a esta população: 1) assente na defesa da prostituição como trabalho (mais expressivo), 2) prostituição como uma forma de violência contra os direitos humanos; 3) neutralidade e reflexão; 4) sem posição sobre o assunto. Apesar do reconhecimento da necessidade de uma mudança legislativa, alguns

destes profissionais não têm uma ideia clara sobre a forma como o trabalho sexual deve ser enquadrado. Curiosamente, os/as profissionais que se posicionam contra a prostituição como trabalho pertencem a instituições que desenvolvem a sua intervenção junto de mulheres, pelo que questionamos em que medida esta posição poderá estar relacionada com discursos hegemónicos sobre a dominação masculina e a vitimação feminina, não conseguindo compreender de que forma interpretam a prostituição exercida por homens ou transgénero. Possivelmente, a dominação masculina é reforçada pelo facto dos principais clientes serem homens e, tal como constatado por Pheterson (1996), homens e transgénero não desafiam o padrão de género porque são como mulheres: servem homens e desempenham um papel feminino.

Em qualquer das situações, parece-nos que o debate deve ultrapassar as questões de género e poder (Piscitelli, 2005), uma vez que os elementos que interagem em contexto de trabalho sexual encontram-se integrados em teias mais complexas e sofisticadas de significados e significações para quem compra e quem vende. É, no entanto, também essencial que não se exclua do debate a questão do tráfico de seres humanos para fins sexuais, tal como também é apontado pelos/as entrevistados/as, independentemente da sua opinião sobre a prostituição.

Não obstante os esforços empreendidos pela RTS, a opinião dos/as TS permanece ainda bastante oculta, pelo que partilhamos duas questões que nos parecem centrais - por um lado, a questão de Agustín (2004), no sentido de saber se os/as TS partilham com os investigadores o que honestamente pensam ou partilham o que julgam ser o esperado; e por outro lado, a interrogação de Weitzer (2009), ao avançar com a necessidade do paradigma polimorfo, questionando se as opiniões usualmente recolhidas contemplam a diversidade de tipos, contextos, condições estruturais e organizacionais do trabalho sexual. Por outras palavras, parece-nos que a proposta de uma mudança legislativa para o reconhecimento legal do TS carece ainda de um conhecimento aprofundado e estruturado sobre as expectativas e opiniões dos envolvidos na prática. Acresce o risco de, mais uma vez, qualquer mudança a empreender ser sustentada na posição dos profissionais que impõem a sua vontade, o que remete uma vez mais para questões relacionadas com o poder e hegemonia das instituições.

Convém ainda mencionar que no caso da Nova Zelândia, paradigmático da descriminalização do trabalho sexual, Abel (2010) verificou que, embora a mudança a

nível legislativo tenha permitido o acesso dos/as TS a um emprego legal, a direitos de saúde e de segurança ocupacional que lhes permite negociar serviços sexuais seguros com os clientes e um maior controlo sobre o seu ambiente de trabalho, o peso do estigma continua a estar presente, o que demonstra que possivelmente seja necessária uma mudança concertada a diversos níveis e com outras implicações, em que a educação para a sensibilização da sociedade civil poderá assumir um papel fundamental.

Por fim, compreendemos que estes discursos polarizados surgem no seguimento da própria evolução da ciência, do debate feminista, das práticas sociais, da problematização do género e da conquista de direitos da mulher numa sociedade ainda dominada pela construção social do masculino. Entendemos também a objetivação do empoderamento de ambas as posições através do constructo foucaultiano de poder, o que sugere que o debate está longe de encontrar consenso. No entanto, uma vez que estes profissionais representam instituições que prestam serviços de apoio a TS, não podemos deixar de questionar de que forma é que as suas posições políticas influenciam o tipo de serviço prestado e as relações estabelecidas com os seus clientes – os/as TS.

3.2. Serviços dirigidos a TS: paradigmas e práticas

Tal como foi possível constatar, as instituições que dirigem serviços a TS em Portugal encontram-se também dicotomizadas no debate político de extensão internacional – prostituição como trabalho *vs.* crime. Por este motivo, procurámos conhecer de que forma é que o posicionamento político e a perceção sobre o trabalho sexual influenciam a tipologia dos serviços prestados às/aos TS, uma vez que poucos estudos abordam esta questão.

De acordo com Oselin e Weitzer (2013) as três perspetivas teóricas – opressão, empoderamento e polimorfo - correspondem às orientações ideológicas das organizações e moldam os objetivos e as práticas dos serviços dirigidos a TS nos EUA e Canadá. Os autores encontraram quatro tipos de organizações com a seguinte distribuição: 46% adotaram o feminismo radical (opressão); 30% trabalho sexual (empoderamento); 14% orientados para jovens (polimorfo) e 11% neutros (polimorfo). Na primeira situação, as instituições tem como objetivo apoiar a saída da atividade e procuram erradicar a prostituição. Na segunda, a abordagem é predominantemente a nível da redução de danos, promovendo condições de trabalho mais seguras e a defesa de direitos humanos e laborais. Na terceira, o foco incide sobre os menores de idade que exercem prostituição, sem capacidade para o consentimento e por isso vítimas. A intervenção consiste no apoio à saída, na proteção e evitamento de aplicação de medidas coercivas por parte das autoridades. Por último, na quarta categoria, encontram-se as instituições que empreendem redução de danos e a sua filosofia é descrita como de não julgamento. Tanto podem facilitar a saída da prostituição, se a pessoa assim o desejar, como priorizar o bem-estar físico e psicológico das que pretendem mantê-la. Concluíram que algumas destas instituições apenas providenciam serviços, enquanto outras fornecem adicionalmente suporte ideológico, no sentido de incitar mudança social ou legal, como é o caso das que se situam nas categorias de trabalho sexual e orientadas para jovens. Uma vez que os poucos estudos relativos ao trabalho das instituições foram conduzidos em países onde a prostituição é criminalizada (EUA), procurámos perceber como se processa em Portugal, onde a mesma é omissa legalmente, mas socialmente visível.

Neste seguimento, apresentamos os descritores gerais da intervenção e a dimensão teórica subjacente ao trabalho técnico, através da explicitação dos objetivos que norteiam a

prática e dos modelos que fornecem suporte à intervenção. A nível prático, focamos a metodologia de intervenção e avaliação; estratégias e táticas de proximidade, a identificação de potencialidades e limitações da intervenção; e apoios/respostas fornecidas. Para análise destes aspetos considerámos as seguintes categorias: opressão, empoderamento e polimorfo. Estas categorias foram definidas tendo em conta o reagrupamento²⁴ das quatro posições ideológicas sobre o trabalho sexual apresentadas pelos/as entrevistados/as, conforme explicitámos no ponto anterior dedicado aos discursos. No quadro 1 resumimos as categorias ideológicas.

Quadro 1. Categorias ideológicas das instituições quanto ao TS

Paradigma	Argumento	N=23
Opressão	[...] olhamos a prostituição como uma violação da dignidade e dos direitos humanos e uma forma de violência contra a integridade da pessoa. E, tendo isto como pano de fundo, o nosso objetivo é contribuir para a promoção dos direitos humanos, da igualdade de género e de oportunidades, denunciar situações de violência de género e exploração sexual, que são geradoras de vulnerabilidade e exclusão (E5).	n=2
Empoderamento	[...] o modelo [jurídico] devia ser um modelo de descriminalização com regulamentação da atividade, com alguma regulamentação da atividade mas sem registo obrigatório, por exemplo, e sem rastreios obrigatórios (E14).	n=11
Polimorfo	[...] apesar de considerarmos que as pessoas devem poder fazer escolhas livres mas informadas e conscientes e que o nosso trabalho está exatamente aí, temos também a noção de que muitas vezes associado ao trabalho sexual podem estar situações muito complicadas de exploração, mesmo de tráfico e nós não somos coniventes com elas (E20).	n=10

No paradigma do empoderamento existem instituições mais ativas, no sentido da defesa prática dos direitos dos/as TS, e outras que tomam uma posição mais passiva. Em ambos os paradigmas – opressão e empoderamento - está patente a ação política, muito embora com diferentes premissas, ou seja, tendente a informar o poder político e a emitir

²⁴ Optámos por englobar os neutros, bem como os que sendo a favor do abolicionismo se encontram abertos ao debate, na categoria “polimorfo”, onde já se encontra uma diversidade de situações, seguindo uma categorização mais próxima de outros autores (Oselin & Weitzer, 2013; Weitzer, 2009). Na análise das opiniões pareceu-nos importante que estas posições diferenciadas fossem vincadas, para nos elucidar acerca da diversidade existente, que parece refletir uma dificuldade em maior ou menor grau de posicionamento dos/as profissionais. No entanto, para a análise que se segue, considerámos que estas situações poderiam ser enquadradas na categoria “polimorfo”, pelas seguintes razões: a categoria “polimorfo” abarca uma pluralidade de respostas; a categoria “empoderamento” refere-se somente aos que defendem a legalização do trabalho sexual, e categoria “opressão” engloba apenas os que defendem veemente a erradicação da prostituição.

recomendações no sentido da legalização e descriminalização do trabalho sexual (empoderamento) ou da erradicação da prostituição e do tráfico de seres humanos para fins sexuais (opressão). Estes resultados divergem dos de Oselin e Weitzer (2013), que apontaram que as instituições de opressão se limitavam a prestar serviços. Ainda ao contrário de Oselin e Weitzer (2013), verificámos uma maior expressão entre as instituições que se posicionam nos paradigmas do empoderamento e polimorfo, o que sugere que o contexto sociopolítico poderá assumir influência.

Área geográfica de abrangência, exclusividade, financiamento e data de início da intervenção junto de TS. De acordo com a tabela 3, as respostas dirigidas a TS centram-se sobretudo na zona de Lisboa (incluindo distrito de Setúbal); seguida da zona centro (Aveiro, Coimbra, Leiria, Figueira da Foz e Peniche) e da zona Norte (Viana de Castelo, Porto, Braga e Guimarães). Duas instituições (opressão e polimorfo), embora sedeadas em Lisboa, prestam serviços a nível nacional, desde que os/as utentes se desloquem às suas instalações. Podemos verificar, deste modo, que os serviços dirigidos a TS centram-se predominantemente na zona litoral do país, encontrando-se sem respostas as zonas interiores, onde também existe trabalho sexual conforme estudo de Ribeiro et al. (2008). Acrescentamos ainda que não foram encontradas respostas nos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

Tabela 3. Distribuição de respostas por área geográfica

Área Geográfica	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Alentejo	0	1	1	2
Algarve	0	1	1	2
Centro	1	4	0	5
Lisboa	1	4	4	9
Norte	0	1	4	5

N=23

Apenas duas destas instituições desenvolvem a intervenção com TS em exclusividade (opressão e polimorfo), sendo que as restantes direcionam ações a outras populações em situação considerada vulnerável, como sem-abrigo, consumidores de drogas, infetados e afetados pelo VIH/SIDA, entre outros. Grande parte das instituições desenvolve projetos dirigidos a TS, com duração limitada, financiadas sobretudo por

programas da DGS, de prevenção do VIH/SIDA ou prevenção de situações relacionadas com a toxicod dependência. Relativamente à data de início de intervenção com esta população, a mais antiga iniciou em 1967 e a mais recente em 2012. É nos anos 2000 que se regista um maior número de respostas, num total de 18, provavelmente relacionada com a abertura de candidaturas a projetos financiados pelo ADIS/SIDA. Estes resultados apontam para um crescimento acentuado de serviços, tal como aconteceu na década de 80 no Reino Unido e noutros países, onde proliferaram serviços centrados na saúde sexual, prevenção de IST (Infeções Sexualmente Transmissíveis), redução de danos e prevenção de toxicod dependência, substancialmente financiados por entidades na área da saúde (Cooper et al., 2001; Crosby, 1998; Day & Ward, 2004; Mckeganey & Barnard, 1996; Pitcher, 2006; Sanders et al., 2011). É possível que esta evidência, para além de associada ao advento da SIDA, esteja também relacionada com a atribuição de papéis na área da educação para a saúde a diferentes indivíduos, grupos e comunidades ou instituições, como preconizavam Greene e Simons-Morton (1988).

População-alvo. As ações dirigem-se sobretudo a mulheres, existindo apenas dois projetos direcionados especificamente para homens e transgénero. Apesar do conhecimento da prática de prostituição por parte de homens e transgénero, as instituições optam pelo atendimento pontual e por focar a intervenção com mulheres, justificando a opção com os seguintes aspetos: 1) a notoriedade da prostituição feminina, provavelmente associada a questões culturais e históricas, que a torna maioritária e mais acessível; 2) as dificuldades na acessibilidade a homens e transgénero; e 3) a falta de recursos e conhecimentos para a intervenção com estes géneros. Para além de ações dirigidas a TS, destacamos que duas instituições do empoderamento e uma do polimorfo desenvolvem ações junto de clientes de sexo pago, muito embora 12 entrevistados/as mostrem preocupação relativamente a estes: seis apontaram que se trata de uma população que assume comportamentos de risco, oferecendo mais dinheiro por relações sexuais desprotegidas, 11 referiram ainda que se trata da população menos acessível. As dificuldades de acesso a clientes de sexo pago encontram-se também mencionadas em alguns dos ainda poucos estudos que os abordam (por exemplo, Campbell, 1998; Mckeganey & Barnard, 1996; Monto, 2010; Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008).

Contexto de intervenção quanto ao trabalho sexual. Em todas as categorias verificámos que as ações podem ser dirigidas a TS que desenvolvem atividade prostitutiva em contexto de exterior e/ou de interior. Com efeito, 10 das instituições trabalham com TS em ambos os contextos, oito vocacionaram a intervenção para contexto de exterior em zonas urbanas, periféricas com características rurais e/ou industriais; três para o trabalho exclusivamente em contexto de interior (apartamentos) e duas não possuem equipa de proximidade (*outreach*), disponibilizando apenas serviços nas suas instalações. Portanto, verifica-se que a intervenção centra-se sobretudo no trabalho de exterior, muito embora os relatórios europeus da TAMPEP (2007) apontem para um crescimento da atividade em contexto de interior. É possível que a predominância de intervenção em contexto de exterior esteja associada, por um lado, à notoriedade e, por outro, à suposição de maior vulnerabilidade reportada em diversos estudos (Porter & Bonilla, 2010; Pyett & Warr, 1997; Weiner, 1996).

Objetivos de intervenção. Os objetivos de intervenção dividem-se entre a promoção da saúde (n=22) e a promoção social (n=17) dos utentes, sendo que 16 instituições apresentam os dois tipos de objetivos, uma distingue-se apenas com a promoção social (opressão) e seis com objetivos apenas focalizados na área da saúde (duas do empoderamento e quatro do polimorfo). Na tabela 4, a nível dos objetivos gerais, destaca-se que os paradigmas do empoderamento e polimorfo centram-se sobretudo na promoção da saúde, o que é consistente com outros projetos europeus de redução de danos (Pitcher, 2006) e com a ideologia de base (Oselin & Weitzer, 2013). A nível dos objetivos específicos destaca-se o prevenir, detetar e controlar o VIH/SIDA e outras IST (promoção da saúde); e o promover a inserção social (promoção social). Deste modo, embora os projetos estejam maioritariamente relacionados com a área da saúde (muitos financiados pela DGS), a intervenção é perspetivada de uma forma mais ampla, o que é coerente com a tendência europeia (Sanders et al., 2011) e com as diretrizes da NSWP (2008). Paralelamente, as instituições que se situam no paradigma da opressão, cuja missão é apoiar o abandono à prática da prostituição, focalizam os seus objetivos sobretudo na área social, em que a saúde, física e mental, é mais uma componente a considerar no projeto de vida alternativo.

Tabela 4. Objetivos gerais e específicos de intervenção

Objetivos	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Promoção da saúde	1	11	10	22
Reduzir riscos e minimizar danos	0	3	3	6
Prevenir detetar e controlar VIH/SIDA	0	9	6	15
Promover acesso a cuidados de saúde	1	7	6	14
Melhorar a qualidade de vida	1	6	6	13
Promoção social	2	9	6	17
Promover os direitos humanos	2	3	0	5
Promover o empoderamento	1	4	3	8
Promover a inserção social	2	6	3	11

Modelos teóricos. Os modelos teóricos que servem de suporte à intervenção são de sustentação empírica, normativa e teórica (tabela 5). O modelo de sustentação empírica contém a experiência própria e a experiência de outros projetos. No primeiro caso, não existe um modelo teórico-prático que oriente a intervenção, processando-se esta com base no ensaio-erro, valorizando o *Know-How*, isto é, a experiência anterior adquirida em trabalho semelhante; e no segundo, a intervenção é baseada na troca de experiências dos profissionais com elementos de outros projetos implementados no terreno há mais tempo ou em leituras sobre boas práticas de modelos internacionais de intervenção. No que concerne à sustentação normativa, patente sobretudo nas categorias empoderamento e polimorfo, a intervenção baseia-se em linhas orientadoras da própria instituição ou de organismos da tutela, como os modelos de redução de riscos e minimização de danos; Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infeção VIH/SIDA; TAMPEP, Programa Conjunto das Nações Unidas para o SIDA (ONUSIDA), *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), Organização Mundial de Saúde (OMS), entre outros. Os modelos de sustentação teórica dividem-se em autores de referência, sobretudo investigadores na área do trabalho sexual; e nas áreas de especialização, onde se encontram teóricos da educação, da psicologia e de modelos de promoção em saúde.

Tabela 5. Modelos de suporte à intervenção

Modelos de suporte à intervenção	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Sustentação empírica				
Experiência própria	1	1	1	3
Experiência de outros projetos	1	2	2	5
Sustentação normativa				
Diretrizes da tutela	0	6	3	9
Diretrizes da instituição	0	0	1	1
Sustentação teórica				
Autores de referência TS	0	3	4	7
Autores das áreas de especialização	1	4	1	6
Biopsicossocial	0	1	2	3
N/R	0	0	1	1

Podemos inferir que não existe um modelo teórico de referência comum que oriente a intervenção, mas sim um conjunto de linhas orientadoras, complementos de várias áreas do saber e referências dentro da investigação sobre o trabalho sexual, bem como a valorização da experiência adquirida em contexto da prática.

Apoios/respostas. Os apoios e serviços disponibilizados pelas instituições abrangem diversas áreas, com principal destaque para a área da saúde, do apoio psicossocial e das ações de educação/formação (tabela 6). Salienta-se ainda um serviço exclusivo de proximidade a clientes, que consiste num serviço de informação sobre saúde e prevenção de IST junto de clientes de sexo pago, e outro de apoio ao abandono da prática da prostituição. Estas respostas encontram-se na linha de outros serviços europeus, como mostram autores como Mak (2004), Pitcher (2006) ou Sanders et al. (2011); entre outros.

Tabela 6. Apoios/Respostas dirigidas a TS

Apoios/Respostas	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Saúde	2	11	10	23
Atendimento social	2	4	5	11
Apoio psicológico	2	4	5	11
Apoio psicossocial	1	10	7	18
Apoio jurídico	2	4	7	13
Apoio económico	2	1	2	5
Banco de recursos	1	3	5	9
Lavandaria/balneário	0	1	2	3
Linha telefónica de apoio a clientes	0	1	0	1
Lar de acolhimento	1	0	0	1
Ações de educação/formação	2	11	10	23

Saúde. Dentro destas respostas distingue-se o aconselhamento e informação sobre saúde de uma forma geral e prevenção de IST; a disponibilização de consultas de especialidade como ginecologia, psiquiatria, clinica geral; a administração de vacinas segundo o Plano Nacional de Vacinação (PNV); a execução de rastreios a IST (VIH, hepatites e outras) e citologia cancro do colo do útero; a distribuição de material preventivo e informativo, isto é, preservativos, lubrificantes, informação diversa sobre IST, profilaxia pós exposição, etc.; o encaminhamento/acompanhamento a estruturas formais, ou seja, não existe uma resposta específica, encaminham e acompanham a Centros de Saúde e Hospitais; e a prestação de cuidados básicos de enfermagem. As respostas centram-se sobretudo na distribuição de material preventivo e informativo, e no encaminhamento/acompanhamento a estruturas formais de saúde, conforme podemos visualizar na tabela 7. Convém salientar que todas procedem à disponibilização de preservativos, à exceção de uma instituição, que argumenta não o fazer para não duplicar serviços, uma vez que já existem no Sistema Nacional de Saúde, e porque não se enquadra nos seus objetivos, estando esta inserida no paradigma da opressão.

Tabela 7. Apoios/Respostas na área da saúde

Apoios/Respostas saúde	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Aconselhamento e informação saúde e IST	1	7	9	17
Com consultas de especialidade	0	2	2	4
Vacinação	0	3	1	4
Rastreios	0	7	8	15
Distribuição de material preventivo e informativo	1	11	10	22
Encaminhamento/acompanhamento a estruturas formais	2	11	8	21
Cuidados de enfermagem	0	4	3	7

Apoio psicossocial. As instituições procedem ao atendimento e diagnóstico social (n=11) e a consultas de psicoterapia, individual e/ou em grupo (n=11), todavia a maioria das instituições situadas nos paradigmas do empoderamento e polimorfo (n=18) não diferencia os apoios do foro social ou da psicologia, ofertando uma resposta indiferenciada que pode ser prestada por qualquer profissional, independentemente da sua formação de base. Dentro do apoio psicossocial encontra-se o aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento a estruturas formais.

Respostas de educação/formação. As respostas neste âmbito compreendem as ações de educação não formal (ENF) e formal dirigidas a TS, assim como ações de ENF dirigidas à comunidade e a outros profissionais. À exceção de uma instituição do paradigma da opressão, todas desenvolvem ações de ENF para TS, incidindo sobre as questões de saúde. Verificámos ainda alguns casos de ações de educação para a cidadania, competências sociais e pessoais, segurança na atividade, educação pelos pares (exceto opressão) e cursos de formação não certificados (apenas os da opressão). Relativamente à educação formal, a maioria encaminha para estruturas formais de ensino, sendo que duas ministram cursos de formação com equivalência escolar. A nível da formação para a comunidade encontramos a prevenção de entrada na atividade efetuada pelas instituições da opressão e a sensibilização em todas as categorias; relativamente às ações dirigidas a profissionais são também de sensibilização para as questões do trabalho sexual e é efetuada em todos os paradigmas, exceto o da opressão. Podemos inferir que na generalidade as instituições que se enquadram nas categorias do empoderamento e polimorfo adotam ações educativas focadas na saúde, segurança e bem-estar para quem continua na prostituição, enquanto as da opressão oferecem sobretudo respostas formativas com vista ao apoio para abandonar a prática, o que se coaduna com os seus objetivos. Mais à frente, analisamos esta dimensão com maior profundidade, tendo como base de análise as representações dos profissionais de proximidade.

Relativamente aos apoios/respostas, verificámos que as respostas centram-se predominantemente no âmbito da saúde, através da disponibilização de material preventivo, prestação de aconselhamento e informação sobre saúde e IST, onde se enquadra o apoio psicossocial; e encaminhamento e acompanhamento a estruturas formais de saúde, sociais e de educação.

Estratégias de proximidade. Como estratégias de proximidade à população-alvo, as instituições optam sobretudo pelo *outreach* (n=19), disponibilizando serviços sociais e de saúde a uma população que por norma não se desloca aos serviços formais e é considerada de difícil acesso (Mikkonen, Kauppinen, Houvinen, & Aalto, 2007; National Institute on Drug Abuse (NIDA), 2002; Needle et al., 2005; Rhodes, 1996; TAMPEP, 2009; UK Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008).

O *outreach* é ainda justificado pelo reconhecimento de existência de barreiras ao acesso de serviços formais, tal como é apontado em diversos estudos (Kurtz, Surratt, Kiley, & Inciardi, 2005; Lazarus et al., 2012; Ross et al., 2011). Neste seguimento, adicionalmente, cerca de metade das instituições oferecem serviços/respostas nas suas instalações (tabela 8).

Tabela 8. Estratégias de proximidade

Estratégias de proximidade	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
<i>Outreach</i>	1	10	8	19
Apoios/respostas na sede	2	3	6	11
Internet	0	2	2	4
Jornal	1	3	1	5

Táticas de proximidade. Como táticas de proximidade as instituições recorrem à distribuição de material preventivo (n=14), através da disponibilização de preservativos e gel lubrificante (n=11) e folhetos com informação diversa como as formas de transmissão/prevenção de IST, profilaxia pós-exposição, direitos, acessibilidades, entre outros (n=3); distribuição de outros géneros como água, lanches, toalhetes ou produtos de cosmética (n=5); estabelecem parcerias com as/os TS (n=13), que se constituem mediadoras para a proximidade a outros/as TS e clientes de sexo pago; e ainda duas referem o teste do VIH como a tática de proximidade a esta população. No entanto, a disponibilização de preservativos é a tática mais utilizada para estabelecer relações de confiança com a população-alvo.

Metodologia de intervenção e avaliação. A intervenção é na generalidade semiestruturada, sendo definida conforme as necessidades apresentadas pelos/as TS, em algumas situações, com o desenho de plano individual de intervenção, sendo que em duas instituições ela assume um carácter mais estruturado, na medida que os profissionais relatam que recorrem à metodologia de investigação-ação (empoderamento e polimorfo).

No sentido de proceder à avaliação do trabalho desenvolvido, as equipas técnicas adotam na generalidade, e independentemente da categoria a que se encontram associadas, procedimentos estruturados (recurso a instrumentos, estratégias ou técnicas de avaliação; investigação e/ou diagnóstico inicial) e não estruturados (*feedback* dos utentes e

observação não estruturada). A avaliação é predominantemente quantitativa através do registo de atividades e contactos: número de pessoas contactadas, número de material disponibilizado, número de atendimentos, número de encaminhamentos, etc. e divide-se consoante os seguintes objetivos: a) efetuar diagnóstico inicial dos utentes (n=17) - aspetos sociodemográficos (empoderamento e polimorfo), aferição de conhecimentos (empoderamento e polimorfo) e de necessidades (todas as categorias); b) avaliar eficácia de intervenção (n=14) - resultados com pós teste ou *follow up* (opressão, empoderamento e polimorfo), sem pós teste (empoderamento e polimorfo); impacto (empoderamento e polimorfo); c) informar a tutela e parcerias (n=9); d) aferir satisfação dos serviços (n=8) por parte dos utentes (em todas as categorias) e de outros profissionais (empoderamento); e) refletir internamente (n=13), presente em todas as categorias, o que demonstra a valorização da reflexão sobre a ação (Schön, 1990), que explicitaremos melhor na secção dedicada à formação dos profissionais. Uma das instituições não respondeu a este item.

Limitações, dificuldades e barreiras à intervenção. Como obstáculos à intervenção para a realização de ações ou cumprimento dos objetivos, os/as entrevistados/as identificaram situações de vulnerabilidade relacionadas com aspetos psicossociais dos/as TS; com especificidades do trabalho sexual; e com limitações internas e externas à ET.

Aspetos psicossociais dos/as TS. As limitações da intervenção estão associadas a diversas vulnerabilidades das/os TS, como o estigma (utentes são estigmatizados pela sociedade e serviços, e perspetivam-se de forma negativa); situação de ilegalidade dos/as TS imigrantes, o que implica dificuldade em aceder a bens e serviços e a acessibilidade por parte da ET; dificuldade de inserção profissional, relacionada com fatores como a idade, transgênderismo, falta de habilitações literárias e profissionais ou longo percurso prostitutivo; dificuldade em aceder a direitos e a apoio jurídico; rede social comprometida, nomeadamente no caso dos/as imigrantes e dos que ocultam a atividade de familiares e amigos; prevalência de doença mental, com psicopatologia associada e baixa autoestima; carência económica, associada à dificuldade em negociar sexo seguro, pela oferta de mais dinheiro por parte dos clientes de sexo pago; e consumo de drogas e álcool. Conforme a tabela 9, podemos verificar que o estigma (presente em todos os paradigmas),

a situação de ilegalidade e a carência económica são as vulnerabilidades mais apontadas. Muitos destes aspetos encontram-se também referenciados em diversos estudos (Agustín, 2005a; Day & Ward, 2004; Kempadoo & Doezema, 1998; Lazarus et al., 2012; Oliveira, 2011; Pheterson, 1993; Ribeiro et al., 2008; Scambler, 2007).

Tabela 9. Limitações à intervenção relacionadas com aspetos psicossociais dos utentes

Vulnerabilidades	Opressão	Empoderamento	Polímorfo	Total
Estigma	1	3	4	8
Ilegalidade	1	6	1	8
Dificuldade de inserção profissional	2	0	4	6
Dificuldade em aceder aos direitos	1	2	4	7
Rede social comprometida	1	2	1	4
Doença mental	2	1	2	5
Económica	0	4	4	8
Consumo drogas/álcool	0	0	2	2

Especificidades do trabalho sexual. Neste item, os/as entrevistados/as apontaram a mobilidade, referindo que se trata de uma população migrante, o que influi na avaliação e na continuidade do acompanhamento, bem como na rede de suporte social dos/as TS; a dificuldade de assumir compromissos com atividades (formativas e outras, adesão à psicoterapia, terapêutica medicamentosa, etc.); existência de relações de conflito e rivalidades entre TS e a reprodução desse tipo de relação com outras pessoas; a falta de associativismo/ativismo/coletivo, de tradição reivindicativa e de identidade profissional; o contexto de trabalho (as equipas abordam as pessoas no seu local de trabalho e muitas vezes não estão recetivas à intervenção); a existência de redes de tráfico, em que o controlo por parte de outrem impede que o/a TS aceda aos serviços ou dificulta o acesso da ET. De acordo com a tabela 10, há a salientar que a mobilidade foi a questão mais referenciada, ressaltando-se que uma instituição não a considera propriamente uma dificuldade, mas sim uma contingência. A mobilidade é uma estratégia dos/as TS para tomar o negócio mais rentável (Ribeiro et al., 2008). A dificuldade apontada em assumir compromissos pode estar relacionada com a falta de participação dos/as TS nos projetos/atividades que lhe são dirigidas.

Tabela 10. Limitações à intervenção relacionadas com especificidades do trabalho sexual

Especificidades do TS	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Mobilidade	0	6	6	12
Dificuldade de compromisso com atividades	1	5	5	11
Relações conflituosas	0	2	2	4
Falta de associativismo	0	2	1	3
Contexto de trabalho	0	0	1	1
Redes de tráfico	0	1	2	3

Limitações relacionadas com aspetos internos da ET. Neste item, foram referenciados a falta de recursos humanos; a falta de recursos financeiros; a dificuldade no estabelecimento de limites nas relações de proximidade; a falta de tempo para reflexão; a acessibilidade aos utentes, nomeadamente homens, clientes e transgénero; a falta de formação específica dos profissionais para lidar com questões de violência e maus-tratos; o idioma/cultura; o *burnout* e os voluntários/estagiários como um constrangimento no desenvolvimento do trabalho. Os recursos financeiros (n=16) bem como a acessibilidade a determinados utentes (n=15) foram as dificuldades mais referenciadas e presentes em todas as categorias. Importa refletirmos um pouco mais sobre a acessibilidade, da qual já falámos, uma vez que se encontra bastante referenciada como limitação, associada a situações de ilegalidade, à clandestinidade, ao estigma e à imoralidade, por sua vez, associadas ao TS. O quadro 2 mostra as dificuldades que as 15 instituições mencionaram:

Quadro 2. Acessibilidade

Contacto	Unidade de registo (exemplos)	Ref ^a
Inicial	<p>E5: “nós quando começámos achávamos que ninguém viria ao gabinete...”</p> <p>E6: “A primeira abordagem é sempre muito difícil...”</p> <p>E11: “... mas os utentes que a gente tem são muito complicados de lá chegar, pronto. E são pessoas muito difíceis de aderir aos serviços. Fomos arranjando maneira de lá chegar e trabalhando a confiança das pessoas...”</p> <p>E22: “... as pessoas não são muito recetivas no início, ou ficam um bocadinho desconfiadas...”</p> <p>E23: “Dificuldades no processo de acesso aos/as utentes, nomeadamente no que diz respeito... às/aos trabalhadoras/es sexuais de contexto interior, visto serem públicos com algumas características que dificultam a sua abordagem”</p>	6
Com homens e transgénero	<p>E9: “...Encontrei um, uma vez, que fugiu de nós.”</p> <p>E14: “À partida a prostituição masculina é ainda de mais difícil acesso do que a outra”</p> <p>E16: “os homens não chegam a nós, porque entretanto possivelmente ainda não conseguimos ter estratégias de chegar a eles”</p> <p>E17: “... ainda não conseguimos aceder a esse público-alvo”~</p> <p>E21: “conseguir mais proximidade com homens ou com pessoas transgénero é</p>	5

	difícil porque não abrem muito, conosco pelo menos, não procuram muito isso, é um desafio sempre...”	
Com clientes	<p>E4: “Os clientes constituem uma franja da população que gosta ainda mais de evitar o nosso contacto..”</p> <p>E6: “São a população mais difícil que nós temos, temos definido em termos de instituição por uma questão de trabalho sexual é a mais difícil”</p> <p>E12: “Os clientes não se dão a conhecer, não”</p> <p>E14: “Embora com clientes a distância seja sempre um bocadinho maior, nem todos, não é possível aproximarmo-nos, abordarmos todos clientes”</p> <p>E15: “Não trabalhamos com clientes, são uma população esquiva”</p> <p>E16: “...não conseguimos ainda ganhar a confiança deles”</p> <p>E18: “Não, com clientes também não, não conseguimos...”</p> <p>E21: “... evitam muito o contacto com a nossa equipa... portanto era importante chegar lá mas temos dificuldade em chegar aos clientes”</p>	11

Limitações relacionadas com aspetos externos à ET. Dentro destas limitações foram referenciadas a falta de respostas de inserção social, a nível profissional, formativo e habitação; a existência de barreiras no acesso aos serviços formais, associadas a horários dos serviços públicos, ilegalidade, estigma e discriminação; o preconceito/estigma da sociedade civil e de outros serviços; a falta de serviços de saúde específicos, como medicina e higiene no trabalho sexual, consultas de urologia etc.; falta de garantia de continuidade de projeto, a falta de apoios; o enquadramento legal do trabalho sexual; as visões diferentes sobre o trabalho sexual, a existência de poucos estudos na área e as dificuldades de articulação entre equipas. A tabela 11 mostra que as dificuldades de articulação foi a situação mais referenciada, seguida da existência de barreiras no acesso aos serviços formais.

Tabela 11. Limitações à intervenção relacionadas com aspetos externos

Limitações externas	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Falta de respostas inserção social	1	1	3	5
Barreiras no acesso aos serviços formais	0	3	3	6
Preconceito/Estigma da sociedade civil	0	1	1	2
Preconceito/Estigma dos outros serviços	0	2	2	4
Falta de serviços de saúde específicos	0	2	1	3
Falta de garantia de continuidade de projeto	0	3	2	5
Falta de apoios	2	1	0	3
Enquadramento legal do TS	0	1	0	1
Dificuldades de articulação	0	5	2	7
Poucos estudos na área	0	1	2	3
Visões diferentes sobre o TS	1	0	0	1

Potencialidades da intervenção. Como potencialidades da intervenção, os/as entrevistados/as identificaram situações relacionados com aspetos psicossociais e competências dos utentes, potencialidades internas e externas.

Aspetos relacionados com os/as TS. Dentro destes aspetos surgiu a confiança dos utentes na ET, mostrando receptividade à mesma e assumindo um papel de aliados, quer através da educação dos clientes de sexo pago, quer como mediadores/facilitadores da intervenção junto de outros sujeitos. As competências como o empoderamento dos/as TS e o conhecimento sobre as questões de saúde são também referenciados. A tabela 12 mostra que a receptividade à ET foi a mais identificada, sendo que pode ser associada à qualidade do trabalho, que de uma forma geral todos afirmam ter, e à valorização de estabelecimento de relações de confiança.

Tabela 12. Potencialidades da intervenção relacionadas com aspetos dos/as TS

Relacionados com o/a TS	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Aliados/as da ET	1	5	4	10
Receptividade às equipas	1	6	4	11
Empoderados/as	0	1	3	4
Bem informados/as	0	2	4	6

Potencialidades relacionadas com aspetos internos da ET. Neste item foram referidas a qualidade do trabalho; a abrangência do trabalho; a qualidade da equipa; a existência de mediadores na equipa; a promoção da educação pelos pares; os voluntários/estagiários como mais-valia; a capacidade de ultrapassar dificuldades e o relacionamento positivo com utentes. Na tabela 13 sobressai a qualidade do trabalho e a qualidade da equipa.

Tabela 13. Potencialidades da intervenção relacionadas com aspetos internos da equipa

Potencialidades internas	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Qualidade do trabalho	2	9	10	21
Abrangência do trabalho	0	3	4	7
Qualidade da Equipa	2	7	6	15
Existência de mediadores na ET	0	4	1	5
Promoção da educação pelos pares	0	2	1	3
Voluntários/estagiários	1	3	2	6
Capacidade de ultrapassar adversidades	1	1	2	4

As 21 instituições que foram agrupadas na subcategoria qualidade do trabalho forneceram respostas relacionadas com a adequação da postura técnica e a relação com os utentes (n=5); com os modelos e estratégias de intervenção (n=2); com os objetivos de promoção da saúde, do social e do empoderamento (n=10) e ainda a qualidade da resposta/apoio (n=12), pela sua originalidade ou unicidade. Estas quatro características são então percecionadas como potencialidades relacionadas em geral com a qualidade de trabalho.

Relativamente à qualidade da equipa, referiram a capacidade de flexibilidade e adaptação (n=4); a capacidade de reflexão (n=1); a existência de equipas multidisciplinares (n=4), a experiência (n=2), a motivação (n=2) e o profissionalismo associado à proximidade, conhecimentos, postura, perfil técnico e estabelecimento de relações empáticas, destacando-se esta última característica (n=14).

Potencialidades relacionadas com aspetos externos à ET. Neste ponto encontra-se a valorização da Rede Sobre o Trabalho Sexual (n=3), a Internet (n=1) e o trabalho em rede e parceria (n=8). Mais de metade não identificou potencialidades externas (n=14), onde se incluem as instituições na categoria da opressão.

Posto isto, importa esclarecer de que forma é que a articulação com os serviços se processa e como é que a comunicação é avaliada, acrescentando o facto dos/as entrevistados/as terem referido que se trata de uma dificuldade/limitação à concretização dos objetivos da intervenção. De uma forma geral, o trabalho em parceria e em rede com as instituições locais é bastante valorizado, sendo mais importante a relação informal com os profissionais de referência do que o protocolo. Estes profissionais de referência são descritos como mais sensíveis, facilitando a acessibilidade dos utentes e a comunicação entre instituições. As dificuldades surgem da parte de alguns profissionais que não agilizam a comunicação e os processos burocráticos. Relativamente à articulação com outras instituições dirigidas a TS, a maioria refere que existe comunicação, quer através de uma negociação explícita com as mesmas, acordando entre si locais e horários de intervenção (n=11); quer de forma espontânea, isto é, não negociada abertamente mas com conhecimento do trabalho de cada um e preocupação de não interferência (n=3); ou através da existência de grupos de trabalho (n=10) que dinamizam reuniões regulares, como é o

caso da Rede Sobre o Trabalho Sexual. Contudo, quatro entrevistados/as afirmam não existir qualquer articulação e seis não existirem outras instituições que promovam atividades similares. Curiosamente, encontramos duas duplas que afirmam não existir articulação, embora abranjam as mesmas pessoas. Num caso consideram que a articulação não é possível devido ao tipo distinto de abordagens e objetivos (uma enquadra-se no paradigma do empoderamento e a outra no da opressão); e noutro caso cada equipa, ambas do paradigma do empoderamento, pensa ser a única a intervir naquela área, embora tenham conhecimento do trabalho de ambas. Não foi possível obter resposta de uma instituição a esta questão.

Em síntese, através da análise dos resultados, podemos concluir que as posições teóricas e ideológicas relativamente ao trabalho sexual influenciam o tipo de respostas prestadas. Estas podem ser sintetizadas na dicotomia entre o apoio a quem se mantém na prostituição vs. o apoio para a saída. Paralelamente, identificámos uma dimensão política, presente em algumas instituições das categorias empoderamento e opressão.

A intervenção dentro das categorias do empoderamento e polimorfo é bastante semelhante, relacionada com a promoção e educação para a saúde, e centrada sobretudo na redução de riscos/danos decorrentes do trabalho sexual. A maior diferença que verificámos entre estas relaciona-se com o papel ativo de algumas instituições do empoderamento junto do poder político, designadamente através de apresentação de propostas para a regulação laboral da prostituição. No campo oposto, as instituições do paradigma da opressão distinguem-se não só pelo tipo de apoio que oferecem, apoio à saída da prostituição, mas também pela ação política que assumem assente também nos direitos humanos, mas com diferentes premissas, ou seja, a favor da erradicação da prostituição.

Tal como constatado por Oselin e Weitzer (2013), as instituições integradas nas categorias com dimensão política identificam um problema que afeta os/as TS, no entanto diferenciam a fonte – desigualdade entre géneros (opressão) vs. criminalização do trabalho sexual (empoderamento). Neste estudo, ao contrário do verificado pelos autores, ambas as posições tendem a empreender ações educativas e políticas para a resolução do problema identificado.

A existência simultânea destas duas vertentes de serviços - apoio à melhoria de qualidade de vida na atividade (higiene e segurança no trabalho, acesso a bens e serviços) e

medidas de apoio integrado e articulado com as várias áreas de inclusão (emprego, saúde, habitação, educação) para quem opte pela saída da atividade - permitem dar resposta à diversidade patente no trabalho sexual. Desta forma, parece-nos que estas instituições, independentemente da ideologia, assumem um papel importante, na medida que desenvolvem estratégias de proximidade e respostas, sem as quais muitos/as TS não teriam qualquer apoio, pela sua situação estar associada ao estigma e à discriminação, acrescentando muitas vezes a clandestinidade e a situação irregular de imigrantes.

Todavia, a intervenção destas instituições suscitou-nos algumas questões, a saber:

1) Em que medida é que as intervenções das instituições enquadradas nos paradigmas do empoderamento e polimorfo, substancialmente de tradição epidemiológica, centrando-se nas IST, contribuem (inversamente ao desejado) para a discriminação e estigmatização dos/as TS, uma vez que pode estar subjacente a ideia de que é um grupo de risco que se deve controlar a bem da saúde pública, reproduzindo desta forma os discursos higiénicos e moralistas?;

2) Em que medida é que as intervenções das instituições situadas no paradigma da opressão, ao considerarem a prostituição um crime, respeitam a opção de quem quer trabalhar na área e/ou privam-se de julgamentos que tendem a estigmatizar as/os TS?;

3) Por fim, interrogamos em que medida é que os/as TS participam na conceção, implementação e avaliação dos projetos a si dirigidos.

3.3. Práticas educativas das instituições e representações dos/as profissionais de proximidade

A educação não formal, definida como uma atividade baseada em fundamentos educacionais e pedagógicos que se desenvolve em organizações educacionais e da comunidade exteriores à escola, implicando atributos únicos, contextos específicos e metodologia característica (Romi & Schmida, 2009), encontra-se associada a movimentos sociais que almejam a mudança da sociedade (Finger, 2005). Caracteriza-se pela flexibilidade, abertura à mudança, capacidade de adaptação a populações heterogêneas, com muitas e diversas necessidades educacionais (Romi & Schmida, 2009), assumindo-se como um processo de aquisição de um conjunto de competências, destrezas e atitudes adquiridas com estímulos diretamente educativos em atividades não confirmadas pelo sistema escolar (Tourinán López, 1996). Estas aquisições contribuem para o exercício pleno de uma cidadania ativa, consciente e emancipatória, contemplando as diversas dimensões do desenvolvimento e da satisfação humana. Enquanto processo de aprendizagem, a ENF parte do entendimento dos sujeitos como portadores de capacidade e de poder de acrescentar mais e melhores competências à sua realização pessoal dentro de uma participação ativa na sociedade (Freire, 1996). Deste modo, a educação deve ser entendida como processo dialógico de aperfeiçoamento humano, concretizando-se no plano dos direitos humanos e das liberdades fundamentais (Amado, 2013).

As práticas educativas associadas à ENF são maioritariamente empreendidas por organizações da sociedade civil e assumem as mais diversas formas, muitas vezes ligadas à intervenção comunitária, à ação social ou à animação sociocultural; e encontram-se normalmente integradas em programas com objetivos sociais mais amplos (Luque, 1997), como é o caso do trabalho desenvolvido por programas e Organizações Não Governamentais junto das pessoas que se prostituem. Estas instituições assumem um papel preponderante, na medida em que desenvolvem espaços e tempos educativos mais próximos dos cidadãos e conseguem fornecer respostas imediatas e adaptadas às necessidades prementes. Porém, existe ainda pouco conhecimento sobre as potencialidades da educação neste contexto emergente (Alarcão & Araújo e Sá, 2010), bem como pouca valorização destas práticas por parte das instâncias pedagógicas (La Belle, 1982; Luque, 1997).

De acordo com a literatura científica, a intervenção socioeducativa desenvolvida junto dos/as TS centra-se sobretudo numa abordagem de educação para a saúde (EpS), no sentido da redução de riscos e minimização de danos, prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), tais como a hepatite B, a sífilis ou o VIH/SIDA (Agustín, 2005b; Oliveira, 2011; Vanwesenbeeck, 2001).

A EpS é considerada uma atividade de promoção de saúde, relacionada com o empoderamento dos sujeitos, no sentido destes adquirirem um maior controlo sobre os fatores que afetam a sua saúde (Ewles & Simnett, 2003). De acordo com Ewles e Simnett (2003), existem cinco abordagens de promoção de saúde, a saber: 1) a abordagem médica, que recorre a métodos de intervenção persuasivos e paternalistas; 2) a abordagem de mudança comportamental, que visa encorajar a adoção de um estilo de vida saudável; 3) a abordagem educativa, onde se inclui o facultar informação, assegurar o conhecimento e compreensão de questões ligadas com a saúde e permitir a tomada de decisão informada; 4) a abordagem centrada no cliente, em que o papel do educador é de facilitador no processo de ajudar as pessoas a identificar as preocupações, a adquirir conhecimento e competências para a mudança. Nesta abordagem, os sujeitos são considerados como iguais, com conhecimento, competências e capacidades de assumir controlo sobre suas vidas, estando presente o constructo de empoderamento; 5) a abordagem de mudança da sociedade, que visa efetuar mudanças no ambiente físico, social e económico; e onde se incluem os que defendem que têm o direito democrático de mudar a sociedade e estão comprometidos em colocar a saúde na agenda política.

As iniciativas de EpS, junto de TS, assumem sobretudo um cariz epidemiológico, o que pode remeter para a prevalência de dispositivos de controlo sobre o corpo e a sexualidade, consolidada numa estratégia de saber-poder (Foucault, 1990) para a vigilância higiénico-sanitária dos/as TS com benefícios para a saúde pública, tal como ocorreu no passado com a proliferação de discursos sobre a sexualidade (Foucault, 1990). É possível que esta abordagem se enquadre no advento da SIDA e na construção probabilística do risco (Almeida Filho, 1989), uma vez que a prostituição se encontra associada à atividade sexual com diversos parceiros e, por isso, sujeita a um risco ocupacional (Ross et al., 2011). Justifica-se, por esta via, a centralidade da EpS e, conseqüentemente, a relativa escassez de estudos sobre a intervenção socioeducativa destas instituições, numa perspetiva mais abrangente (exceto González & Sánchez, 2013).

No entanto, vários estudos apontam que o preservativo é usado com frequência nas relações sexuais comerciais (Day, 1988; Mckeganey & Barnard, 1996), sendo que é nas relações íntimas e com clientes habituais que se encontra um maior facilitismo da prática de sexo sem preservativo (Murray et al., 2007; Oliveira, 2011; Ward et al., 1993). Estudos demonstram ainda uma prevalência baixa de VIH entre os trabalhadores do sexo na Europa (Ward, Day, Green, Cooper, & Weber, 2004), com a exceção de consumidores de drogas intravenosas, e migrantes de países onde o VIH é endémico, que são infetadas no país de origem e não no país de acolhimento (Gaffney, Velcevsy, Phoenix, & Schiffer, 2008). Outros estudos demonstram que os riscos ocupacionais decorrentes do trabalho sexual ultrapassam as IST, apontando aspetos relacionados com a saúde física e mental, bem como questões associadas à segurança, nomeadamente o *burnout* (Benoit et al., 2005; Spice, 2007; Vanwesenbeeck, 2005), o stress pós-traumático (Farley, 2004), o stress, a depressão, a dependência de álcool e drogas, a alergia ao latex, a morte (Groneberg, Molliné, & Kusma, 2006), ferimentos/lesões a nível muscular e do esqueleto (Alexander, 1998); a coação para relações desprotegidas e a gravidez (Spice, 2007); a violência e o assédio perpetrada por clientes e/ou proxenetas (Groneberg et al., 2006; Spice, 2007). Para diversos autores (Alexander, 1998; Benoit et al., 2005; Lazarus et al., 2012; Oliveira, 2011; Ross et al., 2011), estes e outros riscos encontram-se associados à legislação vigente e à estigmatização das/os TS.

Nesta secção, retomamos os paradigmas de Weitzer (2009) e estabelecemos a ponte com as respetivas representações sobre o trabalho sexual e os seus atores (quadro 3). Questionamos de que forma as representações influenciam as iniciativas socioeducativas empreendidas e efetuámos novamente uma análise tendo em conta a atuação da instituição e não os percursos individualizados dos seus representantes. Deste modo, pretendemos refletir sobre o papel socioeducativo das instituições, em Portugal, junto dos/as TS, tendo em conta as representações dos seus profissionais, no sentido de identificar divergências e convergências nas iniciativas de ENF.

Por representações sociais entendemos as construções simbólicas coletivas, historicamente determinadas, socialmente compartilhadas e comunicadas, que modelam simultaneamente as ações dos grupos e são por elas moldadas. Neste sentido, a ação dos indivíduos é determinada pela representação compartilhada numa rede complexa de relações sociais, que se reflete em práticas e discursos (Jodelet, 1989; Moscovici, 1976).

As representações dos profissionais, das instituições que dirigem serviços a TS, sobre a prostituição e os seus atores, foram agrupadas nas três categorias propostas por Weitzer (2009).

Quadro 3. Categorias de análise: representações sobre a prostituição e seus atores

Representações	Opressão	Empoderamento	Polimorfo
Prostituição	Crime Opressão legitimada pelo patriarcado Violência contra as mulheres e desigualdade de género Não existe diferença entre prostituição e tráfico, prostituição é sempre coagida	Trabalho Escolha racional Existe diferença entre tráfico para fins sexuais e exercício livre e consentido	Constelação de arranjos ocupacionais, relações de poder e experiências de trabalho diferentes Inclui o posicionamento neutro
Prostituta	Sobrevivente, prostituída	Trabalhador/a do sexo	Diversidade de situações Trabalhador/a do sexo
Consumidores	Abusadores Prostituidores Estupradores	Cliente	Cliente

As iniciativas de ENF são dirigidas a três tipos de público: a) aos/às TS; b) à comunidade e c) a profissionais de outras instituições da rede de serviços local (nas categorias empoderamento e polimorfo).

Ações dirigidas a TS: promoção da saúde e promoção social

De acordo com os resultados obtidos e como já foi explicitado na secção anterior, a maioria das instituições desenvolve ações de ENF para TS, incidindo sobre as questões de saúde. Este aspeto encontra-se associado aos objetivos delineados pelas instituições que se centram predominantemente na promoção da saúde; pode ser explicado pela entidade financiadora; e ainda pela atribuição de papéis nesta área a diferentes indivíduos, grupos e comunidades ou instituições (Greene & Simons-Morton, 1988). Contudo, como mais de metade das instituições contemplam em simultâneo objetivos de promoção social, encontramos ainda referência a outro tipo de ações, conforme nos apresenta a tabela 14. Estas ações são geralmente semiestruturadas, informais, realizadas individualmente, não obedecendo a programas pré-estabelecidos.

Tabela 14. Tipologia de ações de ENF dirigida a TS

ENF dirigida a TS	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Educação para a saúde	1	11	10	22
Educação para a cidadania	1	3	5	9
Segurança na atividade	0	1	3	4
Curso de Formação sem equivalência escolar	2	0	0	2
Educação pelos pares	0	4	2	6
Competências pessoais e sociais	2	1	5	8

Promoção da saúde: a saúde como um direito fundamental

Em todas as categorias, a saúde é apontada como um aspeto prioritário, no entanto a forma como é abordada difere. Os/as entrevistados/as da categoria opressão consideram que é e deve ser assegurada pelos serviços formais e justificam a pouca iniciativa que assumem nesta área com a inclusão, empoderamento e rentabilização dos recursos.

[...] tem a ver também com a nossa pedagogia, é importante ensinar as pessoas, não criar guetos, porque em guetos elas já vivem. Vamos criar outro gueto com o médico, com o enfermeiro? (E12).

Ao contrário dos/as entrevistados/as da categoria opressão, os/as entrevistados/as da categoria empoderamento e polimorfo consideram que os serviços de saúde formais nem sempre respondem de forma adequada, o que justifica o seu papel no âmbito da EpS e a necessidade identificada de sensibilização junto dos serviços formais, de forma a diminuir o preconceito, os julgamentos morais e a promover o respeito pelas pessoas.

Os próprios serviços de saúde ainda não estão muito, ainda há muito a fazer para mudar mentalidades e acabar com preconceitos e ideias pré formadas [...] (E1);

[...] a questão dos transexuais, por exemplo, ...há muitos serviços onde são discriminados, onde são olhados, e aqui, as administrativas, toda a gente está habituada, podem vir mais espampanantes, menos espampanantes[...] (E11).

No campo da EpS, as instituições prestam informação genérica sobre saúde sexual e reprodutiva; sobre o uso correto e consistente do preservativo, bem como sobre os diferentes preservativos, incluindo o feminino; sobre cuidados de higiene; sensibilizam para a importância da realização do Plano Nacional de Vacinação (PNV) e rastreios a IST; prestam aconselhamento e esclarecem dúvidas. Sobre a segurança na atividade, já foram abordadas questões de defesa pessoal e de cuidados a ter com os clientes potencialmente

perigosos, de forma às/aos TS protegerem a sua integridade física e psicológica, coerente também com a perspectiva de redução de riscos.

Promoção social: os direitos humanos em questão

As instituições empreendem ações não formais focalizadas nos direitos humanos e cívicos, no desenvolvimento de competências e no empoderamento. Todavia, tal como na saúde, esta questão assenta em premissas distintas: na categoria opressão, a prostituição constitui uma violação dos direitos humanos, que deve ser erradicada e as pessoas protegidas; na categoria empoderamento, a única forma de garantir direitos é através do reconhecimento da atividade. A categoria polimorfo, ao contemplar a diversidade, compreende a existência de situações de exploração que devem ser protegidas e outras de opção racional (Chapkis, 1997), que devem ser salvaguardadas. Desta maneira, o desenvolvimento de competências sociais e pessoais na categoria opressão encontra-se sobretudo relacionado com a procura de emprego (elaborar um currículo, como procurar emprego e como se comportar numa entrevista), treino e aprendizagem para o trabalho (cumprimento de um horário de trabalho) e cursos de formação profissional; na categoria empoderamento liga-se ao desenvolvimento de competências promotoras de saúde e cidadania; e na categoria polimorfo existe a preocupação com a reflexão, tomada de consciência de si e da atividade.

Ações dirigidas à comunidade e outros profissionais

No que se refere às ações dirigidas à comunidade, estas podem assumir um carácter de sensibilização/informação sobre a atividade, de forma a reduzir o estigma e discriminação associados ao trabalho sexual (categoria empoderamento e polimorfo), ou ainda de prevenção de entrada na prostituição (categoria opressão), como atestam os seguintes exemplos:

[...] há um trabalho fundamental a fazer junto da população em geral que é a luta contra o preconceito, contra o estigma, contra a segregação e, no fundo, nós encaramos a saúde como um direito humano. A saúde como direito humano engloba lutar contra a segregação, contra o estigma, contra o preconceito, esse trabalho eu acho que tem de ser feito junto de toda a população. (E1);

[...] eu acho que o fundamental era trabalhar ao nível da educação, ou seja, muito antes, desde pequeno (...) a questão é cultural, aprender, ou seja, recorrer à prática da

prostituição, isso nem sequer ser uma opção e para isso é preciso mudar mentalidade [...] (E5).

Convém ressaltar que algumas das instituições desenvolvem ações mais amplas de promoção de saúde junto da comunidade onde estão inseridas e destacamos que três instituições relataram que desenvolvem ações junto dos clientes de sexo pago.

Quanto às ações dirigidas a outros profissionais, são também de sensibilização, no sentido do combate ao estigma e à discriminação nos serviços públicos e privados, sensibilização para o atendimento e sobre questões relacionadas com o TS e de informação sobre o trabalho da instituição/projeto, de forma a estabelecer parcerias (categoria empoderamento e polimorfo).

[...] na medida em que houver menos preconceito mais possibilidades há destas mulheres serem atendidas como outras quaisquer, tudo depende do trabalho que se for fazendo a nível da sensibilização das pessoas. (E1).

Os/as entrevistados/as postulam a necessidade de mudança de postura e mentalidades, de maneira a promover a aproximação das pessoas aos serviços e destacam a importância do respeito na relação com as/os TS, para que desta forma os seus direitos fundamentais não se encontrem comprometidos.

Sim, coisas tão simples como tratar a pessoa pelo nome social e não insistir no nome legal do passaporte durante o atendimento, coisas tão básicas como evitar os comentários jocosos quando passa uma patrulha... Porque coisas tão simples como estas criam uma distância às vezes e uma resistência a recorrer ou a serviços de saúde ou a serviços policiais. (E15).

Necessidades de educação/formação identificadas

Procurámos ainda perceber que necessidades de educação/formação são identificadas como mais prementes. Apenas cinco instituições referiram necessidades de ações educativas para TS, identificando a formação de educação pelos pares, competências pessoais e sociais, higiene e saúde, segurança na atividade e legislação. As necessidades de educação formal foram também identificadas (tabela 15).

Tabela 15. Identificação de necessidades de educação/formação

Necessidades de Educação/Formação	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
ENF para TS				
Higiene e Saúde na atividade	0	0	1	1
Segurança na atividade	0	0	1	1
Legislação	0	0	1	1
Educação pelos pares	0	2	1	3
Competências pessoais e sociais	0	0	2	2
EF para TS				
Escolar	1	0	4	5
Profissional	1	0	2	3
ENF Comunidade e Profissionais				
Legislação	0	2	0	2
Sensibilização para o atendimento de TS	0	0	2	2

No que concerne à identificação de necessidades de ENF para comunidade e profissionais (tabela 15), encontra-se a preocupação com as informações sobre legislação, isto é, transmissão de conhecimento sobre as leis que permitem a acessibilidade aos serviços por parte dos/as TS; e a sensibilização para o atendimento a TS, no sentido de combate ao estigma, à discriminação, ao preconceito e mudança de mentalidades. Os/as entrevistados/as reforçam a ideia da necessidade de discutir sobre o trabalho sexual, no sentido de trazer à luz um tema que do seu ponto de vista se encontra envolto em moralismo, como atestam os seguintes testemunhos da categoria empoderamento e polimorfo respetivamente:

[...] também existe aqui um grande movimento no sentido de desmistificar estes tabus e tentar, tentar colocar mais estas questões mesmo em termos de debate, em termos de intervenção para ver se conseguimos que em termos de mentalidade também umas coisas se modifiquem [...](E16);

[...] o interesse que nós temos em lutar contra os tabus, contra os mitos e contra a estigmatização das pessoas [...] (E20).

Acresce ainda a preocupação de informar o poder político, centrada em dois polos antagónicos: legalização do TS (categoria empoderamento) e erradicação da prostituição (categoria opressão).

[...] o Estado tem responsabilidade perante esta classe. E como responsabilidade que tem, deve tomar todas as medidas para a que a legalização seja efetuada nos trâmites da lei. Como é lógico, uma sociedade tem direitos e para que haja esses direitos tem de haver deveres, sobretudo claramente a legalização do trabalho sexual. (E6);

[a instituição] fez parte de um grupo de trabalho a pedido do Conselho de Ministros para dar o seu parecer sobre a moldura jurídica que enquadrava a prostituição e nós, naturalmente, que defendemos o sistema abolicionista que é o que está a vigorar hoje em Portugal, porque não concordávamos de modo algum que as mulheres fossem presas pelo facto de se prostituírem, e que todos os outros agentes ficassem completamente impunes, aliás o proibir acho que leva à transgressão. (E12).

Relação educativa centrada na pessoa

Apesar das divergências mencionadas, foi possível verificar a prevalência de pontos comuns relativamente às características da relação educativa. De facto, as instituições, independentemente da categoria onde se situam, valorizam o estabelecimento da relação com os/as TS como essência do trabalho. Esta relação, dita de confiança e de proximidade, parece reger-se por princípios enunciados por autores como Carl Rogers (1975, 1985) ou Paulo Freire (1972, 1996), e materializam-se no estabelecimento de horizontalidade, empatia e suporte, associadas à promoção do empoderamento.

Como princípios rogerianos (Rogers, 1975, 1985) entendemos, para esta análise, exemplos como a atitude de não julgamento, não discriminação:

Nós, profissionais de saúde, não temos que fazer juízos de valor, temos que cuidar. (E1);

A aceitação, o respeito pelas opções e o apoio incondicional:

[...] a pessoa perceber que a equipa estará aqui, independentemente das decisões que ela tomar. (E5).

Na linha de Freire (1972, 1996), as relações estabelecidas com os/as utentes são descritas como sendo de igual para igual, colaborativas, valorizando uma abordagem de proximidade, de continuidade e de confiança como fundamental para o desenvolvimento de uma intervenção socioeducativa. Deste modo, os/as entrevistados/as referenciam a aprendizagem mútua como estratégia educativa:

Eu tenho esta convicção, e sempre trabalhei com esta convicção, [...], não vou ensinar ninguém, eu aprendi sempre mais do que o que ensinei, muito mais com toda a gente. (E1);

[...] uma visão da educação do ‘ah eu vou-te ensinar, vais ver como é que é’, não é nada disso, na verdade nós aprendemos muito numa lógica mutualista. (E14).

Uma vez que os/as entrevistados/as acreditam no potencial dos seus utentes:

Não partimos do princípio que as pessoas são um livro branco em que vamos escrever, não, as pessoas têm a sua cultura, têm as suas crenças, os seus conceitos, portanto, tem que haver uma partilha que nós temos ser elementos facilitadores, temos de respeitar as capacidades que todas as pessoas têm. (E1).

Neste sentido, os/as entrevistados/as perspetivam-se como facilitadores/as no processo educacional, numa relação educativa horizontal:

Na intervenção social também passa por uma relação de igualdade e não uma relação em que eu sei e a menina não sabe. Não, a menina é que sabe porque é quem está na situação e é quem me vai dizer aquilo que necessita. Não sou eu que lhe vou dizer o que precisa, as funções é que são outras, de resto estamos numa situação de igualdade. (E12).

Tendo por base o compromisso de ambas as partes:

Os nossos modelos de intervenção passam muito por esta filosofia do trabalho do auto cuidado em saúde, da responsabilização, de negociação também no sentido de fazermos um plano para aquela família ou para aquela utente no fundo, mas dizermos perante isto cada um de nós vai ter aqui responsabilidades e compromissos e todos vamos ter de cumprir [...] (E16).

O empoderamento guia também grande parte das intervenções, entendido como um processo pelo qual as pessoas, organizações e comunidades ganham controlo e mestria sobre questões que as preocupam relacionadas com as suas vidas e participação democrática nas suas comunidades (Rappaport, 1987; Zimmerman & Rappaport, 1988; Zimmerman, 1995). Neste incluímos o trabalho desenvolvido em direção à autonomia e ao poder de decisão, o desenvolvimento de ações que promovem uma maior consciência de si e da atividade, a participação dos utentes na definição dos seus projetos de vida, a informação sobre os recursos existentes para que as pessoas possam usufruir dos seus direitos e proceder, desta forma, a escolhas livres e informadas.

[...] não queremos pessoas presas a projetos, nós queremos pessoas que em determinado momento, com o que é disponível e o que elas têm de direito enquanto pessoas, se organizem. (E2).

[...] consideramos que as pessoas são autónomas, que têm poder de decisão. É uma intervenção pragmática, que se abstém de julgamentos morais e procura dar às pessoas as ferramentas necessárias para elas fazerem as suas próprias escolhas. E nós procuramos fornecer ferramentas para promover a capacitação dos indivíduos para a realização do seu trabalho com mais segurança. (E4).

Neste ponto, as categorias divergem uma vez mais, na medida que o empoderamento é entendido ora como uma forma de libertação da opressão masculina e estrutural que submete as mulheres à prostituição (categoria opressão), ora como emancipação através da escolha racional pelo trabalho sexual (categoria empoderamento); e ainda como consciencialização na diversidade de situações que caracteriza o trabalho sexual (categoria polimorfo).

[...] entender que a mulher seria muito vítima de todo um sistema de desigualdade de oportunidades, de exploração sexual, dessas questões todas. Neste momento, faz-nos muito sentido olhar para as mulheres como um potencial, com tudo que elas têm de sonho e de esperança no futuro e construir com elas isto mesmo e é neste registo que nasce a estrutura de emprego protegido [...]. (E5).

Para alguns, esta forma de conduzir a prática é uma potencialidade da intervenção (E4, E8, E12, E14 e E18), sendo este pressuposto coerente com os modelos de promoção de saúde, de promoção social e com a visão holística (Ewles & Simnett, 2003), que a grande parte defende.

[...] nós devíamos trabalhar mais no futuro. Parece-me a mim, é que através do *empowerment* que depois consegue-se tudo o resto, tanto a saúde, como o bem-estar social, afetivo. (E8).

Em síntese, as ações de ENF promovidas pelas instituições junto de TS encontram-se relacionadas com as representações sobre a prostituição e centram-se no apoio à saída da atividade; na defesa dos direitos dos/as TS; e na redução de riscos e minimização de danos decorrentes do trabalho sexual.

A nível da redução de riscos, empreendida pelas instituições da categoria empoderamento e polimorfo, a intervenção focaliza-se principalmente na EpS, incidindo predominantemente na prevenção de IST e VIH/SIDA, conforme recomendações de vários organismos internacionais (Mikkonen et al., 2007; TAMPEP, 2007, 2009; UK Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008). Embora não exista um modelo específico ou comum, encontrámos sobretudo três tipos de abordagens, normalmente utilizadas em promoção de saúde, a saber: a educativa, a centrada no cliente e a de mudança da sociedade (Ewles & Simnett, 2003).

A focalização na epidemiologia, numa época pós pânico da SIDA, pode remeter para discursos higiénico-sanitários, como estratégia de saber-poder para produzir “corpos

dóceis”(Foucault, 1990, 1999), controlando, por esta via, a saúde com benefícios para os clientes de sexo pago e não para os/as TS (Agustín, 2007a), como aconteceu durante praticamente todo o século XIX. Assim, inadvertidamente, pode então contribuir para a perpetuação da discriminação dos/as TS.

Por outro lado, a posição pró trabalho sexual tende a ignorar as pessoas que se encontram temporariamente numa situação de trabalho sexual com determinadas vantagens, mas sobre a qual não pretendem construir uma identidade, como advoga Agustín (2007a). Do mesmo modo, as instituições que apoiam o abandono da prática estão também sujeitas a críticas, na medida que reproduzem discursos moralistas e não respeitam a diversidade patente no trabalho sexual (Weitzer, 2009).

Apesar das divergências entre principalmente a categoria opressão e a empoderamento, a valorização de uma relação pedagógica de confiança, baseada em princípios educativos de Rogers (1975, 1985) ou de Freire (1972, 1996), confere uma proximidade às perspetivas díspares.

Independentemente das representações destes profissionais, parece-nos importante o trabalho destas instituições, sem as quais os/as TS estariam provavelmente numa situação de ainda maior vulnerabilidade, uma vez que, por norma, não solicitam os serviços formais (Crosby, 1998; Porter & Bonilla, 2010; Weiner, 1996). No entanto, reforçando a posição que temos vindo a defender, consideramos que urge envolver os/as TS na conceção, implementação e avaliação de serviços que lhes são dirigidos, com o objetivo de romper com mecanismos e processos de exclusão, estigmatização e discriminação; e adequar ações que respondam às necessidades e expectativas dos participantes, para que as práticas não assentem em discursos impostos de solidariedade, empoderamento, autoestima e inclusão social (Agustín, 2007a).

3.4. Profissional de proximidade como educador reflexivo

No contexto de trabalho sexual, tal como noutras circunstâncias da vida real, as situações não são usualmente lineares ou claras. Os profissionais de proximidade lidam com questões socio educacionais complexas, relacionadas não só com a sexualidade, mas com outras questões, como já verificámos. Portanto, devem estar preparados para lidar com situações de incerteza, instabilidade, unicidade e conflito de valores – características das situações complexas quotidianas. Uma vez que não existem fórmulas mágicas, para lidar de forma competente com estas questões é necessário ter capacidade de improviso, invenção e adequação de estratégias (Schön, 1983).

Em termos da formação de profissionais reflexivos, Schön (1990) acredita que os exemplos práticos preparam melhor os profissionais para lidar com desafios e para tomar decisões em situações de complexidade; e sugere que os profissionais principiantes devem ser ajudados a adquirir determinadas competências que podem ser usadas neste tipo de situações. O autor defende uma prática reflexiva que implica conhecimento-na-ação (*knowing-in-action*), reflexão-na-ação (*reflection-in-action*) e reflexão-na-reflexão-na-ação ou reflexão sobre a ação (*reflection-on-reflection-in-action*). O primeiro refere-se ao *know-how*, é tácito, encontra-se implícito nos padrões de ação; o segundo refere-se ao aprender-fazendo, quando pensamos sobre o que estamos a fazer e compreendemos enquanto o fazemos, o último acontece quando a ação é mentalmente reconstruída. Estas atividades implicam pensamento reflexivo - definido como uma consideração ativa, persistente e cuidada; ou uma suposta forma de conhecimento, tendo em conta a racionalidade e as conclusões a que conduz (Dewey, 1997). Trata-se de questionar evidências, no sentido de introduzir nova informação que confirme ou não as hipóteses formuladas (Dewey, 1997). O pensamento reflexivo na educação de profissionais é uma forma de os preparar para lidarem com situações futuras em que as teorias não se aplicam. Desta forma, os profissionais aprendem com a sua experiência e o trabalho torna-se um ato de formação/treino, quando acompanhado por uma atividade de análise, estudo ou pesquisa sobre ele mesmo (Barbier, 1996).

As diversas formas de educação baseadas na experiência têm sido amplamente aceites e usadas em programas de formação (Kolb, 1984). Lave e Wenger (1999) acrescentam que aprender não é um ato isolado, acontece nas comunidades de práticas, nas

quais os sujeitos, por sua vez, são participantes ativos. Trata-se de um processo social que inclui a aprendizagem de competências.

Quanto à competência, pode ser entendida como a habilidade para operacionalizar um conjunto de conhecimentos, atitudes e aptidões numa situação única e complexa, no sentido de fornecer uma resposta efetiva (Perrenoud, 1996); ou, como a combinação (não a soma) de recursos que o profissional mobiliza para a ação (Le Boterf, 2003). De acordo com Le Boterf (2003), os recursos podem ser pessoais ou ambientais, incluindo conhecimento (teórico, do contexto profissional e procedimentos); *know-how* (formal, empírico, relacional, cognitivo); aptidões ou qualidades; recursos emocionais e fisiológicos. Um profissional competente é uma pessoa que sabe como lidar numa situação complexa, por isso é esperado que saiba como agir e responder com relevância, combinando recursos e mobilizando-os num contexto específico; transpor para outras situações; aprender e aprender a aprender, e tornar-se emocionalmente implicado.

Nesta secção abordamos a formação académica e profissional dos profissionais que dirigem serviços a TS e identificamos as necessidades de formação contínua que reconhecem na sua prática quotidiana. Indagamos, paralelamente, possíveis caminhos e contributos da educação/formação neste contexto.

Formação das equipas técnicas das instituições

As equipas técnicas, que dirigem serviços a TS, são compostas por elementos de várias áreas: serviço social (n=17), educação social (n=6), antropologia (n=1), sociologia (n=4), enfermagem (n=16), medicina (n=6), direito (n=8), psicologia (n=20), sendo que algumas contam ainda com a colaboração de administrativos (n=7), mediadores (n=7), monitores (n=2), motoristas (n=3), outros auxiliares (n=4), estagiários (n=9) e voluntários (n=12), sobressaindo, no geral, os psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros.

Para além da formação de base, os profissionais efetuam ou efetuaram formação específica – interna ou externa. A formação interna compreende a formação que é ministrada pelos elementos da equipa, com base na experiência e conhecimentos adquiridos, ou por um supervisor externo, isto é, um elemento externo à equipa que supervisiona a prática. A formação externa refere-se à formação frequentada noutros locais externos à instituição, através da frequência de seminários temáticos, workshops, palestras, etc., promovidos por outras entidades; e a especialização na área de conhecimento,

relacionada com a formação específica em diversos tipos de terapia, com supervisão clínica. Estes resultados demonstram a valorização da formação contínua por parte dos profissionais.

Existem ainda instituições que não dispõem de nenhum programa de formação, no sentido de dotar os profissionais com conhecimentos teórico-práticos para a intervenção. A experiência profissional adquirida em contextos de trabalho semelhante é também valorizada como forma de formação, tal como já tínhamos referido nos modelos teóricos que orientam a prática (ver tabela 5 e tabela 16).

Tabela 16. Tipo de formação das equipas técnicas

Tipos de formação	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Interna				
Entre ET	1	5	5	11
Com supervisor externo	2	4	3	9
Externa				
Seminários temáticos	1	8	7	16
Especialização conhecimento	0	3	3	6
Inexistente	0	2	3	5
Experiência profissional	0	4	4	8

Apesar da valorização da formação, verificamos que não existe um plano estruturado para os profissionais que trabalham com esta população em específico. A aquisição de competências práticas e teóricas processa-se sobretudo pela frequência de seminários teóricos relacionados com o tema e pela partilha entre os elementos da ET. A maioria refere que não são recrutados novos profissionais e os estagiários/voluntários recebem alguma informação genérica sobre a prática e procedimentos da instituição. Podemos ainda inferir uma maior valorização da experiência profissional nas categorias do empoderamento e polimorfo. A valorização da aprendizagem através da experiência e com outros profissionais mais experientes é também defendida por autores como Schön (1990).

Áreas de formação. A formação incide sobretudo sobre as questões de saúde, postura técnica, incluindo aspetos éticos (forma como se devem comportar diante do utente, obrigação ao sigilo, confidencialidade, respeito, profissionalismo, etc.) e procedimentos da instituição (regras, objetivos, modos de intervenção, entre outros) conforme a tabela 17.

Tabela 17. Áreas de formação

Áreas de formação	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Saúde	0	4	3	7
Postura técnica	0	4	2	6
Procedimentos da instituição	0	3	3	6
Jurídica	0	2	0	2
Teórico prático	2	0	0	2

Necessidades formativas das equipas técnicas. Neste item foram identificados quatro tipos:

1) O desenvolvimento pessoal, isto é, a formação de competências pessoais e sociais, a psicoterapia (lidar com *burnout*) e o desenvolvimento de perfil técnico;

2) O desenvolvimento de competências práticas em função dos contextos de intervenção, relacionadas com estratégias de intervenção (partilha de experiências, especificidades: homens e transgénero); idioma (para comunicar com os/as TS de nacionalidade estrangeira que não dominam o português) e conhecimentos práticos sobre recursos e boas práticas, isto é, sobre os procedimentos das outras instituições, recursos disponíveis, etc., no sentido de encaminhar as pessoas para locais que se prontifiquem em responder às necessidades, sem criar barreiras;

3) A aquisição de conhecimentos teóricos, a nível de modelos teóricos de intervenção (teorias que sustentem as práticas de intervenção, que possibilitem a fundamentação da prática); a formação académica especializada; os programas de formação específicos, que contemplem várias áreas relacionadas com o trabalho sexual - teoria, práticas, higiene, saúde, segurança, legislação, etc.; a reciclagem de conhecimentos; os conhecimentos sobre saúde relacionados com sexualidade, higiene pessoal, toma hormonal; a legislação, relacionada com a questão do tráfico e com as questões da imigração: direitos e deveres; a formação para educação pelos pares – (saber fazer, ministrar cursos de educação pelos pares, formar profissionais para formar TS como mediadores educativos);

4) A supervisão da prática.

Verificou-se ainda respostas apontando para a não necessidade de formação.

As áreas identificadas coincidem com as diretrizes de organismos internacionais a respeito das competências práticas e teóricas exigidas ao profissional de proximidade (Marques, Queiroz, Santos, & Maia, 2013; Mikkonen et al., 2007; TAMPEP, 2009; UK

Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008). Para Mikkonen et al. (2007), por exemplo, o profissional deve ter algumas qualidades de personalidade (tolerante, confiante, corajoso, resistente, sensível, não julgar, mente aberta, etc.) para estabelecer relação com os outros, bem como deverá adquirir competência, conhecimento (análise, compreensão e relato) e saber fazer (conhecimento prático e teórico, competências comunicativas e cooperativas). E ainda, diversos autores e organismos internacionais (por exemplo, Mikkonen et al., 2007; Oliveira, 2011; TAMPEP, 2009; UK Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008), defendem a necessidade de desenvolver formação para os profissionais que trabalham junto desta população, pois muito embora os serviços dirigidos a TS contemplem áreas importantes ainda se mostram deficitários noutras, como por exemplo na prevenção da violência, no apoio aos imigrantes ilegais e no apoio específico aos homens e transexuais (Oliveira, 2011), evidências corroboradas em grande parte pelos/as entrevistados/as. Na tabela 18 sobressai a necessidade de conhecimento teórico no âmbito da legislação e da saúde, em termos de competências práticas salienta-se as estratégias de intervenção, comum em todas as categorias.

Tabela 18. Necessidades formativas identificadas pelas equipas técnicas

Necessidades formativas da ET	Opressão	Empoderamento	Polimorfo	Total
Desenvolvimento pessoal				
Competências pessoais e sociais	1	2	0	3
Psicoterapia	1	0	1	2
Desenvolvimento de perfil profissional	1	3	1	5
Competências práticas				
Estratégias de intervenção	1	4	2	7
Linguísticas	1	1	0	2
Recursos e boas práticas	0	2	1	3
Conhecimentos teóricos				
Modelos teóricos de intervenção	1	2	2	5
Formação académica especializada	1	0	1	2
Programa de formação específico	1	0	1	2
Reciclagem de conhecimento	0	2	2	4
Saúde	0	4	3	7
Legislação	1	4	3	8
Formação para educação pelos pares	0	1	0	1
Supervisão da prática	0	0	1	1
Sem necessidades	0	0	1	1

Em síntese, os resultados remetem para a importância da educação contínua e aperfeiçoamento profissional, em que os profissionais defendem formação centrada nas competências associada à experiência adquirida através da prática e ao reforço teórico em assuntos específicos. O conhecimento académico é assim insuficiente face a situações de incerteza, instabilidade, unicidade e de conflito de valores; e, por esta via, deve ser complementado com uma atitude reflexiva, implícita na formação profissional de aperfeiçoamento contínuo. A atitude reflexiva pode permitir a interface entre conhecimento académico e prática profissional, uma vez que refletir sobre e durante a ação reúne diversas dimensões de conhecimento, assim como ajuda a desenvolver uma série de competências para lidar com as situações de complexidade. Para Kolb (1984), a aprendizagem é o processo pelo qual o conhecimento é criado através da transformação da experiência. O conhecimento resulta assim da combinação da apreensão da experiência e da sua transformação.

Dada a valorização da formação interna, podemos considerar as equipas técnicas enquanto comunidades de aprendizagem (Lave & Wenger, 1999), uma vez que os profissionais que integram estas equipas aprendem fazendo, guiados pelos mais experientes. Por outro lado, os profissionais argumentam aprender também com os TS (ver secção anterior), o que demonstra uma relação horizontal e democrática entre eles, como defendido por Freire (1972).

Tal como Schön (1983, 1990), muitos outros autores (Alarcão, 2001; Barbier, 1996; Freire, 1972, 1996; Morin, 1999; Nóvoa, 1992; Parker, 1997; Zeichner, 1993) defendem a importância do pensamento reflexivo e crítico na formação de profissionais, para que se tornem educadores reflexivos e para que construam uma identidade profissional. Outros autores (Canário, 1999; Cornu, 2003; Kolb, 1984) enfatizam ainda que a prática e a experiência profissional são a fonte de aprendizagem e conhecimento; assim como contribuem para a produção de competência e transformação da identidade (Barbier, 1996).

Desta feita, os resultados deste estudo preliminar relativamente aos profissionais são consistentes com a literatura que defende a prática crítica e reflexiva (Barbier, 1996; Freire, 1996; Nóvoa, 1992; Parker, 1997; Schön, 1983; Zeichner, 1993); com a experiência profissional como fonte de aprendizagem e conhecimento, e a produção de competências e transformação da identidade (Barbier, 1996; Canário, 1999; Cornu, 2003; Kolb, 1984;

Lave & Wenger, 1999; Schön, 1990). E ainda, mostram-se consistentes com as diretrizes de Mikkonen et al. (2007); TAMPEP (2009); ou UK Network of Sex Work Projects (NSWP) (2008).

Tendo em conta estas duas últimas secções, podemos concluir que o contexto de trabalho sexual é um local onde se desenvolvem ações educativas, e o profissional de proximidade é um profissional da relação, um educador reflexivo.

Por fim, postulamos que, enquanto áreas do saber, a educação e a formação, em contextos não formais, podem assumir um papel relevante quer a nível da reflexão para a adequação de propostas socioeducativas que contemplem as necessidades dos/as TS, quer a nível formativo dos educadores que estabelecem relações educativas com esta população ou ainda junto da comunidade. Em concreto, pode contribuir para a compreensão e intervenção nas relações educativas que ocorrem nestes contextos não formais, produzindo conhecimento sobre as necessidades reais da população e avaliando de forma colaborativa os processos educacionais adotados. De forma mais específica, poderá assumir um papel na formação contínua e atualizada dos educadores e com a comunidade, no sentido de combater o estigma, a violência e a discriminação associadas ao trabalho sexual em geral, onde se inclui a prostituição. Adicionalmente, uma vez que os profissionais, de diferentes áreas do conhecimento, assumem o papel de educadores, a formação poderá contribuir para a definição de uma identidade diferenciada do educador tradicional e para o estabelecimento de um perfil profissional neste contexto em particular.

Notas finais

Neste estudo preliminar identificámos as práticas, teorias e ideologias que estão na base do trabalho desenvolvido por 23 instituições que, à data deste estudo, providenciavam serviços para TS em Portugal. As instituições foram categorizadas conforme o seu posicionamento relativamente ao trabalho sexual, nos paradigmas da opressão, empoderamento e polimorfo (onde se incluem as que assumem uma posição neutra).

A intervenção socioeducativa dentro das categorias do empoderamento e polimorfo é bastante semelhante, relacionada com a promoção e educação para a saúde, e centrada sobretudo na redução de riscos/danos decorrentes do trabalho sexual. A maior diferença que verificámos entre estas relaciona-se com o papel ativo, na defesa dos direitos humanos,

de algumas instituições do empoderamento junto do poder político, designadamente através de apresentação de propostas para a regulação laboral da prostituição. No campo oposto, as instituições do paradigma da opressão distinguem-se não só pelo tipo de apoio que oferecem, apoio à saída da prostituição, mas ainda pela ação política que assumem assente também nos direitos humanos, mas com diferentes premissas, ou seja, a favor da erradicação da prostituição. Assim, podemos concluir que as posições teóricas e ideológicas relativamente ao trabalho sexual influenciam o tipo de respostas prestadas, e estas podem ser sintetizadas na dicotomia entre o apoio a quem se mantém na prostituição vs. o apoio para a saída.

Apesar das divergências entre designadamente a categoria opressão e a empoderamento, foi possível verificar que todas as instituições, independentemente da categoria a que se encontram associadas, convergem no sentido da valorização de uma relação educativa de confiança, de não julgamento, de empatia e de aprendizagem mútua (Freire, 1972, 1996; Rogers, 1975, 1985). Valorizam ainda a educação contínua e aperfeiçoamento profissional dos profissionais que estabelecem relações educativas com as/os TS, e defendem formação centrada nas competências, associada à experiência adquirida, através da prática e do reforço teórico em assuntos específicos. Neste sentido, o contexto de trabalho com prostituição é permeado por ações de aprendizagem e reflexão mútua, estabelecidas por relações horizontais entre os atores envolvidos.

Tanto estes resultados como a revisão da literatura apontam para uma escassa participação dos/as TS no desenho, implementação e avaliação de projetos que lhes são dirigidos, pelo que este é o ponto de partida do projeto de IAP que apresentamos a seguir.

**IV – Investigação-ação participativa
em contexto de prostituição
feminina de rua**

Notas introdutórias

Nesta quarta parte, apresentamos o projeto de investigação-ação participativa, que desenvolvemos com prostitutas de rua e uma equipa de *outreach*, tendo em conta o processo e os resultados. Como no estudo preliminar fomos mencionando diversas pesquisas e estabelecendo uma correspondência com os resultados obtidos, apresentamos por ora uma breve revisão da literatura científica sobre e com trabalhadores/as do sexo e sobre o trabalho sexual, para podermos contextualizar o nosso trabalho e justificar a sua pertinência. A revisão que apresentamos não é exaustiva, na medida em que foca alguns estudos para nos dar conta da abrangência da investigação mais recente e/ou de alguma forma relevante. Estes têm sido desenvolvidos em diversas vertentes, sob várias lentes de leitura e com recurso a diferentes abordagens metodológicas, denotando a capacidade de compreender o fenómeno da prostituição na sua complexidade, pluralidade e permanente mutabilidade.

Não obstante a existência de estudos atuais que se centram em causas para a entrada na prostituição e estabelecem relações entre diversas variáveis comportamentais, vitimização e prostituição, com as mulheres a serem vistas como vítimas de violência (por exemplo Clarke, Clarke, Roe-Sepowitz, & Fey, 2012; Coy, Wakeling, & Garner, 2011), a conotação desviante e de vitimização dos primeiros estudos tende a afrouxar e a prevalecer a ideia do trabalho sexual como uma escolha motivada pelo aspeto financeiro num contexto de possibilidades de carreira limitadas (O'Neill, 2001). Simultaneamente desenvolve-se pesquisa centrada no VIH e na migração, associada ao fenómeno do tráfico de seres humanos (Vanwesenbeeck, 2013).

1. Estado da arte: a literatura científica sobre e com trabalhadores/as do sexo e trabalho sexual

Os séculos XVIII e XIX, como já mencionámos anteriormente, encontram-se associados a um interesse crescente pelas questões relativas à sexualidade, que contribuiu para uma multiplicação de discursos médicos, sociais e políticos (Foucault, 1990). Portugal não é exceção e, acompanhando as tendências internacionais, solicita um estudo sobre a prostituição, tendo por base a preocupação com a propagação e o controlo da sífilis. O primeiro estudo, da autoria do médico Santos Cruz (1984), concretizou-se em 1841, ao qual outros lhe sucederam (por exemplo, D'Azevedo, 1864; Fonseca, 1902; Moniz, 1906). Sobre estes primeiros estudos pendia um carácter higiénico-sanitário; encontravam-se focalizados sobretudo na análise morfológica e comportamental das mulheres prostitutas, e na atribuição de causalidade (linear) para a entrada e manutenção na prostituição. Até à primeira metade do século XX, o conhecimento de cariz médico expandiu-se ao domínio das ciências sociais, associando a prostituição ao comportamento desviante e ao crime, onde se insere, por exemplo, o estudo de Davis (1937). Kingsley Davis (1937), funcionalista, terá sido dos primeiros sociólogos a mostrar interesse pela prostituição e a desenvolver uma abordagem que a entendia como desviante, mas também como algo normal e funcional. Como válvula de segurança, a prostituição consistia numa forma de evitar a acumulação perigosa de frustrações e contribuía para a estabilidade de certas instituições, como a família, assumindo, por esta via, uma função social. Davis (1937), numa primeira instância, associou a prostituição ao comportamento desviante, mas posteriormente defendeu não existirem diferenças entre as mulheres que trocam sexo por dinheiro das que casam por motivos de segurança económica (Oliveira, 2011).

O interesse em compreender as razões que conduzem à entrada na prostituição motivou diversas pesquisas, pelo que os primeiros estudos focam explicações biológicas e centram-se na psicopatologia, no sentido de descrever e caracterizar a personalidade da prostituta; e associam as razões de entrada na prostituição ao trauma e à vitimização - abuso físico e sexual na infância. Estes resultados não são, contudo, representativos, na medida em que apenas contemplam prostitutas que foram presas, que trabalham na rua ou que são acompanhadas por alguma organização (Vanwesenbeeck, 2001). A partir da década de 70, as perspetivas feministas, quer anti prostituição, quer pro trabalho sexual trouxeram um enorme contributo para o debate social e para o conhecimento científico,

como já tivemos oportunidade de elucidar na primeira parte do nosso trabalho, através quer do reforço da ideia de exploração e vitimização (feminismo radical); quer da inclusão do conceito de autodeterminação sexual e opção racional pelo trabalho sexual (feminismo liberal). Relembrando, estes estudos enquadram-se respetivamente nos paradigmas da opressão e do empoderamento, são reducionistas e não contemplam a complexidade do trabalho sexual (Weitzer, 2009).

Os anos 80 caracterizam-se pela intensificação da abordagem dos riscos de infeção pelo VIH/SIDA sob uma perspetiva médico-epidemiológica estigmatizante, provavelmente associada à pandemia e ao pânico moral²⁵ crescente relativo a determinadas categorias sociais, onde se incluem os/as TS. Os primeiros estudos sobre clientes centram-se também na psicopatologia, associando-os ao alcoolismo, personalidades desestruturadas, dificuldade no estabelecimento de vínculo e masoquismo (Vanwesenbeeck, 2001).

Ainda de acordo com a revisão de literatura de Vanwesenbeeck (2001), entre 1990 e 2000, os estudos incidem sobre cinco aspetos, a saber: 1) prostituição relacionada com a investigação sobre VIH/SIDA (prevalência, fatores no uso de preservativo e avaliação de programas de prevenção); 2) as motivações e antecedentes para o trabalho sexual (vitimização precoce, motivos económicos e fatores associados); 3) questões relacionadas com o trabalho (rotinas, risco e stress, gestão do risco, trabalho e identidade); 4) os clientes de sexo pago e 5) questões relacionadas com o estatuto social e legal. Neste período, apesar de algum afastamento da perspetiva do trabalho sexual como comportamento desviante, continua a prevalecer a imagem da prostituta como vítima, estando a imagem de autodeterminação e capacidade de agência pouco representada, o que reforça a conexão ao estigma.

Weitzer (2009), por sua vez, considera que a investigação sobre o trabalho sexual cresceu bastante, mas encontra-se ainda deficiente em diversos aspetos, dado que continua a focalizar predominantemente a prostituição de rua e as mulheres, dando menos atenção à prostituição praticada no interior, à masculina e à transgénero; aos clientes e aos gerentes; e examina a prostituição em contextos onde é ilegal, negligenciando onde é legal ou regulamentada (Weitzer, 2005b, 2009). Segundo o autor, a investigação mostra uma imagem distorcida do comércio sexual, uma vez que dominam os estudos sobre a

²⁵ Pânico moral refere-se ao processo pelo qual os *media* e os “*detentores da moral*” incitam e disseminam a indignação moral na população, gerando preocupação e ansiedade acerca de uma questão considerada perturbadora da ordem social/moral (Cohen, 2002).

prostituição feminina de rua numa perspetiva unidirecional – ou da opressão ou do empoderamento (Weitzer, 2005b). Mais recentemente, afirma que se encontram a ser efetuados estudos sobre as várias dimensões do trabalho sexual, em diferentes contextos, e incidindo na forma como o trabalho sexual se encontra organizado e é experienciado por trabalhadores, clientes e gerentes. A vitimação, a exploração, a escolha, a satisfação com o trabalho, a autoestima, entre outras são consideradas como variáveis e não constantes, diferindo conforme o tipo de trabalho sexual, localização geográfica e outras condições estruturais e organizacionais (Weitzer, 2010c).

Os diversos estudos compilados por Elias, Bullough, Elias e Brewer (1998), em *Prostitution. On whores, hustlers, and johns*, trazem um novo entendimento sobre o fenómeno, abordando a história e políticas relativas à prostituição; os clientes de sexo pago; o trabalho sexual no masculino e transgénero; aspetos metodológicos de investigação; agências que dirigem serviços a TS, questões legais e tráfico. Ainda a título de exemplo, a coletânea de textos editada por Weitzer (2010a), *Sex for sale. Prostitution, pornography and the sex industry*, apresenta a diversidade e heterogeneidade patente no trabalho sexual quanto aos seus contextos e atores, abordando a pornografia de mulheres e homens; o *striptease* e as linhas eróticas; a prostituição de rua; homens e mulheres acompanhantes; clientes de sexo pago; turismo sexual e o tráfico. Estes dois exemplos preenchem algumas lacunas identificadas a nível do conhecimento científico.

Na última década surgiram estudos assentes num novo paradigma – o paradigma polimorfo -, que abordam diversas dimensões ocupacionais, relações de poder e experiências de trabalho diferentes. Para além da mudança de paradigma, Weitzer (2013) distingue três grandes tendências na literatura científica atual: 1) investigação sobre dimensões eróticas e não sexuais do trabalho sexual, incluindo rotinas e o envolvimento emocional; 2) interesse por outros atores: clientes, gerentes, homens; 3) aspetos político-legais.

Com a *Internet* surgiram novas configurações de venda e compra de serviços sexuais e com outros significados, sem interferência de terceiros e com maior liberdade de escolha da clientela. Estas novas tecnologias de troca sexual são motivadas pelo aspeto económico e ainda guiadas pelo divertimento, experimentação sexual e liberdade (Bernstein, 2007), o que traz um entendimento diferente sobre os significados atribuídos pelos atores à compra e venda de serviços sexuais.

Também o interesse por outros atores associados ao trabalho sexual tem aumentado, diversificando-se, como é exemplo o trabalho sexual masculino ou de pessoas transgénero, os clientes de sexo pago, os proxenetas e a relação das/os TS com familiares. Embora em menor número comparado com o feminino, possivelmente porque a presença de homens na indústria do sexo ainda é bastante pequena comparativamente com as mulheres (Vanwesenbeeck, 2013), vários estudos foram empreendidos sobre o trabalho sexual masculino (Minichiello, Scott, & Callander, 2013, 2015; Smith, Grov, Seal, & McCall, 2013; Whowell, 2010a, 2010b) e começam a surgir sobre pessoas transgénero que se dedicam ao trabalho sexual (Dixon & Dixon, 1998; Infante, Sosa-Rubi, & Cuadra, 2009; Nemoto, Bödeker, & Iwamoto, 2011; Operario, Soma, & Underhill, 2008; Roche & Keith, 2014). O interesse por conhecer as características, as motivações e os significados atribuídos ao sexo comercial pelos clientes de sexo pago também se encontra patente (Bernstein, 2008; Campbell, 1998; Frank, 2003; Mckeganey & Barnard, 1996; Monto, 2010; Ribeiro, Silva, Schouten, Ribeiro, & Sacramento, 2008; Sanders, 2007). Salientamos o estudo de Sanders (2007), uma vez que aborda o estigma e as questões legais relativamente à procura de sexo pago. Nas entrevistas que conduziu a clientes verificou, tal como Bernstein (2007), que certos tipos de intimidade podem ser encontrados no contexto de performances emocionais apelidadas de “falsas”. Muitos clientes procuram não só uma experiência física, mas conforto emocional, no que denominou de “experiência da namorada”, assimilando o trabalho sexual como uma nova forma de procurar intimidade. Sanders (2007) opõe-se à criminalização dos clientes e é defensora dos direitos dos/as TS. A autora sublinha que o estigma social e a perseguição aos clientes coloca as/os TS numa situação de maior vulnerabilidade. Este facto é importante, tendo em conta as atuais tendências abolicionistas da Europa, que procuram criminalizar os clientes de sexo pago. Ainda sobre os clientes, alguns estudos apontam-lhes um papel na violência contra as mulheres (Church, Henderson, Barnard, & Hart, 2001; Raphael & Shapiro, 2004) e outros abordam as mulheres enquanto clientes (Herold, Garcia, & DeMoya, 2001; Taylor, 2006), desafiando os discursos hegemónicos de género e o duplo padrão. Outros atores, como os proxenetas, também são mencionados por alguns autores nos seus estudos (Davis, 2013; Høigård & Finstad, 1992; Marcus, Horning, Curtis, Sanson, & Thompson, 2014; Morselli & Savoie-Gargiso, 2014; O’Connell Davidson, 1998; O’Neill, 2001). No que concerne as relações das TS com companheiros, usualmente a literatura mostra cenários de violência,

abuso, consumos e a relação com os companheiros como desprovidas de conteúdo emocional (Dalla, 2001). Contrariamente, Oliveira (2011) verificou que as relações estabelecidas entre as prostitutas e respectivos companheiros encontram-se enquadradas na conjugalidade afetiva, desconstruindo, assim, o mito da exploração e violência, que associa usualmente os companheiros a chulos. A existir casos de violência, Oliveira (2011) defende que devem ser entendidos no cenário da violência conjugal e não como uma situação exclusiva e decursiva da prostituição.

Para além da investigação contemplar outros atores, foca outros contextos e em alguns casos compara as condições de trabalho entre contexto interior e exterior (Lever & Dolnick, 2010; Sanders & Campbell, 2007). Torna-se ainda extensível a outras áreas e aborda os mais diversos aspetos, como por exemplo, estabelece interface com o estigma, a segurança e a saúde ocupacional (Lazarus et al., 2012; Ross et al., 2011), estratégias de gestão emocional (Brewis & Linstead, 2000; Sanders, 2005) e *burnout* (Vanwesenbeeck, 2005); analisa a relação das organizações que prestam serviços a TS com as questões legais, culturais e de género associadas ao trabalho sexual (Majic, 2014; Oselin & Weitzer, 2013); estuda os serviços prestados pelas ONG sob um perspectiva educativa (González & Sánchez, 2013) e holística na redução de danos (O'Neill, 2008; Pitcher, 2006; Rekart, 2006); aborda a migração e contribui para uma mudança dos discursos a nível do tráfico (Agustín, 2007b; Kempadoo, 2005, 2012b; Ribeiro et al., 2008; Weitzer, 2012), entre outros.

É de salientar que a investigação centrada no VIH/SIDA associado ao trabalho sexual continua bastante presente. Efetuámos uma análise de artigos científicos indexados na base de dados *Scopus*, compreendendo o período de 2000-2015, com as palavras-chave “sex work” or “prostitution” em título do artigo, palavras-chave e resumo. Surgiram 5960 resultados, publicados na esmagadora maioria nos EUA, 5333 classificados na área da medicina, 2891 nas ciências sociais, 796 na psicologia e outros ainda noutras áreas. Adicionando à pesquisa por palavra-chave “HIV” surgiram 3019 resultados, o que revela que o interesse científico centrado na epidemiologia não esmoreceu, muito embora estudos precedentes apontem que o preservativo é usado com frequência nas relações sexuais comerciais (Day, 1988; Mckeganey & Barnard, 1996), sendo que é nas relações íntimas e com clientes habituais que se encontra um maior facilitismo da prática de sexo sem preservativo (Murray et al., 2007; Oliveira, 2011; Ward et al., 1993). Estudos demonstram

ainda uma prevalência baixa de VIH entre os trabalhadores do sexo na Europa (Ward et al., 2004), com a exceção de consumidores de drogas intravenosas, e migrantes de países onde o VIH é endémico, que são infetadas no país de origem e não no país de acolhimento (Gaffney et al., 2008). Por outro lado, as/os TS assumem um papel importante enquanto educadoras/es dos seus pares, dos clientes e da própria comunidade (Oliveira, 2011; Sanders, 2006a).

Retomando a situação da investigação produzida em Portugal, de acordo com Oliveira (2011), durante a segunda metade do século XX não se verifica investigação de relevo, com a exceção de “*Putas de Prisão*” lançado em 1982 (Carmo & Fráguas, 2003), que apresenta relatos de 50 mulheres detidas por exercerem prostituição de rua. O interesse pela temática ressurgiu a partir do início do século XXI com diversos autores que foram contribuindo, de forma diversificada, para o enriquecimento do saber, através de estudos que abordam a vitimização e a violência dirigida a pessoas que exercem trabalho sexual (Oliveira & Manita, 2002); a prostituição feminina e masculina de rua no Porto (Barra da Costa & Alves, 2001); a prostituição feminina de rua também na zona do Porto (Manita & Oliveira, 2002; Oliveira & Manita, 2002; Oliveira, 2011); o trabalho sexual em contexto de interior, prostituição, alterne e *striptease* (Oliveira, 2004); a mobilização dos/as TS (Lopes & Oliveira, 2006); a prostituição feminina em contexto abrigado nas zonas fronteiriças no Norte de Portugal (Ribeiro et al., 2008); as acompanhantes de luxo (Coelho, 2009); o tráfico de seres humanos e trabalho sexual (Bordonaro & Alvim, 2010); a prostituição em contexto de interior, incluindo homens e transgénero, em Lisboa (Oliveira, 2013); implementação e avaliação de um programa de educação pelos pares TS (Oliveira & Mota, 2012, 2013); o trabalho das equipas de redução de riscos junto de TS (Coutinho & Oliveira, 2014); prevalência e comportamentos de risco de infeção pelo VIH (Dias, Gama, Fuertes, Mendão, & Barros, 2014); e transgénero e trabalho sexual (Ramalho, Silva, & Santos, 2015). Tanto quanto sabemos, estes são os estudos que contribuíram para o aprofundamento do tema e para a compreensão da pluralidade patente no trabalho sexual e dos seus atores, em Portugal, não obstante a literatura cinzenta e outros documentos que possam ter sido produzidos.

Este avanço permitiu um aprofundamento do conhecimento bastante expressivo sobre a prostituição em contexto de interior e exterior, outras formas de trabalho sexual e de outros géneros, para além da prostituição feminina. Contempla ainda outros atores,

como por exemplo, clientes de sexo pago, gerentes de casas de alterne ou pensões (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008), e familiares das TS (Oliveira, 2011). Os estudos mencionados são, de uma forma geral qualitativos, embora possam incluir procedimentos mistos, e contribuem para a desconstrução de mitos associados à vitimização, comportamento desviante e patologia, característicos dos estudos dos séculos precedentes. Apesar deste contributo, poucos ainda procuram envolver os/as TS como co investigadores em pesquisas colaborativas (exceto Oliveira & Mota, 2012, 2013). Todavia, no que respeita à participação de categorias usualmente excluídas do processo de investigação, não podemos deixar de salientar a importância do estudo de Ribeiro et al. (2008) e de Oliveira (2011) no processo de dar voz às TS e na desconstrução de binómios. Acresce, ainda, que Oliveira (2011), muito embora tenha optado por uma metodologia etnográfica, empreendeu diversas atividades de investigação colaborativas com as TS, designadamente através da negociação de tarefas de recolha de dados relativos a clientes de sexo pago, e apresentou propostas práticas para a intervenção junto, para e com TS.

Incidindo agora sobre outras abordagens metodológicas de investigações produzidas no âmbito internacional, e retomando os anos 90, assistimos a uma viragem de perspetiva com a inclusão de pesquisas colaborativas e participativas. Esboça-se o interesse por métodos de pesquisa orientados para a ação e que contemplem o dar voz a categorias populacionais usualmente excluídas, enfatizando o seu potencial emancipatório (Hubbard, 1999). Nesta linha encontram-se diversas investigadoras da área social e de saúde, de tradição feminista, que defendem a investigação com TS como forma de produção de conhecimento que possa contribuir para a melhoria de vida e das condições de trabalho.

Os modelos colaborativos implicam diversos desafios e nem todos os investigadores se identificam ou se sentem confortáveis a trabalhar com os mesmos. O seu potencial é praticamente de valor inestimável, tende a beneficiar todos os participantes e a reduzir o carácter explorador associado às pesquisas tradicionais, mas o processo de pesquisa usualmente é mais moroso, implica renegociações com os agentes comunitários que podem não assumir um papel ativo e, muitas vezes, existem objetivos e perspetivas diferentes quanto ao processo de pesquisa e resultados, por parte da comunidade e dos académicos. De acordo Shaver (2005), os investigadores que optam por metodologias colaborativas, às quais estão associadas um desenho de projeto ético e não explorador, enfrentam três desafios, a saber: 1) dificuldade em obter uma amostra representativa dada a

diversidade e a dimensão do trabalho sexual; 2) questões relativas à confidencialidade e privacidade em participar, uma vez que as/os TS integram uma categoria marginalizada e estigmatizada; e, por último, 3) a relação histórica com o discurso de vitimização que torna as/os TS um grupo homogêneo, muito embora dados empíricos apontem o contrário. Para ultrapassar estas dificuldades, Shaver (2005) analisa três estudos e sugere a adoção de estratégias centradas no/a participante e na redução de danos, tendo em conta a pluralidade existente no trabalho sexual e as diferenças entre os seus atores; e o desenho de estudos que permitam comparações estratégicas. van der Meulen (2011a) acrescenta a inclusão dos/as TS no desenho e processo de investigação como co investigadores, recorrendo, para o efeito, à investigação-ação participativa, numa cooperação estreita com todos os envolvidos (Benoit et al., 2005). Assim, apesar das dificuldades identificadas, este tipo de pesquisa permite resolver problemas metodológicos (Shaver, 2005) e ainda questões éticas, ao reduzir a natureza exploradora das pesquisas, ou seja, o pesquisar apenas por interesse de progressão da carreira académica (Sanders, 2006b) ou outros fins que estejam ligados apenas à condução de investigação científica descomprometida com a mudança das condições de vida dos/as participantes.

Os modelos colaborativos apresentam uma importante mudança de perspetiva, ao incluírem as narrativas das/os TS, mas tal não é suficiente, é necessário participarem na construção de conhecimento, como forma de produção de mudança (Agustín, 2004; O'Neill, 2001). Por isso, a IAP surge como a metodologia adequada, dado que permite a participação de sujeitos que usualmente são tratados por “objetos de estudo” nas pesquisas tradicionais. A IAP é uma metodologia que abrange a pesquisa social, a produção e o intercâmbio de conhecimentos e ações ou intervenções (O'Neill, 2001).

Neste seguimento, têm sido empreendidos alguns estudos inseridos nesta lógica. Tendo por base uma preocupação governamental com o VIH, Pyett (1998) desenvolveu quatro projetos de investigação com TS e com o Coletivo de Prostitutas de Vitória (Austrália). Os instrumentos de recolha de dados foram elaborados com as TS, as últimas aplicaram questionários e conduziram entrevistas – tendo para isso recebido formação - e os resultados foram discutidos em conjunto. Muito embora tivessem recebido contrapartidas monetárias para colaborar, Pyett (1998) afirma que muitas TS o fizeram não a troco de dinheiro, mas pelo compromisso e confiança que estabeleceram com a investigadora. A estratégia de treinar TS como assistentes de pesquisa terá sido apontada

como forma de ultrapassar desafios de investigação associados à amostragem e privacidade, em contexto de trabalho sexual de interior (Shaver, 2005). Outros estudos (Boynton, 2002; O'Neill & Campbell, 2006; Pyett & Warr, 1997) recorreram também ao treino de co investigadores da comunidade, que participaram na pesquisa através de condução de entrevistas e/ou do desenvolvimento de parcerias para dar resposta à prostituição de rua. Por exemplo, na pesquisa de Boynton (2002) foram selecionadas duas TS para assumirem o papel de investigadoras-pares. Durante cinco meses receberam formação no âmbito da promoção de saúde; treino de competências a nível do aconselhamento, da assertividade e de aptidões de entrevista/investigação, para explorar fatores relacionados com as experiências da infância, razões de entrada e manutenção na prostituição, pressões que sentem, cuidado aos filhos, padrões de trabalho, saúde sexual, violência, abuso e exploração por parte dos clientes, dos proxenetas e da polícia. Para este fim receberam um salário, ajudas de deslocação e um telemóvel. A autora defende que todas as participantes deveriam ser pagas, muito embora tenha em conta que os projetos de investigação raramente possam pagar remunerações.

No Reino Unido, Maggie O'Neill e os seus diversos colaboradores (O'Neill, Campbell, Hubbard, Pitcher, & Scoular, 2008; O'Neill & Campbell, 2006; O'Neill, 2001, 2008) empreenderam investigação-ação participativa para a diminuição do medo da diferença e do conflito entre TS e moradores em zonas de trabalho sexual. Este trabalho permitiu criar pontes e canais de comunicação entre os diversos atores, implementando uma consultoria construtiva e inclusiva para o desenvolvimento de políticas e práticas de cidadania. As práticas inclusivas são cruciais no combate ao estigma associado ao trabalho sexual, na medida que contribuem para a desconstrução de estereótipos e representações sociais negativas, designadamente aquelas que são veiculados pelos *media* e moldam a reação social à prostituição. O'Neill (2008) sublinha a importância de recorrer a métodos criativos, incluindo artes e performance, uma vez que as artes desempenham um papel vital no processo de regeneração através da criação de espaços seguros à consulta criativa. A consulta criativa é definida como uma abordagem de investigação e consulta que pretende incorporar as vozes de vários agentes da comunidade nos processos legislativos e de serviços prestados. Processa-se através do recurso às artes e à IAP (cf. Sanders, O'Neill, & Pitcher, 2011).

A IAP encontrou também aplicação na defesa dos direitos dos/as TS, primeiro, através da formação de um sindicato, fundado em 2000, no Reino Unido (Lopes, 2006) e, segundo, através da organização laboral para uma mudança legal no Canadá (van der Meulen, 2011a, 2011b). Ana Lopes (2006), investigadora, ativista e ex-TS (operadora de linhas telefónicas eróticas e dançarina de *striptease*) dinamizou a constituição do primeiro sindicato de TS no Reino Unido (IUSW – International Union of Sex Workers²⁶). Este projeto surgiu a partir da falta verificada de direitos laborais na indústria do sexo e da consciencialização da ausência de representação sindical oficialmente reconhecida.

No Canadá, van der Meulen (2011a) recorre à investigação-ação participativa como uma forma de aproximar TS e investigadores, e desconstruir o discurso da opressão dominante. O objetivo do estudo centra-se na análise de políticas relativas ao trabalho sexual e na elaboração de recomendações. Para esse efeito, considera que as/os TS devem ser consultadas/os sobre que mudanças sociais e políticas são necessárias para melhorar a saúde, a segurança e as condições de trabalho, dado que usualmente encontram-se excluídas desse processo decisório. Numa pesquisa centrada nas narrativas, envolvendo 10 TS, foram definidas cinco recomendações chave para legitimidade laboral e mudança social. Estas incluem conceptualização da prostituição como uma forma de trabalho; a inclusão de TS na elaboração de políticas; a descriminalização e remoção dos crimes associados à prostituição do Código Penal; a aplicação de condições no local de trabalho; e apoio à sindicalização e outras formas de organização de trabalho (van der Meulen, 2011b).

Na lógica da redução de danos, encontramos o estudo de Martin (2013); e uma multiplicidade de investigações no âmbito da promoção da saúde e prevenção de VIH/SIDA, predominantemente na Índia mas não só, muitas vezes identificadas como investigações com base comunitária para promoção do empoderamento (Busza, 2004; Cornish, 2006; Lorway et al., 2013; Shagi et al., 2008; Swendeman et al., 2009). Existem ainda alguns estudos de IAP centrados na questão do tráfico, migração e direitos dos/as TS (Aoyama, 2009; Boontinand, 2012).

Em Portugal, a opção por uma metodologia de investigação-ação encontra-se patente, tanto quanto é do nosso conhecimento, apenas no projeto de educação pelos pares TS, que decorreu de 2009 a 2011, por iniciativa do GAT, em parceria com a APDES e com

²⁶ IUSW, [09-10-2015] Disponível em: <http://www.iusw.org/>

supervisão científica da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto (Oliveira & Mota, 2012, 2013). Este projeto pretendia ministrar formação a TS com vista à profissionalização e integração dos mesmos em equipas de redução de riscos; e impulsionar a capacitação comunitária e ativismo político dos educadores de pares TS para a formação de um coletivo. Apesar de as autoras mencionarem a dificuldade da IAP e afirmarem que foi implementada de forma parcial, uma vez que os objetivos iniciais foram desenhados sem a inclusão de TS, conseguiram reunir diversos resultados positivos. Entre eles destacamos a organização do grupo de TS em torno de uma atividade comum (Manifestação do 1º de Maio); participação num seminário e em aulas a estudantes universitários, onde as/os TS partilharam com académicos e outros a sua experiência enquanto TS e mediadores, e a vontade de formar um coletivo para reivindicação e defesa de direitos. Neste processo encontraram diversos entraves associados a divergências e conflitos interpessoais que bloquearam a constituição de um coletivo, mas que foram posteriormente ultrapassadas (Oliveira & Mota, 2013). Este trabalho permitiu criar as condições necessárias à capacitação comunitária, ativismo e militância, através de ações que incrementaram o sentimento de pertença e identidade, e contribuiu ainda para o envolvimento e participação dos/as TS em assuntos que lhes dizem respeito. Todavia, não se concretizou um movimento coletivo que tivesse persistido temporalmente, relacionado com a perda de contacto, coesão e pertença ao grupo, aspetos estes impulsionados pelo facto dos/as TS residirem em diferentes zonas do país. Em consequência, Oliveira e Mota (2013) defendem a importância da continuidade de apoio a iniciativas conjuntas, por parte das organizações de proximidade envolvidas nestes processos de capacitação comunitária e ativismo.

Nos estudos participativos, usualmente o recrutamento dos participantes encontra-se explicitado, sobressaindo o recurso a equipas de *outreach* e/ou o contacto com organizações de TS ou que disponibilizam serviços a populações consideradas de difícil acesso (van der Meulen, 2011a); a informantes privilegiados que se tornam participantes ativos (Lopes, 2006); a *posters* divulgativos (Martin, 2013); ao *snowball* (Shaver, 2005), entre outras técnicas de amostragem semelhantes. No entanto, poucos estudos elucidam com clareza, ou não elucidam de todo, algumas dimensões cruciais no processo de envolvimento dos participantes na investigação, por exemplo: como é que divergências se tornam convergências no processo de investigação-ação? Quais as motivações que

conduzem pessoas habitualmente excluídas dos processos de decisão a participarem em projetos de investigação? Não obstante os estudos que refletem sobre os constrangimentos relativos à participação de TS, a forma como é construída a relação participativa em investigação-ação não se encontra explicitada. Em alguns casos (Boontinand, 2012; Boynton, 2002; Martin, 2013; Pyett & Warr, 1997; Pyett, 1998; Shaver, 2005) o pagamento é apontado como uma estratégia de captação. Como referimos anteriormente, Boynton (2002) defende que as participantes devem ser envolvidas não numa base de voluntariado, mas devem receber um salário, e no estudo de Boontinand (2012) no Vietname, o facto de as mulheres terem sido pagas contribuiu para o seu empoderamento, uma vez que se encontravam num contexto económico muito precário. Por outro lado, em alguns estudos (O'Neill et al., 2008; van der Meulen, 2011a) a forma como se operacionalizou a mudança e o próprio processo de IA, nas suas dimensões de planificação-ação-reflexão parecem pouco explícitas. E, ainda outro estudo (Lopes, 2006) sugere uma dificuldade em compreender a investigação-ação como uma filosofia, além de um método, o que se traduz em conflitos de papel entre investigadora e ativista. As/os participantes neste estudo parecem ter sido consultadas/os e não envolvidas/os como co investigadoras/es, facultando a sua opinião através de uma entrevista individual.

Com o projeto que agora apresentamos esperamos elucidar estes e outros aspetos, tornando clara a forma como os/as participantes interagiram e integraram o presente estudo.

2. Contextualização

A forte conexão entre estigma e prostituição tende a distanciar as/os TS dos serviços formais de saúde e sociais, colocando esta população, a par dos utilizadores de drogas intravenosas e pessoas sem-abrigo, na categoria populacional de mais difícil acesso. No sentido de fornecer serviços sociais e de saúde a estas populações, quase todas instituições que entrevistámos (n=19) para o estudo preliminar fornecem serviços de *outreach*, ou seja, deslocam-se aos locais onde habitualmente os/as TS se encontram, designadamente os locais de trabalho sexual.

Os modelos de intervenção baseados no *outreach* surgiram associados a uma tradição epidemiológica e foram desenvolvidos nos Estados Unidos e na Europa antes do advento da SIDA, tendo sido introduzidos nos EUA, na década de 60, como resposta aos

consumidores de heroína (Needle et al., 2005). Estes modelos foram submetidos a alterações e sucessivas adaptações, encontrando-se atualmente associados à redução de riscos e minimização de danos, junto de consumidores de drogas intravenosas, população mais vulnerável à infeção pelo VIH e outras doenças transmitidas pelo sangue; trabalhadores/as do sexo; migrantes; pessoas sem-abrigo e em situação de reclusão. Assim, a estratégia de *outreach* foi originalmente desenhada para pessoas que não se encontram abrangidas pelas intervenções existentes e/ou as intervenções existentes não prestam os serviços de que precisam, de forma a alcançar as populações que se encontram escondidas nas suas comunidades. Entre as suas funções, destaca-se o papel educativo, informativo e de articulação com outros serviços (Rhodes, 1996); o encorajamento para uma mudança comportamental, bem como o suporte para a mudança, através de disponibilização de material e acesso a serviços, tais como a seringas e agulhas, tratamento, promoção do uso do preservativo e testes de VIH voluntários e confidenciais, e aconselhamento, baseados nos direitos humanos (National Institute on Drug Abuse (NIDA), 2002; Needle et al., 2005; Rhodes, 1996). Para além de disponibilizar serviços, o *outreach* pode ser um instrumento de recolha de informação e conhecimento sobre a população, formas de viver, necessidades e perceções dos serviços, dando voz a estas populações (Mikkonen et al., 2007; Porter & Bonilla, 2010; Whowell, 2010).

Trata-se, portanto, de uma estratégia de alcance de grupos considerados de difícil acesso, que não procuram os serviços formais existentes na comunidade, com o principal objetivo de estabelecer contacto com estes e providenciar o suporte adequado (Mikkonen et al., 2007). É diferente dos outros serviços porque ocorre no ambiente das populações identificadas. É menos burocrático e mais fácil de aceder, estando a sua potencialidade relacionada com a redução de distâncias e o aumento de intimidade entre utentes e profissionais, através do estabelecimento de relações de confiança (Mikkonen et al., 2007; Needle et al., 2005; Porter & Bonilla, 2010; Whowell, 2010). Dada esta componente de proximidade relacional, a importância dos princípios éticos e de respeito pelo outro são cruciais, o que conduz Mikkonen et al. (2007) a considerarem o *outreach* primeiramente como uma atitude e depois com um método.

A investigação e a prática do *outreach* indicam-na como uma estratégia eficaz e efetiva para alcançar populações escondidas e marginalizadas e para a redução de riscos, através de mudança comportamental (NIDA, 2002; Needle et al., 2005; TAMPEP, 2009),

na medida em que se adapta aos estilos de vida desta população; derruba barreiras como o estigma ou medo, tendo por base uma atitude de não julgamento (UK Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008); fornece conhecimento sobre as características da população e do trabalho sexual; providencia relações pessoais e distribui material preventivo e informativo, assumindo-se como uma intervenção de primeira linha de saúde e social (Porter & Bonilla, 2010; Whowell, 2010).

Rhodes (1996) distingue diversos tipos de *outreach*, os quais integra em três categorias: 1) *detached*, que ocorre em locais exteriores à instituição, como na rua, bares, clubes, entre outros; 2) domiciliário, no contexto do domicílio dos utentes, através de visitas domiciliárias; 3) peripatético, que ocorre noutras organizações, como escolas ou prisões, sendo o alvo da intervenção as organizações e profissionais que trabalham com os sujeitos e não os indivíduos em si. Acrescenta-se o *netreach* (UK NSWP, 2008), em que o contacto com os/as TS é estabelecido através da internet.

O *outreach* em contexto do trabalho sexual começou a ser utilizado na década de 80 (Mak, 2004), focalizado no sexo seguro e na prevenção do VIH, sendo que hoje oferece uma variedade de serviços, para além dos relacionados com os cuidados de saúde (Whowell, 2010). Desenvolve-se tanto em contexto de trabalho sexual interior como exterior e os serviços podem ser prestados através de deslocações da equipa a pé, de carro ou numa unidade móvel, esta por vezes disponibilizando serviços clínicos. De acordo com Cusick (2006), os danos associados ao trabalho sexual incluem as vulnerabilidades que podem conduzir ao trabalho sexual; os danos que são introduzidos pelo trabalho sexual; e os danos que se reforçam mutuamente, tal como o uso de drogas. Estes danos estão esmagadoramente concentrados na prostituição de rua e onde as vulnerabilidades pré-existentes dos/as TS podem ser mais exploradas.

Segundo o UK NSWP (2008) são objetivos do *outreach* em contexto de trabalho sexual: 1) estabelecer contacto com as pessoas envolvidas no trabalho sexual, que, como já referimos, pode ser uma população escondida, que não procura por norma os serviços formais, devido a uma série de fatores como o estigma, a criminalização e o medo de atitudes de julgamento; 2) estabelecer relações para garantir que têm acesso aos serviços; 3) disponibilizar serviços de redução de danos, informação, saúde e outros; 4) dar referência e suporte para outros serviços; e 5) identificar casos de exploração sexual. Mikkonen et al. (2007) reforçam ainda objetivos relacionados com a população migrante,

como: 1) disponibilizar informação sobre questões legais; 2) encorajar e apoiar o desenvolvimento de confiança e auto estima; e 3) informar os políticos e legisladores sobre os problemas dos migrantes.

Apesar de as instituições não aplicarem um modelo de intervenção comum, como já referimos no estudo preliminar, existe uma série de recomendações para a implementação do *outreach*, de onde destacamos aspetos relacionados com a postura e profissionalismo dos profissionais na abordagem aos utentes - respeito pelos direitos humanos, opiniões e opções; não interferência no trabalho; estabelecimento de relações de confiança, empáticas e de não julgamento; confidencialidade; adaptação à diversidade e especificidades, tendo em conta as necessidades dos/as TS; cooperação e articulação com serviços formais; formação e treino dos profissionais, assim como supervisão; indicações de segurança; indicações para lidar com situações complexas (crianças e pessoas sob coação em contexto de prostituição; violência, etc.); assegurar uma intervenção holística, com vista ao empoderamento e incentivando a participação dos/as TS (Mikkonen et al., 2007; Pitcher, 2006; TAMPEP, 2009; UK Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008). No entanto, os/as TS continuam a não se encontrar plenamente envolvidos/as no desenho, implementação e avaliação dos serviços que lhes são dirigidos.

Nesta sequência, Agustín (2007a) apresenta uma postura crítica relativamente a este trabalho de proximidade. Esta autora entende o *outreach* como um aspeto da cultura de ajuda, ligado à indústria do sexo, que atua através de construções epidemiológicas e culturais nos grupos considerados de risco, com campanhas contra as IST. Na sua perspetiva, as figuras sociais que inventaram e desenvolvem projetos de *outreach* frequentemente justificam as suas ações sem a referência às necessidades, assentes em discursos de solidariedade, empoderamento, autoestima e inclusão social (Agustín, 2007a). Em contraste, autoras como Pitcher (2006) ou O'Neill (2008) argumentam que os serviços dirigidos a TS são colaboradores chave que desempenham um papel fundamental. Na verdade, os serviços de *outreach* assentes em pressupostos da não discriminação e do não julgamento são essenciais para pessoas que, devido ao estigma, raramente se sentem confiantes em procurar ajuda junto dos serviços de saúde e sociais formais.

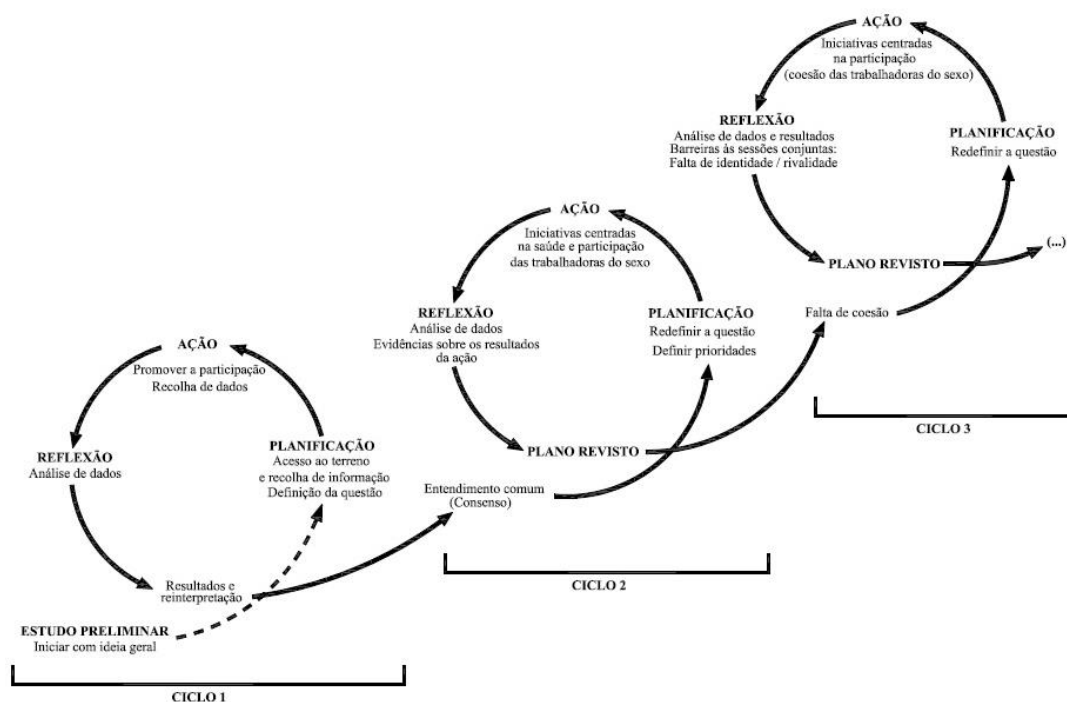
Em Coimbra, cidade onde este estudo decorreu, existem diversas equipas de *outreach*, no entanto apenas duas são especializadas no trabalho com prostitutas/os. Uma das equipas insere-se no paradigma da opressão – fornece serviços focalizados no apoio à

saída da atividade, pois acredita que a prostituição é sempre coerciva e uma forma de violência de género. A outra equipa providencia serviços de redução de riscos, centrados na saúde, e insere-se no paradigma do empoderamento. Usualmente as instituições que focam os serviços no apoio ao abandono da prática prostitutiva partem do pressuposto que a prostituição é errada, o que acarreta um julgamento de valor que pode afastar as/os TS. Percecionar as TS como vítimas que precisam de ajuda profissional é uma forma de negar a capacidade de autodeterminação e pode limitar as opções individuais, mesmo quando o objetivo é de facto abandonar a prática. Daí, propusemos este estudo à última equipa, inserida no paradigma do empoderamento, porque concordamos que as experiências das pessoas que exercem prostituição são diversificadas e, portanto, não podemos excluir a capacidade de efetuarem a opção voluntária de ingresso e manutenção na atividade.

Assim, de setembro de 2012 a junho de 2015 empreendemos um projeto de investigação-ação participativa com mulheres que exercem prostituição de exterior e uma equipa de *outreach*. O objetivo consistiu em identificar as necessidades e vontades das TS e da equipa de *outreach*, com a finalidade de encorajar todos/as os/as participantes (TS, equipa técnica, facilitadora) para a participação na construção de um modelo socioeducativo de intervenção através de pensamento crítico, da reflexão, da tomada de decisão, da responsabilidade e da co construção.

Optámos por investigação-ação participativa de forma a criar espaços seguros para a comunicação com e entre pessoas que usualmente se encontram excluídas, sem voz e sem tradição de participação. Como temos vindo a referir, raramente as TS são envolvidas nos assuntos que lhes dizem respeito, e portanto, este projeto ambicionou encorajar o desenvolvimento de iniciativas mais colaborativas entre os/as participantes (TS, equipa técnica, facilitadora). Através da promoção de iniciativas de conscientização e desafiando as tradicionais relações assimétricas, esperámos conseguir encontrar entendimento comum quanto as temáticas mais prementes para todos/as participantes. Este estudo é composto por três ciclos de planificação, ação e reflexão. Iniciou-se com o estudo preliminar e análise da situação, a partir dos quais partimos para a planificação e ação. O resultado da ação foi avaliado e uma nova análise elaborada, seguindo-se um novo plano com uma nova ação e assim em diante. A figura 1 sintetiza a natureza em espiral das atividades que fomos empreendendo ao longo do projeto, e que passaremos a relatar.

Figura 1. Ciclos de IAP



Durante o período de desenvolvimento deste projeto de investigação-ação participativa, efetuámos 159 saídas com a equipa de *outreach*, num total de 350 horas aproximadamente. Na tabela 19 apresentamos a média da duração dos contactos estabelecidos quer no centro urbano da cidade, quer nas estradas nacionais. Não contabilizámos o tempo que despendemos com os contactos que efetuámos fora do contexto de equipa de *outreach*, presencialmente, por telefone ou via internet. Excluímos, ainda, o tempo dedicado à preparação das discussões conjuntas, bem como outras atividades de planificação, ação e reflexão. A partir de junho de 2015, data em que “oficialmente” terminámos o trabalho de campo para que pudéssemos redigir a tese, fomos, no entanto, permanecendo em contacto com as/os participantes, efetuando visitas temporalmente mais espaçadas ou através do contacto telefónico/internet (sobretudo *Facebook* e *e-mail*). As relações de confiança que construímos ao longo do tempo e as questões éticas, que já tivemos oportunidade de expor, estão na base da dificuldade que sentimos em abandonar o terreno, tal como constatado por outros investigadores (por exemplo Boynton, 2002). Optámos, então, por um afastamento gradual, tal como aconteceu quando iniciámos a aproximação com vista ao desenvolvimento do presente estudo.

Estabelecemos ainda contacto com outros atores, como gerentes de pensões (homens e mulheres), companheiros/as das TS, Homens que Têm Sexo com Homens (HSH), amigas/os e familiares das TS, que não se encontram contemplados por não se constituírem participantes neste estudo.

Tabela 19. Caracterização das saídas efetuadas e contactos com TS

	Nº saídas	Locais	Horário	Periodicidade	Duração (aprox.)	Nº de contactos	Média de contactos	Duração de contactos
Noite	103	Coimbra A, Fernão	22h30/ 23h –	1 a 3 vezes por semana	217 h	Entre 2- 11	6	5 a 90 minutos
(cidade)		Magalhães, Coimbra B	0h30/1h30 27			2 Transgénero (até 12/2012)		
Tarde	55	Mealhada, Estrada do Luso, Murtede, IC2	14h30/ 15h – 18h00	Quinzenal	132 h	Entre 3 - 9	6	5 a 60 min.
(Estrada)								
Fim tarde	1	Coimbra A	18h45 – 19h45	Única – exploratória	1h	1	1	30 min.

3. Participação

3.1. Participantes

Neste projeto de IAP participaram formalmente 28 sujeitos: 19 TS, oito membros da equipa de *outreach* e uma dinamizadora /facilitadora, relatora desta tese.

Durante o período em que decorreu esta investigação, estabelecemos contacto com 83 pessoas que exercem prostituição de rua (81 mulheres e duas transgénero). A maior parte destes contactos foram pontuais e não possibilitaram, por esse motivo, o estabelecimento de uma relação de confiança para a prossecução de um trabalho colaborativo conjunto. Desenvolver pesquisa com TS implica o investimento de tempo para o desenvolvimento de relações de confiança, de outra forma dificilmente as pessoas

²⁷ A chegada até mais tarde foi até às 02h30, a mais cedo às 00h00. A saída mais cedo foi às 21h30 e a mais tarde às 23h30.

aceitam participar (O'Neill, 2001). Os contactos mais frequentes, duradouros e as relações de confiança estabelecidas foram sobretudo com 19 TS, que colaboraram formalmente, muito embora apresentando níveis de participação diferenciados, com saídas e novas entradas de participantes no decurso do projeto, tal como verificou Lopes (2006) no seu estudo. As saídas devem-se à perda de contacto, isto é, porque as pessoas mudaram para outras cidades ou interromperam a prática prostitutiva por períodos mais ou menos longos. As entradas estão relacionadas com o interesse demonstrado pelo trabalho em curso, quando apresentado a outras TS. Embora não tivessem participado no desenho inicial algumas TS, de alguma forma, identificaram-se e quiseram contribuir. Há ainda a salientar que algumas TS colaboraram inicialmente através da cedência de informação, que contribuiu para a definição de áreas temáticas a explorar, mas não participaram formalmente pelas seguintes razões: a) recusaram-se a participar por considerarem a sua situação no trabalho sexual como temporária ou por receio de discriminação social; e 2) por perda de contacto (mudaram de cidade, abandonaram a prática de prostituição ou interromperam a atividade). Estas situações não se encontram caracterizadas na tabela 20.

A equipa de *outreach* era composta por psicólogo, assistente social, enfermeiro, monitor e contabilista. No total, participaram oito profissionais (incluindo estagiários). Em cada ano letivo, a instituição aceita usualmente estagiários de diversas áreas do conhecimento, o que justifica a saída e entrada de novos elementos.

A instituição, onde se insere esta equipa de *outreach*, foi criada em 2004 e tem o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social. O seu principal objetivo consiste na promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados preventivos, curativos e reabilitativos, mediante a prevenção primária, secundária e terciária, o atendimento psicossocial, e a cooperação internacional. Tem também como fins secundários a intervenção social, a formação e educação, através do apoio a crianças e jovens; do apoio à família e à comunidade; do apoio à integração social e comunitária; da educação e da formação dos profissionais; da formação profissional; do apoio à integração socioprofissional da população desfavorecida; da intervenção na população do meio prisional; da proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou de diminuição de meios de subsistência ou capacidade de trabalho; do apoio ao cidadão com deficiência; da intervenção na pobreza e exclusão social; e da cooperação internacional.

Atualmente, os projetos em curso da Instituição promovem intervenções junto da comunidade em geral e também junto de populações especialmente expostas a comportamentos de risco, mais especificamente junto de indivíduos que se dedicam a práticas de prostituição, com comportamentos associados ao consumo de substâncias psicoativas e indivíduos portadores de VIH. Da mesma forma, a Instituição desenvolve dois eixos de atividade no âmbito da formação: o de qualificação escolar e profissional e o de qualificação contínua de recursos humanos através de ações de formação de reciclagem, atualização e aperfeiçoamento.

Na tabela 20 apresentamos as características sociodemográficas de os/as participantes que aderiram formalmente à investigação. A acoplagem dos três grupos resulta num total 28 participantes, com diferentes níveis e modos de participação, como explicaremos a seguir.

Tabela 20. Características sociodemográficas dos/as participantes

Características sociodemográficas	Participantes (N=28)			
	TS	Equipa	Facilitadora	Total
Género				
Masculino	0	3	0	3
Feminino	19	5	1	25
Idade (anos)				
20-29	7	3	0	10
30-39	3	2	1	6
40-49	5	2	0	7
50-59	4	1	0	5
Educação				
Primária ou menos	7	0	0	7
Básica	6	0	0	6
Secundária	6	0	0	6
Superior	0	8	1	9
Nacionalidade				
Portuguesa	12	8	1	21
Brasileira	3	0	0	3
Romena	4	0	0	4
Experiência no TS (anos)				
< 1	1	1	0	2
01-10	12	3	1	16

11-20	6	2	0	8
>21	0	2	0	2

3.2. Níveis de participação

A participação foi assumindo várias formas e com diversos protagonistas, pelo que podemos afirmar que não foi nem continua nem homogénea. Na realidade, apenas quatro participantes, onde se inclui a facilitadora, estiveram em todas as fases deste projeto, enquanto outras/os iam participando de forma pontual. Sendo uma investigação em contexto real, marcado por complexidade e imprevisibilidade, esta questão acabou por ser normalizada, no sentido da impossibilidade de controlo de uma constante de participação. Os diversos participantes tiveram também diferentes níveis de envolvimento e estes sofreram variações ao longo do tempo, situando a participação num *continuum* (Pretty et al., 1995).

Diversos autores (Arnstein, 1969; Biggs citado por Cornwall & Jewkes, 1995; Kinson, Pain, & Kesby, 2007; Pretty, Guijt, Thompson, & Scoones, 1995; Tripp, 2005) identificaram diferentes modos e níveis de participação. A escada de oito degraus de Arnstein (1969), embora seja bastante antiga, sublinha aspetos importantes da participação, distinguindo formas de participação e de não participação relacionadas com a extensão do poder dos cidadãos. Os dois primeiros degraus correspondem a um nível de não participação (manipulação e terapia), em que o seu objetivo real consiste não em facilitar a participação no planeamento ou condução de programas, mas sim a “educação” ou “cura” dos participantes por parte dos detentores de poder. Os três degraus seguintes – informar, consultar e aplacar – correspondem a um nível de *tokenism*, ou seja, apesar de se aproximarem mais da participação legítima, ainda se limitam a disponibilizar informação sobre direitos, responsabilidades e opções dos cidadãos numa comunicação unilateral (informar); convidam as pessoas a opinar (consultar) e atribuem algum grau influência aos cidadãos (aplar), sem permitir uma mudança efetiva no *status quo*, uma vez que o poder continua centralizado. Os últimos três degraus correspondem ao poder do cidadão – parceria, delegação de poder e controlo – com o poder redistribuído, partilha de atividades de planificação e responsabilidade na tomada de decisões.

Noutra nomenclatura, Biggs (citado por Cornwall & Jewkes, 1995) distingue o modo contratual (os participantes são contratados para integrar as experiências. Este modo corresponde a grande parte da investigação convencional); consultivo (os participantes são consultados antes das intervenções); colaborativo (os investigadores e os participantes trabalham juntos nos projetos iniciados e orientados pelo investigador); colegial (investigadores e participantes trabalham juntos como colegas com competências diferentes, num processo de aprendizagem mútua, sendo que os participantes assumem o controlo sobre o processo). Na mesma lógica, Tripp (2005), estabelece como formas de participação a obrigação, a cooptação, a cooperação e a colaboração. Nas duas primeiras situações não existe uma escolha voluntária, sendo que no primeiro caso o participante é coagido e no segundo persuadido. Nas duas últimas, os sujeitos fazem parte do projeto, ora apoiando as atividades, ora assumindo-se como co investigadores. Pretty et al. (1995) apresentam também uma variação entre passividade, interatividade e mobilização.

Para a maioria dos autores, o sucesso da IAP depende da ação coletiva e da auto mobilização. Pretty et al. (1995) estabeleceram um *continuum* de participação reconhecendo que várias formas de participação podem ser válidas, em diferentes alturas durante o processo de pesquisa e em diferentes situações e contextos. De facto, a participação não é uma categoria estanque e homogénea, pois diferentes sujeitos têm níveis de envolvimento diferenciados; e diferentes níveis de participação estão presentes conforme a fase do processo, os objetivos e as motivações individuais.

Os modos de participação podem também ser entendidos através da forma como vários participantes e investigadores trabalham juntos num processo dialético, em que cada um tem determinadas competências e conhecimentos, contribuindo para que novas formas de conhecimento sejam produzidas (Cornwall & Jewkes, 1995).

A partir destas nomenclaturas e da nossa experiência estabelecemos como modos de participação os seguintes: 1) igualitário (o participante torna-se co investigador); 2) colaborativo (os participantes assumem um papel ativo na tomada de decisão); 3) cooperativo (os participantes cooperam sem, no entanto, tomarem compromisso como investigadores); 4) consultivo (os participantes estão disponíveis para ser consultados quanto às suas opiniões e querem ser informados das ações); 5) informativo (os participantes são informados com o intuito de ser envolvidos de forma proactiva na investigação). Embora almejássemos por uma abordagem mais igualitária com iniciativa

total dos/as participantes, as TS que concordaram em participar fizeram-no sobretudo, e na maioria das vezes, com uma postura cooperativa e colaborativa. Tomaram, no entanto, uma atitude mais perto da igualitária quando reinterpretaram conjuntamente os resultados e mais pro ativa no processo de tomada de decisão. As participantes TS definiram as suas próprias contribuições, dentro do tempo e da sua disponibilidade. É de salientar que a participação não foi renumerada, pelo que para além de cumprirem com as suas rotinas de trabalho e com os seus afazeres pessoais e familiares, disponibilizaram parte do seu tempo, provavelmente de lazer, para colaborarem com a pesquisa.

Os elementos da equipa de *outreach* variaram na sua participação desde o modo consultivo ao modo igualitário (principalmente no segundo e terceiro ciclos). Adicionalmente, todos assumiram diferentes papéis de acordo com as suas competências e interesses. Por exemplo, a facilitadora responsabilizou-se pela atividade relacionada com a análise e a apresentação dos resultados: transcreveu as entrevistas, analisou os dados, forneceu *feedback* aos/às participantes e lidou com os aspetos relacionados com a tecnologia. No geral, as TS e os elementos da equipa de *outreach* definiram conjuntamente as áreas temáticas para aprofundar conhecimento, definiram prioridades, identificaram obstáculos, recursos, estratégias e ações; e no processo refletiram sobretudo individualmente e menos coletivamente. A facilitadora teve diferentes responsabilidades, como apresentar os resultados à comunidade científica, o que não pode ser partilhado com os outros participantes (Karlsen, 1991). Tendo por base os modos de participação, atividades-chave de cada ciclo e participantes, apresentamos o quadro 4.

Quadro 4. Modos de participação e participantes

Atividade por ciclo	Ciclo 1			Ciclo 2		Ciclo 3	
	Desenho do guião	Entrevista formal	Feedback/ Reinterpretação	Sessões conjuntas	Feedback/ Avaliação	Panfleto/ frases	Feedback/ Avaliação
Igualitário	Marta ²⁸ Filipa+ Susana° Raquel°		Marta Filipa+ Susana° Raquel° Fernanda° Carlos+ Leonor+ Joaquim+ Pedro+	Marta Filipa+ Susana° Raquel° Carla° Ana°	Marta Filipa+ Susana° Raquel°	Marta Filipa+ Susana° Raquel° Isabel°	Marta Filipa+ Susana° Raquel° Isabel°
Colaborativo	Liliana° Sara° Alexandra+	Filipa+ Carina° Raquel°	Carina° Liliana° Rute° Patrícia°	Rosa+	Ana° Rosa+	Liliana° Anabela° Rosa+	Liliana° Anabela° Rosa+
Cooperativo	Carina° Diana° Margarida° Patrícia° Rute°	Cristina° Carolina° Liliana° Margarida° Rute° Patrícia° Susana° Sandra° Sara°		Fernanda°	Carina° Rute° Carla° Fernanda°	Rute° Sónia°	Rute° Sónia°
Consultivo	Cristina° Sandra° Carolina°	Diana° Pedro+ Carlos+ Leonor+ Alexandra+ Cláudia+	Diana° Joana°*	Carina° Diana° Patrícia° Liliana° Carlos+ Pedro+	Diana° Liliana° Patrícia°	Carina° Diana° Paula° Pedro+	Carina° Diana° Paula° Pedro+
Informativo	Pedro+ Carlos+ Mafalda°* Glória °* Daniela°* Helena°* Sílvia °* Luísa°*						

Acrescentamos o quadro 5 como síntese do nosso trabalho e para melhor visualizarmos as sobreposições das diversas fases de planificação-ação-reflexão dos respetivos ciclos. Em simultâneo incluímos as atividades/tarefas-chave, descrição e número de participantes.

²⁸ Os nomes utilizados são pseudónimos para salvaguardar a confidencialidade e anonimato, exceto o da relatora. As referências ° correspondem a TS e as + aos/às profissionais de *outreach*.

*Estas participantes não se encontram contempladas na tabela da caracterização sociodemográfica, uma vez que embora tivessem contribuído não participaram de forma formal.

Quadro 5. Ciclos e atividades

Ciclo 1			Atividade	Descrição	Part.
Planificação	Ação	Reflexão	Inserção no terreno	Estabelecimento de relações de confiança e encorajamento para a participação na definição de necessidades individuais e coletivas.	23
			Entrevistas informais		
			Desenho do guião de entrevista	Definição de áreas temáticas e questões com e para as TS	15
			Entrevistas formais	Definição de áreas temáticas e questões com e para os elementos da equipa de <i>outreach</i>	3
Planificação	Ação	Reflexão	Entrevistas formais	Resposta às questões formuladas no guião	18
			Análise dos dados	Organização, sistematização dos dados e análise temática	1
			Sessão com os profissionais	<i>Feedback</i> dos resultados em sessão conjunta	5
			Encontros com as TS	<i>Feedback</i> dos resultados individual e informal	10
Planificação	Ação	Reflexão	Reinterpretação dos dados: Temas emergentes	Saúde ocupacional, segurança ocupacional, proteção legal e estigma	11
			Cidadania (responsabilização das TS e compromisso), saúde ocupacional e intervenção na toxicodependência	6	
Ciclo 2					
Planificação	Ação	Reflexão	Propostas de ação dos/as participantes	Agendamento de sessões conjuntas para discussão dos temas emergentes	11
Planificação	Ação	Reflexão	1ª sessão	Apresentação visual das reinterpretações (fotomontagem com jornais)	6
				Seleção de prioridades: saúde sexual, riscos de contrair VIH, uso apropriado e consistente do preservativo	
				Discussão de estratégias de ação relativa à preocupação partilhada: uso do preservativo - distribuir panfletos informativos aos clientes de sexo pago	
				Discussão de falta de adesão de TS e estratégia de ação: Endereçar novos convites e agendar sessão	
Planificação	Ação	Reflexão	Contacto através de <i>outreach</i> e/ou telefone	Agendamento de sessões e discussão da participação	9
			2ª sessão	Discussão da falta de adesão das TS/estratégias	4
Planificação	Ação	Reflexão	Contacto através de <i>outreach</i> e/ou telefone	Sessão centrada na violência contra TS	4
			3ª sessão	Agendamento de sessões e discussão da participação	9
Planificação	Ação	Reflexão	3ª sessão	Discussão das estratégias que falharam quanto à promoção do uso do preservativo e à falta de adesão das TS	5
				Existência de consenso quanto às problemáticas que afetam as participantes, no entanto reconhecem a falta de coesão entre TS e na adesão aos serviços	
				Incidir sobre a problemática do VIH, através de ações de sensibilização junto dos <i>media</i>	
				Enviar mensagens às colegas e ao poder político	
Ciclo 3					
Planificação	Ação	Reflexão	Contacto através de <i>outreach</i> e/ou telefone	Apresentação dos resultados	14
				Recolha das frases	
Planificação	Ação	Reflexão	Contacto através de <i>outreach</i> e/ou telefone	Tradução e correção das frases para romeno	3
				Discussão da falta de adesão a atividades conjuntas	14
				Estratégias de difusão das frases: elaboração de um panfleto para entregar às colegas; comunicação das mensagens ao poder político	
				Recolha e seleção de imagens para o panfleto	
Planificação	Ação	Reflexão	Contacto através de <i>outreach</i> e/ou telefone	Montagem do panfleto	
				Distribuição	
				Identificação de consenso mas pouca coesão	
				TS não acreditam na possibilidade de união entre si, no entanto partilharam as mensagens	
Planificação	Ação	Reflexão	Contacto através de <i>outreach</i> e/ou telefone	Aceitam a sugestão de enviar panfleto para a RTS (não obtemos <i>feedback</i> até à data)	14

3.3. Desafios à participação em contexto de prostituição de rua

Questionar por que é que do universo de contactos que estabelecemos, quer com TS quer com profissionais de *outreach*, apenas 28 sujeitos participaram formalmente com a investigação parece-nos uma pergunta legítima. Para além das explicações que já apresentamos relacionadas com a mobilidade/perda de contacto, encontrámos diversos constrangimentos a nível da participação das TS e dos profissionais de *outreach*.

As TS, que exercem prostituição de exterior em Coimbra, usualmente não expressam as suas necessidades e vontades. Algumas acreditam que a sua opinião não tem valor, principalmente por causa do estigma do trabalho sexual. Depois, a existência de relações tensas e conflituosas, fomentadas pela prática de diferentes preços, não uso do preservativo, questões territoriais e rivalidades pessoais, constituem um obstáculo à ação coletiva. Acresce a disputa antiga entre as consumidoras de drogas e as que não consomem (como verificado por Mckeganey e Barnard (1996); Oliveira (2011); Porter e Bonilla (2010)). Estas disputas/conflitos impediram que algumas TS trabalhassem em conjunto nas sessões de grupo. A falta de coesão interna já havia sido apontada como obstáculo à ação coletiva (Mathieu, 2003), bem como a rivalidade e a falta de solidariedade (Kongelf, Bandewar, Bharat, & Collumbien, 2015). Estudos (Busza, 2004; Kongelf et al., 2015) indicam que o estigma, identidade, mobilidade e heterogeneidade conduzem a uma falta de coesão e suporte entre TS, inibindo a mobilização para a ação.

O retrato dominante das relações entre colegas é sintomático do escasso nível de organização das mulheres no quadro da defesa dos seus direitos laborais como trabalhadoras do sexo. Mesmo quando elas, maioritariamente, se manifestam favoravelmente à necessidade de organização através da existência de uma associação ou sindicato para defesa dos seus interesses, a constatação dos sentimentos e atitudes acima expressos [*incompatibilidades, conflitos, brigas*] não é propícia à emergência de processos e esquemas organizativos. A pressão social e a força dos preconceitos funcionam como inibidores de manifestação no espaço público [...] (Ribeiro et al., 2008, pp. 296–297).

Contudo, encontrámos também algumas potencialidades, como solidariedade, preocupação e generosidade entre TS. Verificámos uma contradição entre o que verbalizam e a forma como se comportam, visto que afirmam com frequência não existir amigas nesta atividade, mas rapidamente assumem atitudes de cooperação e companheirismo (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008).

Independentemente do tipo de relação estabelecida, as TS fazem parte da rede de suporte umas das outras. As relações são pautadas pela instabilidade, no sentido em que num dado momento podem descrever a relação entre si como de convívio e interajuda, e noutro momento de conflito. Como convívio e interajuda incluímos as referências sobre o cumprimento de funções da rede social, como o prestar apoio instrumental (cedem preservativos umas às outras; pedem material à equipa para outras TS ou indicam outras pessoas que podem precisar de material); fazem companhia; protegem-se através de medidas de segurança ou simplesmente por estarem mais mulheres na rua sentem-se mais seguras. Por exemplo, em algumas situações as mulheres trabalham aos pares e zelam pela segurança mútua, informam-se sobre clientes potencialmente perigosos e contactam-se quando verificam longos períodos de ausência. Ou seja, recorrem a muitas das estratégias de redução de riscos identificadas por Bletzer (2003). Mostram em diversos momentos preocupação e generosidade quer para com as colegas, quer para com os profissionais de *outreach* e até mesmo com outras pessoas, como é caso de pessoas sem-abrigo ou outras mulheres em situação de dificuldade.

Porém esta situação pode assumir contornos frágeis, porque rapidamente se zangam conduzindo a situações de conflito. Essas situações podem estar associadas a questões pessoais (trocas de companheiro) ou relacionadas com a atividade, como a delimitação territorial, isto é, quando aparece alguém novo para trabalhar na mesma zona; ou a aplicação de preços mais baixos e o não uso de preservativo, comportamentos associados usualmente às toxicodependentes, por estas se encontrarem numa situação mais vulnerável, com pouca capacidade de negociação de sexo seguro (Pyett & Warr, 1997). Assim como Oliveira (2011), verificámos ainda a existência de liderança na rua, com as mulheres mais experientes a ensinar as novas a negociar o serviço, a delimitar zonas de trabalho, a estabelecer preços e normas a cumprir sob ameaça de expulsão. As toxicodependentes não entram neste jogo, uma vez que não cumprem com o acordado. O excerto seguinte ilustra a visão de cooperação e solidariedade, bem como o surgimento do conflito, e as lideranças:

Liliana contou que antigamente, nos dias frios, costumavam fazer uma fogueira. A Susana trazia café e quando abria a padaria iam comprar pão quente. Havia mais união entre as mulheres que trabalhavam na rua. Eram muitas, mas davam-se bem. Agora isso não acontece porque praticam preços diferentes, dá o exemplo da Mónica que leva 5 euros e faz sem preservativo "ela já não tem nada a perder". Antigamente, as novas que chegavam iam falar com a Liliana e com a Susana, e normalmente, era a Susana que lhes dizia para que zonas ir e quanto deviam cobrar. Ameaçava que se cobrassem menos eram expulsas, e as

coisas funcionavam bem. As toxicodependentes começaram a aplicar outros preços e as coisas começaram a correr mal (Liliana, DC n. 14 | 11.12.2012).

A ausência de uma identidade profissional coletiva ou a falta de sentimento de pertença a um grupo faz com as/os TS tenham pouca capacidade organizativa para reivindicar a sua posição. A falta de uma identidade profissional encontra-se também associada com a falta de reconhecimento de vantagens. Normalmente, as/os TS consideram a prostituição uma situação temporária e não identificam benefícios em assumi-la enquanto profissão (Agustín, 2007a; Kongelf et al., 2015). A ideia preconcebida de uma existência de coesão prévia numa comunidade de mulheres marginalizadas que apenas precisa de ser estimular para ser mobilizada é falsa (Kongelf et al., 2015).

As consumidoras de drogas são a população mais difícil de alcançar, evitando o contacto com as equipas de rua. Mesmo assim, conseguimos envolver uma toxicodependente que teve um papel importante no ciclo 2. Este envolvimento apenas foi possível porque esta TS tinha uma relação muito próxima com uma outra participante e porque, na altura das iniciativas do ciclo 2, encontrava-se em programa de tratamento. As consumidoras afastam-se ainda mais da identidade de TS, uma vez que o que organiza as trocas de serviços sexuais por dinheiro é o consumo de drogas. Nas palavras de Oliveira (2011) a carreira das toxicodependentes, se existir, é do consumo de drogas, sendo a prostituição um meio instrumental para o consumo, sobre o qual não importa refletir enquanto profissão.

Outros obstáculos que encontramos foram os proxenetas. Apesar de serem figuras escassas e os elementos da equipa de *outreach* terem relações cordiais com estes, alguns bloquearam o contacto com as TS. A mobilidade das TS, como já tivemos oportunidade de referir, foi também uma dificuldade. Perdemos contacto com muitas TS porque frequentemente mudam de cidade ou encontram-se ausentes por períodos indefinidos de tempo, possivelmente como estratégia de *marketing*, dado que os clientes de sexo pago tendem a procurar as TS novas.

Quanto à participação dos elementos da equipa de *outreach*, nem todos tiveram um papel ativo. No Ciclo 1, mostraram-se sobretudo mais persuadidos a participar, e em algumas situações forneceram suporte. Nos encontros de negociação, mostraram interesse no projeto, mas não tomaram iniciativa, e tivemos de agendar diversas vezes reuniões conjuntas. É possível que, dada a complexidade da IAP, o seu papel não estivesse

totalmente clarificado, estando também pouco habituados a fazer parte das investigações de forma ativa. Normalmente, os contributos passam por fornecer informações através de entrevistas ou questionários, sendo os participantes pouco envolvidos na interpretação dos resultados, planificação, intervenção e reflexão – etapas e tarefas próprias da investigação-ação. Por outro lado, existe ainda um afastamento entre conhecimento académico e prático. Impera uma visão positivista, em que os académicos são percebidos pelos demais de forma paradoxal, isto é, ora como “especialistas” que oferecem soluções fabricadas, ora como desconhecedores profundos da prática e, portanto, incapazes de compreender os desafios quotidianos dos profissionais. Esta crença é de difícil desconstrução, quando o conhecimento científico continua centralizado em algumas esferas e pouca aproximação existe com a sociedade. A investigação-ação é exatamente a ponte entre as universidades e as sociedades, o instrumento e filosofia de excelência para operar mudanças nas premissas académicas (Greenwood & Levin, 2006), tendencialmente positivistas. Adicionalmente, a falta de sustentabilidade financeira dos serviços parece interferir com a motivação da equipa e com uma postura de abordagem igualitária. A IAP é bastante exigente em termos de disponibilidade individual e coletiva, e ao início a equipa parecia não se encontrar totalmente motivada para ser envolvida, talvez porque os seus membros pudessem sentir-se questionados, isto é, avaliados no seu trabalho. No final do ciclo 1, mostraram-se mais proativos e uma das profissionais assumiu, desde o início, uma postura mais igualitária.

Estes assuntos foram sendo discutidos com os/as participantes – TS e membros da equipa de *outreach*. Retomaremos este tópico, incluindo as perspetivas dos/as participantes relativamente à fraca adesão à participação, designadamente nas atividades coletivas.

3.4. Então, por que é que aceitaram participar neste estudo?

Ao envolver diversos sujeitos numa pesquisa com interesses diferentes, como é o caso dos/as participantes deste projeto de IAP, convém explicitar o que pretendiam e esperavam da pesquisa, tal como sublinha Boynton (2002), e ainda a motivação para a colaboração com o mesmo.

As TS participaram na investigação pelas três razões que se seguem: 1) pela relação estabelecida com a facilitadora; 2) como uma forma de terem voz ativa (reconhecem que são as pessoas que melhor sabem sobre trabalho sexual e as suas experiências; e querem lutar contra o estigma e preconceito); 3) como forma de obter suporte emocional (discutir e

refletir sobre as suas experiências permitiu uma maior conscientização e teve efeitos pedagógicos e terapêuticos).

A primeira situação encontra-se relacionada com o sentido de compromisso com a facilitadora, por exemplo, como forma de retribuição ou porque foi pedido.

Vocês vão lá, são tão atenciosas, não é? São tão atenciosos, não é? Têm isto, querem fazer-me uma entrevista, eu acho que não me custa nada vir aqui, não é? (Raquel).

A segunda é perspetivada como forma de conseguir mudança, uma vez que é uma via de informação sobre os seus pontos de vista.

[...] as pessoas também devem ouvir um bocadinho da nossa parte, porque há pessoas que pensam e dizem assim: 'está ali é só fazer dinheiro e estão ali e é fácil'. Não é fácil, não é fácil. Se as pessoas pensam que é fácil, não é fácil. As pessoas também têm que ouvir um pouco a nossa (pausa) é difícil, é um bocadinho difícil (Sandra).

E, por último, as entrevistas formais e informais são entendidas como um espaço de suporte emocional. Muitas pessoas agradeceram o espaço para poderem falar: seguro e sem julgamentos, uma vez que o seu dia-a-dia é caracterizado pelo perigo, caos e estigma.

Foi uma terapia para a minha mente, hoje vou para a rua tranquila (Carina).

Estas respostas são congruentes com a literatura que advoga a importância da relação para o empreendimento de investigação qualitativa de natureza participativa (Bogdan & Biklen, 1992; Park, 2001; Reason & Bradbury, 2001), bem como a importância da participação como forma de dar voz, consciencializar e empoderar os sujeitos (Freire, 1972).

Relativamente às expectativas, reforçam o já exposto. As TS responderam sobretudo que esperavam que a sua participação trouxesse algo de positivo, seja para a instituição conseguir mais apoios, seja para ajudar outras pessoas na mesma situação ou melhorar a sua própria situação, ou mesmo não sabendo em que sentido, mas confiando que fosse positiva. Apenas três pessoas disseram que não sabiam ou que não esperavam nada da investigação.

Melhorar a sua situação foi a expectativa mais referenciada, no sentido de conseguirem mais apoios de outros serviços e das equipas de *outreach*.

[Espero que] seja bom e que arranjem maneira de nos poder ajudar mais. Acho que isso era o essencial. Pronto, acho que, acho que era o essencial, a gente ter mais ajudas, vocês passarem mais vezes, porque é bom falar com pessoas diferentes, hmm pronto falarmos e depois já nos conhecemos um bocadinho, já temos certa confiança, brincamos (Margarida).

Ou ainda como forma de lutar pelos seus direitos sociais.

Olha que pudéssemos fazer descontos para a segurança social para um dia termos uma reforma e um meio de sobrevivência, não era?" (Rute).

E por fim, como combate à discriminação/estigma de que são alvo por parte da sociedade.

Para mostrar às pessoas também que não é assim fácil, nem é... É assim, eu sei que há mulheres que andam lá anos e anos, que andam porque querem, que andam porque querem. Eu falo por mim, eu ando para pagar as minhas contas, porque um ordenado não dá para pagar nada, dá para pagar uma renda de casa e água e luz, e eu vou comer o quê durante o mês? (Sandra).

Relativamente aos profissionais, foram apontadas expectativas de quatro tipos, a nível de consciencialização, como formas de motivação para a participação no corrente estudo, que são as seguintes: 1) aumentar conhecimento, quer do trabalho em si, quer sobre as necessidades das TS; 2) melhorar a intervenção; 3) informar/sensibilizar sobretudo o poder político para a necessidade de uma intervenção continuada no âmbito da prevenção primária e 4) produção de conhecimento científico, na conceção de um modelo de intervenção consistente e no estabelecimento do perfil do profissional. Esta última resposta foi provavelmente induzida por se tratar de um trabalho académico. Sintetizando, reproduzimos as palavras do coordenador da equipa de *outreach*:

[a investigação] acho que pode ser importante (...) vai nos dar uma melhor perspetiva sobre a forma, a melhor forma de intervenção junto destes indivíduos para melhorar a sua condição. O que nos vai permitir adequar estratégias de intervenção, adequar estratégias políticas, adequar estratégias macro, micro e individuais a estas populações (Coordenador da equipa).

Em síntese, ambos os grupos – TS e equipa de *outreach* – consideraram esta investigação como uma forma de criar espaços para comunicar as suas perspetivas e narrativas, seja ao poder político, seja à sociedade civil ou aos pares. Em comum, apresentaram ainda um interesse em melhorar as condições pessoais e/ou profissionais. Perante estes objetivos comuns, partilhados com os da facilitadora, situamos o presente estudo numa vertente de investigação-ação participativa crítica ou emancipatória (Kemmis, 2001).

4. Recolha e análise de dados

As técnicas e os instrumentos de recolha de dados relacionados com a observação, a entrevista, a conversa informal, com registo em diário de campo, encontram-se usualmente associados à pesquisa de tipo etnográfico (Costa, 1986), no entanto são também utilizados em IAP. Latorre (2003) distingue as técnicas de recolha de dados baseadas na perspectiva do investigador – observação e análise documental, das centradas na perspectiva dos participantes – entrevista. Para o nosso estudo, de forma a explorar preocupações comuns, efetuámos entrevistas informais, observação participante, entrevistas formais semiestruturadas e discussões conjuntas. Estas técnicas e instrumentos de recolha de dados tornam-se exclusivos da IAP, uma vez que os resultados são devolvidos, discutidos e reinterpretados com os/as participantes, no que Bisquerra (1996, p. 283) designou “encuesta feedback”, o que não acontece nas pesquisas de carácter etnográfico. Desta forma, os resultados em IAP ultrapassam a visão descritiva e interpretativa etnográfica, para serem implicados em processos de mudança. O recurso a técnicas associadas à performance e às artes é também popular entre a IAP e as pesquisas feministas (Gray, 2004; O’Neill, 2008). No nosso estudo recorreremos à imagem em diversas iniciativas de conscientização – para reinterpretação de resultados e na elaboração de um panfleto enquanto produto final.

Dentro da informalidade, optámos, numa primeira instância, pela observação participante, que inclui conversas e entrevistas informais (Costa, 1986). A observação participante é uma técnica que permite a compreensão de um fenómeno em maior profundidade, o acesso aos significados que os participantes atribuem às situações sociais e implica o observador nos acontecimentos e fenómenos observados, de maneira interativa (Burgess, 1984; Latorre, 2003). Utilizámos esta técnica para nos inteirarmos das práticas, das narrativas e das dinâmicas que ocorrem num contexto de grande imprevisibilidade, como é caso da prostituição de rua. A par desta, o recurso a entrevistas e conversas informais permitiu, numa fase inicial, estabelecer relações de confiança, bem como definir as áreas temáticas a explorar, e, numa fase posterior, permitiu desenvolver atividades de planificação, ação e reflexão. Sendo a base da pesquisa em IAP o diálogo, pois é através dele que a relação sujeito-objeto da ciência tradicional dá lugar ao sujeito-sujeito (Fals-

Borda, 1991), optámos por aprofundar as temáticas emergentes em contexto informal, através do recurso a uma entrevista semiestruturada construída de forma colaborativa com as/os participantes. Nas fases seguintes, recorreremos às discussões conjuntas, bem como às conversas informais individuais e coletivas no contexto de rua, de maneira a planear estratégias de ação e consequente avaliação.

As entrevistas semiestruturadas e as discussões conjuntas foram gravadas com a permissão das/os participantes e transcritas. As entrevistas foram realizadas no contexto e horário de trabalho, na sede da instituição, na rua e em cafés fora do contexto de trabalho, com a duração mínima de 8 minutos, máxima de 57 minutos, numa média de 25 minutos de duração aproximadamente. As discussões conjuntas decorreram na sede da instituição com duração entre 60 a 120 minutos.

Recorremos à análise de conteúdo dos dados, tendo em conta os procedimentos descritos na literatura especializada (Strauss & Corbin, 2008). A análise temática permitiu a identificação de prioridades/questões comuns para a tomada de ação. Tomámos o cuidado de não identificar os/as participantes e para o efeito usamos pseudónimos. Utilizámos ainda o *software WebQDA* para a análise qualitativa.

5. O ponto de partida

Tanto a revisão da literatura como o estudo preliminar, que apresentámos nas secções precedentes, assumiram um papel importante na definição da questão inicial do projeto de investigação que agora detalhamos. Relembrando e sintetizando, no estudo preliminar identificámos as práticas, teorias e ideologias que estão na base do trabalho desenvolvido por 23 instituições que, à data deste estudo, providenciavam serviços para TS em Portugal. Concluímos que as respostas são bastante similares, sendo que a maioria presta serviços de redução de danos decorrentes do trabalho sexual, sobretudo a nível da promoção e educação para a saúde, assumindo uma intervenção tradicional centrada na epidemiologia. As instituições assumem um papel expressivo no debate alargado sobre a prostituição enquanto trabalho ou opressão.

Estes resultados conduziram-nos às seguintes questões:

- 1) Os serviços tradicionais centrados na epidemiologia reforçam inadvertidamente o estigma do/a TS?;
- 2) Quais são as preocupações, necessidades e vontades reais dos/as TS?;

3) O que pensam estes/as sobre serem envolvidos/as no desenho, implementação e avaliação de projetos que lhes dizem respeito?

Neste sentido, o nosso primeiro passo foi identificar uma falta de participação dos/as TS. No entanto, tal como Glassman e Erdem (2014) enfatizam, o ponto de partida de um projeto de IAP não deve ser uma questão de investigação abstrata, mas sim surgir da experiência e da observação da interação dos participantes. A esta ideia acrescentamos que é através do dar voz e da estimulação para a participação de todos os sujeitos envolvidos que podemos unificar ação-investigação-reflexão, teoria e prática, para a realização da desejada e requerida mudança. Assim, os/as investigadores/as, como facilitadores, devem estabelecer uma relação horizontal como sujeitos e envolver os/as participantes através do encorajamento para que definam as suas prioridades e questões de investigação.

6. Ciclo 1

6.1. Acesso ao terreno e recolha de informação

O local de pesquisa foi selecionado tendo em conta as recomendações de Burgess (1984) quanto à disponibilidade de pessoas para cooperar, a conveniência da situação, isto é, proximidade territorial, bem como o estabelecimento de contacto prévio com a equipa de *outreach*.

A primeira tarefa correspondeu à inserção na equipa de rua, o que implicou um processo de integração e adaptação inerente à imersão neste novo contexto, com aprendizagem de regras, linguagem e códigos associados à prática e à organização da prostituição, bem como ao trabalho desenvolvido pelo *outreach*. Desta forma, pretendíamos conhecer as dinâmicas associadas ao trabalho sexual de rua, estabelecer relações de confiança com as participantes e aprofundar questões relacionadas com a investigação. Para o efeito, recorremos a técnicas como a observação participante e a entrevista informal, com registo em diário de campo²⁹ (Burgess, 1984; Costa, 1986; Spradley, 1979). O recurso inicial a técnicas de recolha de dados etnográficas foi a

²⁹ Por motivos éticos, optámos por apresentar apenas um excerto do diário de campo como exemplo (anexo 5). As notas originais incluem referências a factos, pessoas e locais facilmente identificáveis e, portanto, comprometedoras da confidencialidade e anonimato. O exemplo em anexo foi selecionado de forma aleatória e foram retirados os elementos identificativos.

estratégia encontrada para construir relações de confiança com as participantes e para encontrar um entendimento comum, que permitisse lançar os alicerces para a ação.

O acesso foi facilitado pelos membros da equipa de *outreach*, que trabalham há bastante tempo com esta população e com a qual têm uma relação privilegiada, a qual conseguimos também ir construindo ao longo do tempo. Muito embora tivesse existido esta facilidade, o acesso envolveu renegociações constantes em diversas fases do processo de investigação (Burgess, 1984), quer com as TS, quer com a equipa de profissionais, no sentido de negociar a nossa presença e ganhar confiança para encorajar os envolvidos para a participação. Como diversos autores mencionam (Gaventa & Cornwall, 2001; Park, 2001; Reason & Bradbury, 2001) neste processo os resultados e a qualidade do trabalho de terreno depende da qualidade das relações estabelecidas com os participantes. Essas relações devem ser horizontais, cooperativas, respeitosas, de não julgamento e empáticas. Devem ainda validar o conhecimento subjetivo e estar associadas com a promoção do empoderamento e aprendizagem mútua (Fals-Borda, 1991; Freire, 1972). Trata-se de um processo moroso e, por isso, a planificação do ciclo 1 foi a fase mais prolongada.

Para além da questão da obtenção de acesso, as TS usualmente não participam em projetos de investigação de forma voluntária e ativa, pois normalmente são persuadidas a responder a questionários ou entrevistas. E ainda, essa participação acontece no individual, não estando habituadas a funcionar em grupos de discussão.

A partir dos tópicos mais mencionados em entrevistas informais, os/as participantes discutiram as áreas temáticas para construir dois guiões de entrevistas. O primeiro pretendia aprofundar conhecimento sobre as perceções das TS quanto às seguintes áreas: redesenho e avaliação dos serviços de *outreach*; avaliação dos serviços formais; identificação de necessidades; narrativas da prostituição; motivação e expectativas com a investigação (anexos 6-8). O guião da equipa de *outreach* focava a motivação, potencialidades e limitações da intervenção; o perfil do profissional de *outreach* e as expectativas com o estudo (anexos 9-11). Na primeira fase, 22 participantes contribuíram individualmente na definição das temáticas que deviam ser exploradas, mas nem todos/as colaboraram com a construção do guião e algumas, apesar de definir as temáticas, não aceitaram ser formalmente entrevistadas (ver quadro 4). As razões prendiam-se com o facto de a prostituição ser uma situação temporária, não tida como uma profissão, e também devido ao medo da discriminação, ou seja, *felt stigma* (Scambler, 1998). Foram

entrevistados/as formalmente 12 TS e 6 profissionais de *outreach*, e a opinião das participantes informais foi registada e levada em conta na análise das vozes das TS.

Estes procedimentos correspondem ao primeiro passo – planificação, contudo, tanto a ação como a reflexão estão presentes. A recolha de dados pode ser considerada ação (Martin, 2013), uma vez que implica participação; analisar os dados e definir prioridades são ambas reflexão. Assim, torna-se difícil definir fronteiras claras entre as fases de planificação, ação e reflexão (ver quadro 5). Em alguns casos, a ação surge claramente separada, noutros acontece ao mesmo tempo.

As transcrições das entrevistas foram devolvidas aos/às participantes para ler, comentar e modificar o que entendessem como necessário. Esta tarefa conheceu consequências inesperadas, porque algumas TS ficaram apreensivas relativamente à confidencialidade, muito embora tivéssemos assegurado o anonimato e sigilo, e tivéssemos removido todos os elementos identificativos.

Todos/as os/as participantes consentiram a participação e a gravação das entrevistas, as TS de forma oral e os/as profissionais de *outreach* de forma escrita. Eliminámos as referências que podiam identificar as pessoas, preservando a confidencialidade e o anonimato. Tomámos o cuidado de tratar as pessoas pelo nome com que se apresentam e respeitámos espaços e tempos individuais. Confrontámo-nos, constantemente, com o dilema da execução de espaços democráticos para o livre exercício da participação, questionando se as pessoas se sentiam realmente parte do processo. Mais do que produzir conhecimento científico, almejámos que este se traduzisse numa diferença na forma de conhecer, pensar, acreditar e agir (Schostak & Schostak, 2008) e contribuísse de facto para os/as participantes.

Após a aceitação dos/as participantes das transcrições efetuadas, a facilitadora analisou-as. Em seguida, apresentamos os resultados, da perspetiva das TS e dos elementos da equipa de *outreach*, da forma como foram analisados e apresentados pela facilitadora aos/às participantes, para reinterpretação posterior conjunta e definição de prioridades de ação.

6.2. Vozes das TS

In the process of the research I do not aim or claim to speak for female ‘prostitutes’ but rather to speak with them, from multiple standpoints, and to open up intellectual and practical spaces for them to speak for themselves (O’Neill, 2001, p. 51).

Para a análise das vozes das TS, considerámos, para além da informação recolhida através da entrevista formal, a informação recolhida junto das participantes formais e informais, em contexto de trabalho de terreno (identificadas nas tabelas como “entrevistas informais” e no excertos exemplificativos com “DC”, referente a diário de campo).

6.2.1. Narrativas sobre a prostituição

Retomamos as posições feministas relativamente à prostituição, e focamos as representações das próprias TS, relativamente à atividade. Podemos já adiantar que estes resultados corroboram os de outros estudos (por exemplo, Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008), e que, como tal, não acrescentam nova informação, mas adquirem importância para esta investigação, pelo posicionamento reflexivo das TS sobre as suas próprias situações e condições de existência. Pensar sobre os motivos que conduziram a esta opção e à sua manutenção, sobre as vantagens e as desvantagens, e as propostas legislativas, incentiva à conscientização (Freire, 1972) e, conseqüentemente, promove o empoderamento.

A maioria das entrevistadas entende a prostituição como um trabalho, mas existem outras que a consideram apenas uma atividade ocasional/pontual, percebida como o “último recurso” para suprimir necessidades económicas. Esta justificação pode encontrar-se associada a uma estratégia cognitiva para lidar com os aspetos negativos da prostituição.

A terminologia mais utilizada enquadra-se no feminismo liberal, referindo-se à atividade como um «trabalho normal» ou «profissão»; e aos homens que solicitam os serviços como «clientes». Por exemplo, Daniela refere-se ao seu local de trabalho como «o escritório».

Eu acho que isto é uma vida normal, a gente quando sabe fazer, acho que é uma vida normal. (...) tipo eu e essas meninas que trabalham aqui, elas vem de manhã e de tarde vai para casa, (...) e quase todas são casadas, tudo tem marido, mas só que eu acho que a maioria do marido não sabe. Você sai de manhã, vai trabalhar, não é? (Patrícia).

Isso acabando por se dizer que é uma profissão, é como um trabalho qualquer, só por dizer que a gente está à beira de uma estrada e está a vender o nosso corpo, porque outras

mulheres que têm outro trabalho também chegam a casa, também têm que fazer a vida delas como nós, é igual. Nós temos uma vida igual às outras pessoas (Sara).

Vendo o que é meu! Vendo não, empresto! (Joana, DC n.90|29.01.2014).

Nos seus discursos está patente a autodeterminação individual, a opção pelo trabalho sexual, todavia o estigma destaca-se na medida em que nem todos os elementos da rede social das TS têm conhecimento sobre a atividade e existe uma desvalorização do trabalho sexual relativamente a outras atividades laborais. Cientes de que a sociedade não partilha da visão da prostituição como trabalho, consideram que é desonesto, aproximando-se da perspetiva desviante, o que pode refletir *felt stigma* - estigma interno ou auto estigmatização (Scambler, 2004), e contribuir para a desqualificação, exclusão social e, conseqüentemente, influenciar a capacidade de mobilização pelos direitos. Por outro lado, a justificatória da sobrevivência e apoio a familiares (descendentes e ascendentes), à qual recorrem muitas vezes, parece transformar o sentido desviante da prostituição em legítimo e aceitável, o que provavelmente reflete mecanismos de defesa (Castillo, Gómez, & Delgado, 1999; Ribeiro et al., 2008). Não raras vezes recorrem à racionalização como forma de lidar com os aspetos negativos da prostituição (Brewis & Linstead, 2000; O'Neill, 2001; Oliveira, 2011; Sanders, 2005).

[...] não posso dizer que é um trabalho honesto, não é? (...) é uma sobrevivência da gente ter dinheiro para pagar as nossas contas (Sandra).

Oh pah prostituição é um trabalho como os outros, entendes? Só por dizer que tu estás aqui e vendes o teu corpo, ganhas mais do que certas pessoas que andam a trabalhar num trabalho digno [...] Mas acaba sempre por não ser um trabalho honesto, certo? Porque se fosse honesto as pessoas não chegavam aqui, não passavam, não nos chamavam putas, por isso é que nunca vai ser um trabalho honesto (Sara).

Frequentemente, nas primeiras abordagens da equipa à TS, referem “não sou de cá, estou poucas vezes”, ou seja, as TS tendem a justificar o seu comportamento como uma situação temporária ou irregular, “quando tem de ser”. Como reflexo do estigma argumentam muitas vezes que é preferível a outras atividades consideradas marginais. A justificação que apresentam e a devolução do estigma aos seus produtores é uma forma que encontram de reação ao próprio estigma (Ribeiro et al., 2008).

Mais vale isto do que roubar ou andar metida na droga (Sofia, DC n.90|29.01.2014).

Não sou toxicodependente, só estou aqui para pagar uma dívida (Natália, DC n.129|02.12.2014).

Ocorreram ainda algumas situações caricatas e mais extremas, como abordarmos pessoas que se encontram em locais de trabalho sexual e antes que tivéssemos tempo para nos apresentarmos, as pessoas mostravam-se ofendidas e defendiam-se com afirmações como “não estou aqui para esse efeito”, evitavam o contacto, mas regressavam ao mesmo local, quando a equipa se ausentava.

Nos seus relatos estão também presentes as motivações para a manutenção na atividade, relacionadas com a dimensão económica. Vários estudos (Crosby, 1998; González & Sánchez, 2013; Mckeganey & Barnard, 1996; Oliveira, 2011, 2013; Ribeiro et al., 2008; Scambler & Scambler, 1997; Spice, 2007) apontam fatores de ordem económica nas razões/motivações para entrada na prostituição, em muitos casos surgindo como um pré-requisito. Todavia, o fator económico não é exclusivo, nem por si decisivo. Joga com outros fatores - psicológicos, sociais, culturais, de género, e constitui-se como uma regularidade entre as pessoas que enveredaram pelo trabalho sexual (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008).

[...] porque é uma profissão que rende muito, só que não está ali nenhuma prostituta trabalhando 8 horas por dia,[...] (Raquel).

É ainda referido que as TS consideram que desempenham outros papéis para além da troca comercial de sexo. Na afirmação que se segue, a perceção dos serviços de prostituição como sendo próximos de uma profissão convencional, aceite e com prestígio social, pode ser uma forma de proteção da identidade deteriorada pelo estigma de prostituta. Ou seja, estamos perante uma racionalização da ocupação como útil e funcional, ao providenciar, no caso que apresentamos, suporte emocional (Sanders, 2006a). Por outro lado, é possível perceber a diversidade patente na clientela de sexo pago, com clientes que procuram, para além da experiência sexual, conforto emocional, conexão e *química*, ou a “experiência da namorada” (Sanders, 2007). Evidencia-se, ainda, uma dimensão que remete para a necessária gestão emocional patente no trabalho sexual (Bernstein, 2007).

Acho que é uma profissão como outra qualquer, acho que nós somos mais psicólogas do que prostitutas, entende? Porque na maioria das vezes os homens querem conversar, sabe? (Raquel).

A prostituição é considerada um trabalho que pode comportar riscos e no qual não está implícito o gosto pela atividade, como atestam os testemunhos que se seguem:

[a vida da estrada] é uma vida onde se ganha muito dinheiro mas também é uma vida com muito risco. E é uma vida que, tu mesmo que saias daqui, nunca vais esquecer esta vida (Sara).

É uma profissão de merda, é uma profissão que não adianta mulher nenhuma falar que gosta, porque mulher nenhuma gosta, está é por necessidade, porque eu te pergunto quem é que quer estar ali naquela rua fazendo clientes? (...) a prostituição é uma profissão, é uma profissão qualquer, penso eu, eu não estou roubando, não estou matando, eles pagam porque eles querem, mas ser prostituta é uma profissão muito sofrida e muito triste (Carina).

Eu venho-me sempre duas vezes: quando o cliente paga e quando se vai embora (Helena, DC n.6 | 30.10.2012).

Em número menor as TS definem a prostituição como «algo nojento», que não pode ser considerado um trabalho.

Uma pessoa tem uma relação com outra tem de ser por amor, não é? (Susana).

Uma coisa que faço casualmente. Estou desempregada [...] É conforme as minhas necessidades (Carolina).

Em alguns casos, a prostituição assume-se como uma relação instrumentalizada que, em algumas situações, requer consumos de substâncias psicoativas para que possa ser desempenhada.

Na generalidade, a prostituição tende a ser percebida como uma atividade ocasional, intermitente e/ou temporária (Pitcher, 2006; Spice, 2007). Algumas TS partilham ainda o desejo de abandonar a prática. Neste âmbito, coexistem diversas situações: existem interrupções de meses ou anos; conciliação com outros trabalhos ou situação temporária para resolução de uma situação pontual. Todavia, o número de anos de prostituição informa sobre o contrário. Quanto mais ganham, mais gastam e mais querem ganhar para gastar, ou seja, o vício do dinheiro (Oliveira, 2011) como Raquel explica.

Vicia. Entende? É tipo assim, você sai da prostituição, só que qualquer coisinha que aconteça, que tu precisas de dinheiro, lá estás tu de novo. Vicia, tem, cria-se o vício. É o vício da prostituição (Raquel).

Durante o período de estadia na rua, foi possível observar que existiam períodos em que se ausentavam meses, em que não sabíamos se estavam a trabalhar noutros locais, em repouso, noutra atividade ou em qualquer outra situação. Encontrámos ainda situações em

que vários membros da família trabalham na prostituição, como mães, filhas, irmãs, tias, cunhadas ou primas.

Prós e contras da prostituição

Tal como verificou Oliveira (2011), as TS identificam aspetos positivos e negativos na prostituição. Os resultados indicam uma maior diversidade de aspetos negativos, no entanto identificam alguns aspetos positivos, sendo a obtenção de dinheiro em grandes quantias o mais referenciado. Todavia este aspeto compreende duas situações diferenciadas. Pode tratar-se de uma forma de obter mais dinheiro do que noutra profissão ou permite ganhos de subsistência.

Fazes 2000 ou 2500 num mês, num trabalho não creio que faças, não ganhas esse dinheiro (Cristina).

Tem um dia ou outro que eu consigo arranjar alguma coisa para aquilo que eu preciso (Carolina).

[...] poder ganhar, pagar as minhas contas, ter comer todos os dias em casa para dar às minhas filhas e dar-lhes uma vida digna (Sara).

À potencialidade económica da prostituição identificada juntam-se elementos da organização da própria atividade, como a flexibilidade de horário, a independência de terceiros, o poder de escolha e negociação com os clientes, o que corrobora outros estudos (ex. Oliveira, 2011). São as TS quem estabelece as regras com os clientes, como por exemplo, algumas referem que não beijam na boca, não se despem, não deixam que o cliente lhes faça sexo oral, usam sempre preservativo, entre outras. Estas regras permitem que, por um lado, as prostitutas sejam agentes ativos e não meros objetos sexuais na relação com os clientes (Oliveira, 2011) e, ao apresentar domínio sobre a situação, desafiem as convenções de género. A delimitação de fronteiras e o uso de práticas específicas permitem, por outro lado, estabelecer zonas de conforto pessoal (Castillo et al., 1999), assumindo-se como estratégias de distanciamento (Brewis & Linstead, 2000) para o desempenho do serviço sexual.

O convívio com os clientes é também apontado como um aspeto positivo, quando respeitadores, porque quando são abusivos é visto como algo negativo. Destaca-se como

positivo o facto de, no decurso da atividade, ser possível manter relações cordiais e respeitadoras e/ou até mesmo de apoio por parte dos clientes.

Quando chega um cliente e nos pergunta as coisas, o que é a gente faz, o que não faz. Quando o cliente vai connosco, muitos deles respeitam, muitos deles até pagam e não fazem nada com a gente e há muitos que até vão mais para nos ajudarem (Sandra).

Algumas participantes não identificaram qualquer aspeto positivo, incluindo em determinados casos, relatos de mal-estar. No caso da Glória, parece ter encontrado uma forma de estabelecer distância entre “o eu pessoal” e “o eu profissional”.

Vou para minha casa [de férias] e ser eu. Aqui sou outra pessoa, não sei quem sou, lá sei quem sou... Sou eu própria, aqui não sei quem sou. Sou como um travesti, venho para aqui e tenho de me travestir (Glória).

Ao separar o corpo do *self*, as TS conseguem gerir os aspetos emocionais do trabalho sexual (O'Neill, 2001). Em estudos com TS masculinos, Browne e Minichiello (1995) identificaram esta estratégia como “auto-programação”, implicando o desligar do Eu e o entrar num modo de controlo remoto ou no desempenho de um papel, o que remete para uma ideia de performance. Não raras vezes as TS referem que “ainda não me estreei”, quando não atenderam um cliente nesse dia; ou pedem que “as mande à merda”, como usualmente se faz aos atores que estão prestes a entrar em placo. Estas expressões, a par de outros elementos, como usar roupa específica para trabalhar, maquilhagem, desempenhar determinados serviços (por exemplo, a maioria das TS não faz sexo anal), acordar o negócio num contrato com o cliente, remetem para o desempenho de um papel num sentido, por vezes, teatral, em que a apropriação e o uso de máscaras permitem manter distâncias sem prejuízo para o negócio (Brewis & Linstead, 2000). O uso de roupas diferentes e de maquilhagem são também considerados como auxiliares para encarnar e sair do papel de prostituta (McKeganey & Barnard, 1996). Na mesma lógica, Sanders (2005) afirma que as/os TS criam uma identidade fabricada especialmente para o contexto de trabalho sexual, como forma de proteção e mecanismo para gerir as emoções e stress da venda de sexo; e também como forma de manter a clientela e o negócio. Todavia, essa construção de identidade depende de circunstâncias específicas individuais e apenas ocorre sob determinadas condições (Sanders, 2005).

As estratégias de distanciamento para preservação da identidade elencadas por Brewis e Linstead (2000), como distância emocional, uso de drogas, auto-programação e

diálogo interno, podem ser encontradas, com as devidas singularidades, nas TS com quem contactámos.

O exemplo que se segue ilustra também a separação entre sexo comercial e sexo dentro de uma relação amorosa.

[Ao telefone, Raquel conta-me que está apaixonada e inclui detalhes íntimos da noite passada com o namorado. Sabe, no entanto, que a relação não é para durar porque é prostituta e ele diz ser covarde para assumir a relação]

É curioso como dão importância à esfera amorosa... e quando se trata destes assuntos falam sobre a intimidade. Sobre o que sentem, sobre as suas esperanças, sobre o reconhecimento do estigma e dos seus efeitos nefastos, como quase se condenam a viver sem amor, como se ser puta é não ser digna de ser amada, é resignar-se à possibilidade de poder não vir a ser amada. Falaram mais da intimidade das suas relações com os companheiros e pessoas pelas quais se apaixonaram, do que detalhes da sexualidade com os clientes, que são descritas de forma prática em termos de regras. Beijar na boca parece ser para muitas a intimidade, enquanto sexo vaginal ou oral, uma performance de um serviço, mecanizado e despido de afeto. O beijo, pelo contrário, está repleto de significações, de significados, próximos da rendição, da entrega e da ausência de controlo. Beijar é expor, é pôr a nu a vulnerabilidade de uma paixão. É também a distinção entre a relação amorosa, íntima; e a relação comercial, instrumental e mecanizada. Duas formas distintas de viver a sexualidade, consoante o seu fim e sentir (Raquel, contacto telefónico, DC 03.06.2015).

Como aspetos negativos destacamos os rendimentos incertos, a discriminação da sociedade e os perigos associados aos riscos de contraírem uma doença e de serem assaltadas. O tema da discriminação/estigma, bem como da segurança são recorrentes nas conversas informais: relatam assaltos dos quais foram vítimas, em alguns casos violentos; agressão verbal, física e/ou sexual; verbalizaram receio de serem assaltadas, partilham estratégias que utilizam para garantir segurança dos seus bens e da integridade física. Algumas TS escondem-se ou disfarçam que aguardam o autocarro para que não sejam vistas por familiares e amigos, ou seja, optam pelo encobrimento ou ocultação, como estratégia adaptativa (Goffman, 1975), o que as pode colocar numa situação de maior vulnerabilidade face aos perigos/riscos associados à prática. As estratégias encontradas para ocultar a atividade e lidar com o estigma podem aumentar a vulnerabilidade ao stress, depressão e outras doenças (Benoit et al., 2005).

Assim aqueles que passam ali e fazem (...) com a sua cara, te debocham, debocha, a gente está ali e eles xingam a gente de puta, puta de merda, prostituta. Já me jogaram pedra ali, já me jogaram garrafa (Carina).

O desgaste, sentirmo-nos mal quando passamos pelas pessoas não sabemos o que é que elas estão a pensar, o que é que elas acham de nós, pensam que nós somos lixo, [...] (Carolina).

[...]isto é uma profissão muito discriminada (...).Acho que as pessoas antes de criticarem seja quem for deviam olhar para cima e pensar ‘não vou criticar porque pode-me acontecer o mesmo a mim’, nos tempos de hoje não há mulher nenhuma que possa dizer assim: ‘ eu não vou me prostituir’ porque isso é mentira, porque hoje em dia tu tens trabalho e amanhã podes já nem ter e depois como é pagas a tua casa? Tens filhos a estudar e não-sei-quê, é só com o ordenado do teu marido que vai fazer isso?! Não! Não vais conseguir ter uma vida, pelo menos sem problemas não vais conseguir. Os problemas vêm sempre de qualquer coisa, ou porque falta aqui ou porque falta ali (Sara).

A figura 2 evidencia os testemunhos das TS. Esta imagem pode ser encontrada num local, usualmente associado ao trabalho sexual. Lê-se em duas zonas “PUTA SIDA” (na fotografia apenas uma zona), sugerindo uma relação entre prostituição e doença, e demonstrando uma dupla discriminação: quanto ao facto da pessoa se prostituir e quanto à SIDA. Esta é também uma forma de violência aberta contra as/os TS (Oliveira, 2011).

Figura 2. Local de prostituição



Muitas participantes apontam ainda o *burnout*, isto é, o cansaço psicológico e o físico, muitas vezes materializado em lesões relacionadas com o exercício da atividade. O cansaço é também um tema recorrente em contexto de rua.

Pensando que não, dá cabo das pessoas. Agora vem um, daqui a um bocado vem outro, uma pessoa fica saturada, fica moída (Liliana).

[...] isto cansa muito, cansa muito a cabeça, rouba muito tempo, não é assim fácil como pensam que é (Carolina).

Há tempos fez 250 euros numa noite, só em serviços de sexo oral, mas a outro dia estava cheia de dores no maxilar e não foi trabalhar (Carina, DC n. 48 |23.05.2013).

O *burnout* não está associado ao trabalho sexual, mas algumas condições, entre as quais o estigma (reações sociais negativas) e a experiência relacionada com o estigma (conflitos de papel, experiência de violência, falta de suporte no contexto laboral) devem ser levadas em consideração (Vanwesenbeeck, 2005). De acordo com estudo efetuado por Vanwesenbeeck (2005), com TS em contexto de interior, a despersonalização e a exaustão emocional, encontram-se associadas ao trabalho sem opção e suporte, reações sociais negativas, experiência de violência e falta de controlo na interação com os clientes. A despersonalização pode ser uma estratégia para lidar com condições negativas mas está associada a indicadores de stress e exaustão emocional. Os riscos relativos a ferimentos/lesões a nível muscular e do esqueleto já haviam sido descritos noutra estudo (Alexander, 1998). É importante ter em conta estes e outros aspetos, a nível da saúde e segurança ocupacional (Ross et al., 2011). As/os TS que apresentam uma melhor aceitação da sua profissão, têm suporte dos colegas e melhores condições de trabalho parecem ter maior capacidade para lidar melhor com situações de stress (Spice, 2007; Vanwesenbeeck, 2005).

Algumas participantes acrescentam sentir nojo dos clientes, o que justifica a utilização do preservativo – forma simbólica de separação dos clientes (McKeganey & Barnard, 1996) e de preservação da identidade (Goffman, 1975). Referem ainda as condições climáticas como desvantagens do trabalho em contexto de exterior e apontam dificuldades em abandonar a atividade, associadas com o “vício da prostituição”, ou seja, o facto de esta permitir um determinado estilo de vida, e com o estigma.

Opinião sobre a moldura legal

A forma como as TS percebem a prostituição repercute-se na opinião sobre a moldura legislativa que, no seu entender, deveria ser adotada. As opiniões incidem sobretudo na legalização, enquadrando-a como atividade profissional, havendo, no entanto, quem considere que o abolicionismo se deve manter ou quem não saiba qual o modelo melhor a adotar. É de notar que nenhuma forma de proibicionismo foi referenciada.

Quase todas as entrevistadas que consideram que a prostituição deveria encontrar-se legalizada apontam como motivo o acesso a direitos e a deveres, ou seja, perspetivam a importância da contribuição mensal à Segurança Social para garantir o direito à reforma. Curiosamente não referem outros direitos sociais, como apoio em situação de doença ou desemprego, o que pode estar relacionado com o facto de apresentarem uma preocupação com o futuro em que a idade já não permita trabalhar. Ciente da dificuldade em encontrar um sistema justo de pagamentos ao Estado, uma vez que o rendimento é incerto e a prestação de serviços mediante recibo verde não seria aceite entre os clientes, Liliana ironiza a situação:

Se a gente saísse com um polícia, porque eles também vêm ter connosco, o que é que a gente punha no recibo? Posso dizer? Uma operação stop à cona. Um juiz? Julgamento aos pintelhos? Que andaram à porrada uns com os outros. Um advogado? Eu tenho dois até aqui [...] (Liliana).

Algumas acrescentam ainda que a legalização podia contribuir para um maior controlo médico-sanitário, defendendo o uso consistente do preservativo.

Quem fosse a primeira a ser denunciada que andava sem preservativo, proibida de andar na rua (Liliana).

As regras devem ser estabelecidas pelas próprias e consubstanciam-se nas seguintes, apontadas pelas entrevistadas:

- 1) Opção livre pelo contexto de trabalho (interior e/ou exterior) e as suas formas (prostituição, alterne, entre outras);

É como elas queiram, dentro de casa ou na rua, (...) não importa que seja um bar de alterne ou que seja na rua, ou que seja num apartamento ou em qualquer lugar, eu acho que ela tinha de ser legalizada e eu acho que nós tínhamos que contribuir com a segurança social (Carina).

- 2) Independência de proxenetas e combate ao lenocínio, ou seja, defendem o conceito de trabalhadora independente de terceiros.

Todas as vezes que nós vamos ao quarto dar 10 euros é complicado, porque é assim, nós estamos a trabalhar mas estamos a encher os bolsos aos outros (...) (Margarida).

Porém, como já referimos, nem todas as entrevistadas concordam que prostituição é trabalho e que deve ser legalizada. Para algumas, o atual sistema deve ser mantido, porque de outra forma aumentaria o número de mulheres na prostituição, que, na sua opinião, podiam ser atraídas pelos mitos associados à atividade, argumento semelhante aos das feministas radicais. Por outro lado, há quem não veja como os descontos podem ser processados, nem vantagens nos mesmos.

As defensoras da legalização do trabalho sexual admitem que reconheceriam e assumiriam a profissão e que submeter-se-iam à realização de exames médicos tal como defenderam, reconhecendo, no entanto, a probabilidade de serem alvo de discriminação. Algumas participantes afirmaram que não poderiam tornar pública a sua atividade, uma vez que a ocultam da família, bem como outras mulheres estrangeiras que assumiram que reconheceriam a profissão mas apenas em Portugal, pretendendo ocultar também de seus familiares.

(Re)produzindo discursos de género

As narrativas tendem a desvendar uma opressão simbólica, internalizada no discurso individual, normalizada e, por isso, não contestada. Por exemplo, encontrámos reprodução de discursos hegemónicos sobre (des) igualdade de género e existência de preconceito relativo à orientação sexual, raça e etnia. Muitas referem-se aos companheiros das outras como chulos e, desta forma, ao atribuir certas tarefas aos homens reproduzem a dominação masculina (Bourdieu, 1989, 1999). Todavia, encontrámos também exemplos práticos de subversão às convenções de género, como quatro mulheres que se assumem como proxenetas ou o caso de Susana, que vive com dois homens e, no passado, já tinha acontecido a mesma situação com o seu ex-marido e amante.

Susana não entende por que é que um homem pode ter várias mulheres, mas uma mulher não pode ter vários homens. Não compreende porque pode o casamento homossexual ser permitido e não a poligamia. Não consegue conceber a relação entre duas mulheres, dois homens entende, reportando-se à questão da relação sexual. Uma relação pode ser de amor, sim, mas amor sente pelas suas filhas (DC n. 157 | 02.06.2015).

Cientes da dificuldade de ser mulher num mundo que ainda privilegia a masculinidade, Susana e Liliana partilham que gostavam de ser homem e reproduzem o discurso opressivo. Alimentam a ideia da dominação masculina e vitimização. Se fossem homem seriam exatamente iguais aos homens que conhecem: dominadores, agressores, proxenetas, o que mostra que não conhecem outra forma de estar e a sua representação do masculino é feita desta forma.

Tanto a Susana como a Liliana não concordam com “chulos”. No seu entender, o que ganham é para elas e para as suas filhas. A sociedade continua a favorecer mais os indivíduos do género masculino, por isso ambas gostavam de ser homens. Apontam ainda outras razões, como as seguintes: 1) os homens não sofrem para ter filhos, 2) os homens não se apegam como as mulheres aos filhos; 3) têm a vida mais facilitada. Se fossem homens eram proxenetas e punham muitas mulheres a trabalhar para elas. Susana já teve três travestis a trabalhar para ela, uma era transgénero e dois vestia-los para trabalhar. Susana e Liliana, se montassem um bordel, seria para ter homens a trabalhar para elas como prostitutas (DC n. 128 | 25/11/2014).

Liliana verbalizou que gostava de, na próxima reencarnação, ser homem e ser milionário. Queria ser homem para as ruas estarem cheias de mulheres a trabalhar, em vez de serem só duas ou três. Enquanto mulher não o pode fazer, porque as mulheres têm outras tarefas, como as domésticas, que ocupam muito tempo e cansam. Considera, no entanto, que a mulher tem mais poder que o homem, porque fazem tudo o que eles fazem, inclusive trabalham nas obras e ainda conseguem ter filhos (DC n. 56 | 19.06. 2013).

Em suma, os resultados apontam divergências e contradições, muito idênticas às identificadas noutros estudos (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008). Esta paradoxalidade, transcrita em vantagens e desvantagens da prostituição, sobressai no pano de fundo da reação social negativa (Oliveira, 2011), impregnada de discriminação, incriminação moral e estigma. As opiniões oscilam entre a perspetiva radical e, de forma mais expressiva, a liberal, contudo não existe indicação de que se perspetivem como escravas sexuais sem capacidade de agência e autodeterminação ou como agentes subversivos da ordem sexista, como alegam os extremos feministas. A situação assume contornos mais complexos, evidenciando-se no discurso ambivalente, com referência a aspetos negativos e positivos: a prostituição é considerada um trabalho válido, mas as mulheres não se encontram totalmente confiantes de que se trata de uma profissão que mereça reconhecimento, sobretudo devido ao estigma (Goffman, 1975; Mathieu, 2003).

Como enfatiza Bourdieu (1999, p. 14) “o comércio do sexo continua a ser estigmatizado tanto na consciência comum como na letra do direito que excluem que as mulheres possam escolher entregar-se à prostituição como a um trabalho.”

As que não a reconhecem como trabalho, também não se perspectivam como vítimas – pode não ser a escolha preferida, mas foi a tomada, mediante as circunstâncias em que se encontravam em determinado momento das suas vidas. As participantes identificam aspetos positivos (dinheiro, organização laboral independente, convívio e relações cordiais com os clientes) e aspetos negativos (rendimentos incertos, riscos de saúde e segurança ocupacionais, discriminação e estigma). O estigma e a violência são considerados dois aspetos negativos importantes da prática prostitutiva (Oliveira, 2011). O estigma e a discriminação criam um ambiente que perpetua a cultura de violência (Ross et al., 2011), sendo que a natureza ilícita da atividade torna as mulheres ainda mais vulneráveis à violência, abuso e homicídio (O’Neill, 2008). Isto não significa, independentemente da sua opinião quanto à prostituição, que entendam a atividade como violência contra as mulheres, mas que reconhece a violência que lhe pode estar implícita, decorrente das condições de trabalho e de outros elementos opressivos que combinam diferenças de género, sociais e, no caso sobretudo das estrangeiras, também de raça. São, então, as circunstâncias que tornam o trabalho perigoso, debilitante e insatisfatório (Overall, 1992).

Este item, apesar de não acrescentar novidade a estudos precedentes, é importante sob o ponto de vista do processo, na medida que a informação que comporta faz a diferença para as participantes, permitindo a reflexão, a consciência de si e da atividade, e a definição de áreas relevantes para a ação. A conscientização da ambiguidade e do conflito que a ambiguidade traz para a atividade pode permite engendrar planos de combate ao estigma.

6.2.2. Redesenho e avaliação dos serviços de *outreach*

Neste ponto abordamos a forma com as TS percebem e avaliam o trabalho das equipas técnicas (ET) de *outreach*. Na tabela 21 apresentamos a perceção das TS relativamente a vários aspetos do *outreach*: serviço disponibilizado, adequação ou não das respostas/serviço às necessidades, relação com os profissionais e a perceção sobre a intervenção simultânea das várias equipas no terreno.

Tabela 21. Avaliação dos serviços de *outreach*

Avaliação dos serviços de <i>Outreach</i>	Entrevistas		Total
	Formais	Informais	
Serviço disponibilizado			
Positivo	11	2	13
Negativo	0	3	3
Utilidade de várias equipas			
Sobreposição	4	9	13
Complementaridade	4	5	9
Adequação das respostas			
Ajustado às necessidades	9	0	9
Adequado a algumas necessidades	1	3	4
Relação com os profissionais			
Positiva	11	3	14
Depende do profissional	2	5	7

De uma forma geral, o serviço disponibilizado por todas as equipas de rua que conhecem é considerado positivo, classificando-o como bom, útil e importante.

Então, eu acho assim, para mim, o trabalho de vocês são ótimos, na minha cabeça, penso eu, não sei as outras (Carina).

É útil. É útil em muitos sentidos (Liliana).

Eu acho que as equipas da rua nunca devem faltar nas ruas, não é? Pelo menos no sítio onde há mulheres (Rute).

As referências de avaliação negativa estão relacionadas com o facto de algumas equipas de *outreach* não respeitarem o contexto de trabalho, interferindo ou prejudicando o desenrolar da atividade, o que não se compatibiliza com as diretrizes emitidas pelas várias entidades especialistas em trabalho sexual, como é caso da TAMPEP e da NSWP. Este facto não concerne a equipa com a qual trabalhámos, cujos procedimentos contemplam a não interferência quando as TS se encontram com outras equipas ou clientes. Não observámos a existência do mesmo procedimento noutras equipas, que abordam as TS independentemente de se encontrarem sozinhas, com outros profissionais de *outreach* ou clientes. Acrescenta-se que as TS apontam a necessidade de existir coordenação entre as equipas, de forma a evitar sobreposição.

Esta constatação advém da coexistência de diversas equipas de *outreach* em Coimbra, sejam elas dirigidas a toxicod dependentes, aos sem-abrigo ou à prostituição. Subsiste, de alguma forma, a complementaridade, associada a respostas diferenciadas que

distribuem outro tipo de géneros, como alimentos, mas a sobreposição é bastante referenciada aos seguintes níveis:

- 1) Todas facultam preservativos, mas nenhuma disponibiliza seringas;
- 2) Trabalham nos mesmos horários e nas mesmas zonas, mesmo quando a frequência a determinados locais é mais espaçada no tempo, como no caso das estradas nacionais.

Esta sobreposição traduz-se em desconforto não apenas para as TS, mas também para a equipa que integrámos. No nosso entender, demonstra, em primeiro lugar, uma falta de respeito que se traduz numa desautorização dos colegas (pelo que questionamos, a um outro nível, se quem não é capaz de respeitar os colegas de profissão é capaz de respeitar os/as utentes – facto este também constatado pelas TS); em segundo lugar, falta de organização de trabalho articulado e em rede, que podia ser mais rentabilizado em termos de esforços se trabalhassem em conjunto. Por outra via, coloca em causa o próprio objetivo de intervenção, ao reproduzir discursos assistencialistas, tornando o plano de empoderamento dos sujeitos inexequível. Sugere ainda lutas de poder/território e protagonismo institucional.

O serviço é considerado adequado, mas por vezes não responde a todas as necessidades, como é caso a insuficiência na disponibilização de mais material preventivo, na intervenção junto de consumidoras de drogas intravenosas ou a descontinuidade de projetos de redução de danos.

Qualquer dia temos de ser nós a comprar as camisas (Sara).

Eu acho que não é suficiente não, eu acho que deveria fazer mais qualquer coisa sim [com as toxicodependentes] (Patrícia).

Sílvia contou-nos que a equipa de rua [instituição] tinha fechado e agora não há outro sítio para conseguir as seringas. Falámos da possibilidade das farmácias, mas diz que algumas não têm e o programa de troca de seringas terminou (Sílvia, DC n.18| 08.01.2013).

Este relato diz respeito a uma situação pontual, delimitada no tempo (entre um a dois meses aproximadamente), em que o programa de troca de seringas (PTS) se encontrou suspenso nas farmácias e limitado nas instituições com protocolo no âmbito do PTS.

A relação com os profissionais é descrita como amigável, empática, pautada pela compreensão, pelo tratamento equitativo e respeito.

[Vejo a minha relação com os profissionais] Como de amizade (Cristina).

Eu gosto de falar com vocês, gosto de estar com vocês. São pessoas que ouvem, também dão a vossa opinião. É bom. Eu gosto (Margarida).

Primeiro, eu acho vocês super educados, vocês do jeito que vocês tratam uma e outra, vocês tratam a todas, não há discriminação, porque quer seja puta ou drogadas, vocês tratam do mesmo, vocês tratam do mesmo jeito (Carina).

[...] a partir do momento que vocês deixam a casa de vocês e tanto no frio, como no calor, entende? Ou estando debaixo de chuva e vocês vão ao encontro, eu creio que vocês respeitem a profissão, entende? (Raquel).

Porém, as relações não são iguais com todos os profissionais, existem aqueles com os quais têm uma relação de maior proximidade.

A gente tem mais aquelas pessoas que a gente, até, até é capaz de desabafar mais com uns do que com outros (Sandra).

E aqueles com os quais evitam o contacto por, no seu entender, assumirem uma atitude de julgamento, não demonstrando respeito ou empatia.

Há outra [equipa de rua] que não presta, parece que está a falar connosco e estão-nos a censurar, ao mesmo tempo que falam connosco, ah? Parece que nos estão a censurar (Liliana).

A [técnica] parou o carro a seu lado. Era uma sexta-feira, com muitas pessoas na paragem do autocarro. A técnica abanou os preservativos e perguntou alto se a Raquel queria. Raquel não gostou nada dessa atitude, porque estavam muitas pessoas à volta e ficou envergonhada (Raquel, DC n. 75| 24.09.2013).

Mafalda relata que quando contou a sua situação de dificuldade económica e sem abrigo à [instituição], sugeriram-lhe pedir um adiantamento do salário ao patrão ou para pedir à igreja o pagamento do quarto. Estava indignada, acha que os profissionais nunca passaram necessidades e não fazem ideia da realidade. ‘Só dizem parvoíces’ e, às vezes, até faz de conta que não os vê para não ter de falar com eles (Mafalda, DC n. 24| 28.02.2013).

Esta diferença na relação estabelecida entre os profissionais é referida em vários momentos. O conteúdo das conversas varia também conforme o género do/a profissional, como ilustram os seguintes exemplos:

Não deixa de ser curioso as afinidades que se criam entre profissionais e TS, alguns perguntam pelo M., outros pelo L., outros pela A.... como pessoas com quem gostavam mais de conversar. Outros ainda perguntam pelo R. quando este não vai. As afinidades parecem ser diferentes com diferentes pessoas (DC n. 30| 02.04.2013).

Helena chamou-me à parte para dizer que já se tinha ‘rapado toda por baixo mas continua com piolhos’ na parte púbica. Pediu-me Quitoso (Helena, DC n.6 | 30.10.2012).

A relação, como temos vindo a defender, é de primordial importância. Implica uma conduta profissional de não julgamento, honesta, flexível, empática e aberta (Mikkonen et

al., 2007). A relação estabelecida entre TS e equipa de *outreach* permite que investigadores, outros profissionais e até mesmo jornalistas acedam a esta população, como foi também o nosso caso. Rute, por exemplo, facultou uma entrevista ao Jornal I³⁰ e perante a revelação de dados que permitiram o reconhecimento dos atores, contactou a facilitadora para esclarecer a situação.

Sábado, às 19h, Rute telefonou-me, mas como não ouvi a chamada, enviou uma mensagem: “Olha, Ó Marta quando tu ó a Filipa quando puderes faz favor de contactar comigo. Eu sou a Rute. Vi na internet o que está ai no jornal e eu quero saber porque razão aviso (?) se me puseram coisas que não se falou.”

Sabia que a equipa de *outreach* tinha levado jornalistas numa das saídas, mas não estive presente, pelo que desconheço a forma como foi negociada a entrevista e o seu conteúdo. A acrescentar ainda não tinha lido a mesma. É possível que a equipa tenha acedido ao pedido dos jornalistas pelo compromisso sério que assume na tentativa de desconstrução de estereótipos relativamente ao trabalho sexual e aos seus atores. Um contacto mais próximo desta realidade, por parte dos jornalistas, poderia permitir estabelecer alianças para a formação de uma opinião pública menos estigmatizante, mais integrativa e promotora de inclusão. Como agentes educativos, os *media* apresentam este potencial de transformação de conceções estigmatizantes, bem como do seu contrário, enviesando e traíndo a confiança das pessoas, como foi o caso. Liguei-lhe de volta no sentido de esclarecer melhor a questão. Estava indignada porque identificava os seus filhos e estes tinham ficado muito chateados. Combinei falar com a equipa na segunda-feira para esclarecer a questão junto da jornalista.

Na segunda-feira enviou-me outra mensagem: “Boa tarde já falaram dos nomes e vamos resolver então com o jornal vou fazer queixa.” Falei com a equipa e depois liguei à Rute, informando que a equipa ia contactar com a jornalista para retirar os nomes, pelo menos da notícia que se encontra *online*. Rute diz que aparece o seu nome também, para além do nome dos filhos. Entretanto, passou o telefone ao filho, que estava muito indignado e revoltado, acusava também a foto. Rute tinha dado autorização para a foto ser tirada com ela de costas, mas quando questionada pelo filho, disse que não autorizou. Depois de conversarmos sobre isto ficaram calmos. Não me pareceu que estivessem chateados com a equipa, mas sim com a atitude da jornalista. A jornalista ficou de fazer as alterações e pediu desculpa, Filipa ainda falou com a Rute depois, para lhe explicar a situação (DC 27-29.12.2014).

O exemplo exposto mostra a importância da relação estabelecida entre os profissionais de *outreach* e as TS. Por um lado, a jornalista conseguiu a notícia porque foi acompanhada por uma profissional de *outreach*, que para além de deter conhecimento sobre o contexto, estabeleceu uma relação privilegiada com as TS que, por confiar, facilmente atendem a estes pedidos. Por outro lado, o facto de Rute contactar a facilitadora, apesar de esta não ter estado presente, revela a relação estabelecida e a sua confiança na capacidade de apoiar na resolução de situações. A resolução dependeu e, no nosso

³⁰ I de 23/12/2014, [02-10-2015] Disponível em: <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/prostituicao-no-telemovel-delas-sou-joana-camisinhas>

entender, desta abertura e confiança, pois poderia ter tido outro desfecho, como o afastamento e perda da credibilidade da equipa de *outreach*.

Perceção do Outreach

O *outreach* é percebido pelas TS como distribuição de preservativos, muito embora em alguns casos mencionem uma dimensão relacionada com o apoio emocional e uma vertente educativa.

Sobressai, no entanto, esta visão simplista de distribuição de preservativos, também constatada através do contacto direto na rua, quando se referem às equipas como as “meninas ou senhoras das camisinhas/preservativos” ou quando se dirigem à equipa apenas para solicitar material:

Podem já trazer o saco [de preservativos] que eu tenho de trabalhar (Sara, DC n.68 |27.08.2013).

Nas entrevistas formais, quando pedido para avaliar o trabalho das equipas de rua, respostas como as seguintes reforçam esta ideia:

Olha, você fala do trabalho de entrega de camisinha? (Patrícia).

Mesmo os preservativos, eu consigo noutra lugar, então, eu, eu não tenho necessidade nenhuma de uma equipa de rua (Raquel).

Embora pareça uma forma redutora de percecionar o *outreach*, as TS justificam a sua importância como uma forma de pouparem dinheiro:

É importante porque se vocês não aparecessem tínhamos de gastar dinheiro a comprar, não é? E coisa que por vezes a gente não tem, isso acho que é bom, pronto, aparecerem (Carolina).

É de referir que muitas vezes não querem/precisam de material, encetando conversa ou ainda existem momentos em que o material não é solicitado ou a equipa não o oferece, o que sugere que essa função não é a mais importante. Por esta via, o *outreach* assume uma dimensão de suporte emocional:

É uma poupança e, de vez em quando, uma palavra também vossa, às vezes certa, um certo conforto, às vezes, também é bom, não é? Às vezes, um desabafo (Carolina).

[...] às vezes, a gente estamos ali, como a gente às vezes estamos cansadas, precisamos de falar e sempre que elas vêm ter connosco, a gente, depois de elas irem embora, a gente até fica mais aliviadas, porque a gente, tanto com elas como com as vossas, a gente sempre se sente aliviadas, a gente sente que a nossa cabeça fica mais repousada (Sandra).

Foi possível constatar, através de observação no terreno, a valorização desta dimensão, através dos agradecimentos que as TS dirigem à equipa por poderem desabafar ou por as ajudar no processo de reflexão.

Há a ressaltar que a TS que afirmou não precisar dos serviços da equipa de rua, associando esse serviço à disponibilização de preservativos, valoriza, tal como outras TS, a dimensão de companhia/suporte social:

O convívio me faz falta (Raquel).

Sempre temos convivência com outras pessoas e toda a gente nos dá a opinião, não é? (Sara).

Em simultâneo, consideram os profissionais das equipas de *outreach* como um recurso/elemento da sua rede social, com os quais podem contar na função de companhia social e instrumental, o que parece ser muito importante para quem afirma ter pouco suporte social.

E estão sempre presentes, se a gente vos liga vocês estão sempre presentes em tudo e eu acho que é muito bom (Rute).

Foi ainda possível verificar uma dimensão educativa associada ao *outreach*, como forma de aprendizagem na prevenção de IST:

Assim uma pessoa vai requerendo mais, mais sabedoria, é muito bom (Margarida).

[sobre o VIH] Vocês previnem, não é? As pessoas, não é? Mas elas [as toxicodependentes] não aceitam os conselhos, não é? (Susana).

No contacto na rua, são elas quem estabelecem o início e término da conversação com a equipa. Isto significa que podem mostrar indisponibilidade inicial para conversar, alegando que não precisam de material ou que vão atender um cliente; podem, durante o contacto, solicitar que a equipa se ausente ou dispensar um cliente. São elas então quem decide e estabelecem os limites ao diálogo. A situação em que dispensam clientes para poderem conversar com a equipa técnica não deixa de ser curiosa, na medida em que demonstra controlo, poder de decisão e independência na atividade, como advogam diversos autores (Chapkis, 1997; Mckeganey & Barnard, 1996; Oliveira, 2011; entre outros).

Propostas de melhoria do trabalho desenvolvido pelas equipas de rua

Quanto às respostas que podiam ser desenvolvidas no sentido de melhorar o trabalho das equipas de rua, distinguimos aquelas que têm o propósito de beneficiar diretamente (para si) e as que beneficiam de forma indireta (para os outros). Conforme a tabela 22, salientamos as referências em que afirmam não ser necessária qualquer melhoria, uma vez que se encontram satisfeitas com o serviço prestado. Estes resultados são consistentes com a avaliação dos serviços de *outreach*.

Tabela 22. Propostas de melhoria do outreach

Propostas de melhoria	Entrevistas		Total
	Formais	Informais	
Para si			
Aumentar frequência das equipas	3	0	3
Apoio familiar	2	0	2
Maior suporte extra rua	2	1	3
Nenhumas	7	0	7
Para outros			
Intervenção na Toxicodependência	3	0	3
Reforço da educação para a saúde	2	0	2
Controlo higiénico-sanitário	1	0	1
Alcançar TS de difícil acesso	2	1	3
Combate ao proxenetismo	2	0	2
Educação para cidadania	1	0	1
Perceção sobre limitações dos profissionais			
Impostas	4	0	4
Voluntárias	1	0	1

Dentro das propostas de melhoria para si, referem a intensificação da frequência das equipas e o desenvolvimento de respostas/apoio em contexto de gabinete, complementar do *outreach*, associadas ao pedido de suporte emocional e companhia social; e ainda no apoio a outras dificuldades e necessidades, como se pode constatar na seguinte afirmação:

Ao início, quando eu vim para cá, nós tínhamos uma equipa de rua que nos vinha fornecer produtos alimentares, que nos ajudavam com o rendimento mínimo, que nos ajudavam com muita coisa, mesmo quando nós tínhamos dificuldades com os filhos, elas ajudavam-nos. Hoje em dia, nós não temos nada disso aqui, só vêm cá, fornecessem-nos as camisas, falam com a gente, mas ninguém nos procura se a gente precisa de ajuda, não é? Há equipas que

poderiam fazer mais qualquer coisa pela gente. Se calhar se houvesse mais gente a apoiar, não havia tanta mulher à beira da estrada (Sara).

A nível de propostas de melhoria que poderiam beneficiá-las de forma indireta, a maior parte das referências estão relacionadas com a prevenção, deteção e controlo de IST, sobretudo do VIH/SIDA. Mais especificamente incidem sobre a necessidade de distribuição de material preventivo: seringas; tratamento e reinserção de toxicodependentes; uso consistente do preservativo; teste de VIH e abordagem de TS toxicodependentes esquivas às intervenções técnicas. A dificuldade em aceder a toxicodependentes foi constatada ao longo da permanência em terreno e no facto de não conseguirmos a participação de nenhuma para entrevista formal no 1º ciclo. As entrevistadas justificam esta necessidade de intervenção com os seguintes pontos: 1) se as toxicodependentes usarem preservativo expõem as outras a menores riscos de transmissão de IST; 2) tornam o mercado mais justo e a competição mais leal, uma vez que as toxicodependentes estão indiciadas por aplicarem preços mais baixos e sem preservativo, tendo os clientes preferência por práticas de sexo não seguro; 3) a um outro nível, a intervenção no sentido de combate à toxicodependência diminui a insegurança no local de trabalho (assaltos). Portanto, seria uma forma de se protegerem a si mesmas e de proteger o seu próprio negócio. É possível que esta urgência que dizem ser necessária esteja associada a disputas antigas entre toxicodependentes e não consumidoras, presentes permanentemente nos seus discursos. Defendem ainda o combate a situações de proxenetismo (entendido como situação de abuso) e violência/coação, às quais se opõem, e distinguem entre comportamento abusivo e contratual. Sugerem ainda a intervenção das equipas nessas situações.

Procurar saber por que é que ela é tão submissa, ver porque se ela quisesse, mostrar a ela que se ela quisesse ela podia, até mesmo exercer a prostituição e, só que de uma outra forma, entende? Que ela não tem aquela necessidade (Raquel).

Ah outra coisa que vocês têm de ver também, é um rapaz que está aí, que está a tirar meninas de casa, da casa dos pais, só que a menina é mãe de filho, e falou que ia colocar ela na rua para ganhar dinheiro, e ameaçada, viu? Isso é que vocês têm que ver (Patrícia).

Como educação para a cidadania identificámos as referências relacionadas com a atribuição de responsabilidade às pessoas. Raquel considera que outras TS não valorizam o trabalho das equipas de rua, exigem apenas sem agradecimento, colocando no Estado a obrigação de fornecer este serviço. Raquel assume, portanto, uma visão mais liberal.

Porque as pessoas acham que vocês têm obrigação, não é? E que vocês são obrigadas, que o Estado é obrigado. Não é assim, as pessoas não funcionam assim. Porque se parar para pensar é uma profissão que rende muito [...] não têm que estar a exigir. Acho que têm de pegar com as duas mãos e agradecer, não é? E acho assim, se vocês fizessem assim tipo assim ‘olha, a gente dá alguma ajuda, mas vocês fazem alguma coisa, é, voluntário, alguma coisa que a gente precisa, precisa de limpar numa escola ou precisa de fazer a unha de umas velhinhas, ou precisa disto ou precisa de’... eu acho que seria mais, entende? Eu acho que as pessoas valorizariam mais (Raquel).

Por fim, as TS justificam que muitas melhorias podem não acontecer porque os profissionais já fazem tudo o que está ao seu alcance (limitações impostas) ou porque não estão dispostos a fazê-las (limitações voluntárias), como no caso do combate ao proxenetismo. O facto de perceberem as limitações dos profissionais pode constituir-se como um indicador da relação positiva que estabeleceram com as equipas de *outreach*.

Em suma, os resultados sugerem que as TS estão satisfeitas com os serviços disponibilizados pelas equipas de *outreach*. Consideram-nos serviços importantes, porque os profissionais da equipa técnica disponibilizam preservativos e suporte emocional. Identificam uma relação afetiva e educacional positiva com estes profissionais, percebidos como parte das suas redes sociais.

As TS defendem que não existe a necessidade de efetuar melhorias, no entanto sugerem mais intervenção com as consumidoras de drogas, coordenação entre as diversas equipas de forma a evitar a sobreposição, mais ações de promoção da saúde e da cidadania, combate ao proxenetismo e à violência contra as mulheres. Esta necessidade de reforçar a intervenção junto de consumidoras de drogas parece encontrar-se relacionada com as disputas entre não consumidoras e consumidoras (McKeganey & Barnard, 1996; Porter & Bonilla, 2010). Muito embora as sugestões pareçam evidenciar os dois tipos de estigma sugeridos por Scambler (2004), mostram também o efeito do empoderamento através do envolvimento de TS em projetos de intervenção socio educacionais, uma vez que as TS percebem-se como atores sociais e estão conscientes da sua capacidade para contribuir para a melhoria. Estes resultados são consistentes com a literatura que se opõe à vitimização e defende a autodeterminação sexual e capacidade de agência (Chapkis, 1997; Delacoste & Alexander, 1998; Kempadoo, 2005; Oliveira, 2011; Pheterson, 1993), bem como a importância da conscientização (Freire, 1972) e do empoderamento (Rowlands, 1995; van der Meulen, 2011a).

Numa primeira instância, o *outreach* é descrito de forma simplista, como distribuição de preservativos. No entanto, é também considerado como uma forma de obter

suporte emocional e tem um componente educacional, focalizada sobretudo na prevenção de IST. Nesta sequência, evidencia-se complexo, dado que o *outreach* é mais do que a disponibilização de material e iniciativas de EpS, consiste, em primeiro e último lugar, no desenvolvimento de relações de qualidade que permitem o estabelecimento e manutenção da confiança entre profissionais de *outreach* e TS (Whowell, 2010).

Os resultados sugerem que as intervenções focalizadas na epidemiologia não estigmatizam ou discriminam as TS, pelo contrário, elas consideram que é essencial e enfatizam a necessidade de controlo de IST, desde que se sintam tratadas com respeito. Estes resultados diferem de outros estudos que afirmam que as TS recusam-se a ser rotuladas e controladas desta forma (Mak, 2004). No entanto, questionámos se esta posição reflete o *enacted stigma*, reproduzindo discursos higiénicos e moralistas, ou é apenas uma preocupação de saúde.

Nesta primeira fase, uma das limitações encontradas foi que não conseguimos entrevistar nenhuma consumidora de drogas, uma vez que estas evitavam o contacto. Esta evidência reforça a sugestão das TS no sentido de intensificar a intervenção junto deste público, uma vez que é o de mais difícil acesso.

6.2.3. Avaliação dos serviços formais (sociais, saúde, policia, SEF)

As TS apresentam alguma proximidade com os serviços formais. Muitas são, ou já foram, acompanhadas por profissionais da área social, no âmbito do protocolo de Rendimento Social de Inserção (RSI), apoios da Segurança Social, medidas de promoção e proteção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e/ou da Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais (EMAT). Como vários estudos sugerem, a prostituição, designadamente feminina e de exterior, encontra-se associada não raras vezes a desvantagem económica (Crosby, 1998; McLeod, 1982; O'Connell-Davidson, 1998; O'Neill, 2008; Porter & Bonilla, 2010; Ribeiro et al., 2008; Scoular, 2004) e ainda vulnerável à perda de direitos sociais e de parentalidade (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008; Silva, 2007; Weiner, 1996), o que justifica a proximidade dos serviços a esta população. Relativamente às autoridades, tanto a polícia como os profissionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), também se encontram, de uma forma geral, presentes no quotidiano das TS. O facto de as TS trabalharem na rua, faz com que tenham um

contacto frequente com as patrulhas, e o contacto com o SEF ocorre, em maior ou menor grau, dado que muitas TS são imigrantes. Nas palavras de Ribeiro et al. (2008, p. 207):

A prostituição continua a ser entendida não só como uma ameaça à saúde pública mas também como um fenómeno de promiscuidade e poluição sociais, o que faz convergir para este campo a atenção e a ação de várias instituições de controlo sobre as mulheres, enquanto trabalhadoras sexuais, em especial das estrangeiras.

Neste ponto, abordamos de que forma é que as TS avaliam a adequação desses serviços às suas necessidades, como descrevem as relações estabelecidas com esses profissionais e que propostas apresentam para a melhoria da sua atuação.

No que concerne à avaliação, maioritariamente consideram que os serviços/apoios são desadequados, sendo que cinco TS afirmam não receber qualquer apoio ou acompanhamento por parte dos Serviços Sociais, sobretudo aquelas que são de nacionalidade brasileira e romena.

As TS estabelecem uma distinção entre os serviços sociais e os de saúde, estes últimos constituindo um direito adquirido pelos descontos efetuados ou mediante pagamento direto.

A minha médica de família não tem nada a ver com isso. Eu trabalhei, tive de pagar a segurança social para ter médica de família, não tem nada a ver com isto (Raquel).

Com a médica de família, quando eu preciso de fazer os meus exames, ou quando eu tenho uma gripe ou quando me dá assim um piripaque, eu me interno e pago tudo do meu bolso (Carina).

A desadequação dos apoios está, de acordo com as participantes, relacionada com três motivos, a saber:

- 1) Os serviços não respondem às necessidades identificadas pelas TS. É possível que as prioridades e dificuldades das TS não sejam contempladas no “diagnóstico” dos técnicos sociais, dado que muitas vezes existe uma compreensão linear e parcelar por parte dos serviços tradicionais, e os eventuais problemas e respetiva resolução são esboçados de forma pouco colaborativa (Sousa, Hespanha, Rodrigues, & Grilo, 2007).

[...] Quando as pessoas têm rendas de casa e filhos, que dessem pelo menos, ajudassem, e que dessem o ordenado mínimo e que apoiassem no aspeto de darem trabalho, não é? Que juntassem uma coisa à outra, trabalho e o RSI, por exemplo, já dava um ordenado mínimo, certo? (Carolina).

Recebi uma garrafa de óleo, dois pacotes de arroz, dois pacotes de esparquete e quatro pacotes de bolacha. O que é que isso me dá? Dois pacotes de arroz por mês para quatro

peessoas? Ah? E dois pacotes de massa? Não dá. Que é assim mesmo, é uma ajuda, mas não dá (Liliana).

Alice começou o curso de agricultura, no âmbito do plano de inserção do RSI. Está a gostar com um encolher de ombros, “foi a doutora que me deu uma oportunidade, tenho de aproveitar (Alice, DC n. 85 | 19.11.2013).

- 2) Os apoios encontram-se mal distribuídos, existindo injustiça na sua atribuição. No entender das TS, os toxicodependentes, indivíduos de etnia cigana e outras TS usufruem de apoios indevidos. Esta posição revela, ao contrário do que podia ser expectável se houvesse alguma empatia identificativa, pouca solidariedade para com grupos populacionais usualmente oprimidos, discriminados e estigmatizados. De acordo com Goffman (1975), os indivíduos estigmatizados podem encontrar apoio dos que compartilham o estigma (definidos como iguais) ou dos “informados” (normais que aceitam o estigma), o que não se verifica neste caso. Assim, esta discriminação, patente nos discursos, parece-nos, por um lado, tratar-se de um mecanismo para lidar com o próprio estigma, distanciando do grupo “marginal/desviante” e aproximando-se de discursos e expectativas normativas. Por outro lado, contribuem para a reprodução dos discursos estereotipados sobre os beneficiários do RSI, assentes em matrizes ideológicas neoliberais (Ferreira, 2015).

Os toxicodependentes que recebem o dinheiro às 10 da manhã e chega às 11 e já não têm nenhum. Para quê que eles precisam do dinheiro? Para se matarem mais depressa? (Liliana).

[...] eu disse ‘então vocês aos ciganos dão tudo e às desgraçadas não dão nada’. Acho que as coisas estão mal distribuídas, porque é assim, há pessoas que estão a receber rendimentos mínimos, há pessoas que estão a receber e pronto e estão a trabalhar e estão nesta vida e estão a ter mais benefícios do que nós (Margarida).

Há muita gente aí que recebe rendimento mínimo, recebem balúrdios de rendimento mínimo, não fazem nada, estão todo o dia no café se for preciso, entendes? E ganham 700, 800 euros de rendimento mínimo, a gente se for lá e pedir o rendimento mínimo, dão-nos 300 ou 400 euros e a gente vai viver com 400 euros com filhos a estudar? Lógico que não, não é? (Sara).

- 3) Por fim, a recusa de prestação de apoio quando solicitado, colocando a pessoa numa situação de maior vulnerabilidade.

Sim, já tive, depois foi-me cortado [o RSI]. Vi-me aflita para fugir de casa. Liguei para o 144³¹, mas ninguém me deu ajuda. Ninguém me deu ajuda, agora ando na proteção de menores mas também não é nada de..., querem-me tirar a miúda, e acho que é injusto, porque a miúda não está a fazer nada de mal, eu não estou a fazer nada de mal (Margarida).

Usualmente, as TS são desqualificadas quanto às competências maternas por referência à prostituição (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008; Silva, 2007). A duas das participantes foram retirados os filhos, outras lidam/lidaram com situações que consideraram de ameaça por parte dos serviços sociais, como atesta o testemunho de Margarida, e ainda outra TS ocultou que se encontrava grávida, prescindindo de cuidados médicos nos primeiros meses, por receio da intervenção negativa dos serviços. Paradoxalmente, a prostituição surge como uma oportunidade de melhorar a vida dos filhos, mas também como uma ameaça de os poder vir a perder, quer por rejeição por parte dos filhos (no caso das estrangeiras que se encontram afastadas ou daqueles que desconhecem a atividade da mãe), quer por retirada pelos serviços (Ribeiro et al., 2008).

A intervenção social punitiva parece basear-se sobretudo em estereótipos e moralismos em vez de em evidências, dado que os discursos das TS e outros estudos demonstram que “por serem boas mães é que muitas destas mulheres são prostitutas” (Ribeiro et al., 2008, p. 355). Os relatórios sociais apontam que as mães prostitutas são incapazes de exercer o papel de cuidadoras e reforçam a dicotomia relativa ao comportamento sexual feminino (Silva, 2007). Por esta via, o estigma de prostituta opera como mecanismo de repressão e controlo de um comportamento que se afasta dos valores hegemónicos e não cumpre com a moralidade estandardizada (Ribeiro & Sacramento, 2005). A atitude discriminatória por parte dos serviços pode representar, em muitas situações, uma forma de violência institucional (Oliveira, 2011). Nesta sequência, afirmamos que as TS, com quem desenvolvemos esta pesquisa, encontram-se numa situação de exclusão a nível económico e simbólico, esta última em parte exercida pelas instituições de apoio que reforçam a discriminação e o estigma, e não lhe reconhecem a autodeterminação e capacidade.

As TS que se encontram a ser acompanhadas no âmbito de RSI defrontam-se com o estigma da pobreza, de usufruírem apoio social, cujas representações caracterizam os beneficiários desta medida como laxistas e fraudulentos (Ferreira, 2015), ao qual acresce o

³¹ 144 é a Linha Nacional de Emergência Social. Entrevistada viveu em contexto de violência conjugal.

estigma de prostituta. Nestas situações podemos afirmar que são multi estigmatizadas, ou seja, o estigma está presente nas diversas categorias sociais a que pertencem.

Encontrámos duas posições relativamente à forma como os apoios sociais são percebidos, a saber:

1) O discurso que defende que o Estado-Providência deve suprimir as dificuldades económicas encontra-se patente sobretudo nas TS beneficiárias de apoios sociais, que afirmam estar na prostituição por necessidade e não a identificam com uma profissão;

2) As TS, que aceitam a prostituição como trabalho, percecionam o RSI como uma oportunidade temporária para sair da prostituição, reconhecendo, no entanto, que têm de manter a atividade mesmo recebendo apoio. Como os apoios formais são insuficientes, recorrem a economias informais, que no caso da prostituição, colide com as regras e normas para a atribuição de apoios, entrando no campo do desvio/marginalidade. “Ou seja, as medidas formais têm regras (ou valores) que praticamente obrigam as famílias a socorrem-se de estratégias informais incompatíveis com as formais, mas que são determinantes para suprir necessidades básicas” (Sousa et al., 2007, p. 60).

A prostituição afigura-se como “uma faca de dois gumes”: por um lado, oferece uma saída de uma situação de exclusão económica, permitindo acesso a bens e serviços; por outro, coloca-as em situação de exclusão simbólica, através da construção social do estigma de prostituta associada à marginalização, patologia e vitimação.

Relação com os profissionais dos diversos serviços

No sentido de perceber a existência de barreiras aos serviços formais de saúde, sociais e de segurança, interrogámos sobre a forma como percecionam a relação com os profissionais das várias áreas. Na tabela 23 apresentamos a forma como definem as mesmas.

Tabela 23. Relação com os profissionais dos serviços formais

Relação com os profissionais	Entrevistas		Total
	Formais	Informais	
Serviços de saúde			
Positiva	8	2	10
Negativa	2	2	4
Serviços sociais			

Positiva	1	1	2
Negativa	3	5	8
Depende do profissional	2	4	6
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras			
Positiva	2	1	3
Polícia			
Positiva	7	7	14
Negativa	0	1	1
Indiferente	1	0	1

A relação com os profissionais de saúde é descrita como positiva. Os médicos de família são pessoas em quem confiam, algumas TS confidenciaram-lhes o que fazem e sentem-se respeitadas; outras encontraram subterfúgios, tal como afirmar ter muitos namorados, para puderem ter acesso à testagem a IST com frequência, sem levantar suspeita sobre a prática de prostituição. Esta situação mostra, por um lado, ao contrário de outros estudos sobre a temática (Kurtz et al., 2005; Lazarus et al., 2012; Oliveira, 2011), a inexistência de barreiras aos serviços de saúde, no que diz respeito à discriminação e, por outro, este sentimento de aceitação, positividade e confiança nos profissionais de saúde conduz-nos à ideia de uma maior probabilidade de procurem ajuda médica quando necessitarem. Não exclui, contudo, o estigma, que continua a impedir que as TS assumam uma identidade profissional, dado que nem todas dão a conhecer a sua atividade aos seus médicos, o que pode comprometer exames complementares necessários, tendo em conta os riscos de saúde ocupacionais.

As situações negativas referenciadas, no âmbito da saúde, encontram-se relacionadas com o excesso de tempo de espera para ser atendida, o sentimento de discriminação relativamente à seropositividade ou simplesmente ao facto de considerarem que não têm uma boa relação com o seu médico de família (situação pontual).

Com os profissionais dos serviços sociais, sobretudo assistentes sociais, a relação já não é vista de uma forma tão positiva. Raras são as vezes em que se consideram apoiadas por estes profissionais. Usualmente, os serviços sociais, ao adotarem abordagens tradicionais de intervenção, tendem a centrar-se nos aspetos negativos, a negligenciar as competências dos seus utentes, e recorrem a estratégias pouco colaborativas, o que reforça a noção de incompetência/incapacidade (Sousa et al., 2007) das TS.

A maior parte das referências aponta para a uma atitude de arrogância ou superioridade por parte dos/as assistentes sociais.

Pensam que são mais que os outros, mas não são. Não sabem onde é que podem vir parar, podem vir para o desemprego, podem vir para a rua, quem sabe se não podem vir a cair na prostituição [...] acho que às vezes as pessoas têm que se respeitar uns aos outros, não é? Da parte das assistentes sociais não é isso que acontece (Carolina).

Tanto na proteção de menores, como na [instituição assistencialista] somos... parece que somos escorraçadas (Margarida).

Os exemplos que seguem traduzem atitude de julgamento e falta de apoio sentido pelas TS que recorrem a estes serviços sociais:

Ela disse que eu tinha bom corpo, para me fazer à vida (Margarida).

Ela ajudou-me foi sempre a enterrar-me (Susana).

Quando sabem que as utentes exercem trabalho sexual, os/as assistentes sociais revelam-se ainda menos sensíveis, como atesta o seguinte testemunho:

[...] ela começou a dizer que o dinheiro que eu poderia ganhar, que eu poderia ganhar dinheiro porque era fácil, porque era dinheiro ganho fácil, então depois eu disse-lhe 'então você venha para onde eu estou e depois você já sabe se é fácil ou não'. Isso são coisas que custa ouvir, dói e... pensam que é só, as pessoas pensam que é só estar ali, abrir as pernas e mais nada. Não é bem assim, nós temos de ter ali, a gente apanha de tudo um bocadinho [...] (Margarida).

Numa pesquisa na internet, Raquel encontrou uma notícia sobre prostituição em Coimbra³². Tratava-se de uma entrevista a uma profissional de uma associação de caridade, que presta apoio nas ruas a populações consideradas de difícil acesso. A entrevista datava de 2005 e foi publicada no Jornal de Notícias. Por coincidência, a entrevistada tinha o mesmo nome próprio que a facilitadora, o que conduziu Raquel a solicitar esclarecimentos, aos quais respondeu da seguinte forma:

Deve ser a [assistente social] da [instituição x]! Nossa! Ela deu uma entrevista e arrasou com as prostitutas da noite na baixa de Coimbra. Disse que tinha uma Maria desdentada, que outra tinha 40 e muitos, e disse que uma que queria conversar era drogada e tinha um proxeneta muito mau. Ai pensei 40 e muitos que gosta de conversar sou eu, mas eu nem sou drogada nem tenho chulo. Mas seja de quem seja que elas falaram, porque foi uma Marta e uma Ana, foi de muito mal gosto. Até indicaram a paragem e tudo (Raquel, DC n. 99|08.05.2014).

Este discurso dos profissionais de serviços sociais insere-se no paradigma da opressão, ou seja, as prostitutas são consideradas como vítimas, o que é ofensivo para quem lê, como demonstra a Raquel. Revela, ainda, alguns aspetos que quem conhece o meio consegue identificar com relativa facilidade.

³² JN de 17/10/2015, [28-09-2015] Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=517596

Segundo Wahab (2002), historicamente o serviço social foi moldado por diferentes contextos sociais, incluindo os vários discursos moralistas, higiênicos, abolicionistas, anti e pró trabalho sexual. Todavia os discursos anti prostituição parecem assumir maior influência na prática do serviço social, provavelmente porque os argumentos mostram-se mais consistentes com as perspectivas do trabalho social, associadas no passado à Igreja e à caridade, e que tende a considerar as prostitutas como vítimas ou desviantes, que precisam ora de ser salvas ora reeducadas. Por esta via, a história das práticas do serviço social reforça a noção dos/as assistentes sociais como agentes de controlo social e moral (Wahab, 2002). Esta representação das assistentes sociais foi nefasta no nosso caso, com algumas pessoas a recusarem a participação ou mostrarem-se relutantes quanto à investigação por a facilitadora ser assistente social.

No entanto, nem todos os profissionais dos serviços sociais têm esta conduta e, portanto, a relação com aqueles com quais se sentem respeitadas e apoiadas é valorizada de forma positiva. Algumas TS referem alguns nomes específicos de assistentes sociais que operam no âmbito do RSI e solicitam ser acompanhadas por essas. Ou então existe uma certa condescendência como atesta a seguinte afirmação:

Não gosto muito delas, mas tenho que as respeitar, é o trabalho delas (Sara).

Relativamente aos serviços de controlo e segurança, a relação com os profissionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e com a polícia é descrita como sendo positiva. Os policiais respeitam e zelam pela segurança das pessoas que trabalham na rua, sem as discriminar. Nos períodos de calor mais intenso, observámos que tomam medidas de prevenção de incêndios, junto das que trabalham nas matas, e distribuem sacos plásticos para recolha do lixo. A Rita acha muito útil para colocar toalhetes e preservativos usados - normalmente as zonas de trabalho sexual acumulam muito lixo - e teve a ideia de usar uma garrafa de água como cinzeiro, pois sabe que é perigoso fumar naquela zona, principalmente no verão.

De acordo com Oliveira (2011), a nível informal a relação entre TS e polícia tende a ser positiva, mas o mesmo não se verifica a nível formal, isto é, no âmbito da receção de queixas e perseguição dos agressores. Tivemos conhecimentos de diversas situações que confirmam a falta de eficácia da ação policial em termos formais, bem como outras situações que resultaram em detenções de presumíveis agressores. Outros estudos apontam

agressões e abusos de poder por parte dos agentes de autoridade (Benoit et al., 2005; Delacoste & Alexander, 1998; Mayhew et al., 2009; Pheterson, 1993), tendo esses estudos sido desenvolvidos em países onde o TS é criminalizado, encontrando-se esta população ainda mais escondida, pelo que é possível que o enquadramento legal e os discursos jurídicos e sociais influenciem esse resultado. Apenas há a registar uma referência à discriminação e à indiferença, uma vez que na perspetiva de uma das TS os policiais não agem quando o deviam fazer, ou seja, a nível da queixa formal. Verificámos ainda alguns relatos caricatos em relação à polícia:

- A TS queria marcar posição relativamente ao proxeneta que dominava o seu local de trabalho, pelo que solicitou apoio policial e conseguiu o lugar.

Eu fiz denúncia à polícia e disse que ele queria dinheiro do meu lugar (Rute).

- A TS queria trabalhar e a polícia, que se encontrava a patrulhar as ruas, afugentava os clientes.

Há dias a polícia estava muito perto da zona de trabalho dela e então ela falou com os mesmos para que saíssem, ao que estes consentiram e retiram-se. Mas achava que quem devia ter feito isso era o [chulo] e não ela, esquecendo-se possivelmente que se o mesmo o fizesse seria acusado de lenocínio (Daniela, DC n. 26 | 05.03.2013).

- As TS queriam trabalhar, mas uma patrulha foi efetuada no sentido de impedir a prática da prostituição nas ruas da cidade de Coimbra.

Aqui há uns anos atrás, andaram aí atrás de nós a servir de guarda-costas, não era? Mas não valeu de nada, que houve um deles que até virou-se para o chefe e deu-lhe uma resposta que o chefe ficou de boca aberta, não é? Que a polícia não lhe pagava mais para ele andar atrás de putas. Mas tirando isso também nunca nos faltaram ao respeito. De vez em quando param a carrinha, então quando estava ali o travesti ao pé de mim, todos os dias eles estavam lá na brincadeira connosco (Liliana).

Propostas de melhoria dos serviços

De forma a atender melhor às suas necessidades, as participantes referem que deveria existir um reforço a nível de medidas de ação social, traduzindo-se em mais apoios em géneros e económicos; habitação social; reinserção social através de incentivo ao emprego e respostas sociais dirigidas às suas crianças.

Olha, a Câmara podia fazer mais! Já pus os papéis há tanto tempo para uma casa, eu não peço uma casa dada, mas pedia uma renda mais baixa (Liliana).

As participantes referiram ainda a necessidade de uma maior vigilância em termos de saúde:

Eu acho que isso devia ser mais controlado. Porque às vezes você nunca fez, não faz sem preservativo, não vai com ninguém sem preservativo, e depois vai com um cliente que anda aí com essas outras, depois estoura o preservativo e lá está tudo, não é? Ainda bem que nunca me aconteceu, espero bem que não, não é? (Raquel).

Todavia, as entrevistadas consideram que os profissionais dos serviços sociais não têm vontade de ajudar.

Acho que poderiam ajudar mais do que aquilo que ajudam. Empurra para um lado, empurra para uma, empurra para outra e é sempre o não. É isto, vou pedir qualquer coisa, é o não (Margarida).

Ou então, não podem fazer mais do que fazem, como no caso da polícia.

São coisas que eles não te podem ajudar. Se fores assaltada fazem o que podem, mas se não podem fazer nada, não fazem. Porque muitas vezes não podem fazer nada. Ajudam, assim, quando falam contigo, dizem para te cuidares mais um pouco. Mas muitas coisas não podem fazer, porque se um te rouba, vem outro atrás de ti. Sem carro, sem nada... tu dizes como ele era, que é assim, que tem os olhos não sei como, a cara, mas isso não ajuda nada. Em qualquer país que estejas... vais e dizes assim, ninguém te ajuda (Cristina).

Tendo em conta a perspetiva maioritária, centrada em medidas de ação social, interrogámos se essas poderiam influir nas suas opções pela manutenção na prostituição. As participantes que consideraram que deveria existir apoios à saída da atividade prostitutiva apresentaram propostas que remetem para uma primeira leitura de dois tipos: uma centrada no empoderamento (emprego) e outra numa lógica assistencialista e de obrigação estatal, com o apoio em géneros alimentares e pecuniários. No entanto, os exemplos de discurso mostram que esta proposta não é da responsabilidade dos indivíduos, neste caso das TS, mas sim do Estado:

Deviam de arranjar um emprego, por exemplo, prontos, ajudar mais, que é aquilo que não ajuda (Margarida).

Se a gente tivesse outros meios, outros meios da gente trabalhar, a gente nem sequer precisava de estar na rua, podiam até arranjar, arranjar um pronto, arranjam outra coisa, que a gente fizesse, que a gente pudesse sobreviver. Aqui nem isso eles estão importados (Sandra).

Porém, para três entrevistadas, curiosamente estrangeiras, não existe qualquer medida que possa ser implementada para que as/os TS abandonem a prostituição, porque ganham muito dinheiro com esta atividade e apenas sai quem assim o desejar.

Não sei quantas meninas querem sair disto. Fazes muito dinheiro e ganhas assim muito dinheiro, não como num trabalho normal. Ganhas mais, mais que um trabalho normal. Fazes 2000 ou 2500 num mês num trabalho? Não creio que fazes, não ganhas esse dinheiro (Cristina).

As TS portuguesas e as estrangeiras mostram diferentes perspetivas relativamente ao papel do Estado. Para as portuguesas, este deve ter uma função interventiva e social, ao passo que para as migrantes (brasileiras e romenas), o Estado deve ser mais liberal. Possivelmente estes resultados estão interligados com aspetos culturais dos diferentes países.

Há ainda a referir situações em que são apresentadas outras alternativas de trabalho e as mesmas são descartadas. Por exemplo, Liliana frequentou um curso de formação profissional, com uma componente teórica e outra prática, que incluía um estágio em contexto de trabalho. Ela foi sempre assídua e motivada nos meses que corresponderam à parte teórica, mas apresentou muitas faltas na parte prática, que a impediram de concluir o curso com sucesso. As justificações, quando dadas, centravam-se em aspetos relacionados com a saúde, que a impediam de atender às atividades do estágio, mas não a impediam de trabalhar na prostituição à noite. Possivelmente, a liberdade de patrões, a independência e flexibilidade de horários a que está habituada na prostituição é mais compatível com ela do que a rigidez hierárquica e a inflexibilidade dos trabalhos convencionais. Assim, podendo optar por um trabalho convencional e não o fazendo, não podemos deixar de questionar o significado da sua opção, assim como não podemos deixar de a respeitar. Outro exemplo, à Joana foi oferecido um estágio remunerado como forma de abandono da prática prostitutiva e reinserção social, mas a remuneração foi considerada insuficiente face às suas despesas mensais, pelo que se mantém na prostituição. Como ela, várias TS conjugam a prostituição com outras atividades laborais convencionais, usualmente precárias e mal pagas, como limpezas. As condições de trabalho (flexibilidade de horários e autonomia na gestão da atividade) e a remuneração parecem dois atrativos fortes à manutenção da atividade.

6.2.4. Necessidades identificadas

Quais são, afinal, as necessidades das TS? As participantes identificaram sobretudo três áreas como sendo de maior dificuldade ou problema. São elas a área económica; da

saúde (física e mental) e da segurança ocupacionais; e familiar, tendo ainda surgido duas referências à inexistência de problemas (tabela 24).

Não tenho assim muito..., não necessito assim muito de uma instituição para ajudar-me porque não tenho assim muitos problemas (Cristina).

Eu, para falar a verdade, eu estou bem, eu não preciso de nada (Patrícia).

Tabela 24. Dificuldades/necessidades identificados pelas TS

Dificuldades/Necessidades	Entrevistas		Total
	Formais	Informais	
Saúde			
Física	3	11	14
Mental			
Depressão	2	4	6
Esquizofrenia	0	2	2
Económica			
Desemprego	2	3	5
Gestão de recursos	6	9	15
Poucos clientes	1	14	15
Familiar			
Companheiro			
Violência doméstica	0	4	4
Desentendimentos	1	7	8
Filhos			
Problemas de comportamento	0	3	3
Desenvolvimento	0	2	2
Sem problemas	2	0	2

A área económica é a que apresenta mais referências, sendo apontada como a maior dificuldade, seguida da área da saúde. A nível das dificuldades económicas encontra-se a gestão de recursos relacionada com três aspetos. Primeiro, rendimentos baixos e despesas elevadas, que se traduzem na dificuldade em pagar as contas mensais.

Eu estou a receber 250 ou 260 e poucos euros de pensão, agora estou a receber 146 euros do curso, mas só eu, as duas miúdas e o Z., tenho uma renda de casa de 220 euros, fora água, luz, gás (Liliana).

Segundo, as TS gerem os ganhos e despesas no presente, não a médio e longo prazo, como no caso das que residem em pensões.

Precisa do RSI para ajudar no pagamento da pensão. São 15 euros ao dia e preferia pagar ao mês que é mais barato. Dissemos que ficava mais barato arrendar uma casa e o

[profissional] perguntou se podia juntar o dinheiro e pagar ao mês. Mafalda diz que não consegue, que o dinheiro que ganha dá para pagar a pensão e mal dá para comer (Mafalda, DC n.9| 15.11.2012).

Terceiro, as TS apresentam gastos extraordinários, necessários para trabalho nas zonas rurais/industriais.

Cada viagem de táxi fica-me em 8 euros, mais o dinheiro que gasto no almoço (Rita).

Paralelamente, as participantes verbalizam que o negócio está fraco, há poucos clientes e por isso estão a ganhar menos dinheiro.

Raquel não concorda que as instituições ajudem as prostitutas. Estas não precisam de apoios, porque, no seu entender, ganham muito dinheiro “que dá para elas e para o chulo”. Para ela, as instituições devem ajudar as pessoas que trabalham. (Raquel, DC nº 104 | 17.06.2014). No seu entender, a prostituta não é vítima, mas alguém com capacidade de ganhar a sua vida, no entanto com um sentido oportunista, uma vez que pode adotar o discurso hegemónico da vitimação para tirar ganhos em seu proveito, ou seja, na conceção de Goffman (1975) ativando uma estratégia para lidar com o estigma.

[sobre as equipas de *outreach* deslocarem-se ao encontro das TS e mostrarem respeito pelas pessoas] Eu creio que vocês respeitem. Eu, sinceramente, se fosse eu não ia, entende? (Raquel).

Na área da saúde e da segurança ocupacionais é pertinente salientar as diversas queixas somáticas que quase todas as TS apresentam, que vão desde pêlos encravados, passando por dores de dentes, perturbações do sono até problemas oncológicos, a uma diversidade de patologias a vários níveis e doenças crónicas (VIH, hepatite, hipertensão, diabetes, osteoporose, etc.), o que sugere um estado de dor físico e psíquico quase contínuo e, portanto, questionamos em que medida é que perante esta condição geral de saúde, com toda esta sintomatologia, as mulheres podem ter qualidade de vida. Acresce em alguns casos a sintomatologia associada à depressão, como o sentimento de desvalorização pessoal, a ideação suicida, isolamento e perturbações do sono, e ainda situações diagnosticadas de esquizofrenia. O tema da segurança, mais propriamente o receio de assaltos, é também recorrente. As condições do trabalho na rua, que sujeita as TS a stress e as expõe a diversos perigos, parecem contribuir para uma avaliação negativa da atividade bem como para a existência de problemas psicológicos (Vanwesenbeeck, 2001). O bem-

estar psicológico encontra-se associado a uma série de fatores estruturais, incluindo educação, rendimentos, controlo sobre as condições de trabalho e carteira de clientes (Weitzer, 2009).

O estigma e discriminação estão também patentes no discurso, quer aquele que a sociedade lhes atribui, quer o que já internalizaram. Quando a equipa é abordada por clientes de sexo pago, as TS interferem estabelecendo os limites com afirmações como: “são senhoras, não são como nós” ou “são doutoras”. Esta atitude de defesa reflete os efeitos opressivos do estigma, desqualificando-as enquanto pessoas em prol da defesa dos profissionais. E ainda como exemplos da identidade deteriorada e de desqualificação, evitam frequentar determinados café ou esplanadas, porque não se consideram dignas de partilhar o espaço público com outras mulheres. Por exemplo, todas frequentavam os mesmos cafés na baixa de Coimbra e Raquel recusava-se a ficar numa esplanada com receio que a reconhecessem da noite.

Uma das dimensões mais referenciadas – aspetos relacionados com a organização do trabalho sexual – não será aprofundada neste estudo (o estudo recente de Oliveira (2011) sobre prostituição de rua aborda de forma muito elucidativa esses aspetos). As TS partilham com a equipa de *outreach* e facilitadora muito do seu quotidiano e gestão do trabalho sexual, sobre a relação na rua entre colegas e com os clientes. Afirmam com bastante frequência usar sempre o preservativo e recusar o cliente quando este não aceita ou oferece mais dinheiro por sexo não seguro.

A nível familiar, as TS mencionaram desentendimentos na relação com os companheiros e preocupação com os filhos, que apresentam problemas de comportamento ou de desenvolvimento (ex. dificuldades relacionadas com a entrada na adolescência ou aquisição da fala). Observámos ainda algumas situações que sugerem indícios de violência doméstica, como discussões ou sinais físicos de lesões (ex. queimaduras de cigarros na costas da mão ou uso de colar cervical, pulseiras elásticas, etc.). Estas situações nunca foram assumidas como de violência, como no caso da Alice que resultou em morte.

Raquel enviou-me uma mensagem. Alice morreu afogada. Ainda há quinze dias tínhamos estado com ela e tínhamos percebido que a violência estava a aumentar: tinha usado colar cervical e, da última vez, pulseira elástica. A equipa disponibilizou-se para ajudar, mas Alice não podia falar. O companheiro estava por perto e observava. A notícia do jornal não relata crime, mas tenho algumas dúvidas que tenha sido totalmente accidental. Parece-me que se trata de mais uma morte em contexto de violência doméstica, que não é reportada nem investigada como tal (DC de 04.07.2015).

Em suma, as participantes consideram que os serviços sociais não respondem às suas necessidades. Referem que lhes é recusado apoio, designadamente na atribuição de ajudas pecuniárias, e muitas vezes sentem-se alvo de injustiça, relativamente a outras pessoas, também pertencentes a categorias marginalizadas (etnia cigana, toxicodependentes, etc.), a usufruir de mais privilégios. Reportam uma relação negativa com as assistentes sociais, que descrevem como sendo assimétrica, discriminatória, estigmatizante e de julgamento. Uma vez que são as/os assistentes sociais quem “corta as prestações sociais e retiram os filhos”, o sentimento de medo e repulsa em relação a estes profissionais, mais do que da polícia, reveste-se de sentido (Weiner, 1996). Independentemente da posição que os/as assistentes sociais possam ter relativamente à prostituição, devem assumir uma conduta ética perante as TS e não coerciva/punitiva (Wahab & Panichelli, 2013), todavia a sua profissão reveste-se de paradoxalidade, dado que lhes é exigida uma dupla função: a de controlo e a de cuidado (Barker & Thomson, 2014). De acordo com Sousa et al. (2007, p. 84), “[...] as instituições de apoio são ambíguas: apresentam uma genuína intenção de ajudar, mas têm uma função coerciva (fazer com que as pessoas se comportem como *deve ser*)”. É, então, essencial difundir modelos de intervenção colaborativos, de não julgamento e empáticos, como forma de promover a eficácia dos serviços e desconstruir representações relativas quer às/aos assistentes sociais quer às/aos TS.

As relações com os profissionais de saúde, da polícia e do SEF são descritas como positivas, mesmo quando assumem que exercem trabalho sexual, o que indica que existe uma boa probabilidade de procurarem ajuda médica ou das forças policiais no caso de necessidade. Estes resultados indicam que a relação estabelecida entre TS e os profissionais dos serviços formais pode constituir-se uma barreira ou facilitar o acesso, bem como restringir ou potenciar os cuidados que devem ter a nível da saúde física e mental, assim como dos aspetos associados à segurança.

A importância da relação encontra-se patente tanto no que se refere aos profissionais de *outreach* como a outros profissionais de serviços formais. O estabelecimento e manutenção de relações de confiança são fulcrais no envolvimento e motivação dos utentes nos seus processos de mudança (Sousa et al., 2007), sendo que a relação de igualdade e sem julgamentos liberta as pessoas de rótulos estigmatizantes.

6.3. Vozes dos profissionais da equipa de outreach

Na análise destes resultados, dividimos os/as entrevistados/as em categorias conforme os anos de experiência de trabalho em contexto de prostituição. Apresentamos duas situações com menos de 1 ano (princípios); uma com menos de 4 anos (intermédio); e três com mais de 10 anos, no máximo de 21 anos experiência (avanzado).

6.3.1. Motivação, escolha e expectativas iniciais relativamente ao outreach com TS

Os/as profissionais entrevistados/as são unânimes quanto à casualidade que os/as conduziu a optar por trabalhar na área da saúde com TS. Referem que se tratou de uma situação acidental, sem qualquer premeditação. Aos mais experientes foi endereçado convite, quer pela experiência, quer pela formação profissional; existindo ainda um entrevistado que refere que a constatação de necessidade de intervenção, relacionada com o advento da SIDA nos anos 80, foi o facto que impulsionou o desenvolvimento de trabalho nesta área.

Era os ‘grupos de risco’. Era o que se falava na altura. [...] havia grupos que não tinham nada e não havia nada em Portugal, era a toxicodependência e a prostituição. Então, foram esses dois grupos que a gente abraçou (Carlos).

Os/as principiantes afirmam que foram as características do trabalho em si, como a não existência de coação, o contexto de intervenção e o tipo de população que conduziram à opção pela realização de estágios curriculares na área. Desta forma, para estes/as entrevistados/as, a motivação inicial encontra-se relacionada com os atributos do trabalho que, por sua vez, representa um desafio às competências pessoais e profissionais.

Porque tu num consultório tens um ambiente controlado. Tu quando estás com um paciente é tudo controlado. Ali não há estímulos que possam descontrolar a consulta ou o diálogo entre as duas pessoas. E tu na rua, não, tu na rua, estás no meio da rua. Há montes de estímulos exteriores e é muito mais complicado, mas também é muito mais desafiante (Alexandra).

Os mais experientes partilham também desta ideia de desafio, havendo ainda dois entrevistados/as que não definiram de forma concreta a sua motivação inicial: ambos afirmaram-se hesitantes, tendo integrado as equipas e habituaram-se.

[...] aliás até estava um pouco reticente em fazer-lo, mas depois, uma pessoa depois habituase ou começa a gostar e a habituar-se (Pedro).

Ou fizeram-no porque tinham algumas garantias que consideravam essenciais.

Também o que me levou a integrar [a equipa], foi o facto de que as pessoas com quem iria trabalhar tinham muita experiência, o que me dava alguma segurança. Sendo um trabalho de rua, eu acabei por fazer equipas só com homens, que me dava ainda mais segurança (Leonor).

Quanto às expectativas dos/as profissionais, estas caracterizavam-se pela apreensão, associada com dois pontos: 1) aos preconceitos, no sentido de ideias pré-concebidas acerca do trabalho sexual e das TS; 2) à insegurança do profissional, a nível das competências teórico-práticas e das características pessoais e sociais que poderiam obstaculizar o estabelecimento de contacto com as TS.

Quanto ao primeiro ponto, podemos afirmar que todos os profissionais, independentemente da sua experiência, referem algumas ideias pré-concebidas que estão na base da sua apreensão inicial, tais como, o receio de falta de recetividade das TS, dado que são consideradas um público de difícil acesso ou de difícil trato.

As expectativas provavelmente eram negativas. Tinha as expectativas de ser uma coisa chata e de ter que aturar pessoas que não seriam propriamente muito agradáveis, mas depois com o tempo essa realidade... começo a verificar que não é bem assim (Pedro).

Ou até mesmo o receio de ser preconceituoso.

Coloquei uma série de questões, porque tinha, tinha muito receio, tinha algum medo. Afinal, nós pensarmos em prostituição, prostituição de rua, há logo uma série de estigmas, não vale a pena nós escondermos isso (Leonor).

No que diz respeito ao segundo ponto – insegurança do profissional - a lacuna de competências teórico-práticas é a mais apontada pelos diversos níveis de experiência, havendo ainda referências relativas às características pessoais, em que consideram que estas não são as mais apropriadas ao trabalho que desenvolvem. Salienta-se ainda que dois entrevistados/as, de experiência avançada, não referiram insegurança, o que pode estar relacionado exatamente com o facto de trabalharem há muitos anos na área.

Motivação atual

Identificámos alguns fatores que consideramos poder interferir na motivação dos profissionais. A partir dos resultados é possível inferir que a motivação é flutuante e dependente de fatores externos ao profissional. Estes continuam a acreditar no trabalho e a ter gosto no mesmo, mas demonstram sinais de desgaste associados com diversas dificuldades, conforme apresentamos na tabela 25 e explicitaremos em seguida.

Tabela 25. Motivação atual

Motivação atual	Nível de Experiência			Total
	Principiante	Intermédio	Avançado	
Fatores que potenciam a motivação				
Acreditam no trabalho	1	1	2	4
Gostam do que fazem	1	1	2	4
Aumento de competências e experiência	1	1	0	2
Fatores que desmotivam				
Desvalorização do trabalho				
Sociedade Civil	2	0	0	2
TS	0	1	2	3
Poder político	0	0	1	1
Limitações da instituição				
Financeiras	0	0	1	1
Pouca estruturação do trabalho	0	0	1	1
Desgaste				
Rotina	0	0	2	2
Descrença nas pessoas	0	1	2	3

Entre os fatores que potenciam a motivação encontram-se o acreditar e o gostar do trabalho, isto é, os/as entrevistados/as consideram que o trabalho em si é meritório, de qualidade, útil e eficiente, sendo que estes motivos são encontrados em todos os níveis de experiência.

[...]apesar das coisas serem diferentes do que aquilo que tinha imaginado, acho que é um trabalho que continua a fazer algum sentido. Acho que, não só o meu, mas o trabalho da instituição em geral, contribuiu um pouco para a melhoria de alguns aspetos da vida das pessoas com quem nós contactamos. Para mim é um trabalho que continua a fazer sentido, se calhar já não como no início, não é? (Filipa).

Por outro lado, o reconhecimento da possibilidade de obter ganhos como o aumento de competências pessoais e profissionais é também um fator de motivação, tanto para principiantes, como para quem já se encontra há algum tempo no terreno.

No presente acho que adquiri muito mais competências, nomeadamente não tinha nada e agora acho que já consigo chegar até elas e o facto de elas já me conhecerem [...] (Cláudia).

Como fatores associados à desmotivação encontrámos o sentimento de desvalorização do trabalho dos profissionais por parte da sociedade civil, das TS e do poder político; as limitações financeiras e a nível da estruturação do trabalho da instituição; e, por último, o desgaste dos profissionais que se traduz na rotina e na descrença nas pessoas.

O sentimento de desvalorização do trabalho técnico por parte da sociedade civil é apontado pelas duas principiantes, que referem que os colegas não entendem por que é que trabalham com esta população, sendo que as referências dos mais experientes centram-se sobretudo na desvalorização por parte das TS, uma vez que falham aos compromissos.

[...]quando nós marcamos uma consulta com as utentes no centro de saúde e elas faltam, por exemplo. Quando marcamos um atendimento mesmo aqui e as pessoas faltam e não dizem nada (Filipa).

Salientamos ainda um registo sobre a desvalorização do poder político relativamente ao trabalho preventivo, que se traduz na escassez de investimento.

Não tem a ver com a crise, [...] o dinheiro da prevenção é mal empregue, [...] porque a gente sabe que tratar um doente com SIDA paga um projeto inteiro (Carlos).

No que concerne às limitações da instituição, por um lado, os profissionais apontam as dificuldades financeiras.

[...]O dinheiro é escasso, não nos dão condições sequer para pagar ordenados por inteiro às pessoas que estão em exclusividade connosco. Portanto, torna-se um trabalho voluntário ou um trabalho pago precário. Não podemos contratar pessoas a termo, com contrato (Carlos).

Por outro, referem a falta de estruturação do trabalho decorrente da desmotivação e dos fatores que lhe estão associados.

Neste momento, embora nós mantenhamos o trabalho, não digo que ele não seja estruturado, mas se calhar não está, não há um investimento tão grande, neste momento, face a questões mais da instituição, [...] (Filipa).

Os sinais de desgaste surgem nos profissionais mais experientes e reflete-se em afirmações como a seguinte:

Hoje em dia acho que vou, é uma questão de hábito, manutenção daquilo que criei, no fundo, que é a associação, de resto, é só por isso (Pedro).

Mas, subsiste a consciência da necessidade de empreender algum esforço, no sentido de quebrar com essa inércia.

Obviamente podemos também trabalhar a motivação e, às vezes, acaba também por se cair um pouco na rotina daquilo que já fazemos há algum tempo (Filipa).

Associada à rotina surge ainda a descrença nas pessoas quer porque:

às vezes mentem, elas mentem muito, nós notamos que elas mentem porque acaba por não ser um discurso coerente e percebemos isso também com o tempo (Leonor).

Ou porque elas não se comprometem com os seus processos de mudança.

[...] dando um exemplo muito prático, às vezes há utentes que nos pedem informação sobre alguma coisa e nós, pronto, e nós dizemos na rua, e eu pessoalmente, digo: “vou, sim, vou ver isso.” E se calhar acabo por..., isso de facto muitas vezes acontece, se calhar na equipa a pessoa que eu vou encontrar nunca me vai perguntar nada e se calhar faz com que eu, embora diga que vá ver, às vezes acho que não é necessário porque a pessoa se calhar não me vai perguntar (Filipa).

E ainda, numa situação mais extrema, o/a entrevistado/a não consegue nomear potencialidades relativamente à população com quem trabalha.

Das potencialidades?! Oh diacho! Isso é que é mais complicado! Hmmm as potencialidades são basicamente... são seres humanos portanto têm capacidades inerentes a elas próprias. As potencialidades provavelmente se não... não te consigo responder, não sei, não conheço nenhuma potencialidade (Pedro).

Em suma, os resultados sugerem uma perda de motivação associada com aspetos internos e externos à instituição, onde se insere a equipa de *outreach*. Os/as participantes identificaram fatores que potencializam a motivação (acreditam e gostam do que fazem), contudo mostram sinais de desgaste associados com diversas dificuldades, como as de sustentabilidade financeira e a desvalorização dos serviços por parte da sociedade e algumas vezes das TS. Em algumas situações, as TS apresentam pouco compromisso com as atividades e com os seus processos de mudança. É possível que as dificuldades em cumprir com os compromissos estejam relacionadas com outras prioridades competitivas das suas vidas (Hester & Westmarland, 2004), até porque as TS raramente procuram os serviços de apoio, mas aceitam positivamente a intervenção em contexto de *outreach*, de acordo com os seus tempos e regras. Por outro lado, a mentira, como técnica adaptativa utilizada recorrentemente em situações de estigmatização, pode conduzir a mal-entendidos e ser percebida de forma ofensiva (Goffman, 1975), sendo interpretada como desvalorização do trabalho de *outreach*. Parece-nos que a motivação é um aspeto importante para o profissional de proximidade e esta parece influir sobre a qualidade do trabalho.

6.3.2. Potencialidades e limitações do *outreach*

Na conceção dos/as entrevistados/as, podemos considerar que o *outreach* assume uma dupla faceta: 1) é um fim em si mesmo, uma vez que é a possibilidade de contactar e intervir com as pessoas no seu meio com ações de EpS (disponibilização de material e informação preventiva); e 2) constitui-se como um meio para atingir um fim, na medida

em que estabelece pontes com os serviços formais e com as respostas/serviços disponibilizados em gabinete, através da sinalização e encaminhamento para respostas mais adequadas às necessidades apresentadas.

Como potencialidades, os profissionais apontam a aceitação por parte das TS, a necessidade e a pertinência do *outreach* junto desta população considerada de difícil alcance.

Daí que eu acho que trabalhar com elas na rua – sim, é o sítio, pode não ser o mais adequado, mas é um sítio muito indicado para conseguirmos chegar a elas, obtermos muitas, obtermos e darmos muitas informações que são necessárias, seja de saúde, de apoio social e psicológico [...] Acima de tudo, o *outreach* é algo necessário e indispensável para alcançar uma população, que de outra forma se torna «impossível», falando de questões de saúde/doença. Pode ser o início de um trabalho mais aprofundado e complexo com pessoas da população com quem trabalhamos em *outreach* (Leonor).

Por outro lado, torna-se bastante vantajoso sob o ponto de vista dos profissionais, uma vez que conseguem conhecer melhor a realidade das utentes.

Nós ali conseguimos observar, ver a rotina, tu consegues perceber até o próprio comportamento delas, se estão despertas, se não estão. Se se cuidam. O cuidado que têm com elas próprias (Leonor).

Entre as potencialidades encontra-se também a eficácia da intervenção em proximidade, a nível da promoção da saúde.

Neste trabalho é que a maior parte delas, que já são utentes mais antigas, não me estou a referir aquelas mais novas, que vamos agora apanhando pelas primeiras vezes, já começam a usar sistematicamente o preservativo. Portanto, para nós é bom, já vão fazendo, pelo menos uma vez por ano, às vezes lá escapa, lá vai ano e meio, o pânico no médico hmm já fazem análises, para nós isso já é uma vitória, mesmo que se demore alguns anos para que elas consigam fazer isto (Carlos).

As dificuldades apontadas relacionam-se com quatro situações: 1) com o profissional; 2) com o contexto de trabalho, isto é, a rua; 3) com a instituição e 4) com especificidade das TS e da sua atividade (tabela 26).

Tabela 26. Dificuldades na intervenção

Dificuldades na intervenção	Nível de Experiência			Total
	Principiante	Intermédio	Avançado	
Profissional				
Falta de competências	2	1	0	3
Contexto de trabalho				
Sem controlo	1	1	1	3
Insegurança	0	1	1	2

Instituição

Falta de recursos	1	1	1	3
Falta de outras estratégias de proximidade	1	0	1	2
Falta de outras respostas: Testagem VIH	0	0	1	1

Especificidades do TS

Dificuldade de compromisso com atividades	1	0	2	3
Pouca motivação das TS	1	1	2	4
Não procuram serviços	1	0	2	3
Mobilidade	0	1	0	1
Pouca disponibilidade das TS	0	1	1	2
Vulnerabilidades das TS	0	0	0	0
Falta de acesso/transportes	1	0	0	1
Estigma	2	1	0	3

As dificuldades relacionadas com o profissional referem-se ao sentimento de falta de competências para o estabelecimento de relações de confiança e intervenção. São apontadas pelos profissionais principiantes e com nível intermédio de experiência, o que pode ser justificado exatamente por terem menos tempo de terreno que os de nível avançado. Eles receiam cometer falhas por falta de formação e experiência, como atesta a seguinte afirmação:

[...]sinto que ainda estou numa perspetiva de observação, de perceber com os outros técnicos como é que isto se faz. Ainda tenho algum receio de dizer ou de falar alguma coisa, porque a nível de perceção até pode estar correto, mas e se não está, o que é que vou fazer?, se calhar vou aqui causar uma situação desconfortável e então fico assim um bocadinho nervosa (Alexandra).

No contexto de trabalho incluímos o facto de se tratar de um ambiente que escapa ao controlo dos profissionais, com muitos estímulos, assumindo-se como uma dificuldade presente em todos os níveis de experiência.

O contexto de rua é um contexto muito exposto e por vezes é difícil também porque às vezes as pessoas não estão dispostas a falar de determinadas questões, por exemplo, pronto, estão num ambiente em que acontecem, acontecem ruídos, acontece passarem pessoas, se calhar essas seriam as maiores dificuldades [...] (Filipa).

Trata-se de um ambiente de trabalho revestido de imprevisibilidade.

Trabalhar na rua, junto da população, é diferente de trabalhar em gabinete ou em casa das TS. Falar ou estarmos em gabinete ou irmos a uma casa, nós trazemos para o nosso espaço ou entramos para o da pessoa. Há uma predisposição para alguma coisa, nós só entramos na casa delas, porque elas recebem uma chamada telefónica nossa ou fizeram uma chamada telefónica em que solicitam ou aceitam o nosso trabalho ali, logo há um tempo que elas disponibilizam para estar connosco, seja a solicitar ou a serem solicitadas. Na rua não

acontece isso, então nós vamos sempre numa situação um bocado imprevisível tal como no trabalho delas na rua, elas nunca sabem quando vão para a rua, nunca sabem quanto é que vão ganhar, se é que vão ganhar alguma coisa nessa noite, se é que vão trabalhar alguma coisa. E nós quando vamos também, a intervenção que vamos fazendo, tu podes nunca acabar de fazer uma, imagina, se vais com um objetivo, tu podes levar três semanas a fazer esse objetivo, ou três equipas a fazer esse objetivo porque tens que ir fazendo aos poucos, tens de ir apanhando para dar continuidade, devido a essa falta de disponibilidade que falei, essencialmente (Leonor).

A este aspeto associa-se o sentimento de insegurança, de risco para os próprios profissionais, que implica um esforço adicional para que não interfira com a intervenção.

[...]obviamente que o contexto não é o melhor. É importante, também, estar, termos os sentidos em alerta. Porque seja como for é um contexto que comporta em si algum risco. E também é importante uma pessoa estar atenta. Estar a ouvir, ver o que se passa à volta. É bom que a pessoa consiga focar nas coisas, mas também consiga, por outro lado, estar atenta ao que a rodeia (Filipa).

Durante a nossa estadia no terreno, vivenciámos algumas situações que obrigaram a um cuidado redobrado. Em algumas situações fomos perseguidas, numa delas tivemos de optar por terminar a equipa mais cedo e proteger-nos num local público bastante movimentado, noutra situação alguém nos filmava ou fotografava. Mas, usualmente, as saídas são seguras, e quanto mais mulheres estiverem a trabalhar, mais garantias encontramos de segurança, sendo que muitas vezes intervém em defesa da equipa quando percebem abordagens da parte de outros atores. No caso excecional que apresentamos, Raquel não o fez, o que nos podia ter deixado numa situação complicada.

Enquanto falávamos, parou uma carrinha de nove lugares, velha, com dois sujeitos relativamente novos. Estacionam mais à frente. Pensamos ir embora, para deixar a Raquel trabalhar, mas ela pede-nos para ficar. É tarde e já não está ninguém na rua. Passam por nós, dizem boa noite e vão até ao fundo da rua, onde está um homem e uma mulher de mota. Passam por nós, ela sem capacete a gritar. Os homens aproximam-se e ficam a ouvir a conversa. Vão embora, voltam, perguntam como é, se alguém trabalha, ao fim de várias investidas. Uma das vezes Raquel diz na brincadeira que podem levar a Filipa. Depois acaba por explicar-lhes que eles são dois e ela só uma e por isso não vai com eles. Um deles argumenta que qualquer uma de nós serve e olha para a Filipa. Raquel apercebendo-se dos riscos da brincadeira, explica: “ela não está aqui para isso. Elas são senhoras sérias, tal como eu, mas eu faço 20 euros oral e vaginal.” Eles desistem e vão embora. Do outro lado da estrada, estava estacionado um carro que ela julgou estar com eles. Quando a carrinha arrancou o carro foi atrás. Passado um pouco apareceu. Raquel negociou, despediu-se de nós com alguma tristeza (pareceu-me) e entrou no carro (DC n. 62 | 18.07. 2013).

Os profissionais de *outreach* apresentam uma conscientização dos desafios que as situações de incerteza, instabilidade, unicidade e conflito de valor apresentam, de maneira que acionam formas para lidar eficazmente com as mesmas. Podemos afirmar que ativam o

que Schön (1990) designa por conhecimento-em-ação, ou seja, os profissionais recorrem a um mosaico de diversas e inúmeras fontes de informação, que ultrapassam o âmbito académico, para a sua prática profissional quotidiana, sendo estas teorias-em-uso fundamentadas na prática.

No que concerne às limitações associadas à instituição, encontrámos a falta de recursos financeiros que se repercutem na falta de recursos humanos e, noutra instância, influem sobre a motivação, tal como já referimos anteriormente. O financiamento continua a ser um desafio chave para os projetos e sustentabilidade de serviços, e uma questão que deveria ter consideração política (Pitcher, 2006). Para os profissionais é injusto não existir investimento em medidas preventivas por parte do poder político.

Este tipo de trabalho não deveria ser «visto» como algo para se ir fazendo, com projeto que tem um início e um fim... Mas como um trabalho que é necessário fazer! É necessário sempre. Tal como um centro de saúde tem de estar aberto para que as pessoas possam lá ir... Também deveria ser necessário trabalho junto da população que não se desloca aos serviços de saúde, mas que tem necessidade deles (Leonor).

É ainda apontada a falta de outras estratégias de proximidade, como uma unidade móvel ou de outras respostas, como a testagem para o VIH. Contudo, é nas especificidades das TS que se encontram as maiores dificuldades, algumas delas já referimos em pontos anteriores. Consideram que existe desvalorização por parte das TS, que se traduz, no seu entender, na falta de compromisso para com as atividades propostas fora do contexto de rua (ex. falta a consultas marcadas na instituição ou noutros locais) ou a falta de disponibilidade para conversar com os profissionais na rua, dado que se encontram a trabalhar.

Isso é muito complicado. Estas pessoas têm pouca motivação para isso [...] estas pessoas têm condições de vida perspectivadas futuras muito baixas, basicamente é isso (Pedro).

[a qualidade] depende do nosso trabalho mas depende ainda mais das próprias pessoas. Depende também um bocadinho, lá está, delas quererem fazer esse tal compromisso com as mudanças que querem fazer, não é? Não somos nós, enquanto técnicos, que temos de lhe dizer que mudanças têm que fazer (Filipa).

Em suma, os/as participantes identificam potencialidades e limitações no trabalho de *outreach* com prostitutas em contexto de rua. Entre as limitações encontrámos a desvalorização do trabalho por parte da sociedade, das TS e do poder político; a falta de competências profissionais, recursos, motivação dos profissionais e falta de interesse das

TS. Como potencialidades identificaram a forma positiva como perspetivam o seu trabalho, a qualidade dos serviços e da equipa, e a aceitação e recetividade das TS.

6.3.3. Perfil do profissional de outreach

Formação académica e experiência profissional

Os/as entrevistados/as, à exceção de um licenciado em engenharia, detêm formação académica em ciências humanas ou em saúde. Estes consideram a sua formação insuficiente, porque, muito embora prepare para alguns aspetos da prática profissional a nível de competências teóricas, não aborda a temática da prostituição, não prepara para a prática, e centra-se predominantemente nos contextos formais, não contemplando a rua como local de intervenção direta (tabela 27).

Tabela 27. Qualidade da formação académica

Formação insuficiente	Nível de Experiência			Total
	Principiante	Intermédio	Avançado	
Não aborda a prostituição	2	1	2	5
Não prepara para a prática	2	1	2	5
Foca contextos formais	0	0	2	2

As principiantes consideram inclusive que falar sobre prostituição na universidade é um tema tabu, conforme atestam os seguintes depoimentos:

Não há nada que nos fale sobre prostituição ou sobre toxicod dependência, são populações que são mais complicadas de trabalhar e que nós precisávamos de saber mais de teórica. Eu, tudo o que sei sobre prostituição, sei agora porque precisei para o relatório, porque precisei para a tese, eu nunca falei sobre isso e nunca as minhas colegas que tiveram aconselhamento falaram sobre esses assuntos, parece que é um tabu que nós não podemos, e isso era muito preciso (Alexandra).

[...] falamos muito, por exemplo, do VIH, dessa população, mas a prostituição é um tema que não é abordado [...] (Cláudia).

Acrescentam que não aprenderam como estabelecer a ponte entre o conhecimento teórico e a prática e que os seus conhecimentos encontravam-se desfasados da realidade.

Essa também foi uma das minhas principais dificuldades em termos de aplicar no terreno e em termos de ter medo de fazer alguma coisa que não estivesse correta, porque não tinha a teoria necessária para perceber os diferentes tipos de situações ali, no momento (Alexandra).

[...] não estávamos preparados para estas áreas, visto que nós tivemos, temos competências para a elaboração de projeto (...), mas temos competências para a elaboração de projeto,

projetos educativos, projetos de acordo com aquela população alvo, com aquelas necessidades, contudo, depois o estabelecimento de vínculo, a ida para o terreno é uma coisa que eu notei dificuldade, porque a faculdade não nos prepara (Cláudia).

Este sentimento é partilhado pelos/as entrevistados/as com mais experiência de terreno.

[A formação académica] Não é nada suficiente. É absolutamente insuficiente. Aliás eles também não preparam muito as pessoas para trabalhar na rua, nem para trabalhar junto destas populações. Preparam mais as pessoas para trabalhar em gabinetes e os professores não percebem nada do que é a realidade (Pedro).

Necessidades formativas

Dada esta lacuna a nível de formação académica que os/as entrevistados/as referiram, procurámos perceber quais as áreas identificadas como prioritárias a nível formativo. A tabela 28 mostra três tipos de necessidades: teórica, prática e de competências comunicacionais, esta última inserida numa lógica de desenvolvimento pessoal, como forma de estabelecimento de relação com as TS.

Tabela 28. Necessidades formativas

Necessidades formativas	Nível de Experiência			Total
	Principiante	Intermédio	Avançado	
Teórica				
Aconselhamento	1	0	0	1
Prostituição	2	0	0	2
Saúde mental	0	1	0	1
Prática				
Role-play	2	0	0	2
Experiência orientada	2	0	1	3
Avaliação de situações de perigo	1	0	1	2
Competências comunicacionais	1	1	1	3

Destacamos que as necessidades incidem sobretudo sobre aspetos práticos e competências comunicacionais. As necessidades teóricas e práticas são apontadas principalmente pelos menos experientes, sendo que uma entrevistada mais experiente considera importante que a experiência seja orientada, na medida em que nem tudo deve ser aprendido pela tentativa-erro.

[...]saber reagir perante situações de eventual risco também acho que é importante. E, neste caso, não é bom que se aprenda só com a experiência (Filipa).

Para os menos experientes, a partilha de experiências e a simulação de situações-problema com recurso a *role-play* constituíam boas formas de aprendizagem prática, ou seja, do aprender fazendo.

[é importante] termos formação e poderem nos dar, por exemplo, casos práticos de situações que lhe tenham acontecido e dizerem ‘nesta situação nós reagimos assim, mas há outras formas’, e darem-nos ali opções para nós podermos ver panoramas porque quando nós vamos assim ao escuro, ficamos.. eu, como estagiária, sinto-me um bocado em pânico às vezes em algumas situações... (Alexandra).

Schön (1990) acredita que através de ensaios de situações reais os estagiários podem ser melhor preparados e adquirir determinadas competências para lidar com desafios emergentes e tomar decisões em situações de incerteza, unicidade e conflito de valores. Schön (1990) defende assim uma prática reflexiva que implica conhecimento-na-ação (*knowing-in-action*), reflexão-na-ação (*reflection-in-action*) e reflexão-na-reflexão-na-ação ou reflexão sobre a ação (*reflection-on-reflection-in-action*), como já explicitámos anteriormente. A reflexividade na formação de profissionais é uma forma de preparar os principiantes para agir nas situações em que as teorias não se aplicam. Os principiantes devem então aprender na ação, guiados pelos mais experientes num ambiente protegido e com baixos riscos de fracasso.

É sobretudo na educação não formal, isto é, nos momentos de ensino-aprendizagem em contexto de trabalho que os profissionais aperfeiçoam as suas competências. Os momentos formativos em equipa e a experiência profissional adquirem maior importância que a formação académica, sendo os mais experientes quem valoriza mais este aspeto. Nesta lógica, podemos afirmar que as equipas de *outreach* assumem um papel importante enquanto comunidades de aprendizagem (Lave & Wenger, 1999), tornando a aprendizagem um ato coletivo que requer uma participação plena dos sujeitos envolvidos.

Os momentos formativos em equipa constituem-se como momentos de reflexão na e pela ação, nos quais podemos identificar um profissional reflexivo. Os profissionais mais experientes supervisionam e treinam os principiantes, encorajando o pensamento reflexivo.

[...]eu quando vim para a [instituição], primeiro recebi logo uma data de informação que a [profissional] teve o cuidado de me dar e de dizer que era importante eu saber. Depois como não sabia aquilo assim de forma tão clara, pedi para assistir a umas formações que são dadas ao ensino secundário, para, pelo menos, ter umas bases mais... com pessoas que realmente sabiam, porque acho que às vezes nós lermos não é suficiente. É óbvio que fiquei com uma coisa muito básica, mas pelo menos fiquei esclarecida de algumas coisas. E é óbvio que havia sempre..., se tivesse dúvidas podia perguntar a qualquer um deles (Alexandra).

O pensamento reflexivo, ao qual a prática reflexiva está associada, consiste numa consideração ativa, persistente e cuidadosa de qualquer crença ou suposta forma de conhecimento, tendo em conta os seus fundamentos e as conclusões a que conduz (Dewey, 1997). Na origem do pensamento encontra-se a perplexidade, a confusão e a dúvida, sendo que este não surge espontaneamente, mas é provocado ou evocado por algo específico. O pensamento reflexivo implica que não se aceite conclusões a partir de uma evidência, mas que se questione, que se introduza nova informação que confirme ou não as hipóteses levantadas. Como pensar se encontra sujeito a erro (por diversas razões: experiência passada, dogmas, defesa de interesses pessoais, por paixões, etc.) a dúvida deverá sempre assumir lugar de destaque. Dewey (1997) afirma, ainda, que o exercício do pensamento é a inferência que nos conduz ao desconhecido e é importante que qualquer inferência seja testada e distinguida das crenças que jazem sobre evidências das que não tem qualquer sustentabilidade. Para tal, a ação reflexiva requer abertura de espírito, responsabilidade e sinceridade.

Para Schön (1990) a ação reflexiva deve estar presente na formação dos profissionais, tendo em conta os contextos práticos reais, de maneira a criar condições para que os mesmos sejam capazes de responder aos desafios emergentes e tomar decisões em situações de incerteza, únicas e de conflito que caracterizam a realidade. Na sua perspetiva os estagiários devem aprender a fazer, guiados por educadores mais experientes (*coaching*). O ensino artístico (uma das áreas de estudo de Schön) privilegia a existência de um professor que guia o estudante (*coaching*) e enfatiza a aprendizagem fazendo. O estudante não é instruído sobre o que deve ou não fazer, mas sim treinado, aprende fazendo, num ambiente protegido, de forma a assumir os menores riscos possíveis.

Por outro lado, os/as entrevistados/as mais experientes consideram que proporcionar formação aos principiantes é uma forma de auto questionamento e aperfeiçoamento. Formar conduz a um pensamento reflexivo interativo, em que os profissionais questionam sobre o que fazem e desenvolvem a capacidade de transmitir aos principiantes o como fazer (*know-how*). Neste sentido, e na linha de Schön (1990), treinar ou formar novos profissionais pode ser considerado também como uma forma de aprendizagem para aqueles que são mais experientes.

[...]os voluntários e os estagiários, que vieram posteriormente a mim, [...] ao ter de verbalizar algumas coisas, também me ajudaram a pensar as coisas [...] Se calhar acaba também por ser uma aprendizagem, ajuda-me a pensar as coisas de outra forma ou a questionar outras coisas [...] (Filipa).

Mas é a experiência profissional que confere aos profissionais o grau de especialistas, sem a qual não deteriam conhecimento teórico sobre a área de intervenção, nem *Know-How*, tal como atestam dois dos entrevistados mais experientes:

[...] grande parte de tudo aquilo que aprendi, está bem que, sobretudo utilizando o bom senso e uma outra noção aprendida durante o curso, foi aprendido no dia-a-dia com as pessoas (...) características de bom senso e bem estar com elas [...] acho que depois as questões mais teóricas podem ser enquadradas na prática, mas a parte prática é mais fundamental, eu acho, para este tipo de trabalho (Pedro).

[...] quando fui para isto não tinha formação académica nenhuma, cai de paraquedas, [...] Não, não sei a área, não sei, eu por mim vou pela experiência pessoal e não pela área académica. A minha formação é mais profissional do que académica, nesta área (Carlos).

Várias formas de aprendizagem que tem por base a experiência são de grande aceitação nos currículos académicos e dos programas profissionais (Kolb, 1984). Para que exista produção de conhecimento em contexto real de trabalho, torna-se necessário que a ação do trabalho se transforme num ato de formação/treino, implicando para o efeito a análise, estudo ou pesquisa sobre essa ação. A produção de conhecimento pelo principiante é então usada como uma ferramenta direta de produção de competência (Barbier, 1996).

Perfil idealizado do profissional de *outreach*

Neste ponto abordamos as características que os/as entrevistados/as consideram que os profissionais de *outreach* devem possuir, encontrando-se agrupadas em competências sociais e pessoais (*soft skills*) e competências teórico-práticas (*hard skills*). A competência pode ser entendida como a habilidade para operacionalizar um conjunto de conhecimentos, atitudes e aptidões numa situação única e complexa, no sentido de fornecer uma resposta efetiva (Perrenoud, 1996); ou, como a combinação (não a soma) de recursos que o profissional mobiliza para a ação (Le Boterf, 2003). Na mesma lógica, Terssac (1996) entende a noção de competência como aquela que permite pensar a relação entre o trabalho e os saberes do profissional. Assim, o sucesso da performance profissional depende da articulação entre o conhecimento e a experiência prática.

Os/as entrevistados/as, independentemente do seu nível de experiência, são unânimes quanto à obrigatoriedade do profissional de *outreach* possuir determinadas competências sociais e pessoais, e teórico-práticas. Como competências pessoais e sociais entendemos o conjunto de habilidades comunicacionais que agilizam o relacionamento

interpessoal, entre as mais verbalizadas encontramos as seguintes: empatia, atitude de não julgamento, verdadeiro e espontâneo, não preconceituoso, acreditar no que faz, à vontade consigo próprio e com o contexto de rua, vontade de aprender, paciente, comunicativo, capacidade de improviso, saber estar, entre outros, ou seja, ingredientes essenciais para o estabelecimento de uma relação positiva, centrada na pessoa (Le Boterf, 2003; Marques et al., 2013; Mikkonen et al., 2007; Rogers, 1985; TAMPEP, 2009). Nas competências teórico-práticas incluímos as competências técnicas que lhe permitem o *know-how*, os conhecimentos em áreas díspares como a saúde – mental, sexual e reprodutiva – jurídica ou psicossocial. Esta perspectiva encontra-se em consonância com a de Mikkonen et al. (2007) que defende que o profissional de *outreach* deve ter determinadas qualidades de personalidade que permitam o estabelecimento de relação com os outros, bem como adquirir competência e conhecimento (análise, compreensão e relato), e *Know-How* (conhecimento prático e teórico, competências comunicativas e cooperativas). O profissional de *outreach*, conforme a sua área de formação de base, deve desenvolver atividades específicas no âmbito da redução de riscos; possuir um vasto conhecimento em vários domínios (sexualidade, saúde, legislação, entre outros); e ter determinadas competências e atitudes (Marques et al., 2013).

[...]São aquelas pessoas que eu costumo dizer que têm de ser pessoas grandes. Têm mesmo que ser pessoas grandes. Grandes em que sentido? São pessoas, primeiro que não têm o preconceito que eu tinha à partida e se o tiverem, antes de irem para a rua, saberem ou já terem uma formação, alguma coisa que permita, que este preconceito não seja percebido. Depois tem de ser um excelente comunicador. A forma como o comunicar leva a conseguir chegar até elas [...] (Leonor).

Limitações do profissional de *outreach*

Os/as entrevistados/as identificaram limitações que se situam nas duas dimensões já mencionadas: competências sociais e pessoais, e teórico-práticas, conforme podemos constatar na tabela 29.

Tabela 29. Limitações do profissional de *outreach*

Limitações	Nível de Experiência			Total
	Principiante	Intermédio	Avançado	
Competências sociais e pessoais				
Ausência de perfil	0	1	0	1
Medo	0	1	0	1

Insegurança técnica	1	1	0	2
Competências teórico-práticas				
Falta de experiência na área	1	0	0	1
Falta de background teórico	0	1	0	1
“Superioridade técnica”	2	0	0	2

Alguns entrevistados/as reconhecem as suas limitações, principalmente os menos experientes, que consideram não ter perfil para este trabalho, sentem medo de o exercer e insegurança técnica quanto às suas capacidades pessoais.

Provavelmente digo que estou a ocupar um lugar que não é, que não sou a pessoa mais indicada. Mas também sempre disse, no dia em que encontrar alguém mais indicado, encaminho para cá e dou o meu lugar (Leonor).

Adicionalmente, referem ainda a falta de experiência prática e de *background* teórico como limitações. Acrescentámos o item “superioridade técnica” para designar afirmações que surgiram da parte das entrevistadas principiantes para situações em que é verbalizado de forma camuflada o poder que os profissionais exercem sobre os utentes, valorizando o grau académico em detrimento do conhecimento das TS. Parece paradoxal, porque surge entre as principiantes, mas, por outro lado, parece referir-se a uma vontade de melhor poder ajudar. Provavelmente, as principiantes não estão conscientes deste pensamento, nem da sua perigosidade em termos relacionais. No entender das entrevistadas principiantes, os profissionais são fundamentais porque têm as respostas que as pessoas precisam, sem os quais não seriam capazes de autonomia.

[...]aquelas pessoas precisam muito de conversar connosco, de nos contarem os problemas deles e estão à espera que nós o possamos dizer que não é só aquela perspetiva que eles estão a ver, que têm várias [...] conseguir dar um feedback correto às utentes, dar-lhes aquelas perspetivas, diferentes perspetivas que elas às vezes não conseguem alcançar[...]precisam de alguém com quem, lhes diga 'olhe, pode ser como estás a dizer, mas também pode ser de forma diferente[...] (Alexandra).

Se não formos nós técnicos, quem é que as vai ajudar, não é? [...] Nós, os técnicos ajudamos nessa ligação entre a prostituta e o serviço que ela pretende. Essa dificuldade delas chegarem, e muitas talvez não têm também o nível de escolaridade que permite desenvenilhar e chegar até lá, e nesse sentido os técnicos também se tornam fundamentais, não é? (Cláudia).

Para finalizar, transcrevemos um excerto que nos parece ilustrar de forma mais clara esta pretensão técnica, em que nos deparamos também com a paradoxalidade e com a

necessidade do reconhecimento do trabalho por parte dos utentes relativamente aos profissionais.

Acho que um técnico não é para estar lá sempre. Um técnico é fundamental, não sei se me estou a explicar bem, mas temos de acompanhá-las, mas também temos que capacitá-las para elas seguirem o seu caminho e conseguirem fazer as coisas, porque nós não vamos estar toda a vida com aquelas pessoas. E eu quero que elas digam daqui a uns anos, OK ‘fazemos isto mas foram aquelas pessoas que me ajudaram, que me transmitiram as competências essenciais’, porque um técnico é isso, um técnico não é só para resolver os problemas dos outros, também é capacitar as pessoas para resolver os seus próprios problemas, nós não vamos fazer as coisas por elas, vamos ajudá-las a conseguir alguma coisa [...] (Cláudia).

Em suma, os profissionais de *outreach* estão cientes da complexidade do seu trabalho e dispostos a adotar práticas reflexivas que lhes permitam agir de forma adequada perante situações de grande incerteza e imprevisibilidade. Para estes, o educador em contexto de *outreach* deve apresentar determinadas competências, como as seguintes: 1) sociais e pessoais (atitudes e crenças). Nesta categoria, encontrámos competências comunicacionais que agilizam o relacionamento interpessoal; 2) conhecimento teórico e prático. Por outras palavras, o *Know-How* ou conhecimento especializado em várias áreas, como a saúde – mental, sexual e reprodutiva – a jurídica ou a psicossocial. Os menos experientes apontam a falta de competências teórico-práticas, que parecem interferir com a autoconfiança e a perceção do *outreach*.

Nesta sequência, consideramos importante a definição de um perfil bem como de uma identidade profissional para os profissionais que trabalham em contexto de *outreach* com populações ditas de difícil acesso. Esta definição poderia contribuir para um aumento de confiança, bem como para a melhoria dos serviços prestados. Neste âmbito, ressalvamos que foi já elaborado um documento que estabelece o perfil profissional do profissional de *outreach* em contexto da redução de riscos (Marques et al., 2013). Este documento elenca uma série de atividades, conhecimentos, atitudes e competências que devem fazer parte do profissional de *outreach* em contextos de redução de riscos (toxicod dependência, trabalho sexual, consumo de drogas em contextos recreativos, etc.).

Tendo em conta o papel da educação e da formação contínua, os/as participantes defendem uma educação baseada na competência associada com a experiência (Kolb, 1984). Os estagiários têm a possibilidade de integrar equipas de profissionais mais experientes que os guiam em novas aprendizagens através da prática e de vários níveis de reflexão relativamente à mesma, o que transforma as equipas de *outreach* em autênticas

comunidades de aprendizagem (Lave & Wenger, 1999). Adicionalmente, estes processos de ensino-aprendizagem não se processam de forma unilateral ou hierarquicamente, a aprendizagem também ocorre para os mais experientes, que refletem sobre as teorias-em-uso e aperfeiçoam a sua prática através da reflexividade (Schön, 1990), numa relação de ensino-aprendizagem horizontal, tal como postula Freire (1972).

Os resultados apresentados são consistentes com a literatura que defende uma prática crítica e reflexiva (Barbier, 1996; Freire, 1996; Nóvoa, 1992; Parker, 1997; Schön, 1983; Zeichner, 1993); experiência profissional como uma fonte de aprendizagem e conhecimento; e a produção de competência e transformação da identidade (Barbier, 1996; Canário, 1999; Cornu, 2003; Kolb, 1984; Lave & Wenger, 1999; Schön, 1990). E ainda, são consistentes com as diretrizes de várias entidades a nível dos serviços dirigidos a TS (Mikkonen et al., 2007; TAMPEP, 2009; UK Network of Sex Work Projects (NSWP), 2008).

Concluimos que o profissional de *outreach* pode ser considerado um educador reflexivo (Schön, 1983) no contexto de trabalho sexual de rua. O conhecimento académico é definido como importante, mas não como suficiente, dado que na maioria das vezes não se aplica em situações de incerteza, instabilidade, únicos e de conflito de valor, isto é, situações quotidianas. Uma atitude reflexiva pode permitir construir pontes entre o conhecimento académico e as práticas profissionais, uma vez que refletir sobre e em ação congrega diversas dimensões de conhecimento, bem como ajuda a desenvolver competências interpessoais para lidar com situações de complexidade. A rua é local de ensino-aprendizagem, numa interação dinâmica e recíproca, e o profissional de *outreach* é um profissional da relação.

7. Reinterpretação individual e conjunta dos resultados

Os resultados das entrevistas foram tratados pela facilitadora e devolvidos a todos os participantes, individualmente a oito TS e em contexto de grupo com os profissionais de *outreach*. Para o efeito, agendámos um encontro, ao qual compareceram quatro elementos da equipa técnica e apresentámos, com recurso a slides, os resultados das entrevistas, para serem discutidos e reinterpretados conjuntamente.

A partir da avaliação da opinião das TS e das suas sugestões para ação: intervenção na toxicod dependência, coordenação entre equipas, promoção de mais iniciativas centradas na saúde e na cidadania, combate ao proxenetismo (exploração) e violência contra as mulheres – e dos próprios testemunhos da equipa técnica foram discutidas diversas estratégias de ação e definidas prioridades. No quadro 6, apresentamos as diversas áreas de intervenção definidas como prioritárias pelas TS, com os argumentos dos profissionais que justificam a sua pertinência, sugestões práticas de ação, identificação de constrangimentos e estabelecimento de prioridades.

Quadro 6. Processo coletivo de tomada de decisão

Id. Área de intervenção	Argumentos	Sugestão prática	Constrangimentos	Prioridade
Educação Cívica (relacionada com o facto da ET considerar que as TS apenas reivindicam direitos, sem apresentar compromisso com os deveres)	- Descrição de relação negativa com os assistentes sociais. - Solicitação de mais apoios extra rua – mas não comparecem/comprometem com a ET.	- Disponibilizar ET para serviço móvel em local a designar pelas TS.	- Falta de adesão às atividades na sede.	1
Educação Saúde	- Uso inconsistente do preservativo.	- Promover a discussão de comportamentos de risco vs seguros. - Reforçar EpS individualizada.	(não foram apontados)	2
Intervenção na Toxicod dependência	(não foram apontados)	- Distribuição de seringas. - A instituição encontra-se a protocolar para o PTS.	- Escassez de recursos humanos para uma resposta efetiva.	3
Combate à violência	- Reconhecimento de exposição a situações de violência.	- Sessões de defesa pessoal.	(não foram apontados)	4
Articulação com outras equipas	- Reconhecimento de muitas equipas a intervir com a mesma população. - Articulação beneficiaria instituições/equipas.	- Estabelecer canais de comunicação e articulação (negociar dias e horários diferentes).	- Dificuldades de comunicação. - Prestação de serviços de carácter assistencialista, por parte das outras equipas.	Prioritário mas inexequível
Combate ao proxenetismo	(não foram apontados)	(não foram apontados)	- Dificuldade em distinguir o tipo de relação estabelecida entre TS e proxeneta. - Implica trabalho com as autoridades, o que pode comprometer relações de confiança.	Inexequível

Ações centradas na educação para a cidadania – Os/as profissionais consideram que as TS apenas reivindicam direitos sem mostrar comprometimento com deveres. Relacionada com esta questão, encontra-se a interpretação da relação negativa reportada pelas TS com as assistentes sociais como uma forma de não reconhecimento de deveres, obrigações e responsabilidades. Os/as participantes consideram necessário compreender se existe de facto discriminação ou se os profissionais dos serviços formais se encontram simplesmente a desempenhar as suas funções. Por outro lado, não excluem os efeitos da discriminação e, por isso, a importância de compreender o contexto em que as TS se sentem julgadas, dado que muitas vezes a vitimização surge como uma estratégia para preservar a identidade da pessoa estigmatizada (Goffman, 1975).

Como é que foram julgadas? Porque é assim, eu ser assistente social do tribunal de menores e tirar-te o filho porque tu estás sempre na rua e o teu marido é toxicod dependente, portanto não tens condições para teres os filhos. Tu podes ver isso como uma atitude de julgamento por seres prostituta. Temos que ver outra coisa, tu és prostituta mas tens todas as condições e eu tiro-te os filhos porque és prostituta. Então, aí não, aí é uma atitude de julgamento, mas na outra já não é uma atitude de julgamento, é uma questão preventiva dos miúdos. [...] é esta questão que temos de explorar [...] (Carlos).

Algumas delas acham que têm direitos, ponto. E se não conseguem esses direitos nos *timings* em que querem, estão a ser julgadas, estão a ser discriminadas e ninguém faz nada por elas. E a doutora que era XPTO, porque até arranjou uma vez e agora não consegue arranjar...(Leonor).

As TS valorizam o trabalho de *outreach*, mas raramente procuram o apoio da instituição deslocando-se à sede, e não cumprem com os compromissos. Todos os participantes consideram o *outreach* importante, no entanto parecem ter ideias diferentes sobre o mesmo. As TS parecem entendê-lo como um fim em si mesmo (talvez prefiram usufruir dos serviços no seu local de trabalho pois é onde têm controlo, ou seja, é o local onde são elas quem define as regras, enquanto que num gabinete é o profissional). Em contraste, os profissionais de *outreach* entendem o *outreach* com uma dupla faceta: como um fim em si mesmo e como um meio para um fim (forma de suporte contínuo noutros contextos). Estas diferenças podem explicar a falta de adesão descrita pelos profissionais de *outreach*, e a desmotivação da equipa. De forma a resolver a falta de adesão às atividades, as/os participantes sugeriram um “meio-termo”: oferecer serviços de suporte psicológico em locais designados pelas TS.

[...]por exemplo, um dia por semana, uma hora, uma meia hora, ter um espaço. Por que é que elas não falam lá na pensão, arranjam o espaço para elas falar? Tem de partir da

iniciativa delas. E porque não serem elas a custear isso? [...] Agora se querem ter um espaço, por que não são elas a arranjar um sítio, um espaço para nós lá irmos? [...] nós temos o nosso espaço, ou vêm ao nosso espaço ou então elas, nós oferecemos equipa técnica e vamos ao espaço que elas têm de arranjar [...] elas arranjam o espaço, nós arranjamos a equipa técnica [...] elas também têm de se responsabilizar naquilo que querem (Joaquim).

Ações de promoção de saúde e de intervenção com toxicodependentes – A equipa não se surpreendeu com o pedido de mais apoios e de vigilância médica para as outras TS. Na altura em que este assunto foi debatido, tinham sido solicitados apoio financeiro para testagem do VIH e programa de troca de seringas. Do seu ponto de vista, as barreiras aos serviços formais de saúde estão sobretudo relacionadas com os horários de atendimento e não tanto com o estigma/discriminação, tal como as próprias TS refeririam não serem discriminadas, usualmente, nos serviços de saúde.

Os elementos da equipa referem que o facto de os clientes oferecerem mais dinheiro para não usar preservativos nas relações sexuais comerciais é uma evidência e acreditam que poderá estar relacionada com uma falha a nível da prevenção do VIH na comunidade e não tanto focalizadas nos/as TS. Porém, reconhecem a dificuldade no empreendimento de ações direcionadas a este público, o que justifica a focalização do trabalho de sensibilização junto dos/as TS.

Só que tu não consegues chegar à comunidade. À comunidade tu não consegues chegar. Consegues chegar a quem a comunidade usa. Os clientes não... vais estar ao pé da prostituta para falar com os clientes? (Carlos).

De uma forma geral, as TS parecem bem informadas sobre as formas de transmissão e prevenção do VIH (Sanders, 2006a; Ward et al., 2004), medidas profiláticas pós-exposição, uso consistente do preservativo, entre outros. Algumas assumem que desempenham um papel educativo junto dos estudantes, facultando-lhe preservativos. As características educativas atribuídas aos/as TS podem ser entendidas como uma forma de gestão da identidade (Brewis & Linstead, 2000) e outros estudos já haviam apontado o papel educativo que os/as TS assumem junto de clientes de sexo pago (Sanders, 2006a).

No entanto, em alguns momentos, partilham informação com a equipa de *outreach* que sugere que ou ainda existem falhas a nível informativo ou procuram racionalizar quando passaram por uma situação de risco, como é o caso do rompimento do preservativo. Por exemplo, Susana trabalha há mais de 10 anos na prostituição, tem muito conhecimento sobre sexo seguro e partilhou que pensava que a transmissão só era possível

através do sangue e relações sexuais se tivesse feridas. Ou Raquel que colocou papel higiénico dentro da vagina após o rompimento de um preservativo.

Combate à violência contra as mulheres – Os/as participantes consideram que, neste caso, a polícia desempenha uma papel importante, mas talvez insuficiente. A polícia garante, de alguma forma, a segurança das TS que operam na rua e estas, por sua vez, são informantes privilegiadas das autoridades. Sugerem sessões que compreendam a temática da defesa pessoal.

Elas sentem-se seguras pela polícia lá passar (Carlos).

E os polícias também gostam que elas lá estejam (Joaquim).

Nós vamos fazer uma escola para prostitutas para saber como se defender na rua, como viver, como gerir dinheiro (Carlos).

As TS apresentam também um papel importante a nível da segurança na rua, sobretudo à noite, como tivemos oportunidade de observar uma ocasião, em que Joana impediu que duas pessoas assaltassem um senhor idoso (DC n ° 126 | 20.11.2014). Portanto, muitas vezes os habitantes e comerciantes mantêm relações amistosas com as TS, porque as reconhecem como fatores de segurança e tornam-se seus aliados. Trata-se, de acordo com Oliveira (2011), de uma instrumentalização securitária, em que há um interesse por parte da população, mas a instrumentalização favorece a inclusão do grupo discriminado.

Articulação com outras equipas – Muito embora, de uma forma geral, todos concordem com a pertinência de articular esforços com outras instituições, consideram que o mesmo é inexecutável devido à competição que existe pelo financiamento.

[...] o ideal era haver uma articulação entre as instituições [...] haver um trabalho conjunto, isso é o ideal. Mas isso, nos próximos tempos, acho pouco provável [...] lá está, porque as instituições lutam entre elas para... isso é que faz sobreviver uma associação [fala que as outras instituições tem outros apoios mais sólidos, estrutura de suporte que eles não tem]. Elas quando falam de haver intercâmbio entre as equipas, também falam sobre isso para seu benefício (Joaquim).

Por outro lado, a tipologia de serviços prestados, centrados, habitualmente, no assistencialismo, isso é, de carácter caritativo, faz, no entender dos/as participantes, com que os utentes procurem mais essas instituições, do que aquelas que trabalham as questões relativas à saúde, numa lógica de empoderamento.

Isso é sempre um problema grave, que é a sobrevivência das instituições. E nós somos o elo mais fraco. É que não há dúvida nenhuma. Nós somos o elo mais fraco das equipas na rua (Pedro).

Combate ao proxenetismo – A equipa prefere não interferir por causa da dificuldade em distinguir o tipo de relação estabelecida entre TS e o proxeneta; denunciar às autoridades iria comprometer a confiança conquistada.

Tens de saber se o desenvolvimento disto, se o que elas estão a fazer é por coação [...], a maior parte das vezes é que isto é feito [com consentimento] (Leonor).

A representação social da mulher prostituta explorada por um homem, considerado “chulo” é um mito e raras vezes corresponde à realidade atual das ruas, em que a maioria é trabalhadora independente (Oliveira, 2011; Pheterson, 1993). As TS argumentam que ganham pouco e por isso não têm dinheiro para pagar a um chulo. Na verdade, diversos autores (Carmo & Fráguas, 2003; Pheterson, 1993; Ribeiro et al., 2008), assim como a nossa experiência, mostram que, quando existe chulo, a relação entre ambos é bastante mais complexa. Esta pode ser de medo, mútuo acordo ou relação afetiva. Sendo que nos casos de que temos conhecimento existe envolvimento emocional, algumas vezes associada ao medo; ou apenas profissional, isto é, o individuo é contratado e pago para atuar em situações de risco para a TS.

A equipa apresentou ainda preocupação relativamente ao envelhecimento das/os TS, pelo facto de não terem qualquer proteção na velhice, ao qual se encontra associada a preocupação com a falta de hábitos de poupança financeira.

Após elencar as situações-problema, tomar decisões quanto a exequibilidade e prioridades, os/as participantes sugeriram, como proposta final, discussões conjuntas entre equipa de *outreach*, TS e facilitadora para definir a intervenção/ação de forma colaborativa, sob a designação de “Escola para a Vida”. Esta proposta articula ações de educação cívica e saúde, com uma componente da responsabilização das TS.

[...] é uma coisa que acho que atravessa todos os projetos que nós temos, porque assim entra na educação sexual e reprodutiva[...] (Carlos).

Apesar de alguns profissionais concordarem que esta proposta poderia ser de implementação difícil, devido à falta de adesão às atividades anteriormente propostas pela equipa técnica, ficou acordado abordar as TS e sugerir estas discussões conjuntas com as prioridades, horários e locais negociados entre todos/as participantes.

Relativamente à devolução dos resultados às TS, foram efetuados, quer em contexto de rua no horário de trabalho sexual, quer noutros contextos, através de marcação de encontros informais noutros locais e fora do horário de trabalho das TS. Tendo em conta os resultados das entrevistas formais, foram estabelecidas as seguintes áreas prioritárias para a definição de estratégias de ação: 1) saúde (prevenção e testagem VIH/SIDA); 2) segurança (violência contra as prostitutas, combate a situações de coação e assaltos); 3) regulação do trabalho sexual; e 4) estigma. Referiram ainda que a falta de união entre as mulheres que trabalham na rua poderá constituir-se como um impedimento para a resolução destas situações.

Estas atividades de reinterpretação dos resultados permitiram sintetizar os aspetos mais prementes identificados pelos/as participantes. Encontrámos consenso e mútuo entendimento quanto às áreas que merecem mais atenção, como a saúde e a segurança ocupacionais. E, apesar da regulação do trabalho sexual e o estigma não estarem patentes no discurso dos profissionais de uma forma direta, são preocupações das TS, associadas às questões de saúde e segurança ocupacionais que, por seu turno, são uma preocupação conjunta. Nesta sequência, avançámos para a dinamização de sessões conjuntas (facilitadora, TS e profissionais da equipa de *outreach*) sobre as quais nos debruçamos no Ciclo 2.

8. Ciclo 2

O ciclo 2 da IAP é composto por três sessões conjuntas (facilitadora, TS e profissionais da equipa de *outreach*) de planificação, ação e reflexão, tendo em conta os temas definidos como prioritários pela equipa técnica e pelas TS, no final do Ciclo 1. Como já explicitámos, foi possível verificar consenso entre os/as participantes relativamente a importância de intervenção em áreas como a da saúde e a da segurança ocupacionais. Em seguida, descrevemos o processo e os resultados deste novo ciclo de planificação-ação-reflexão.

8.1. Agendamento de sessões conjuntas para discussão dos temas emergentes

Nas saídas que efetuámos no âmbito do *outreach*, fomos contactando as participantes que foram entrevistadas formalmente, bem como outras, que apesar de não terem participado na fase da planificação e da entrevista, mostraram interesse em contribuir com a sua opinião. Nesta fase, já tínhamos perdido contacto com algumas TS que participaram em atividades do Ciclo 1. Temos conhecimento que umas mudaram de zona e horário de trabalho, e outras interromperam temporariamente a atividade.

Assim, contactámos três pessoas (Carina, Fernanda, Diana) por telefone e cinco pessoalmente (Susana, Liliana, Raquel, Joana e Patrícia), no sentido de agendar uma primeira reunião. Destas, apenas três (Susana, Patrícia e Fernanda) confirmaram a vinda, as outras não deram certeza. No próprio dia agendado, encontramos a Diana que nos disse que passaria mais tarde, depois de resolver uns assuntos. Antes de iniciarmos, a Patrícia ligou para avisar que não podia estar presente e, no final a Raquel enviou sms a pedir *feedback* do encontro. Susana afirmava que não ia aparecer ninguém, porque as TS não têm interesse em resolver as situações, no entanto trouxe participantes para a sessão. Apesar da pouca adesão à sessão, esta mostrou-se bastante produtiva, com momentos de reflexão e planificação para tomar ação sobre as áreas mais prementes.

Em suma, para a primeira sessão de discussão conjunta, contactámos oito TS e três comparecerem. Todas as participantes que faltaram justificaram a sua ausência, no próprio dia através do telefone ou nos dias posteriores pessoalmente em contexto de equipa de rua. Os motivos apontados relacionavam-se com questões pessoais ou familiares (por exemplo, cuidar dos filhos ou má disposição). Dois profissionais da equipa técnica e a facilitadora estiveram presentes nesta discussão, perfazendo um total de seis participantes.

A localização do encontro foi discutida com as participantes. Algumas sugeriram que o encontro fosse na rua, outras no café e outras ainda na sede da instituição. As duas primeiras sugestões foram descartadas porque as participantes entenderam que não podiam conversar à vontade e, portanto, ficou acordado realizar a reunião na sede da instituição. Joana sugeriu um lanche para cativar e incentivar a participação.

8.2. Primeira discussão conjunta: centrada na saúde

O objetivo desta sessão consistia em devolver os resultados das entrevistas efetuadas, hierarquizar prioridades de intervenção e delinear estratégias/ações a implementar, agora na presença da facilitadora, das TS e das profissionais de *outreach*, isto é, na acoplagem das diversas protagonistas. A devolução dos resultados permite uma confirmação (ou não) por parte das participantes relativamente à interpretação subjetiva e confronto com outras lentes de leitura, promovendo multi perspectivas sobre um determinado assunto. Possibilita também uma dinâmica grupal de estabelecimento de pontos concordantes e discordantes que, através de reflexão e debate, permitem encontrar entendimentos comuns sobre os quais se enceta um plano de ação, com vista à mudança. Foi sobretudo neste momento que as participantes fortaleceram o papel de co investigadoras porque, por um lado, interpretaram os resultados à luz da sua experiência, refletiram sobre os mesmos e contribuíram para uma ampliação do conhecimento e, por outro lado, tomaram um papel ativo na tomada de decisão, na resolução de problemas e na planificação de atividades para ação.

Na primeira sessão, utilizámos uma apresentação visual das reinterpretações. Fizemos fotomontagem de jornais estrangeiros com imagens associadas aos temas identificados: saúde – toxicodependência e uso do preservativo (clientes oferecem mais dinheiro para não usar e as TS não são honestas quando dizem que recusam); violência contra as mulheres e opressão (agressão física e psicológica, e proxenetismo); insegurança na atividade (assaltos); estigma/discriminação; união de mulheres/força. Optámos por recorrer a esta técnica por diversos motivos, a saber: 1) é uma forma de validar a interpretação dos resultados. A imagem escolhida procurou ser uma síntese da interpretação inicial dos resultados, pelo que o reconhecimento por parte das participantes, aumenta a credibilidade; 2) como a imagem é uma linguagem universal pode ser interpretada facilmente por iletrados e estrangeiros que não dominem a língua portuguesa; 3) algumas participantes costumam comentar notícias do jornal com bastante frequência, e 4) permite outros “pontos de vista”, outras formas de olhar sobre o mesmo objeto. Por outro lado, pareceu-nos que esta forma é mais interativa e dinâmica, e portanto mais adequada para pessoas que não estão habituadas a estar numa “sala de aula”, do que uma exposição de slides que tende a ser unidirecional, expositiva e pouco participada pelo

conjunto. No sentido de promover a horizontalidade, dispusemos a sala com cadeiras em círculo, sem mesas.

Após a contextualização da atividade, a facilitadora sugeriu que escolhessem uma imagem que melhor refletisse a sua preocupação atual relacionada com o trabalho sexual na rua, no sentido de encontrar acordo sobre a área prioritária de ação e a partir daí definir estratégias de intervenção num processo conjunto e colaborativo.

Figura 3. Exemplos de fotomontagem



As participantes escolheram os jornais com imagens alusivas ao uso de preservativo, seringas e discriminação associada ao VIH (fig.3). A preocupação com a toxicod dependência esteve presente sob uma dupla faceta: a adição em si e a partilha de seringas como forma de transmissão de VIH, sobretudo numa das participantes, que tem historial de toxicod dependência.

Eu tirei esta porque hoje em dia há muita partilha de seringas, pronto, as pessoas não (pausa), não querem saber se vão apanhar alguma coisa, estás a entender? Pronto, e acho que é uma imagem tocante, para mim é uma imagem tocante porque eu já lá passei. Já lá passei e sei. [...] A toxicod dependência, pronto, quando uma pessoa está drogada e isso não pensa nas consequências, naquilo que está a fazer ou... depois há pessoas que pensam e depois arrependem-se (Carla).

A infeção pelo VIH é uma preocupação recorrente entre as TS, pelo que o diálogo, inicialmente centrado na toxicod dependência, direcionou-se naturalmente para aspetos relacionados com as IST, onde se incluem outras infeções além do VIH e a discussão sobre o uso consistente e apropriado do preservativo.

Não é só o HIV, é a Hepatite C, a B, não é? (Ana)

As participantes falam das dificuldades sentidas na negociação de sexo seguro com os clientes e as estratégias que encontram para persuadi-los. Voltam a referir que alguns

clientes oferecem mais dinheiro para não usar preservativo, alegando ser apertado, não sentir prazer, fazer alergia, entre outras, e muitas TS aceitam essa condição, o que coloca em perigo todas/os TS, o próprio negócio e outras pessoas (companheiros/as dos clientes). Para lidar com esta situação as participantes referem que tentam negociar sexo seguro e só prestam o serviço nas condições que impõem, independentemente do dinheiro a mais em jogo.

Atrás de um camião vem outro. Eu consigo dar a volta aos gajos [...] é dinheiro na mão, cu no chão (Carla).

Eu digo-lhe que aquilo é da cabeça deles, é psicológico. ‘Vamos tentar e você vai ver’. E eles acabam por... prontos. ‘E então, custou alguma coisa?’ Ainda há coisa de dois dias, ele estava a dizer que não conseguia, não conseguia, e eu disse: ‘conseguiu ou não conseguiu? Isso é tudo da vossa cabeça’ (Susana).

É assim, eles perguntam-me o preço, perguntam sem camisa. Eu digo o que tenho a dizer, há uns que vão, há outros que não. E quando eu vou eu digo que faço. Se eles não perguntarem nada, vou, recebo sempre o dinheiro em primeiro lugar, mas depois eles não voltam lá mais, te garanto que não voltam lá mais (Ana).

Referem ainda que apesar de existir muita informação sobre as formas de transmissão do VIH, alguns clientes e TS têm ideias erradas. Por exemplo, Susana referiu que algumas TS usam lixívia misturada com incenso como desinfetante ou colocam toalhetes na vagina para prevenir a infeção pelo VIH.

Olha, a Lia diz que o oral faz sem camisa. Prefere fazer o oral sem camisa do que dar um beijo na boca. Eu já lhe disse que através do oral também se pode apanhar HIV e isso tudo. Diz que a médica dela diz que um toalhete Dodot, ponha lá dentro rosque, rosque, que mata os micróbios todos. Outra lá também disse que lixívia numa garrafinha com perfume, que se lava, que também mata tudo. Por amor de deus! E são pessoas que estão a quase com 60 anos (Susana).

No entanto, apesar de existirem ideias erradas sobre as formas de transmissão de IST, Susana e Carla acreditam que as colegas aceitam correr riscos por causa do dinheiro, não por falta de informação.

A informação sobre formas de transmissão e prevenção do VIH e outras IST é, por isso, considerada suficiente e as participantes entendem que detêm conhecimento sobre o assunto, no entanto umas parecem mais esclarecidas sobre o uso apropriado e consistente do preservativo do que outras, o que conduziu à discussão de como o preservativo é usado, tendo em conta os diversos serviços sexuais que são prestados, designadamente oral e vaginal, com o mesmo cliente.

Têm-se que mudar a camisa! Por exemplo, se estivermos 10 minutos, eu mudo. Eu mudo a camisa, não deixo estar a mesma camisa, pode romper ou assim. Tenho sempre cuidado nisso (Carla).

Para o oral meto um preservativo, estás a perceber? E depois para o vaginal meto outro preservativo, estás a perceber? Pronto, depois às vezes os gajos vareiam-se, lá eu tenho de mudar o coiso... (risos) (Susana).

Filipa alerta para a importância de mudar de preservativo em cada tipo de relação sexual, reforçando o comportamento preventivo adequado de Susana. Carla, como desconhecia que devia ter esse cuidado, compreendeu a importância de o fazer numa próxima situação de sexo comercial. Ana abordou também os vários tipos e tamanhos de preservativos que algumas participantes desconheciam que existia.

As participantes TS assumem que elas próprias têm um papel educativo junto dos clientes de sexo pago, por exemplo, através da prestação de informação sobre as IST. As TS, que atendem em pensões, costumam ter cuidados higiénico, isto é, lavam os clientes e examinam-nos, no sentido de encontrar sinais de doenças venéreas, embora saibam que nem todas as doenças apresentam sintomas.

Eu quando vou para o quarto gosto de me lavar primeiro e gosto que o homem também se lave. Quando é no carro, eu ando sempre com os dodots atrás (Susana).

Um homem pode ter boa aparência e ter HIV (Ana).

Filipa informou sobre outros serviços disponibilizados pela equipa de *outreach*, designadamente o teste rápido de VIH – a única forma de esclarecer a seronegatividade – que foi incluído recentemente como resposta da instituição às solicitações dos/as utentes.

Como forma de solucionar a insistência dos clientes para não usarem preservativo, Susana sugere que a equipa de *outreach* dê uma palestra, nos locais onde se reúnem mais clientes de sexo pago.

Susana – Uma palestra no largo das meias. (...) aquilo que vocês estão aqui a aconselhar e tudo, devia ser com os homens, estás a perceber? Com os tais que querem sem camisa, a ouvir, prontos, porque estão-se a matar a eles e vão matar quem têm em casa.

Marta – Como é que vocês acham que podíamos chegar aos clientes? A esses que querem fazer sem preservativo?

Carla – Parando ali.

Marta – Acham que eles queriam conversa connosco?

Ana – É complicado, iam ser confundidas com prostitutas!

[Susana conta uma história em que houve uma situação semelhante e respondeu a um cliente: “se a tua mãe estivesse aqui ao meu lado também era puta?”]

Apesar de as TS considerarem que assumem um papel educativo no âmbito da saúde junto dos clientes (Sanders, 2006a), com conhecimento e experiência na área da saúde sexual, provavelmente devido ao estigma, pensam não ter credibilidade suficiente e, por isso, sugerem que sejam os profissionais a assumir esse papel. Mas, se os profissionais são confundidos com prostitutas, logo também são desacreditados (Goffman, 1975).

Na discussão de ideias percebemos que seria difícil conseguir a atenção dos clientes de sexo pago através desta primeira sugestão. Muito embora tivéssemos conhecimento de instituições em Portugal com programas educativos dirigidos a essa população, conforme explicitamos no estudo preliminar, bem como estudos que sugerem esse tipo de intervenção socioeducativa, no âmbito da prevenção da violência e promoção de sexo seguro junto de clientes (Pyett & Warr, 1997).

Reforçamos o reconhecimento das competências no âmbito da EpS por parte das TS e discutimos de que forma poderiam ser rentabilizadas para o desenvolvimento de ações de EpS junto dos clientes. Foi sugerida a distribuição de panfletos informativos aos clientes que recusam usar preservativo. Todas concordaram com esta segunda ideia e as TS levaram panfletos já existentes do Programa Nacional para a Infecção VIH/SIDA. Ficámos de voltar a conversar sobre os resultados desta ação/reação dos clientes a esta iniciativa.

Nesta primeira sessão, para além de termos focado aspetos relativos à saúde, através da partilha de dúvidas e da desmistificando de conceitos erróneos, debatemos as razões para a falta de participação de outras TS. Todas as participantes consideram importante a discussão conjunta e lamentam a fraca adesão à mesma. De acordo com as participantes, a baixa adesão a iniciativas conjuntas encontra-se relacionada com a falta de interesse em resolver problemas, e com a crença que muitas colegas não usam preservativo nas relações comerciais e não querem ser nem identificadas nem confrontadas com essa questão numa sessão conjunta.

Se aparecesse aqui alguma que eu sei que faz sem camisa, eu estava disposta, se ela dissesse que fazia com preservativo, se eu tivesse a certeza que ela faz sem preservativo, eu desmentia aqui, na cara (Susana).

Não, porque agora ali cada um luta por... e se puderem pôr a outra abaixo de cão (...) podem fazer de nossas amigas e depois vão falar bué de mal ao cliente, para o cliente não sair com a gente, sair com elas (Carla).

As participantes lamentaram o facto de não terem comparecido mais TS, embora já soubessem que isso ia acontecer.

Eu já sabia Marta, eu já tinha prevenido que ninguém aparece (Susana).

No final refletimos sobre a forma como decorreu a sessão, as participantes valorizaram o encontro e avaliaram-no de forma positiva, como um momento de aprendizagem e reflexão, sobretudo a nível das práticas de sexo seguro.

Às vezes mais vale poucas mas boas. Eu gostei de falar. Sempre me informaram de mais qualquer coisa, mudar na forma de oral e vaginal, sempre aprendi mais qualquer coisa (Carla).

Em síntese, nesta sessão, para além de termos cumprido com os objetivos traçados, esclareceu-se dúvidas sobre o VIH; divulgou-se a disponibilização do teste de VIH e definiu-se uma estratégia de intervenção junto dos clientes, em que as TS reconhecem o seu papel de educadoras junto dessa população. As participantes mostraram-se disponíveis para participar num novo encontro e gostariam de poder contar com mais participantes, sobretudo TS, uma vez que a falta de uma maior adesão foi apresentada como o principal constrangimento para a discussão das temáticas priorizadas. Como sugestões para a ação, surgiram duas ideias relacionadas com questões de saúde: 1) a equipa de *outreach* podia apresentar uma palestra sobre VIH a clientes de sexo pago; e 2) as TS, enquanto educadores de clientes de sexo pago, podiam distribuir panfletos informativos aos clientes que recusam usar preservativo. Todas concordaram com a segunda ideia e as TS levaram panfletos já existentes do Programa Nacional para a Infeção VIH/SIDA. Para combater a falta de participação das TS, concordaram que todas têm as mesmas preocupações, mas a rivalidade e competição por dinheiro são barreiras à coesão. Sugeriram, no entanto, agendar outra sessão.

Apesar de a sessão ter tido um número limitado de participantes, foi produtiva. Primeiro porque incluiu a perspetiva de uma toxicod dependente; segundo, a sessão foi focada na EpS, o que permitiu maior interação entre as participantes e o reconhecimento das suas competências enquanto profissionais do sexo; terceiro, chegámos a uma proposta concreta para ação, relacionada com ambos os tópicos em discussão. As profissionais da equipa de *outreach* destacaram que apesar das iniciativas de EpS que têm empreendido, pouco é conhecido sobre a forma como os preservativos são usados. Esta sessão permitiu refletir sobre as suas ações na rua e sobre as inconsistências no uso do preservativo. As

profissionais de *outreach* desempenharam um papel importante na discussão relativa a sexo seguro, o que funcionou como alavanca de motivação para a promoção de mais ações similares. A valorização da aprendizagem pela experiência e a vontade de partilha que todas participantes demonstraram, bem como o à vontade para expor dúvidas, tornou a sessão num local de encontro de aprendizagens mútuas num ambiente colaborativo e não formal.

Contacto através de *outreach* e/ou telefone

Estabelecemos contacto em contexto de rua e por telefone com as TS que não compareceram à primeira sessão, no sentido de perceber os constrangimentos/impedimentos que surgiram e tentar encontrar soluções conjuntas.

A deslocação aos serviços já havia sido apontada como uma dificuldade pelos profissionais quer da instituição com a qual desenvolvemos este projeto, quer pelos das instituições entrevistadas para o estudo preliminar. As próprias TS valorizam o *outreach* e a relação com as equipas, mas não requisitam outro tipo de serviços extra. Algumas sugestões para as sessões conjuntas foram no sentido da sua realização noutros locais que não a sede da instituição. Há quem tenha apontado a distância, muito embora a sede fique a cerca de 10 minutos a pé da Estação de Coimbra A, zona onde costumam trabalhar. Muitas, ainda, assumiram que ninguém ia comparecer e por isso verbalizaram que não valia a pena ir. Para Joana, que não compareceu, um encontro com apenas três TS é um fracasso. As TS não acreditam nas suas colegas, e pensam que uma reunião é uma perda de tempo. Deste modo, cumprem com a sua profecia.

Esta falta de confiança parece ser dos fatores mais impeditivos a uma maior participação, ao qual se juntam outros como a falta de organização do trabalho sexual; a falta de lideranças reconhecidas; o conflito territorial, por causa de lugar, preços e uso de preservativo; conflito com as toxicodependentes e com as que estão sobre controlo de proxenetas. Verificámos ainda uma dimensão relacionada com a identidade: “putas” são sempre as outras, ou seja, as TS tendem a rejeitar a identificação como prostitutas, embora a assumam em alguns momentos – o que parece demonstrar, mais uma vez, a ambiguidade relativa ao trabalho sexual e o peso do estigma que recai sobre ele. Para as TS existem tipos de prostitutas diferentes, não se reveem como um todo, como iguais ou com situações idênticas. Não existe uma identidade profissional, sentimento de compreensão/empatia, na

verdade parece que se detestam umas às outras, como se no fundo lhes custasse admitir para si próprias o outro como seu espelho. Possivelmente esta atitude pode estar associada a um mecanismo para lidar com o estigma de prostituta, uma forma de lidar com a atividade que exercem, de se protegerem da violência e discriminação que acarreta a venda de sexo nas ruas. O facto de não se falarem ou de existir conflito aberto entre algumas delas parece também ser o principal obstáculo.

Porém, constatámos que as TS mostravam interesse e perguntavam pelos encontros, justificavam as ausências e contribuía individualmente para as questões que lhes são prementes. Elas verbalizaram a vontade de uma maior união e coesão entre TS, e de igual maneira levantaram obstáculos à sua concretização. A solidariedade, como já vimos, existe, embora em alguns casos seja volátil.

8.3. Segunda discussão conjunta: centrada na violência contra TS

Agendámos outra sessão e apenas uma participante TS (Raquel), duas profissionais de *outreach* (Filipa e Rosa) e a facilitadora compareceram, muito embora algumas das TS que faltaram tivessem tido o cuidado de avisar no próprio dia que não estariam presentes.

Apesar de contarmos ainda com um número mais reduzido de participantes nesta sessão, centramos a discussão nas questões relacionadas com a violência contra as prostitutas. Raquel tinha tido uma experiência na noite passada e quis partilhar. Abaixo transcrevemos o registo:

Estivemos a falar sobre o que lhe aconteceu na noite passada: foi violentada por um cliente, que a colocou manietada e de olhos vendados na mala do carro. Foi batida, obrigada a fazer sexo oral sem preservativo e agredida na vagina, com penetração dos dedos – o homem usava os dedos para penetrar e depois dava-lhe a lamber. Não lhe doeu nada no momento, apenas quando lhe apertou uma mama, mas quando tomou banho doía-lhe tudo, estava muito dorida, incluindo na parte genital. Não entende como não lhe doeu nada na altura, nem como conseguiu agir da forma que agiu. Depois de ter sido colocada na mala do carro, manietada, conseguiu tirar as amarras e fugir, ainda lutou com o sujeito. Andou desde as 23h até perto das 2h da manhã na mala do carro. O agressor parou na zona de Cantanhede, onde Raquel conseguiu pedir auxílio numa zona habitacional. Esteve com a GNR, apresentou queixa. As pessoas que lhe prestaram auxílio estiveram com ela, ofereceram-lhe chá, comida e cigarros, os polícias também foram atenciosos. Contou a história às pessoas que a ajudaram, elas acharam-na estranha, porque ela não foi capaz de dizer que era prostituta. Quando a polícia chegou também não queria dizer à frente da rapariga que a ajudou, mas depois explicou tudo. Não considera que tivesse sido tratada diferente por ser prostituta, o polícia inclusive “fechou os olhos” ao facto de estar em situação ilegal. Deram-lhe boleia para Coimbra e o caso passou para a PJ. Esteve na medicina legal, onde foi examinada. Diz que se “borrou e mijou toda”, mas manteve sangue frio e não consegue perceber porquê. Não dormiu, nem comeu nada. Não tem sono nem fome, não quer nada.

Tem conhecimento que esta situação já aconteceu a outras mulheres, a polícia já tem um suspeito. Sabe que isso aconteceu à Carina, mas não fala com ela. Sabe dessa história porque a Liliana lhe contou. Hoje veio à sessão, na esperança de encontrar algumas delas que a pudessem ajudar a reconhecer o agressor, porque ela não se lembra da matrícula nem de quase nada do sujeito. Nunca falou com a Carina, pondera falar com a Liliana, mas já sabe que vai ser só falatório, não dá para confiar em ninguém na rua. O agressor ficou com a sua carteira, telemóvel, chaves de casa, botas e o casaco. Noutras situações, sendo o mesmo agressor suspeito de outros casos, tê-la-ia deixado nua no meio do nada para os lados de Condeixa. Esteve a fazer a reconstituição da cena com a polícia. Na zona onde costuma atender era só lixo: preservativos usados, lenços... disse ter sentido vergonha, bem como quando foi vista pela medicina legal. Não quer dar parte fraca. Sabe que devia ficar a dormir, não ir trabalhar nesta noite, mas não quer que ele pense que não foi trabalhar por medo (registo da sessão).

O testemunho de Raquel reforça a ideia da relação positiva estabelecida com a polícia e é mais um exemplo da agressão sobre as mulheres prostitutas de rua, como já tivemos oportunidade de demonstrar. Neste discurso está também patente o estigma, o medo da discriminação e da deportação. Possivelmente muitas mulheres não teriam tido a mesma atitude, visto que implica estes riscos. Os agressores, muitas vezes cientes destas situações, agem na confiança da impunidade (Pourette citado em Oliveira, 2011). Esta história conheceu um final feliz. Com a denúncia e ajuda da Raquel, a polícia deteve este agressor, tendo a notícia sido divulgada pela imprensa escrita³³. No entanto, noutras histórias, como a da Carina, o suspeito continua à solta³⁴⁻³⁵.

Carina foi identificar o agressor, mas não é o mesmo homem que a agrediu e a deixou em Penacova. Conta que outra rapariga foi assaltada, mas não apresentou queixa. Carina acha que o agressor ainda está à solta e a polícia não vai conseguir apanhá-lo, quem o vai fazer é ela e mata-o. Contou que foi encontrada pela GNR, estava inconsciente e foi levada para o hospital, onde fizeram exames, colheram provas e administraram a profilaxia pós exposição. Diz que teve muita sorte de o homem não ter doenças (Carina, DC nº 131, 18.12.2014).

Os relatos de situações de violência no passado e no presente são recorrentes, o que não é um dado novo, diversos estudos apontam a violência e vitimação, sobretudo entre as pessoas que trabalham na rua, que se encontram mais vulneráveis a esse risco (Church et al., 2001; Pyett & Warr, 1997; Raphael & Shapiro, 2004; Weitzer, 2005a). O facto de, frequentemente, as prostitutas, devido à sua atividade, serem vistas como não podendo ser violadas, ou como merecedoras de violação pode contribuir para um aumento de violência

³³ DN de 18/12/2014, [02-10-2015] Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=4303797

³⁴ Notícias ao minuto de 18/01/2015, [02-10-2015] Disponível em:
<http://www.noticiasao minuto.com/pais/335418/policia-a-procura-de-homem-que-viola-prostitutas>

³⁵ JN de 18/01/2015, [02-10-2015] Disponível em:
http://www.jn.pt/PaginaInicial/Justica/interior.aspx?content_id=4348386

dirigida às mulheres (Miller & Schwartz, 1995). Muitas vezes são as próprias mulheres que consideram não fazer queixa de situações de violência exatamente porque são prostitutas e não sentem proteção legal (Pyett & Warr, 1997).

Por isso, autores como Vanwesenbeeck (2001) afirmam que a elevada incidência de violência contra TS e elevados níveis de stress não podem estar circunscritos ao trabalho em si, mas devem ser considerados no contexto do estigma que está associado ao trabalho sexual. A violência é sobretudo perpetrada por clientes, mas também ocorre por parte dos transeuntes e entre TS. Os exemplos das agressões por parte dos clientes são diversificados: à Diana arrancaram-lhe os brincos das orelhas deixando-a com os lóbulos rasgados. A Mónica, a Carina, tal como a Raquel, foram raptadas, despojadas, agredidas física, emocional e sexualmente, e abandonadas nuas num local ermo. A Susana foi violada sob ameaça de morte, com uma faca no pescoço. Todavia, apenas uma pequena proporção de clientes é responsável pela violência contra prostitutas e, portanto, não existem evidências que a maioria dos clientes seja violenta (Monto, 2004; Sanders, 2007). Por outro lado, as situações de violência e stress ocorrem também noutras profissões comparativamente com o trabalho sexual, como é o caso de trabalhadores em hospitais (Ford, 1998).

A comunidade em geral usa outra forma de violência, maioritariamente ofensas verbais, mas existem também pessoas que as ajudam e cumprimentam, portanto, existem exceções. Entre colegas temos conhecimento de brigas, com recurso a armas brancas, usualmente por razões territoriais ou pessoais.

Oliveira (2011) estabelece a distinção entre duas formas de violência: encoberta e aberta. Estes exemplos retratam sobretudo formas de violência aberta, isto é, uma violência dirigida com consequências físicas e/ou psicológicas, que incluem insultos verbais ou escritos (exemplo figura 2), escárnio, rapto e agressões físicas diretas. A forma encoberta de violência, que se traduz em expressões gestuais ou comportamentais de reprovação, evitamento, desprezo e/ou desrespeito, raramente é mencionada pelas TS.

É a política migratória restritiva, assim como o não reconhecimento da prostituição como atividade laboral e o forte estigma social que recai sobre ela que aumentam o abuso sobre estes indivíduos e a vulnerabilidade face à lei, às redes de tráfico e exploração sexual, aos clientes e à sociedade em geral. (Oliveira, 2011, p. 241)

Contacto através de *outreach* e/ou telefone

À semelhança dos procedimentos que encetámos após a primeira discussão conjunta, abordámos as TS em contexto de rua e por telefone, no sentido de agendar uma data e horário conveniente, como última tentativa de reunir o maior número de pessoas.

8.4. Terceira discussão conjunta: centrada na coesão

Marcámos uma última sessão, e mais uma vez foi pouco participada. Estiveram presentes duas pessoas da parte das TS (Susana e Ana), dois elementos da equipa de *outreach* (Filipa e Rosa) e a facilitadora. Antes da sessão, a Fernanda contactou a facilitadora pelo telefone. Não podia estar presente, mas queria dar a sua opinião sobre as questões que a preocupam e solicitou que as mesmas fossem partilhadas com as outras participantes.

No que diz respeito às sugestões da primeira sessão, as participantes relataram que os clientes não estão interessados em panfletos e essa estratégia não teve resultados. Susana optou por avisar os clientes sobre quem é seropositiva na rua, assume-se como “polícia”, e como resultados apenas conseguiu afastar mais pessoas e alimentar o conflito. Susana já tinha contactado telefonicamente a facilitadora com esta informação.

Susana ligou para informar que hoje apanhou uma toxicodependente seropositiva a subir para a pensão com um cliente. Perguntou-lhe se iam usar preservativo e avisou o cliente que esta estava doente. O cliente fugiu. Acha que isto nunca vai terminar porque não há fiscalização e devia existir controlo médico-sanitário. Nós temos de fazer alguma coisa – afirma ela. Considera que a responsabilidade é da mulher porque é quem está doente. Dá o exemplo que se quisesse vender fruta podre, não podia porque a ASAE não deixa. Teme pelas esposas inocentes que não sabem que os homens têm relações sexuais desprotegidas (Susana, contacto telefónico, DC 09.12.2014).

A atitude de Susana revela a necessidade da ação que verbaliza, acabando por cair num extremo que reconhece como pouco eficaz. Este discurso parece assente em conceções higienistas, colocando especial tónica sobre a responsabilidade da mulher. Esta responsabilidade pode ser entendida por a mulher ser uma profissional e por isso dever prestar um serviço de qualidade, mas pode assumir um lado perigoso reforçando a mulher como culpada e inocentando o homem neste processo, como já tivemos oportunidade de referir na primeira parte desta tese. Pode ainda reproduzir inadvertidamente o estereótipo

que associa as/os TS ao VIH e, por isso, o entendimento de que por si só representam um risco para a saúde.

De acordo com Fernanda, a SIDA deixou de ser uma preocupação para as pessoas. Atualmente vêem-na como uma doença crónica, não se discute sobre a mesma no telejornal e as colegas apenas se preocupam com o dinheiro. A não existência de receio quanto ao VIH faz com que as pessoas sejam flexíveis quanto ao uso do preservativo. Por isso, sugere que a equipa de *outreach* fale com a imprensa no sentido de alertar a comunidade. Mais uma vez, as TS esperam que sejam os profissionais a assumir o papel de interventores mediadores, provavelmente porque muitas ocultam a atividade dos amigos, dos familiares e dos vizinhos. Para além do encobrimento, acresce tanto o *enacted stigma* (estigma externo ou discriminação) como o *felt stigma* (estigma interno ou auto estigmatização) (Scambler, 1998), que as faz sentir pouco capazes de tomar um papel de liderança sobre os assuntos que lhes dizem respeito.

Fernanda, tal como grande parte das participantes, reforça ainda que algumas TS oferecem sexo desprotegido, tanto nos anúncios de jornal como de internet, como nos esclarece também o estudo de Teixeira, Marques, e Lopes (2013). As participantes consideram que esta prática implica um risco para a saúde pública e constitui uma forma de competição desleal. Assim sendo, elas defendem que essas situações deveriam ser denunciadas e as TS deveriam ser proibidas de trabalhar sem preservativo. De maneira a causar impacto, as participantes defendem que estes assuntos deveriam ser discutidos nos *media*. Fernanda ofereceu-se para assumir papel de liderança no contacto com a imprensa, outras TS concordaram pois preferiam manter o anonimato. Mais tarde perdemos o contacto com a Fernanda e esta atividade ficou sem efeito.

Concluimos que deveríamos mudar de estratégia por causa da pouca adesão às sessões de grupo. Essa estratégia deveria, no entender de todas, contribuir para o incentivo à coesão entre as TS. Neste sentido, as participantes sugeriram enviar mensagens umas às outras, envolvendo outras colegas, mesmo aquelas com as quais não têm relações amistosas, porque reconhecem a existência de preocupações similares, sobretudo com o VIH e o uso do preservativo como instrumento de trabalho, mas pouca união entre as mulheres. Por outro lado, consideraram que a estratégia de prevenção a nível da saúde e segurança ultrapassa a responsabilidade individual e exige intervenção governamental, pelo que sugeriram usar a mesma ideia de partilhar mensagens, mas desta vez direcionadas

ao poder político. Todas concordaram com esta ideia e a facilitadora ficou de recolher a informação com a equipa de *outreach* junto das TS que quisessem contribuir.

Síntese das sessões conjuntas

Em síntese, efetuámos três tentativas de sessões conjuntas que contaram com pouca adesão por parte das participantes, mas nas quais identificamos vários pontos positivos, tais como:

- As pessoas que se comprometeram a aparecer fizeram-no;
- Algumas que se comprometeram e não compareceram ligaram ou enviaram sms a justificar a ausência: acompanhamento dos filhos, trabalho, apoio a terceiros, doença, falta de vontade, conflito com outras TS;
- As participantes mostravam interesse pelas sessões, ao perguntar sobre as temáticas discutidas e sobre quem tinha comparecido. Contribuíram com a sua opinião no contexto individual de intervenção na rua;
- Estas sessões permitiram validar parte dos temas que tinham sido identificados nas entrevistas individuais formais, tais como a preocupação com a toxicodependência, associado à infeção por VIH; a importância do uso do preservativo; e a violência contra as mulheres, associado à (in) segurança do trabalho sexual;
- Estabelecemos a existência de entendimento comum ou consenso em termos das preocupações, e identificámos a falta de coesão entre as TS como o obstáculo principal à participação;
- Incluímos a perspetiva de uma toxicodependente, que era uma das nossas limitações identificadas inicialmente;
- Estabelecemos um pequeno grupo de trabalho constituído por TS, profissionais da equipa de *outreach* e facilitadora, num espaço seguro de comunicação e com distribuição equitativa de poder, tomada de decisão conjunta e atribuição de tarefas/responsabilidades. Não obstante a consciência de que a opção por realizar as sessões na sede da associação, sendo a mais viável, também implicou constrangimentos a uma maior adesão;
- Estabelecemos uma relação de aprendizagem horizontal, de cariz não formal centrada, primeiramente, no âmbito da educação para a saúde e, posteriormente, no estudo de estratégias para aumentar a coesão.

Podemos ainda inferir que a pouca adesão aos grupos não está relacionada com a relação com os profissionais – uma vez que procuram justificar a não participação de várias formas, não evitam o contacto quando a equipa se aproxima e, diversas vezes, contactaram a facilitadora por telefone por iniciativa própria, o que revela não se sentirem pressionadas. Portanto, entendemos que a pouca adesão ao grupo possa estar relacionada com os aspetos que já referimos no ponto dedicado aos desafios à participação, ou seja, sucintamente: o estigma associado ao trabalho sexual que inibe as TS de expressarem as suas necessidades e vontades, bem como de assumir uma identidade profissional; a existência de relações conflituosas e a falta de coesão entre TS; e a pouca tradição de participação e de mobilização para a ação.

De acordo com as TS, a falta de adesão relaciona-se com: 1) não querem assumir que fazem sexo sem preservativo; 2) não existe cooperação, só competição; 3) existência de rivalidade, conflitos e “más-línguas”.

Em seguida, apresentamos o texto da Raquel sobre as razões que estão na base da falta de união entre TS de rua:

Cientes não são fiéis, nem com as suas mulheres, porque então uma prostituta diz ‘meu cliente’? O cliente é de todas, e o dia que um gostar mesmo de si vai fazer o impossível para ser seu único homem. Hoje ele escolhe a si, mas amanhã se tiver outra que agrade mais, ele vai com ela mesmo. E nem podia ser diferente. Não somos exclusivas. Então, porque pedir exclusividade? E se mesmo assim ainda acreditar que tem clientes, e se um dia ele for com outra, nada se pode fazer. O dinheiro é dele, o membro é dele, ele é que decide. Assim declaro, a outra que for com ele não tem culpa nenhuma, ela está como todas a tentar ganhar a vida, seja para o que for. Se houvesse compreensão e união, tornaria tudo mais leve. Nem sempre faz o que o cliente deseja, pode querer algo que você não faz. Se fossem unidas podiam indicar a outra colega de trabalho, do mesmo jeito outra colega podia indicar-te. Se houvesse união todas levariam o mesmo preço e ninguém julgaria ninguém. Eu, sinceramente, não acredito que uma mulher faça sem preservativo ou mais barato só para lixar a outra, se faz é porque tem seus motivos. E além do mais nada é tabelado, nenhuma mulher é obrigada a nada, assim sendo todas são livres de fazer o preço que quiser e como quiser. Se uma mulher incomoda-se porque faz a 20 euros sem preservativo não brigue mais. Se for o caso cobre 15 euros. Existe a lei da oferta e da procura, quando chega uma novidade é perfeitamente normal que ela faça mais que as outras, todas já foram novidade, então não entendo porque brigar, esculhambar. Talvez pedir união seja pedir demasiado, então peço que não faça nada que não gostaria que fizessem a ti. Vai sempre haver uma mais nova e mais bonita, é o curso natural, pense em como você pode melhorar, não queira fazer todos os clientes (interpretação escrita da Raquel, entregue à facilitadora para integrar este documento).

9. Ciclo 3

9.1. *Panfleto com mensagens de TS para TS*

Nos contactos que estabelecíamos em contexto de equipa de *outreach*, íamos fornecendo sempre *feedback* sobre as sessões conjuntas, pelo que a sugestão das mensagens para circulação entre as TS (acordada pelas participantes na sequência das sessões conjuntas e das discussões informais individuais) foi bastante bem recebida. Possivelmente porque este tipo de comunicação não implica que estejam juntas no mesmo contexto, mas permite que se expressem em ambiente seguro, longe de possíveis conflitos. Reunimos nove frases dirigidas às colegas, em versão portuguesa e romena, são elas as seguintes:

Usem preservativo sempre e façam análises sempre que possível. A vida são 3 dias e a Morte é eterna (Liliana).

Utilizați întotdeauna prezervativul și faceți analize ori de câte ori este posibil . Viața este de 3 zile și Moartea este eternă.

Não é vida fácil. Dá muitas arrelias. É uma vida que não presta (Diana).

Viata nu e usoara. Oferă multe probleme. Este o viață care nu plătește.

Não sofram tanto como eu (Sónia).

Nu suferiti la fel de mult ca și mine.

Para todas as mulheres que trabalham na rua têm que usar sempre preservativo (Isabel).

Pentru toate femeile care lucrează pe stradă trebuie să utilizați întotdeauna prezervative.

Usem sempre preservativo (Paula).

Folosiți întotdeauna prezervativul.

Ter cuidado com os clientes. Alguns parecem bons e não são. Muita sorte! (Anabela).

Aveți grijă cu clientii. Unii par buni si nu sunt . Mult noroc!

As mulheres seropositivas não deviam trabalhar neste ramo. E com doenças venéreas também não. Deviam usar preservativo. O preservativo devia ser obrigatório para homens e mulheres, até por uma questão de higiene (Susana).

Femeile cu HIV-pozitiv nu ar trebui să lucreze în acest domeniu. Și nici cele cu boli venerice. Acestea ar trebui să utilizeze prezervativul . Prezervativul trebuie să fie obligatoriu pentru bărbați și femei, în același timp și pentru igiena.

Todas as mulheres deviam fazer exames médicos (Rute).

Toate femeile ar trebui să facă examene medicale.

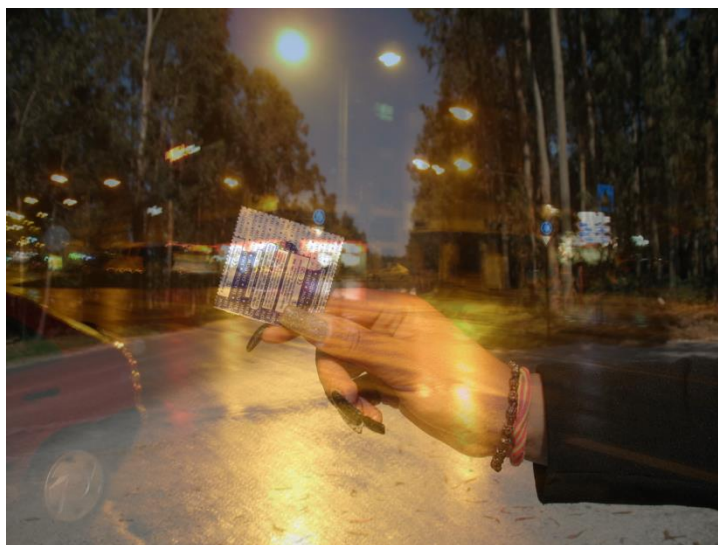
Que houvesse união e amizade (Raquel).

A fost uniune și prietenie.

Podemos encontrar vários tipos de mensagens centradas nos seguintes aspetos: a) preocupações higiénico-sanitárias; b) conselhos centrados nos sentimentos pessoais; c) preocupações com a segurança ocupacional; e, por último, d) a organização e dinâmica do trabalho sexual de rua. Estas mensagens evidenciam, mais uma vez, o consenso quanto aos temas que mais preocupam as participantes.

De forma a divulgar estas mensagens, sugeriram que fosse feito um panfleto e depois distribuído às colegas. Para o efeito, tiraram fotografias e selecionaram duas para a fotomontagem. A Isabel e a Anabela, duas TS romenas, traduziram as frases e a facilitadora fez a montagem final do panfleto que foi aprovado por todas as participantes. A tradução das frases foi considerada importante, dado que existem muitas TS romenas que pouco ou nada conhecem da língua portuguesa. A Figura 4 mostra a frente do panfleto (as mensagens foram inseridas no verso).

Figura 4. Panfleto com mensagens de TS para TS



Os panfletos foram distribuídos por todas as participantes, ou seja, TS, equipa de *outreach* e facilitadora, a outras TS que não participaram na construção do panfleto. A avaliação dos efeitos do panfleto foi efetuada no contacto individualizado, através da equipa de *outreach*. Verificámos que as TS concordaram com as frases, mas não acreditam que as práticas relativas ao uso do preservativo mudem. Afirmaram ainda que a coesão é uma ilusão. No entanto, a propósito do panfleto, falaram entre si, o que leva a acreditar que a coesão é possível desde que se mude a estratégia. Por último, as participantes concordaram com a sugestão da facilitadora de enviar o panfleto para a Rede Sobre o Trabalho Sexual, de maneira a alcançar mais pessoas e trazer-las para este debate. Os profissionais de *outreach* enviaram essa informação e, até ao momento, não obtivemos *feedback*.

9.2. Mensagens de TS dirigidas ao poder político

Quanto às mensagens para o poder político, encontramos também diversos tipos, como aquelas direcionadas ao Estado Social para um papel mais interventivo a nível da melhoria de condições e oportunidades de vida; ou então centradas na saúde e segurança ocupacionais. As participantes sugeriram que as mesmas fossem enviadas para a imprensa, mas apesar da disponibilização inicial de Fernanda para liderar essa atividade, ninguém se quis responsabilizar por essa tarefa devido ao estigma, pelo que ficou acordado serem utilizadas pela facilitadora na tese e/ou outros documentos académicos.

Cortem os rendimentos mínimos e aumentem as pensões de quem trabalhou uma vida e tem reformas de miséria (Liliana).

Ajudem as pessoas que precisam (Diana).

Mais oportunidades de vida (Sónia).

Fazer alguma coisa para ter uma vida melhor. Mais trabalho a todo o mundo (Isabel).

Arranjar melhores condições na rua. Pôr uma lei para termos mais direitos e segurança (Anabela).

A polícia não faz nada, enquanto os bandidos e violadores andam à solta (Carina).

Fazer mais estradas na Roménia (Paula).

As mulheres deviam ser obrigadas a fazer exames médicos. Deviam ter um cartão em como estão bem de saúde (Susana).

Devia existir uma equipa médica que viesse à estrada, para não ter de dizer à médica de família o que faço e poder fazer todas as análises e exames (Rute).

Mais vale prevenir que remediar! Assim sendo peço vos que apoiem, cuidem de nossas meninas antes que elas caiam nas drogas ou na prostituição (Raquel).

Em suma, o estudo preliminar e a revisão da literatura conduziram-nos a uma ideia geral que antecedeu a nossa imersão no terreno – a falta de participação das TS no desenho, implementação e avaliação de projetos que lhes são dirigidos e que lhes dizem respeito. Iniciámos então o ciclo 1, com a planificação do projeto de investigação, acedendo ao contexto e estabelecendo relações com os/as participantes. O estabelecimento de relações de confiança com os/as participantes, apesar de ter sido um processo moroso, foi crucial, na medida em que permitiu delinear, desenvolver e avaliar as atividades conjuntamente. As primeiras atividades corresponderam à recolha de dados, através da observação, entrevistas informais e formais. A análise e reinterpretação dos dados, individual e conjunta, permitiram encontrar entendimento comum/consenso sobre as áreas prioritárias de intervenção, como a saúde e a segurança ocupacionais. Este consenso conduziu a um novo ciclo de planificação-ação-avaliação (ciclo 2), que se consolidou na acoplagem dos/as vários/as participantes (facilitadora, profissionais de *outreach* e TS) para a concretização de sessões de discussão conjunta. Mais uma vez, verificámos a importância atribuída à necessidade de empreender iniciativas no âmbito da saúde, designadamente através da promoção do uso consistente do preservativo junto de clientes de sexo pago e outras TS que, pelas mais variadas razões, podem assumir comportamentos de riscos. Assim, na primeira sessão conjunta, definimos uma estratégia educativa junto de clientes de sexo pago, que consistiu em facultar panfletos sobre o VIH (a mesma revelar-se-ia sem efeito). Na mesma sessão, identificámos a pouca adesão das TS e, portanto, agendámos outras sessões, no sentido de angariar mais participantes para as futuras discussões conjuntas. A segunda sessão validou a urgência de promover ações de combate à violência e, a par da terceira sessão, reforçou a pouca adesão das TS às sessões. Neste sentido, surgiu uma nova questão, definida como a falta de adesão das TS às atividades de planificação,

ação e reflexão conjunta, relacionada com a falta de coesão que existe entre as pessoas que exercem prostituição de rua. A definição de falta de coesão conduziu-nos ao ciclo 3, onde foram planificadas atividades centradas na participação, de forma a promover a coesão entre as TS. Nesta sequência, elaborámos um panfleto com mensagens de TS para TS. Paralelamente, dado que as questões de saúde e segurança são preocupações comuns entre as participantes, transcendendo o nível local, as participantes TS redigiram ainda mensagens endereçadas ao poder político. A falta de identidade profissional, a rivalidade e competição que existem na rua, continuam a impedir que as mulheres se unam em torno de objetivos comuns, muito embora reconheçam que as suas preocupações são semelhantes. Esta identificação poderia dar origem a um novo ciclo, no qual poderia ser discutido o que agora deixamos em aberto: Como podemos transformar as subjetividades e o consenso em ação coletiva?

Notas finais

Iniciámos a nossa pesquisa com objetivos ambiciosos. Pretendíamos construir de forma conjunta e colaborativa um modelo socioeducativo adequado que correspondesse às necessidades e expectativas das TS e dos/as profissionais de *outreach*. Para combater o estigma, discriminação e exclusão de que as TS são alvo, são necessárias mudanças de crenças e comportamentos e, por isso, mudança é palavra de ordem. No entanto, estamos cientes que estes processos implicam tempo e persistência.

O processo e os resultados da IAP que empreendemos sugerem que cumprimos com muitos dos nossos objetivos, relacionados com os seguintes aspetos: melhorar resultados (isto é, a vertente técnica dos serviços prestados a TS), aumentar a conscientização e encorajar à participação no processo de os atores sociais se tornarem mais críticos, ou seja, criar condições de empoderamento. Este projeto permitiu criar espaços e tempos para a comunicação entre todos/as os/as participantes. Ao incluir as vozes, vontades e necessidades das TS, os profissionais de *outreach* ficaram conscientes da qualidade dos seus serviços e de formas para os melhorar, bem como dos seus recursos e limitações. As TS, por sua vez, tiveram a oportunidade de partilhar preocupações com os profissionais de *outreach* e com as outras colegas. Para pessoas que não estão habituadas a ser ouvidas e a ter um papel ativo, este ato é significativo (Wahab, 2003). Compreendemos que nem todos as participantes entendem o conceito de empoderamento ou de ser

empoderado, como LeCompte (1995) fez notar, mas acreditamos que ao incentivar diálogos múltiplos podemos contribuir para uma maior conscientização. Por outro lado, estimular hábitos de participação pode contribuir para melhorar a igualdade e justiça social, bem como para uma sociedade mais democrática.

Foi possível alcançar um entendimento com base em preocupações partilhadas e um entendimento comum quanto às prioridades dos/as participantes. Encontrámos muito consenso, mas pouca coesão entre as TS, o que afetou a adesão a atividades coletivas. Paradoxalmente, a participação em sessões conjuntas foi baixa, mas os/as participantes sempre mostraram interesse quer em atividades individuais, quer conjuntas através de partilha de ideias. Neste sentido, este projeto foi uma espécie de *cadavre exquis* (técnica surrealista de arte colaborativa) em que todos os/as participantes contribuíram individualmente para uma narrativa de coautoria. Por outro lado, não podemos deixar de referir que os/as participantes não receberam qualquer incentivo monetário para a participação neste projeto e ainda assim colaboraram, o que revela que quem o fez se encontrava genuinamente interessado/a em refletir e melhorar as suas condições.

Contudo, não existe sentido de comunidade ou identidade profissional entre as TS. As TS não negam o que fazem, mas talvez façam uma distinção do que são, no sentido de protegerem a sua identidade deteriorada pelo estigma e pela discriminação de que são alvo. As atividades de IAP podem ter ajudado a providenciar um sentido de controlo e conscientização, mas a transformação da subjetividade em ação coletiva ainda é necessária. Neste sentido, defendemos continuidade em investigação participativa para melhorar as práticas de *outreach* e contribuir para a conscientização dos/as TS. Promover a participação dos/as TS em projetos que lhes são dirigidos é uma forma de assegurar a qualidade. Contudo, como podemos ultrapassar os obstáculos que impedem as pessoas de se juntarem? Como podemos transformar a solidariedade existente e o consenso em ação coletiva?

Incentivámos algumas atividades que pudessem contribuir para este fim. Começamos por desenvolver uma relação de proximidade e confiança como alicerce do trabalho colaborativo e, portanto, com base nesta as participantes solicitavam *feedback* ou pediam informação sobre o decorrer do projeto de investigação, designadamente das sessões em grupo. Operacionalizámos pequenas mudanças às abordagens tradicionais de pesquisa, no sentido de criar condições para que se assumissem como co investigadoras/es,

tais como: definimos conjuntamente as áreas de maior interesse para aprofundamento através de entrevista formal, com profissionais de *outreach* e TS; elaborámos em conjunto os guiões de entrevista; devolvemos as transcrições aos/às entrevistados/as (muito embora, relativamente às TS, esta estratégia tivesse sido abandonada porque nem todas sabem ler ou dominam a língua portuguesa, e porque suscitou dúvidas acerca da confidencialidade, apesar destes aspetos terem sido esclarecidos e todos os elementos identificativos retirados), reinterpretemos os resultados em sessão de grupo com os profissionais e, individualmente com as TS, e reunindo os contributos dos diversos participantes naquilo que denominamos de acoplagem; definimos coletivamente planos de ação; identificámos conjuntamente potencialidades e fragilidades; refletimos em grupo sobre a ação, seguindo as fases dos ciclos de IAP: planificação-ação-reflexão. Naturalmente, existem aspetos mais técnicos da investigação em que apenas a facilitadora assumiu responsabilidade, como por exemplo, o tratamento de dados ou a redação de artigos, tal como já havia sido constatado por van der Meulen (2011a). No entanto, incluímos nesta tese um texto elaborado por uma TS co investigadora. Este testemunho difere dos restantes, uma vez que foi escrito pela co investigadora com o propósito de integrar o documento que apresentamos. As atividades foram sendo participadas em diversos modos por diferentes participantes em períodos/atividades distintas, como já tivemos oportunidade de explicitar, sendo que três participantes (Susana, Raquel e Filipa) assumiram um papel mais ativo e consistente como co investigadoras. Em termos práticos, o seu papel difere dos demais pelas seguintes razões:

- Tomaram a iniciativa de recrutar outras TS ou de envolvê-las em algumas das atividades;
- Mantinham um contacto frequente com a facilitadora, extra contexto de *outreach* (presencialmente, por telefone ou *facebook*), através do qual forneciam informação sobre o decorrer das ações planificadas (reflexão sobre a ação). Estes contactos foram surgindo espontaneamente e por iniciativa inicial das TS, aos quais a facilitadora se prontificou a responder;
- Efetuavam pesquisas na internet sobre prostituição e consultavam jornais com frequência. Partilhavam essa informação com as restantes participantes, introduzindo temáticas da atualidade para a discussão (ex: a inclusão do rendimento das TS no PIB, noticiada em junho de 2014 e outras notícias sem relação direta

com a prostituição, tal como os maus-tratos a crianças). É de destacar uma notícia local, a respeito das I Jornadas Científicas sobre Trabalho Sexual em Portugal, que mencionava diversos estudos em curso sobre prostituição e na qual não era referido o projeto de IAP que apresentamos. Raquel, ao saber que a facilitadora tinha estado presente e para o qual também tinha sido convidada pela facilitadora, interrogou-a porque tinham falado de outros estudos e não do *nosso*;

- Reinterpretaram resultados e discutiram estratégias de resolução de problemas, como o caso da falta de coesão entre TS, do qual resulta o texto de Raquel;
- No caso da Filipa, criou condições para que todas as atividades pudessem ser desenvolvidas, facilitando contactos e agilizando os meios necessários à concretização do que conjuntamente ia sendo proposto.

Apesar de estes esforços se terem revelado insuficientes na cativação de mais participantes ativas/os, consideramos que são aspetos positivos, em termos do processo de investigação, tendo em conta a metodologia e a filosofia da IAP, comprometida com a mudança social através dos próprios atores nela implicados. A rivalidade e competição no trabalho sexual continuam a ser os principais obstáculos à ação coletiva, mas o estigma também assume lugar protagonista, na medida em que funciona como inibidor de ação das TS – ou porque sentem que a sua opinião não tem valor, ou porque para tomarem a linha da frente têm de assumir a atividade e isso acarreta consequências sociais. As TS continuam a preferir manter o anonimato e a confidencialidade nas investigações, o que revela que a opressão, exclusão, discriminação e estigma associados ao trabalho sexual restringem a participação e a mudança.

Possivelmente, se as participantes pudessem ter usufruído de uma formação inicial que incluísse, à semelhança das TS que colaboram com Boynton (2002), um treino como co-investigadoras, com formação a nível teórico, competências pessoais e técnicas, seria mais claro o seu papel enquanto participantes de um projeto de IAP. A questão da contrapartida monetária poderia também ser um incentivo, na medida em que muitas dispensaram das suas horas de trabalho para poder colaborar com a investigação (por exemplo, o tempo que despenderam nas entrevistas e sessões de grupo). A ideia de ministrar formação para preparar participantes em IAP é extensível aos profissionais de *outreach*, visto que usualmente participam nas investigações tradicionais mediante a cedência de informação através de entrevistas ou questionários, e como pontes para o

contacto com TS, sendo que raramente se tornam co investigadores. Mas na prática do seu dia-a-dia assumem um papel de investigadores, já que se mostram como profissionais reflexivos, pelo que a formação poderia ser centrada em competências de investigação específicas da IAP. O nosso estudo, tal como o de Oliveira e Mota (2012, 2013), sugere que as iniciativas de IAP centradas quer nas necessidades e vontades das TS, quer na formação de educação pelos pares, contribuíram de forma expressiva para a conscientização e participação dos/as TS. No entanto, mostram também que é necessária continuidade e persistência, para que após o término dos projetos não se fomentem sentimentos de fracasso e abandono. As instituições que dirigem serviços a TS, pela proximidade e continuidade, podem assumir um papel socioeducativo mais proactivo no apoio à mobilização, através do incentivo à participação dos/as TS em iniciativas colaborativas, no sentido da capacitação comunitária e ativismo.

A investigação-ação, enquanto metodologia consolidada na produção de conhecimento, constitui-se no seu processo como modo de agir diferenciado e torna-se uma ferramenta educativa por excelência, ao contextualizar a participação como mudança e caminho para a mudança, em que a prática e relação educativa para a construção de espaços de democracia tem assumido um papel central, permitindo dar voz e empoderar os seus sujeitos. Advogamos mais IAP, de modo a quebrar com a corrente da não participação e efetivar os direitos civis daqueles que habitualmente se encontram excluídos dos processos de decisão.

Podemos considerar a IAP como um projeto (quase) contínuo, de carácter inacabado. Ou seja, é-lhe inerente a reconstrução permanente das problemáticas em articulação com as/os participantes, o que nem sempre é compatível com os prazos e exigências do trabalho académico. Não podemos, contudo, deixar de formular as seguintes questões: Qual é a extensão das práticas empreendidas e o seu potencial transformador? Quais são as suas consequências nas práticas e discursos? Que novos discursos se refletem na prática? Um *follow up* podia providenciar mais esclarecimentos. Esperamos que mudando as relações e as dinâmicas entre os participantes, estes continuem com as atividades que ficaram pendentes, mesmo sem a presença da facilitadora.

10. Critérios de validade e compatibilidade com IAP

As questões levantadas remetem ainda para a dificuldade de avaliação de um projeto de IAP enquanto processo e em termos dos resultados obtidos. Se os aspetos relacionados com o processo – modos e níveis de participação, conscientização sobre diversas temáticas, ação coletiva, efeitos da ação, entre outros, parecem ser a parte mais fácil, já as questões relacionadas com o impacto e a mudança individual/social produzida, bem como a avaliação da IAP como método e forma de gerar teoria é bem mais complexa. Não se enquadrando no paradigma positivista da ciência que estabelece a validade interna, a generalização, a consistência e a neutralidade como critérios de validação da investigação científica (Amado, 2013), a IAP adota outros critérios, mais coerentes com um tipo de pesquisa mista, pós moderna, com uma componente forte de ação, em consonância com o pressuposto que define a realidade social como uma construção e o conhecimento contextualizado, como já tivemos oportunidade de aprofundar na primeira parte da tese. No entanto, recorreremos a algumas estratégias de validação utilizadas em pesquisa interpretativa (Amado & Vieira, 2013; Latorre, 2003) como guias de investigação, relacionadas com a credibilidade (permanência prolongada no contexto de prostituição de rua, observação, conversas informais, entrevistas formais, revisão da literatura) e com a confirmação (confirmação dos resultados, reinterpretção conjunta, reflexão com os/as participantes). Muito embora os resultados possam ser idênticos com participantes que se encontrem em situações similares, não podemos generalizá-los. O que é generalizável numa IAP é a filosofia que deve estar na base das investigações colaborativas participadas com vista à ação/mudança de práticas. A forma como se desenvolve e os resultados que produz serão sempre situados, gerados na relação que se estabelece entre os sujeitos, pelos que os critérios de validade usualmente utilizados em pesquisa positivista ou fenomenológico-interpretativa não se aplicam. De acordo com McTaggart (1998) não faz qualquer sentido a validade em IAP, do mesmo modo que se aplica às pesquisas tradicionais. Ciente das dúvidas que assolam muitas vezes os investigadores de IAP, o autor apresenta uma visão compreensiva da validade para tornar a investigação credível e útil para os participantes e outros interessados, incluindo critérios de defensabilidade, valor educativo, eficácia política e adequação moral. A validade em IAP só pode ser alcançada se existir uma estrutura comunicativa apropriada, através da investigação e da ação, que permita que os participantes continuem associados e se identifiquem com o projeto

coletivo de mudança (McTaggart, 1998). Em jeito de reflexão sobre a validade do projeto que apresentámos, seguimos então os pontos de referência propostos por McTaggart (1998) estabelecendo um paralelo com o nosso processo e resultados:

- Estabelecimento de credibilidade entre os/as participantes: este ponto refere-se à forma como os participantes podem ser úteis e ajudarem-se mutuamente. O objetivo é estabelecer um compromisso mútuo com o projeto de forma individual e coletiva, e para tal deve existir confiança entre os/as participantes. Como já referimos, a informação circulou por todos os participantes e as/os participantes assumiram um compromisso mais individual do que coletivo. As relações de confiança foram estabelecidas entre TS-facilitadora-profissionais de *outreach*, mas não entre TS, o que resultou no que denominámos de falta de coesão entre as TS.
- Triangulação das observações e interpretações: refere-se ao reconhecimento da multiplicidade de perspetivas e mudança de pontos de vista, ao longo do tempo. Tanto na nossa escrita como no decorrer do projeto reconhecemos todas as vozes, mesmo que antagónicas, contemplando as singularidades e os aspetos comuns.
- Confirmação do/a participante e isenção ao relatar da investigação: a escrita sobre os processos e os resultados de IAP é, muitas vezes, uma atividade individual, mas a confirmação é sempre coletiva. Por isso, apesar de a facilitadora ser a relatora deste documento, a informação foi partilhada e reinterpretada pelos/as participantes nas diversas fases, e o diálogo com outros estudos foi estabelecido. Foram ainda adotados procedimentos éticos para salvaguarda dos/as participantes.
- Estabelecimento de uma auditoria e um arquivo partilhado de dados e interpretações: é considerada uma tarefa difícil, segundo McTaggart (1998), que alude ao compromisso de partilhar os produtos de todas as fases de recolha de dados com o grupo da IAP. De forma a ultrapassar dificuldades em reunir todos/as participantes, contornámos esta situação através do contacto individual. Noutros momentos, foi efetuado em reuniões de grupo, como já descrevemos. Apesar de termos partilhado os dados e as interpretações com os/as participantes, não elaborámos um arquivo. Tendo em conta a falta de coesão interna entre as TS e as suas preocupações relativamente à preservação da confidencialidade das conversas, mesmo no âmbito do grupo de IAP, este mecanismo dificilmente funcionaria no caso desta investigação.

- Testar a coerência dos argumentos, a autenticidade da evidência e a prudência da ação: McTaggart (1998) sugere que esta atividade seja desenvolvida com a “comunidade crítica” ou uma “comunidade de amigos críticos”. Ao longo do processo de IAP, para além das reflexões com os/as participantes e com os nossos orientadores, submetemos artigos para publicação em revista especializadas da área de investigação, e fomos recebendo *feedback* que permitiram efetuar alguns ajustes.

Assim, para McTaggart (1998), conduzir IAP implica um processo de interação entre dados, a literatura que informa o estudo (conteúdo e método), as visões dos/as participantes no estudo (e outros envolvidos), de amigos críticos e de outros com interesse no estudo. Validade não é um conjunto de procedimentos, mas sim um processo de diálogo, através do qual se definem compromissos. O diálogo assume-se também numa atividade educativa, no sentido que promove a conscientização, definida como o processo pelo qual os sujeitos analisam as suas experiências (Freire, 1972).

V – Considerações finais

1. Reflexões em torno de uma proposta socioeducativa de intervenção com TS

A intervenção socioeducativa no âmbito do trabalho sexual deve abarcar uma série de dimensões que ultrapassem a EpS ou a minimização e redução de danos associados à infecção pelo VIH/SIDA.

Com base no processo e nos resultados do nosso estudo, pensamos ter contribuído para intervenção socioeducativa com e para TS segundo uma abordagem centrada na relação e na prática reflexiva, através do recurso a métodos e à filosofia da investigação-ação participativa. O tipo de intervenção que sugerimos envolve todas as partes interessadas no desenho, implementação e avaliação das atividades, através da promoção de iniciativas que promovam a conscientização, a ação e o ativismo em torno da defesa de direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs que exercem trabalho sexual voluntário.

Os profissionais das instituições que dirigem serviços a TS estão cientes da complexidade do trabalho com esta população. Estes compreendem então que as respostas burocráticas e/ou processuais convencionais não têm cabimento em situações reconhecidas como únicas, de incerteza e de grande imprevisibilidade. Por esta via, o desafio à racionalidade técnica, de tradição positivista, é revestido de urgência e significado e traduz-se, por exemplo, na adoção da estratégia de *outreach* como resposta adaptativa e diferenciada a populações usualmente consideradas de difícil acesso, ou ainda, no apoio médico especializado e diferenciado para homens e transgénero que exercem trabalho sexual. No entanto, apesar deste avanço, é ainda necessário envolver os/as TS nos projetos que lhes são dirigidos, o que eventualmente contribuiria para uma maior complexidade.

O pensamento de racionalidade técnica é uma epistemologia da prática, que assenta no princípio de que qualquer descrição ou explicação, mesmo dos fenómenos sociais complexos, deve recorrer a procedimentos standardizados das ciências naturais, sendo o conhecimento considerado válido quando objetivo e experimental (Parker, 1997). Nesta perspetiva valoriza-se a produção do conhecimento e a subordinação dos níveis práticos, com a separação entre a investigação e a prática, e centrada no desenvolvimento de competências e capacidades técnicas dos profissionais (Gómez, 1992). Desta feita, não há lugar para o conhecimento que não se enquadre nos parâmetros positivistas, de modo que qualquer outra fonte ou forma de conhecimento não é considerada válida, como, por

exemplo, o saber que os atores constroem na sua relação quotidiana sobre a sua própria realidade ou na sua prática profissional.

O educador é entendido como um profissional em que a sua ação é orientada para um fim (transmitir conteúdos), objetivos desejáveis e avaliação, sendo a atividade profissional instrumental e consistindo na solução de problemas, através da aplicação da teoria científica e das técnicas (Gómez, 1992; Parker, 1997; Schön, 1990). As competências exigidas aos profissionais referem-se à aplicação de conhecimento e técnicas aos problemas da prática, assente no rigor científico (Schön, 1990), através de procedimentos e respostas burocráticas ou estandardizadas.

No entanto, os problemas com que os profissionais de diversas áreas se deparam, como temos vindo a argumentar, não se revestem de uma estrutura bem definida e clara. Pelo contrário, muitas vezes não se apresentam como problemas e/ou manifestam-se de forma confusa e indeterminada. Segundo Schön (1990) são casos únicos, para quais não existem fórmulas pré-estabelecidas e, para lidar com estes, de forma competente, é necessária uma espécie de improviso, invenção e teste das estratégias utilizadas.

As abordagens centradas em modelos de racionalidade técnica relegam para segundo plano a compreensão da complexidade das relações humanas e do mundo, não permitindo visões e intervenções holísticas sobre a realidade, mas leituras parcelares, reducionistas e lineares de fenómenos pluridimensionais e complexos, como é o caso da prostituição. Alimentam distâncias e impõem barreiras entre os sujeitos, não permitindo, por esta via, o estabelecimento de uma relação que possa introduzir a diferença que faz a diferença. Os profissionais que adotam estes modelos tradicionais não se encontram assim preparados para lidar com a imprevisibilidade quotidiana, própria da complexidade dos fenómenos. O pensamento racionalista técnico incutiu-lhes que apenas o conhecimento e as técnicas objetivas podem solucionar os problemas, deixando pouca margem para a experimentação de soluções criativas ou outros recursos. Como consequência são aplicados muitos procedimentos normativos e burocráticos que na prática não surtem mudança e podem resultar em cansaço ou desgaste dos profissionais. Schön (1992) acrescenta que assim se contribui para uma crise de confiança no conhecimento profissional.

Ao ignorar as competências práticas que permitem responder nas diversas situações díspares, este modelo assume-se como simplista, reducionista e incompleto, pelo que uma

nova epistemologia da prática – a prática reflexiva, centrada nos processos intuitivos e artísticos dos profissionais, é aquela que permite responder adequadamente, com eficácia e eficiência, em situações de elevada complexidade (Schön, 1990). Para o autor, a prática reflexiva implica conhecimento-na-ação (*knowing-in-action*), reflexão-na-ação (*reflection-in-action*) e reflexão-na-reflexão-na-ação ou reflexão sobre a ação (*reflection-on-reflection-in-action*), aos quais já nos referimos. Desta forma, proporciona condições para a aquisição de competências que certamente revelar-se-ão úteis em situações marcadas pela unicidade, incerteza e conflito (Schön, 1990), como é o caso das intervenções socioeducativas em contexto de trabalho sexual.

Apenas a prática reflexiva permite que o profissional tome consciência do que o rodeia, (re)construa conhecimento sobre essa realidade complexa em mutação e adeque as respostas aos desafios que se vão colocando na prática profissional. Ao refletir na e sobre a ação, o profissional converte-se num investigador em contextos não formais de educação.

A atitude reflexiva permite ainda diminuir o fosso entre o saber académico e as práticas profissionais, uma vez que agindo e refletindo na e sobre a ação, o profissional conjuga várias dimensões: o conhecimento e as técnicas científicas do rigor estabelecido pela racionalidade técnica; o saber que constrói na ação e após a sua execução; o uso de competências artísticas que lhe permite adquirir novos saberes; e o desenvolvimento dessas e outras competências, que o dotam de capacidades para desenvolver respostas inovadoras nas situações de incerteza.

Ao longo do nosso trabalho fomos colocando no centro da nossa pesquisa as questões relativas à relação entre e com os diversos participantes. A par das perspetivas feministas, que lhe conferem especial destaque, encontramos as abordagens teóricas que as apontam como construção de conhecimento; as práticas de investigação-ação participativa que atribuem a qualidade da pesquisa à qualidade das relações estabelecidas entre os sujeitos; e ainda os relatos de profissionais de proximidade e TS que reforçam a sua importância. De facto, é quase impossível pensar a vida sem relação interpessoal, pelo que a sua importância é inquestionável em todas as dimensões. As relações estabelecidas entre profissionais de saúde ou sociais e os utentes implicam um envolvimento cognitivo e racional entre as partes. Todas as intervenções socioeducativas têm uma componente interpessoal e, portanto, implicam relação entre os sujeitos envolvidos numa comunicação. As práticas centradas em procedimentos normativos ignoram esta dimensão, não

reconhecem a importância de respostas reflexivas a situações únicas e imprevisíveis e à natureza holística do ser humano (Ruch, 2005).

As abordagens centradas na relação conhecem uma grande tradição não só no campo da educação e do serviço social, como de outras profissões de cuidado e suporte, como é o caso de a psicologia ou a medicina, entre outras. Para diversos autores (Biestek, 1957; Perlman, 1979; Trevithick, 2003) a relação entre utentes e profissionais é central nos serviços de apoio, considerada a alma (Biestek, 1957) ou o coração (Collins & Collins, 1981; Perlman, 1979) de todo o processo de suporte, e facilitadora em contextos de aprendizagem (Freire, 1996; Rogers, 1975).

Vários estudos apontam que os clientes dos serviços formais demonstram preferência em termos das relações estabelecidas com o profissional no contexto de apoio, estilo de trabalho e características do próprio profissional (Ribner & Knei-Paz, 2002). Vários são os fatores indicados como a chave para o sucesso de uma relação profissional de apoio, tais como o sentimento de proximidade semelhante ao da amizade, o sentido de igualdade e a atmosfera colaborativa, a acessibilidade, a empatia e o não julgamento, manter o contacto e fazer mais, ou seja, estar preparado para superar as fronteiras do papel formal do profissional, entre outros (Barker & Thomson, 2014; Leigh & Miller, 2004; Ribner & Knei-Paz, 2002). A combinação destas características permite uma experiência de apoio, sendo a conexão humana o elemento fundamental à facilitação de experiências positivas com os serviços (Barker & Thomson, 2014). A experiência de serem ouvidos pelos prestadores de serviços, com uma preocupação genuína além das responsabilidades profissionais, o ser tratado como igual e como um indivíduo combinados geram confiança no profissional e na instituição que esse representa. Mas, se as relações anteriores com profissionais foram vivenciadas como não-apoio ou até mesmo humilhantes, os utentes podem ser desencorajados a voltar a procurar os serviços (Barker & Thomson, 2014).

Para Trevithick (2003), um apoio efetivo não depende só do estabelecimento de uma relação de qualidade, mas também do conhecimento, competências, valores e qualidades que os profissionais trazem para o trabalho. Menciona que alguns profissionais cometeram o erro de pensar que estabelecer e manter uma relação boa era um fim em si mesmo, antes de a verem como uma abordagem prática que providencia bases sobre as quais se constrói trabalho futuro.

As práticas baseadas na relação desafiam a tendência que enfatiza um entendimento reducionista do comportamento humano, e respostas burocráticas a problemas complexos. Os profissionais da abordagem centrada na relação devem ser capazes de lidar com a singularidade de cada ator e com as várias fontes de conhecimento necessárias a conferir sentido à complexidade e imprevisibilidade. Por isso, Ruch (2005) defende que para um desenvolvimento e efetivação plenos do potencial da abordagem centrada na relação, os profissionais têm de desenvolver capacidades reflexivas.

A abordagem centrada na relação, tal como a IAP, reconhece os conhecimentos dos utentes, é participativa, implica práticas reflexivas e integra ideias das abordagens feministas. Para uma participação ativa de categorias usualmente discriminadas é necessário, por um lado, o desenvolvimento de relações de confiança, e, por outro, a criação de espaços seguros, isentos de julgamentos e preconceitos, que incitem a múltiplos diálogos e promovam atividades de conscientização. Só a consciência crítica pode reconhecer a opressão e derrubar a hegemonia (Freire, 1972).

Assim, a mudança que se impõe engloba uma estruturação a nível organizacional, de valores e relações humanas, envolvendo profissionais para uma prática que tenda a convergir no sentido de uma abordagem centrada na relação e na investigação-ação participativa, nas quais está implícita a prática reflexiva. É, portanto, necessário incrementar práticas de questionamento a nível institucional e promover/criar condições de desenvolvimento de competências participativas de todos os intervenientes nas e das ações educativas promovidas pelas instituições, no sentido do empoderamento.

2. Recomendações

Para além da proposta de um modelo de intervenção com os/as TS, debruçamo-nos agora sobre algumas recomendações a diferentes níveis e em diferentes áreas, ou seja, a nível micro, no âmbito da formação e práticas dos sujeitos participantes, e a nível macro, no que concerne à mudança legislativa e iniciativas educativas. Situada entre os dois níveis colocamos a importância da continuidade de investigação-ação participativa com TS e profissionais de proximidade, sendo que o incentivo político ao desenvolvimento da mesma é fundamental. Estas recomendações surgem da reflexão que fomos encetando ao longo da investigação, com os diversos participantes com quem interagimos.

2.1. Formação e práticas profissionais

Vários autores (Oliveira, 2011; Pitcher, 2006) e entidades como a TAMPEP ou NSWAP apontam a necessidade de desenvolver formação e fornecer suporte aos profissionais que dirigem serviços a TS, assim como os próprios identificaram algumas lacunas a nível teórico e prático que poderiam ser colmatadas com formação inicial e contínua. Parece-nos importante que, dada especificidade deste trabalho e as exigências do mesmo, os elementos que integrem as equipas possam usufruir de uma preparação teórica sobre o tema e as suas especificidades; conhecimentos teórico-práticos na área da saúde, riscos ocupacionais, higiene pessoal, legislação e direitos, apoios sociais, recursos e respostas existentes; formação de competências sociais que apoiem na adoção da abordagem centrada na relação; e formação de competências específicas da IAP; formação para a implementação de programas educação pelos pares; apoio de supervisão e/ou intervisão. As/os TS poderiam beneficiar de formação a nível de competências de investigação e educadores de pares, para uma participação igualitária nos projetos que lhes são dirigidos.

A nível de medidas políticas, parece-nos essencial a criação de um órgão de tutela, com funções de avaliação, implementação de medidas, formação, supervisão e acompanhamento de ações dirigidas aos/às TS, descentralizando o poder e transferindo-o para as instituições que trabalham em proximidade. Neste contexto, a intervenção poderia ser estruturada da seguinte forma e com as seguintes respostas:

- Mapeamento das zonas prioritárias e identificação das necessidades;
- Elaboração, implementação e avaliação de projetos de intervenção com TS e profissionais de proximidade;
- Conceção, implementação e avaliação de plano de formação profissional com os profissionais de proximidade;
- Supervisão da prática e suporte aos profissionais de proximidade;
- Criação de instrumentos qualitativos de avaliação dos projetos, resultados e impacto;
- Promover a investigação nesta área, de forma a aumentar conhecimento sobre a temática e acompanhar a mutabilidade do fenómeno.

Criação de respostas/medidas, preconizadas inclusivamente pela TAMPEP (2007):

- Desenvolvimento de serviços em duas vertentes: apoio à melhoria de qualidade de vida na atividade (higiene e segurança no trabalho, acesso a bens e serviços para quem opta por estar na atividade) e medidas de apoio à saída da atividade – apoio integrado e articulado com as várias áreas de inclusão (emprego, saúde, habitação, educação) para quem opta pela saída;
- Medidas de apoio aos imigrantes em contexto de trabalho sexual, relacionado com as questões de irregularidade e clandestinidade, através da conceção de títulos/autorizações de residência que lhe permitam aceder a bens e serviços, combatendo a clandestinidade;
- Medidas de apoios às situações de maior vulnerabilidade (longos percursos prostitutivos, idosas, consumidores de drogas, situações de violência) (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008);
- Medidas de combate ao tráfico e apoio às vítimas de exploração sexual sob coação, através do suporte nos países de origem e de acolhimento; e proteção de testemunhas;
- Implementação de ações de educação para a promoção e sensibilização dos direitos humanos dos/as TS, combate ao estigma e à discriminação nos serviços formais e na sociedade civil.

2.2. Legislação e educação

Tal como diversos autores portugueses têm defendido (Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008), consideramos que o trabalho sexual desempenhado por pessoas adultas, como atividade profissional escolhida no âmbito de um processo informado e consciente, deve ser legalizado e regulamentado, no sentido de garantir liberdades, direitos e deveres para uma cidadania plena. Para Oliveira (2011, p. 79) “... há um conjunto de técnicas, procedimentos, métodos e meios que são do domínio das pessoas que se prostituem, o que faz delas peritas e desta uma prática profissional”. Portanto, faz sentido que a mesma seja considerada como uma profissão, sendo que esta mudança de enfoque político-jurídico pode facilitar o processo de desestigmatização dos seus atores (Ribeiro et al., 2008).

Paralelamente, na linha de Doezema (1998), consideramos necessária uma intensificação de medidas para a erradicação do tráfico, da prostituição forçada e do abuso sexual de crianças e jovens, orientadas pelos princípios dos direitos humanos e com respeito à autodeterminação e capacidade agência de quem opta por ingressar no trabalho sexual.

As medidas práticas e políticas sugeridas devem ser acompanhadas por programas educativos no âmbito formal e não formal para a promoção de igualdade de oportunidades e género, como ações preventivas da violência, discriminação e opressão com base no género, raça e classe.

É importante relembrar que o trabalho sexual encontra-se relacionado com as construções sociais de género e da sexualidade, como já abordámos na primeira parte, mas as iniciativas educativas que propomos devem ser transversais a todas as categorias sociais. Até porque, como vários estudos indicam, usualmente os clientes de sexo pago são homens comuns, que procuram sexo pago como uma expressão da masculinidade construída socialmente (Campbell, 1998; Oliveira, 2011; Ribeiro et al., 2008). Assim, de acordo com Ribeiro et al. (2008), qualquer homem é um potencial cliente, uma vez que recebeu uma socialização de género.

As instâncias educativas e de socialização formais e não formais, como a família, grupos de pares, igreja, escola ou Estado reproduzem a dominação masculina e construção hegemónica da masculinidade (Bourdieu, 1999). Podem, então, assumir um papel inverso, ou seja, na desconstrução de discursos hegemónicos de dominação masculina e do duplo

padrão sexual. Ribeiro et al. (2008) destacam ainda o papel dos coletivos masculinos na transformação dos discursos e práticas dominantes.

Uma educação, enquanto processo de conscientização, que permita que os indivíduos desenvolvam um posicionamento para o tratamento equitativo entre homens e mulheres, permitirá a prevenção de situações de violência de gênero no futuro.

Na linha de Foucault (1995, 2008), consideramos que existe uma relação estreita entre os discursos e as práticas através das quais o controle e a dominação são exercidos num determinado contexto. A naturalidade com que aceitamos as rotinas e as práticas que comandam o nosso quotidiano na esfera privada e pública torna-nos sujeitos de opressão. Neste sentido, os profissionais das instituições definem um discurso enquadrado num significado e o controle é exercido através da manutenção de práticas comumente aceites, muitas vezes consagradas em procedimentos administrativos ou regulamentação governamental. É, portanto, essencial questionar práticas e discursos que perpetuam hegemonias.

3. Reflexão (final) sobre a experiência enquanto facilitadora de IAP com TS e uma equipa de outreach

A motivação para desenvolver investigação-ação com TS de rua e uma equipa de *outreach* encontra-se relacionada com uma vontade antiga de fazer mais e melhor para, junto e com estas pessoas. Como assistente social, no final da minha licenciatura, realizei estágio curricular, ao qual se seguiu um ano de voluntariado, no âmbito da redução de riscos junto desta população. Dez anos após outras experiências com diferentes populações, considerei que já tinha a maturidade suficiente para voltar ao terreno e empreender uma investigação que pudesse beneficiar todos/as participantes.

Antes de ingressar no doutoramento, adquiri alguma experiência de trabalho com grupos marginalizados e em dificuldade, como famílias em contexto de privação económica; e jovens considerados em risco de consumo de substâncias e comportamentos ditos desviantes. A formação em terapia familiar sistémica que tive oportunidade de frequentar, bem como os conhecimentos e experiência em dinâmicas de grupo e teatro, designadamente técnicas do teatro do oprimido (Boal, 2005), congruentes com a minha visão participada e participativa no mundo, facilitaram a minha atividade no passado. Apesar da experiência com grupos e com técnicas participadas e ativas, tinha poucas competências a nível da investigação. Estava habituada a refletir sobre a minha prática e a procurar melhorar competências, mas não costumava redigir sobre as mesmas e submetê-las a avaliação de especialistas. Este foi então o primeiro desafio - desenvolver competências investigativas que garantissem a qualidade da pesquisa, sob o ponto de vista académico. Para tal, umas das estratégias utilizadas foi a submissão de artigos a revistas de especialidade. Em algumas situações o debate tornou-se bastante enriquecedor, com a troca de argumentos com os pareceristas anónimos, que permitiram uma reflexão mais profunda e uma melhoria substancial do produto final. Mas nem todas as críticas foram construtivas e as rejeições foram frequentes, com alguns comentários que denotam a moralidade que ainda persiste relativamente ao trabalho sexual.

Quando iniciei a pesquisa não tinha uma posição clara relativa à prostituição. Procurei manter em aberto todas as leituras possíveis, uma vez que teria o privilégio de compilar diversas experiências, sob múltiplos pontos de vistas: desde as leituras sobre as posições dos feminismos, atravessando os testemunhos dos profissionais de proximidade

até às próprias TS. A partir desta pluralidade, a síntese apresentada por O'Neill (2001) revestiu-se de bastante sentido, dado que entende a prostituição como uma resposta compreensível e razoável a necessidades socioeconómicas, dentro de contexto cultural consumista e social que privilegia a sexualidade masculina. Permitiu-me, ainda, definir a minha posição no feminismo pós-estruturalista, com o qual mais me identifico no presente.

A abertura que procurei manter auxiliou-me na construção de relações de confiança com a maioria das participantes, que sentiram que podiam falar com honestidade e sem receio de julgamento. No entanto, em casos pontuais a minha profissão condicionou a relação com as TS. Usualmente as TS contactam com assistentes sociais em contextos que exigem que as últimas assumam um papel de controlo, o que pode condicionar as relações estabelecidas e as representações sobre as assistentes sociais. Refiro-me ao segundo desafio: conquistar a confiança e estabelecer relações que permitam viabilizar uma IAP.

Como já mencionei, o acesso às TS foi bastante facilitado pela equipa de *outreach*, mas para conquistar confiança é necessário tempo e persistência. É um processo moroso, por vezes com recuos, associado à mobilidade inerente ao trabalho sexual. Ao fim de algum tempo, os diálogos que encetei com as TS ultrapassavam as questões relacionadas com a investigação. Conversávamos tanto sobre telenovelas, séries de TV ou cinema alternativo; de aspetos corriqueiros e banais, como refletíamos sobre questões existenciais e íntimas. Na fase final, era contactada pelas TS, com quem estabeleci uma relação mais estreita, para conversar sobre assuntos relativos à pesquisa e outros de cariz pessoal.

Transformar as relações de confiança em participação como co investigadoras/es foi então o terceiro desafio. Tanto os profissionais de *outreach* como as TS raramente são envolvidos como co investigadores nas pesquisas. Normalmente são “objetos de pesquisa” que cedem informação através de entrevistas ou outras técnicas de recolha de dados. A IAP implica um trabalho colaborativo e conjunto em todas as atividades, e este aspeto nem sempre foi fácil quer no envolvimento dos profissionais, quer das TS. Em alguns momentos a participação pareceu surgir naturalmente, mas noutras situações pensei diversas vezes no fracasso da IAP. Depois de algumas fases de esperança e outras de desalento, o ânimo foi-me devolvido mais perto do final, quando verifiquei que três das participantes começavam a sentir o projeto como delas. Apesar de ser um número limitado, não deixa de ser expressivo tendo em conta os constrangimentos e dificuldades encontradas.

O quarto desafio prendeu-se com a redação final desta tese, que implica uma reflexão profunda sobre as práticas e discursos encetados, bem como sobre os seus efeitos. Ao longo da escrita, procurei refletir sobre as mais diversas questões, algumas com mais profundidade que outras, procurando ser fiel à multiplicidade de vozes que fui encontrando. Temo, no entanto, que possa em algum momento não conseguir abarcar toda a complexidade inerente às relações com os/as participantes que fui estabelecendo, os significados e as realidades que foram sendo construídas neste processo dinâmico.

Por fim, existe ainda o desafio de abandonar o terreno. E no momento em que escrevo interrogo-me se já o fiz. Transversais a todos estes desafios encontram-se os dilemas éticos, sobre os quais já dissertei na primeira parte.

A título de balanço final, foi um projeto difícil, que oscilou entre momentos de desespero e de contentamento, revestido de uma grande imprevisibilidade e exigente a nível de respostas flexíveis e criativas. Longos foram os tempos de espera e de silêncio, muitas vezes em condições adversas. Creio que é perfeitamente comum, dada a natureza do projeto de investigação. Neste processo a aprendizagem é inestimável, e neste momento apenas posso sentir gratidão para com os/as participantes que proporcionaram este crescimento.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

- Abel, G. (2010). *Decriminalisation: A harm minimisation and human rights approach to regulating sex work*. University of Otago, Dunedin.
- Aboim, S. (2013). *A sexualidade dos portugueses*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES), Rede sobre Trabalho Sexual (RTS), & Peixoto, V. (2012). Recomendações para a redefinição do enquadramento jurídico do trabalho sexual em Portugal. Vila Nova de Gaia. Retrieved March 15, 2013, from http://www.apdes.pt/uploads/news_files/137.pdf
- Agustín, L. M. (2004). Alternate ethics, or: Telling lies to researchers. *Research for Sex Work*, 6-7.
- Agustín, L. M. (2005a). Cruzafronteras atrevidas: otra visión de las mujeres migrantes. In María Jesús Miranda (Ed.), *Mujeres extranjeras en prisión*. Madrid: Universidad Complutense.
- Agustín, L. M. (2005b). New Research Directions: The Cultural Study of Commercial Sex. *Sexualities*, 8(5), 618–631. doi:10.1177/1363460705058400
- Agustín, L. M. (2007a). Questioning solidarity: Outreach with migrants who sell sex. *Sexualities*, 10(4), 519–534. doi:10.1177/1363460707080992
- Agustín, L. M. (2007b). *Sex at the margins: migration, labour markets, ad the rescue industry*. London: Zed Books.
- Alarcão, I. (Ed.). (2001). *Escola reflexiva e nova racionalidade*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Alarcão, I., & Araújo e Sá, M. H. (2010). *Linhas Estratégicas para o Desenvolvimento de Políticas de Investigação e Formação em Didática de Línguas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Alexander, P. (1998). Sex work and health: A question of safety in the workplace. *J Am Med Women's Assoc.*, (53), 77–82.
- Almeida Filho, N. (1989). *Epidemiologia sem números: uma introdução à ciência epidemiológica*. Rio de Janeiro: Campus.
- Altrichter, H., & Gstettner, P. (1993). Action Research: a closed chapter in the history of German social science? *Educational Action Research*, 1(3), 329–360. doi:10.1080/0965079930010302
- Amado, J. (2013). A investigação em educação e seus paradigmas. In J. Amado (Ed.), *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp. 19–71). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., Costa, A. P., & Crusoé, N. (2013). A técnica da análise de conteúdo. In J. Amado (Ed.), *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp. 301–351). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Amado, J., & Vieira, C. (2013). A validação da investigação qualitativa. In J. Amado (Ed.), *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp. 357–376). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ambrósio, T. (2001). *Educação e Desenvolvimento: contributo para uma mudança reflexiva da*

- educação*. Lisboa: FCT/UNL.
- American Psychological Association. (2010). *6th Manual of the American Psychological Association*. Washington: American Psychological Association.
- Andermahr, S., Lovell, T., & Wolkowitz, C. (1997). *A glossary of feminist theory*. London: Arnold.
- Aoyama, K. (2009). *Thai migrant sex workers: from modernisation to globalisation*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224.
- Babbitt, S. (1993). Feminism and objective interests: the role of transformation experiences in rational deliberation. In L. Alcoff & E. Potter (Eds.), *Feminist epistemologies* (pp. 245–264). New York: Routledge.
- Barbier, J.-M. (Ed.). (1996). *Savoirs théoriques et savoirs d'action*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bardin, L. (2004). *Análise do conteúdo*. Lisboa: Edições 70 .
- Barker, J., & Thomson, L. (2014). Helpful Relationships with Service Users: Linking Social Capital. *Australian Social Work*, (June), 1–16. doi:10.1080/0312407X.2014.905795
- Barra da Costa, J. M. (2003). O crime de lenocínio. Do direito à prostituição. In *Sexo, nexa e crime. Teoria e investigação da delinquência sexual* (pp. 81–121). Lisboa: Edições Colibri.
- Barra da Costa, J. M., & Alves, L. B. (2001). *Prostituição 2001. O masculino e o feminino de rua*. Lisboa: Edições Colibri.
- Barry, K. L. (1995). *The Prostitution of Sexuality*. New York and London: New York University Press.
- Bastos, S. P. (1997). *O Estado Novo e os seus vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Beasley, C. (1999). *What is feminism? An introduction to feminist theory*. London: SAGE.
- Beauvoir, S. de. (1975). *O segundo sexo. Os factos e os mitos*. Amadora: Bertrand.
- Benoit, C., Jansson, M., Millar, A., & Phillips, R. (2005). Community-academic research on hard-to-reach populations: benefits and challenges. *Qual Health Res.*, 15(2), 263–82.
- Bernstein, E. (2007). *Temporarily yours: intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago: University of Chicago Press.
- Bernstein, E. (2008). O significado da compra: desejo, demanda e o comércio do sexo. *Cadernos Pagu*, (31), 315–362.
- Biestek, F. (1957). *The casework relationship*. London: Allen and Unwin.
- Bisquerra, R. (1996). *Métodos de investigación educativa : guía práctica*. Barcelona: CEAC.
- Bletzer, K. V. (2003). Risk and danger among women-who-prostitute in areas where farmworkers

- predominate. *Medical Anthropology Quarterly*, 17(2), 251–278. doi:10.1525/maq.2003.17.2.251.
- Blumer, H. (1986). *Symbolic interactionism: perspective and Method*. California: University of California Press.
- Boal, A. (2005). *Teatro do oprimido e outras poéticas políticas* (7ª Edição.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1992). *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. (2ª edição, Ed.). Boston: Allyn and Bacon.
- Boog, B. W. M. (2003). The emancipatory character of action research, its history and the present state of the art. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, (13), 426–438.
- Boontinand, J. (2012). Feminist participatory action research in the Mekong region. In K. Kempadoo (Ed.), *Trafficking and prostitution reconsidered. New perspectives on migration, sex work, and human rights* (pp. 175–197). London: Paradigm.
- Bordonaro, L., & Alvim, F. (2010). The greatest crime in the world's history: uma análise arqueológica do discurso sobre tráfico de mulheres. In M. C. Silva & F. B. Ribeiro (Eds.), *Mulheres da vida. Mulheres com vida: prostituição, estado e políticas* (pp. 51–73). V.N. Famalicão: Edições Húmus.
- Boudon, R. (1995). Acção. In R. Boudon (Ed.), *Tratado de sociologia* (pp. 21–55). Porto: Edições Asa.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta.
- Boynton, P. M. (2002). Life on the streets: the experiences of community researchers in a study of prostitution. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 12, 1–12.
- Brewis, J., & Linstead, S. (2000). “The worst thing is the screwing” (1): consumption and the management of identity in sex work. *Gender, Work and Organization*, 7(2), 84–97.
- Bromberg, S. (1998). Feminist issues in prostitution. In J. E. Elias, V. L. Bullough, V. Elias, G. Brewer, & N. York (Eds.), *Prostitution. On whores, hustlers, and johns* (pp. 294–321). New York: Prometheus Books.
- Browne, J., & Minichiello, V. (1995). The Social Meanings behind Male Sex Work: Implications for Sexual Interactions. *The British Journal of Sociology*, 46(4), 598. doi:10.2307/591574
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Burgess, E. W., & Locke, H. J. (1960). *The family, from institution to companionship*. Nova York: American Book.
- Burgess, R. G. (1984). *In the field: An introduction to field research*. London: Routledge.
- Busza, J. (2004). Participatory research in constrained settings: Sharing challenges from Cambodia. *Action Research*, 2(2), 191–208.

- Butler, J. (1990). *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York and London: Routledge.
- Campbell, R. (1998). Invisible men: making visible male clients of female prostitutes in Merseyside. In J. E. Elias, V. L. Bullough, V. Elias, G. Brewer, & N. York (Eds.), *Prostitution. On whores, hustlers, and johns* (pp. 155–171). New York: Prometheus Books.
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos: um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa.
- Carmo, I. do, & Fráguas, F. (2003). *Putas de prisão*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cassell, C., & Johnson, P. (2006). Action research: Explaining the diversity. *Human Relations*, 59(6), 783–814. doi:10.1177/0018726706067080
- Castillo, D. A., Gómez, M., & Delgado, B. (1999). Border Lives: Prostitute Women in Tijuana. *Signs*, 24(2), 387–422. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/3175647>
- Chapkis, W. (1997). *Live sex acts: Women performing erotic labor*. New York: Routledge.
- Christians, C. G. (2005). Ethics and politics in qualitative research. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 139–164). California: SAGE.
- Church, S., Henderson, M., Barnard, M., & Hart, G. (2001). Violence by clients towards female prostitutes in different work settings: questionnaire survey. *BMJ*, 322(3), 524–525.
- Clarke, R. J., Clarke, E. A., Roe-Sepowitz, D., & Fey, R. (2012). Age at Entry into Prostitution: Relationship to Drug Use, Race, Suicide, Education Level, Childhood Abuse, and Family Experiences. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 22(3), 270–289. doi:10.1080/10911359.2012.655583
- Coelho, B. (2009). Olhar os quadros que nos enquadram a visão: perspectivas teóricas sobre a prostituição e as prostitutas. *CIES E-WORKING PAPER*, 66.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (1994). *Research methods in education*. (4th, Ed.) *Education* (Vol. 55). London and New York: Routledge. doi:10.1111/j.1467-8527.2007.00388_4.x
- Cohen, S. (2002). *Folk Devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers*. London: Routledge.
- Collins, J., & Collins, M. (1981). *Achieving Change in Social Work*. London: Heinemann.
- Cook, J. A., & Fonow, M. M. (1986). Knowledge and women's interests: issues of epistemology and methodology in feminist sociological research. *Sociological Inquiry*, 56(4), 2–29.
- Coombs, P. H. (1985). *The world crisis in education. The view from the eighties*. New York and Oxford: Oxford University Press.
- Cooper, K., Kilvington, J., Day, S., Ziersch, A., & Ward, H. (2001). HIV prevention and sexual health services for sex workers in the UK. *Health Education Journal*, 60(1), 26–34.
- Cornish, F. (2006). Empowerment to participate: a case study of participation by indian sex

- workers in HIV prevention. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 16(4), 301–315. doi:10.1002/casp.866
- Cornu, R. (2003). *Educação, saber e produção*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Cornwall, A., & Jewkes, R. (1995). What is participatory research? *Soc Sci Med*, 41(12), 1667–1676.
- Costa, A. F. da. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 129–148). Porto: Edições Afrontamento.
- Coutinho, C. P. (2011). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Coutinho, J., & Oliveira, A. (2014). Redução de riscos no trabalho sexual em Portugal: representações dos técnicos interventores. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 15(2), 538–553.
- Coy, M., Wakeling, J., & Garner, M. (2011). Selling sex sells: Representations of prostitution and the sex industry in sexualised popular culture as symbolic violence. *Women's Studies International Forum*, 34(5), 441–448. doi:10.1016/j.wsif.2011.05.008
- Crosby, S. (1998). Health care provision for prostitute women: a holistic approach. In J. E. Elias, V. L. Bullough, V. Elias, & G. Brewer (Eds.), *Prostitution. On whores, hustlers, and johns* (pp. 408–419). New York: Prometheus Books.
- Cusick, L. (2006). Widening the harm reduction agenda: From drug use to sex work. *International Journal of Drug Policy*, 17(1), 3–11. doi:10.1016/j.drugpo.2005.12.002
- D'Azevedo, F. P. (1864). *História da prostituição e polícia sanitária no Porto*. Porto: Casa de F. Gomes da Fonseca.
- Dalla, R. L. (2001). Et Tu Brute?: A Qualitative Analysis of Streetwalking Prostitutes' Interpersonal Support Networks. *Journal of Family Issues*, 22(8), 1066–1085. doi:10.1177/019251301022008006
- Davis, H. (2013). Defining “Pimp”: Working Towards a Definition in Social Research. *Sociological Research Online*, 18(1). doi:10.5153/sro.2826
- Davis, K. (1937). The sociology of prostitution. *American Sociological Review*, 2(5), 744–755.
- Day, S. (1988). Prostitute women and AIDS: Anthropology. *AIDS*. Retrieved from <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-0024244036&partnerID=tZOtx3y1>
- Day, S. (2007). *On The Game. Women and sex work*. London: Pluto Press.
- Day, S., & Ward, H. (2004). Approaching health through the prism of stigma: research in seven European countries. In S. Day & H. Ward (Eds.), *Sex work, mobility and health in Europe* (pp. 139–159). London: Kegan Paul Limited.
- De Laurentis, T. (1987). *Technologies of gender*. New York: Bloomington.
- Delacoste, F., & Alexander, P. (1998). *Sex work. Writings by women in the sex industry* (2nd ed.). California: Cleis Press.

- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. (2ª edição, Ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Dewey, J. (1997). *How we think*. New York: Dover Publications.
- Dias, S., Gama, A., Fuertes, R., Mendão, L., & Barros, H. (2014). Risk-taking behaviours and HIV infection among sex workers in Portugal: results from a cross-sectional survey. *Sexually Transmitted Infections*, 91(5), 346–52. doi:10.1136/sextrans-2014-051697
- Dixon, D., & Dixon, J. (1998). She-male prostitutes: who are they, what do they do, and why do they do it? In *Prostitution. On whores, hustlers, and johns* (pp. 260–266). New York: Prometheus Books.
- Doezema, J. (1998). Forced to choose. Beyond the voluntary v. Forced prostitution dichotomy. In K. Kempadoo & J. Doezema (Eds.), *Global sex workers. Rights, resistance, and redefinition* (pp. 34–50). New York and London: Routledge.
- Dworkin, A. (1981). *Pornography: men possessing women*. New York: Putnam.
- Elias, J., Bullough, V., Elias, V., & Brewer, G. (1998). *Prostitution. On whores, hustlers, and johns*. New York: Prometheus Books.
- Ewles, L., & Simnett, I. (2003). *Promoting health: a practical guide* (5th ed.). Edinburgh: Baillière Tindall.
- Fals Borda, O. (1988). *Knowledge and People's Power. Lessons with peasants in Nicaragua, Mexico and Colombia*. New Delhi: Indian Social Institute.
- Fals Borda, O. (2001). Participatory (action) research in social theory: origins and challenges. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research: participative inquiry and practice* (pp. 27–37). London: SAGE.
- Fals-Borda, O. (1991). Some basic ingredients. In O. Fals-Borda & M. A. Rahman (Eds.), *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action research* (pp. 3–12). New York: The Apex Press.
- Fals-Borda, O., & Rahman, M. A. (Eds.). (1991). *Action and knowledge: breaking the monopoly with participatory action research*. New York: The Apex Press.
- Farley, M. (2004). “Bad for the Body, Bad for the Heart”: Prostitution Harms Women Even if Legalized or Decriminalized. *Violence Against Women*, 10(10), 1087–1125. doi:10.1177/1077801204268607
- Farley, M. (2005). Prostitution Harms Women Even if Indoors: Reply to Weitzer. *Violence Against Women*, 11(7), 950–964. doi:10.1177/1077801205276987
- Ferreira, J. M., & Barreira, C. (1993). A evolução cultural e das mentalidades. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal. Portugal em transe (1974-1985)* (pp. 166–172). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ferreira, R. S. (2015). Rendimento Social de Inserção, tolerância zero: o embrutecimento do estado. *Sociologia*, 29, 147–169. Retrieved from

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192015000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

- Finger, M. (2005). A educação de adultos e o futuro da sociedade. In R. Canário & B. Cabrito (Eds.), *Educação e formação de adultos. Mutações e convergências* (pp. 15–30). Lisboa: Educa.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Fonseca, Â. (1902). *Da prostituição em Portugal*. Porto: Typographia Occidental.
- Ford, K.-A. (1998). Evaluating prostitution as a human service occupation. In J. Elias, V. Bullough, V. Elias, & G. Brewer (Eds.), *Prostitution. On whores, hustlers, and johns* (pp. 420–434). New York: Prometheus Books.
- Foucault, M. (1985). *História da sexualidade. O cuidado de si* (Vol. III). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1990). *História da sexualidade. A vontade de saber* (10^a edição., Vol. I). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1995). *A arqueologia do saber* (4^aed ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitaria.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Microfísica do poder* (26th ed.). São Paulo: Edições Graal.
- Frank, K. (2003). “Just trying to relax”: Masculinity, masculinizing practices, and strip club regulars. *Journal of Sex Research*, 40(1), 61–75. Retrieved from <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-0037321808&partnerID=tZOtx3y1>
- Freire, P. (1972). *Pedagogia do oprimido*. Porto: Afrontamento.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frye, M. (2005). Opression. In A. E. Cudd & ; Robin O. Andreasen (Eds.), *Feminist theory: a philosophical anthology* (pp. 84–90). Oxford: Blackwell.
- Gaffney, J., Velvevsky, P., Phoenix, J., & Schiffer, K. (2008). *Practical guidelines for delivering health services for sex workers*. Amsterdam. Retrieved from <http://www.aspasie.ch/files/PracticalGuidelinefordeliveringhealthservicestoSW.pdf>
- Garfinkel, H. (1967). *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall.
- Gaventa, J., & Cornwall, A. (2001). Power and knowledge. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research. participative inquiry and practice* (pp. 70–80). London: SAGE.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2005). *O inquérito: teoria e prática* (4^a ed reim.). Oeiras: Celta editora.
- Gilligan, C. (1982). *In a different voice. Psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press.

- Glassman, M., & Erdem, G. (2014). Participatory Action Research and Its Meanings: Vivencia, Praxis, Conscientization. *Adult Education Quarterly*, 64, 206–221. doi:10.1177/0741713614523667
- Goffman, E. (1975). *Estigma - Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Goffman, E. (1989). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- Gomes, A. B. (1913). *História completa da prostituição*. (2^a, Ed.). Lisboa: Auctor.
- Gómez, A. P. (1992). O pensamento prático do professor. A formação do professor como profissional reflexivo. In A. Nóvoa (Ed.), *Os professores e a sua formação* (pp. 95–114). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- González, A. A., & Sánchez, M. P. (2013). La relación educativa con mujeres en contextos de prostitución: la dimensión pedagógica de la intervención. *Educación XXI*, 291–308. doi:10.5944/educxx1.17.1.10715
- Gray, D. E. (2004). *Doing research in the real world*. London: SAGE Publications.
- Greene, W. H., & Simons-Morton, B. . (1988). *Educación para la Salud*. México: Interamericana-McGraw-Hill.
- Greenwood, D. J., & Levin, M. (2006). Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens* (2^a ed., pp. 91–113). Porto Alegre: Artmed.
- Groneberg, D. A., Molliné, M., & Kusma, B. (2006). Sex work during the World Cup in Germany. *Lancet*, 368(9538), 840–1. doi:10.1016/S0140-6736(06)69324-0
- Guba, E. G. (1990). *The paradigm dialog*. Newbury Park (CA): Sage Publications.
- Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em ciências sociais* (2nd ed.). Cascais: Princípia.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.
- Guimarães, P., Silva, O. S., & Sancho, A. V. (2006). Educação e formação de adultos nas associações: iniciativas popularmente promovidas ou formalmente organizadas? In L. Lima (Ed.), *Educação não escolar de adultos. Iniciativas de educação e formação em contexto associativo* (pp. 25–70). Braga: Universidade do Minho.
- Guinote, P., & Oliveira, R. B. (1989). Prostituição, boémia e galanteria no quotidiano da cidade. In A. Reis (Ed.), *Portugal Contemporâneo (1851-1910)* (Vol. II, pp. 339–382). Lisboa: Edições Alfa.
- Habermas, J. (1974). *Theory and practice*. London: Heineman.
- Habermas, J. (1987). *The theory of communicative action, Volume 2: Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Press.

- Habermas, J. (1996). *Between facts and norms*. Cambridge: Polity Press.
- Hall, B. (1982). Breaking the monopoly of knowledge: research methods, participation and development. In B. L. Hall, A. Gillette, & R. Tandon (Eds.), *Creating knowledge: A monopoly?* (pp. 13–28). New Delhi: Society for Participatory Research in Asia.
- Hanisch, C. (1970). The personal is political. In S. Firestone & A. Koedt (Eds.), *Notes From the Second Year: Women's Liberation: Major Writings of the Radical Feminists* (pp. 76–78). New York: Radical Feminism.
- Haraway, D. J. (1991). *Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature*. London: Free Association Books Ltd.
- Harcourt, C., & Donovan, B. (2005). The many faces of sex work. *Sex Transm Infect*, 81(3), 201–206. doi:10.1136/sti.2004.012468
- Harding, S. (1993). Rethinking standpoint epistemology: “What is strong objectivity”? In A. Linda & E. Potter (Eds.), *Feminist epistemologies* (pp. 49–82). New York: Routledge.
- Harding, S. (1996). *Ciencia y feminismo*. Madrid: Ediciones Morata.
- Herold, E., Garcia, R., & DeMoya, T. (2001). Female tourists and beach boys. *Annals of Tourism Research*, 28(4), 978–997. doi:10.1016/S0160-7383(01)00003-2
- Hester, M., & Westmarland, N. (2004). *Tackling Street Prostitution: Towards an holistic approach*. Bristol.
- Høigård, C., & Finstad, L. (1992). *Backstreets. Prostitution, money and love*. Cambridge: Blackwell.
- Hooks, B. (1984). *Feminist theory: From margin to center*. Boston: South End Press.
- Hubbard, P. (1999). Researching female sex work: reflections on geographical exclusion, critical methodologies and “useful” knowledge. *Area*, 31(3), 229–237.
- Humm, M. (1995). *The dictionary of feminist theory* (2nd ed.). New York: Prentice Hall.
- Infante, C., Sosa-Rubi, S., & Cuadra, S. M. (2009). Sex work in Mexico: vulnerability of male, travesti, transgender and transsexual sex workers. *Culture, Health & Sexuality*, 11(2), 125–137. doi:10.1080/13691050802431314
- Jeffreys, S. (1997). *The Idea of Prostitution*. Melbourne: Spinifex.
- Jodelet, D. (1989). Les représentations sociales: un domaine en expansion. In D. Jodelet (Ed.), *Les représentations sociales* (pp. 47–78). Paris: PUF.
- Karlsen, J. I. (1991). Action research as method. Reflections from a program for developing methods and competence. In W. F. Whyte (Ed.), *Participatory action research* (pp. 143–158). California: SAGE.
- Kemmis, S. (2001). Exploring the relevance of critical theory for action research: emancipatory action research in the footsteps of Jürgen Habermas. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research: participative inquiry and practice* (pp. 91–102). London:

SAGE.

- Kemmis, S., & Carr, W. (1988). *Teoría crítica de la enseñanza: La investigación-acción en la formación del profesorado*. Barcelona: Martínez Roca.
- Kemmis, S., & McTaggart, R. (2005). Participatory action research. Communicative action and the public sphere. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *The SAGE handbook of qualitative research* (3rd ed., pp. 271–330). London: SAGE Publications.
- Kempadoo, K. (1998). Introduction. Globalizing sex workers' rights. In K. Kempadoo & J. Doezema (Eds.), *Global sex workers. Rights, resistance, and redefinition* (pp. 1–28). New York and London: Routledge.
- Kempadoo, K. (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, 25, 55–78.
- Kempadoo, K. (2012a). Introduction: abolitionism, criminal justice, and transnational feminism. Twenty-first-century perspectives on human trafficking. In K. Kempadoo, J. Sanghera, & B. Pattanaik (Eds.), *Trafficking and prostitution reconsidered. New perspectives on migration, sex work, and human rights* (2nd ed., pp. vii–xlii). Boulder-London: Paradigm.
- Kempadoo, K. (Ed.). (2012b). *Trafficking and prostitution reconsidered. New perspectives on migration, sex work, and human rights* (2nd ed.). Boulder-London: Paradigm.
- Kempadoo, K., & Doezema, J. (Eds.). (1998). *Global sex workers. Rights, resistance, and redefinition*. New York and London: Routledge.
- Kindon, S., Pain, R., & Kesby, M. (2007). *Participatory action research approaches and methods: Connecting people, participation and place*. London: Routledge.
- Kolb, D. (1984). *Experiential learning: experience as the source of learning and development*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Kongelf, A., Bandewar, S. V. S., Bharat, S., & Collumbien, M. (2015). Is Scale-Up of Community Mobilisation among Sex Workers Really Possible in Complex Urban Environments? The Case of Mumbai, India. *Plos One*, 10(3). doi:10.1371/journal.pone.0121014
- Kuhn, T. (1970). *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Kurtz, S. P., Surratt, H. L., Kiley, M. C., & Inciardi, J. A. (2005). Barriers to health and social services for street-based sex workers. *Journal of Health Care for the Poor and Underserved*, 16(2), 345–361.
- La Belle, T. J. (1982). Formal, nonformal and informal education: A holistic perspective on lifelong learning. *International Review of Education*, 28(2), 159–175.
- Latorre, A. (2003). *La investigación-acción : conocer y cambiar la práctica educativa*. Barcelona: Graó.
- Lave, J., & Wenger, E. (1999). *Situated learning : legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lazarus, L., Deering, K. N., Nabess, R., Gibson, K., Tyndall, M. W., & Shannon, K. (2012). Occupational stigma as a primary barrier to health care for street-based sex workers in

- Canada. *Cult Health Sex*, 14(2), 139–150. doi:10.1080/13691058.2011.628411
- Le Boterf, G. (2003). *Desenvolvendo a competência dos profissionais* (3^a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- LeCompte, M. (1995). Some notes on power, agenda, and voice: a researcher's personal evolution towards critical collaborative research. In P. McLaren & J. Giarelli (Eds.), *Critical Theory and Educational Research* (pp. 91–112). Albany: State University of New York Press.
- Leigh, S., & Miller, C. (2004). Is the Third Way the Best Way? Social Work Intervention with Children and Families. *Journal of Social Work*, 4(3), 245–267.
- Lever, J., & Dolnick, D. (2010). Call girls and street prostitutes: selling sex and intimacy. In R. Weitzer (Ed.), *Sex for sale. Prostitution, pornography, and the sex industry* (2nd ed., pp. 187–203). New York: Routledge.
- Levin, L., & Peled, E. (2011). The attitudes toward prostitutes and prostitution scale: A new tool for measuring public attitudes toward prostitutes and prostitution. *Research on Social Work Practice*, 21(5), 582–593. doi:10.1177/1049731511406451
- Lewin, K. (1946). Action research and minority problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34–46.
- Liberato, I. (2002). *Sexo, ciência, poder e exclusão social. A tolerância da prostituição em Portugal (1841-1926)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Lima, L. (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004). In R. Canário & B. Cabrito (Eds.), *Educação e formação de adultos. Mutações e convergências* (pp. 31–60). Lisboa: Educa.
- Lima, L. (2006). *Educação não escolar de adultos. Iniciativas de educação e formação em contexto associativo*. (L. Lima, Ed.). Braga: Universidade do Minho.
- Lima, L., & Afonso, A. J. (2006). Políticas públicas, novos contextos e actores em educação de adultos. In L. Lima (Ed.), *Educação não escolar de adultos. Iniciativas de educação e formação em contexto associativo* (pp. 205–229). Braga: Universidade do Minho.
- Limoncelli, S. a. (2006). International Voluntary Associations, Local Social Movements and State Paths to the Abolition of Regulated Prostitution in Europe, 1875-1950. *International Sociology*, 21(1), 31–59. doi:10.1177/0268580906059290
- Lincoln, Y. S. (2001). Engaging sympathies: relationships between action research and social constructivism. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research: participative inquiry and practice* (pp. 124–132). London: SAGE.
- Link, B. G., & Phelan, J. C. (2001). Conceptualizing stigma. *Annual Review of Sociology*, 27, 363–385.
- Lopes, A. (2006). *Trabalhadores do sexo uni-vos! – organização laboral na indústria do sexo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lopes, A., & Oliveira, A. (2006). Sex worker mobilization in Portugal – slow awakenings. In C. Barker & M. Tyldesley (Eds.), *Conference papers of the Eleventh International Conference*

- on Alternative Futures and Popular Protest - Vol. III* (pp. 19–21). Manchester: : Faculty of Humanities and Social Science – Manchester Metropolitan University.
- Lorway, R., Thompson, L. H., Lazarus, L., du Plessis, E., Pasha, A., Fathima Mary, P., ... Reza-Paul, S. (2013). Going beyond the clinic: confronting stigma and discrimination among men who have sex with men in Mysore through community-based participatory research. *Critical Public Health*, 24(1), 73–87. doi:10.1080/09581596.2013.791386
- Luque, P. A. (1997). Educación no formal. Un acercamiento a otras instituciones educativas. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 15-16, 313–320.
- MacKinnon, C. A. (1987). *Feminism Unmodified: Discourses on Life and Law*. Cambridge, MA, MA: Harvard University Press.
- Maguire, P. (2001). Uneven ground:feminisms and action research. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research: participative inquiry and practice* (pp. 59–69). London: SAGE.
- Majic, S. (2014). Beyond “Victim-Criminals”: Sex Workers, Nonprofit Organizations, and Gender Ideologies. *Gender & Society*, XX(X), 1–23. doi:10.1177/0891243214524623
- Mak, R. (2004). Health care for sex workers in Europe. In S. Day & H. Ward (Eds.), *Sex work, mobility and health in Europe* (pp. 123–138). London: Kegan Paul Limited.
- Manita, C., & Oliveira, A. (2002). *Estudo de caracterização da prostituição de rua no Porto e Matosinhos*. Porto: Comissão para a igualdade e para os direitos das mulheres.
- Marcus, A., Horning, A., Curtis, R., Sanson, J., & Thompson, E. (2014). Conflict and Agency among Sex Workers and Pimps: A Closer Look at Domestic Minor Sex Trafficking. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 653(1), 225–246. doi:10.1177/0002716214521993
- Marques, J., Queiroz, J., Santos, A., & Maia, S. (2013). European professional profile of the outreach worker in harm reduction. *Agência Piaget para o Desenvolvimento - APDES*. Retrieved April 13, 2013, from <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4689>
- Martin, L. (2013). Sampling and sex trading: Lessons on research design from the street. *Action Research*, 11(3), 220–235. doi:10.1177/1476750313488146
- Mathieu, L. (2003). The Emergence and Uncertain Outcomes of Prostitutes’ Social Movements. *The European Journal of Women’s Studies*, 10(1), 29–50. doi:10.1177/1350506803010001788
- Mattoso, J. (1993). Mutações. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)* (Vol. 2, pp. 243–267). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mayhew, S., Collumbien, M., Qureshi, a, Platt, L., Rafiq, N., Faisel, a, ... Hawkes, S. (2009). Protecting the unprotected: mixed-method research on drug use, sex work and rights in Pakistan’s fight against HIV/AIDS. *Sexually Transmitted Infections*, 85 Suppl 2, ii31–i36. doi:10.1136/sti.2008.033670

- Mckeganey, N., & Barnard, M. (1996). *Sex work on the streets: prostitutes and their clients*. Buckingham: Open University Press.
- McLeod, E. (1982). *Women Working: Prostitution Now*. London: Croom Helm.
- McTaggart, R. (1994). Participatory Action Research: issues in theory and practice. *Educational Action Research*, 2(3), 313–337.
- McTaggart, R. (1998). Is validity really an issue for participatory action research? *Studies in Cultures, Organizations and Societies*, 4(2), 211–236. doi:10.1080/10245289808523513
- Mead, G. H. (1934). *Mind, self, and society. From the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Melo, A. (2007). O papel das Organizações do 3.º sector na aprendizagem ao longo da vida. In *Aprendizagem ao longo da vida* (pp. 7–24). Lisboa: GEP-MTSS.
- Mikkonen, M., Kauppinen, J., Houvinen, M., & Aalto, E. (2007). *Outreach work among marginalised populations in Europe. Guidelines on providing integrated outreach services*. Amsterdam. Retrieved from http://www.correlation-net.org/doccenter/pdf_document_centre/book_outreach_fin.pdf
- Miller, J., & Schwartz, M. D. (1995). Rape myths and violence against street prostitutes. *Deviant Behavior*, 16(1), 1–23. doi:10.1080/01639625.1995.9967984
- Moniz, E. (1906). *A vida sexual. Pathologia* (2ª ed.). Lisboa: Ferreira & Oliveira, Lda.
- Monto, M. A. (2004). Female prostitution, customers, and violence. *Violence Against Women*, 10, 160–168.
- Monto, M. A. (2010). Prostitutes' customers: motives and misconceptions. In R. Weitzer (Ed.), *Sex for sale. Prostitution, pornography, and the sex industry* (2nd ed., pp. 233–254). New York: Routledge.
- Morin, E. (1991). *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morin, E. (1999). *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Morselli, C., & Savoie-Gargiso, I. (2014). Coercion, Control, and Cooperation in a Prostitution Ring. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 653(1), 247–265. doi:10.1177/0002716214521995
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public* (2 ed.). Paris: PUF.
- Mossman, E. (2007). *International Approaches to Decriminalising or Legalising Prostitution. Prepared for the Ministry of Justice*. Wellington. New Zealand: Ministry of Justice.
- Murray, L., Moreno, L., Rosario, S., Ellen, J., Sweat, M., & Kerrigan, D. (2007). The role of relationship intimacy in consistent condom use among female sex workers and their regular paying partners in the Dominican Republic. *AIDS and Behavior*, 11(3), 463–70. doi:10.1007/s10461-006-9184-5
- Nagle, J. (1997). *Whores and Other Feminists*. (J. Nagle, Ed.). New York and London: Routledge.

- Narvaz, M. G., & Koller, S. H. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia Em Estudo*, 11(3), 647–654. doi:10.1590/S1413-73722006000300021
- National Institute on Drug Abuse (NIDA). (2002). *Principles of HIV prevention in drug-using populations*. Retrieved from [http://www.nhts.net/media/Principles of HIV Prevention \(17\).pdf](http://www.nhts.net/media/Principles of HIV Prevention (17).pdf)
- Needle, R. H., Burrows, D., Friedman, S. R., Dorabjee, J., Touz, G., Badrieva, L., ... Latkin, C. (2005). Effectiveness of community-based outreach in preventing HIV / AIDS among injecting drug users. *International Journal of Drug Policy*, 16, 45–57. doi:10.1016/j.drugpo.2005.02.009
- Nemoto, T., Bödeker, B., & Iwamoto, M. (2011). Social Support, Exposure to Violence and Transphobia, and Correlates of Depression Among Male-to-Female Transgender Women With a History of Sex Work. *American Journal of Public Health*, 101(10), 1980–1988. doi:10.2105/AJPH.2010.197285
- Neri de Souza, F., Costa, A. P., & Moreira, A. (2011). Análise de dados qualitativos suportada pelo software webQDA. In *VII Conferência Internacional de TIC na Educação: Perspetivas de Inovação (CHALLENGES2011)* (pp. 49–56). Braga. Retrieved from https://www.webqda.com/flash_content/artigoChallenges2011.pdf
- Nóvoa, A. (Ed.). (1992). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- O'Connell-Davidson, J. (1998). *Prostitution, power and freedom*. Cambridge: Polity Press.
- O'Neill, M. (2001). *Prostitution and feminism*. Cambridge: Polity.
- O'Neill, M. (2008). Sex, violence and work: transgressing binaries, and the vital role of services to sex workers in public policy reform. In G. Letherby, K. Williams, P. Birch, & M. E. Cain (Eds.), *Sex as Crime ?* (pp. 80–98). Devon: Willan Publishing.
- O'Neill, M. (2010). Cultural Criminology and Sex Work: Resisting Regulation through Radical Democracy and Participatory Action Research (PAR). *Journal of Law and Society*, 37(1), 210–232. doi:10.1111/j.1467-6478.2010.00502.x
- O'Neill, M., & Campbell, R. (2006). Street sex work and local communities: creating discursive spaces for genuine consultation and inclusion. In R. Campbell & M. O'Neill (Eds.), *Sex work now* (pp. 33 – 61). Cullompton: Willan.
- O'Neill, M., Campbell, R., Hubbard, P., Pitcher, J., & Scoular, J. (2008). Living with the Other: Street sex work, contingent communities and degrees of tolerance. *Crime, Media, Culture*, 4(1), 73–93. doi:10.1177/1741659007087274
- Oliveira, A. (2004). *As vendedoras de ilusões – estudo sobre prostituição, alterne e striptease*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na vida. Prostituição de rua e reacção social*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, A. (2013). *Da prostituição de apartamento na cidade de Lisboa: características e significados*. GAT - Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA - Pedro

- Santos. Porto.
- Oliveira, A., & Manita, C. (2002). Prostituição, violência e vitimação. In R. A. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Violência e vítimas de crimes* (Vol. 1, pp. 213–239). Coimbra: Quarteto.
- Oliveira, A., & Mota, M. (2012). *Implementação e avaliação de um modelo de educação de pares para trabalhadores (as) do sexo*. Porto.
- Oliveira, A., & Mota, M. (2013). *Desenvolvimento e avaliação de um modelo de educação de pares para trabalhadores(as) do sexo. Relatório final da supervisão científica da 2ª fase do projeto*.
- Operario, D., Soma, T., & Underhill, K. (2008). Sex Work and HIV Status Among Transgender Women. *JAIDS Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, 48(1), 97–103. doi:10.1097/QAI.0b013e31816e3971
- Oselin, S. S. (2009). Leaving the Streets: Transformation of Prostitute Identity Within the Prostitution Rehabilitation Program. *Deviant Behavior*, 30(4), 379–406.
- Oselin, S. S., & Weitzer, R. (2013). Organizations working on behalf of prostitutes: An analysis of goals, practices, and strategies. *Sexualities*, 16(3-4), 445–466. doi:10.1177/1363460713481741
- Ospina, S., Dodge, J., Godsoe, B., Minieri, J., Reza, S., & Schall, E. (2004). From consent to mutual inquiry: balancing democracy and authority in action research. *Action Research*, 2(1), 47–69.
- Overall, C. (1992). What's wrong with prostitution Evaluating sex work . *Signs*, 17(4), 705–724.
- Pacheco, J. (2000). *O sexo por cá*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Paglia, C. (1997). *Vampes & Vadias*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Pais, J. M. (1984). prefácio. In F. I. SANTOS CRUZ (Ed.), *Da prostituição na cidade de Lisboa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pais, J. M. (2008). *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX*. (2ª Ed.). Lisboa: Ambar.
- Palhares, J. A. (2007). Quarenta anos na sombra da crise da Escola: possibilidades e contrariedades no percurso da educação não-escolar. In A. R. “Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação? FERREIRA, Júlia ; SIMÕES (Ed.), *XV Colóquio AFIRSE – Complexidade: um novo paradigma para investigar e intervir em educação?* (pp. 1–19). Lisboa.
- Park, P. (2001). Knowledge and participatory research. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research: participative inquiry and practice* (pp. 81–90). London: SAGE.
- Parker, S. (1997). *Reflective teaching in the postmodern world – a manifesto for education in postmodernity*. Buckingham: Open University Press.
- Pateman, C. (1988). *The sexual contract*. Cambridge: Stanford University Press.

- Perlman, H. H. (1979). *Relationship: The heart of helping people*. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Perrenoud, P. (1996). Formation continue et développement de compétences professionnelles. *Éducateur*, (9), 28–33.
- Pheterson, G. (1989). *A Vindication of the Rights of Whores*. Seattle: Seal Press.
- Pheterson, G. (1993). The whore stigma: female dishonor and male unworthiness. *Social Text*, (37), 39–64.
- Pheterson, G. (1996). *The prostitution prism*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Pilcher, J., & Whelehan, I. (2008). *50 key concepts in gender studies*. London: SAGE.
- Pinto, P., Nogueira, C., & Tavares, M. (2010). Prostitutas e feministas: refazer abordagens, reconciliar caminhos. In M. C. Silva & F. B. Ribeiro (Eds.), *Mulheres da vida. Mulheres com vida: prostituição, estado e políticas* (pp. 233–254). Ribeirão: Húmus.
- Piscitelli, A. (2005). Apresentação : gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, (25), 7–23.
- Piscitelli, A. (2012). Feminismos e Prostituição no Brasil: Uma Leitura a Partir da Antropologia Feminista. *Cuadernos de Antropología Social*, (36), 11–31. Retrieved from <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180926074002>> ISSN 0327-3776
- Pitcher, J. (2006). Support services for women working in the sex industry. In R. Campbell & M. O'Neill (Eds.), *Sex work now* (pp. 235–262). Cullompton: Willan.
- Porter, J., & Bonilla, L. (2010). The ecology of street prostitution. In R. Weitzer (Ed.), *Sex for sale. Prostitution, pornography, and the sex industry* (2nd ed., pp. 163–185). New York and London: Routledge.
- Pretty, J. N., Guijt, I., Thompson, J., & Scoones, I. (1995). *A trainer's guide for participatory learning and action*. London: Sustainable Agriculture Programme, International Institute for Environment and Development.
- Pyett, P. M. (1998). Researching with sex workers: a privilege and a challenge. In J. E. Elias, V. L. Bullough, V. Elias, & G. Brewer (Eds.), *Prostitution. On whores, hustlers, and johns* (pp. 368–375). New York: Prometheus Books.
- Pyett, P. M., & Warr, D. J. (1997). Vulnerability on the streets: female sex workers and HIV risk. *AIDS Care*, 9(5), 539–547. doi:10.1080/713613193
- Ramalho, N., Silva, A., & Santos, B. (2015). A intervenção social com populações “ desassistidas ” em contexto de rua: o caso do projeto “Trans-Porta.” *Lusíada. Intervenção Social*, 42/45, 207–227.
- Raphael, J., & Shapiro, D. L. (2004). Violence in Indoor and Outdoor Prostitution Venues. *Violence Against Women*, 10(2), 126–139. doi:10.1177/1077801203260529
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exemplars of prevention: toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 15(2), 121–48. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3604997>

- Reason, P. (1994). Three approaches to participative inquiry. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 324–339). Thousand Oaks: SAGE.
- Reason, P., & Bradbury, H. (2001). Introduction: Inquiry and participation in search of a world worthy of human aspiration. In P. Reason & H. Bradbury (Eds.), *Handbook of action research: participative inquiry and practice* (pp. 1–14). London: SAGE.
- Rekart, M. L. (2006). Sex-work harm reduction. *The Lancet*, 366(9503), 2123–2134. doi:10.1016/s0140-6736(05)67732-x
- Rhodes, T. (1996). *Outreach work with drug users: principles and practice*. Strasbourg.
- Ribeiro, M., & Sacramento, O. (2005). Violence against Prostitutes. Findings of Research in the Spanish–Portuguese Frontier Region. *European Journal of Women's Studies*, 12(1), 61–81. doi:10.1177/1350506805048856
- Ribeiro, M., Silva, M. C., Schouten, M. J., Ribeiro, F. B., & Sacramento, O. (2008). *Vidas na Raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Edições Afrontamento.
- Ribner, D. S., & Knei-Paz, C. (2002). Client's View of a Successful Helping Relationship. *Social Work*, 47, 379–387.
- Riessman, C. K. (2000). Stigma and everyday resistance practices: childless women in south India. *Gender & Society*, 14(1), 111–135.
- Roberts, N. (1996). *A prostituição através dos tempos na sociedade ocidental*. Lisboa: Editorial Presença.
- Roche, K., & Keith, C. (2014). How stigma affects healthcare access for transgender sex workers. *British Journal of Nursing*, 23(21), 1147–1152. doi:10.12968/bjon.2014.23.21.1147
- Rodrigues, C., & Nóvoa, A. (2005). Prefácio. In R. Canário & B. Cabrito (Eds.), *Educação e formação de adultos. Mutações e convergências* (pp. 7–14). Lisboa: Educa.
- Rogers, C. R. (1975). *Liberdade para aprender* (3.^a ed.). Belo Horizonte: Interlivros.
- Rogers, C. R. (1985). *Tornar-se pessoa* (7.^a ed.). Lisboa: Moraes Editores.
- Romi, S., & Schmida, M. (2009). Non-formal education: a major educational force in the postmodern era. *Cambridge Journal of Education*, 39(2), 257–273. doi:10.1080/03057640902904472
- Ross, M. W., Crisp, B. R., Mansson, S. A., & Hawkes, S. (2011). Occupational health and safety among commercial sex workers. *Scand J Work Environ Health*, 1–15. doi:10.5271/sjweh.3184
- Rowlands, J. (1995). Empowerment examined. *Development in Practice*, 5(2), 101–107.
- Ruch, G. (2005). Relationship-based practice and reflective practice: Holistic approaches to contemporary child care social work. *Child and Family Social Work*, 10(2), 111–123. doi:10.1111/j.1365-2206.2005.00359.x
- Sáez Alonso, R., & Fernández-Salinero, C. (1998). Aproximación a un planteamiento sistemático

- de la educación no formal: la persona como centro de desarrollo. *Teor. Educ.*, 10, 169–187.
- Sanders, T. (2005). “It’s just acting’: sex workers’ strategies for capitalizing on sexuality. *Gender, Work and Organization*, 12(4), 319–342.
- Sanders, T. (2006a). Female sex workers as health educators with men who buy sex: utilising narratives of rationalisations. *Soc Sci Med*, 62(10), 2434–2444. doi:10.1016/j.socscimed.2005.10.033
- Sanders, T. (2006b). Sexing Up the Subject: Methodological Nuances in Researching the Female Sex Industry. *Sexualities*, 9(4), 449–468. doi:10.1177/1363460706068044
- Sanders, T. (2007). *Paying for Pleasure: Men Who Buy Sex*. London and New York: Routledge.
- Sanders, T., & Campbell, R. (2007). Designing out vulnerability, building in respect: violence, safety and sex work policy. *Br J Sociol*, 58(1), 1–19. doi:10.1111/j.1468-4446.2007.00136.x
- Sanders, T., O’Neill, M., & Pitcher, J. (2011). *Prostitution. Sex work, policy & politics*. London: SAGE Publications.
- Santos, B. de S. O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português (1992). Retrieved from <http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/oficina/032/32.pdf>
- Santos, B. de S. (1995). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. S. (2007). *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo.
- Santos, C. O. (1982). A prostituição em Portugal nos séculos XIX e XX. *História*, (41), 2–20.
- Santos Cruz, F. I. (1984). *Da prostituição na cidade de Lisboa* (1841st ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Scambler, G. (1998). Stigma and disease: changing paradigms. *The Lancet*, 352, 1054–1055.
- Scambler, G. (2004). Re-framing stigma: felt and enacted stigma and challenges to the sociology of chronic and disabling conditions. *Social Theory & Health*, (2), 29–46.
- Scambler, G. (2007). Sex work stigma: Opportunist migrants in London. *Sociology*, 41(6), 1079–1096. doi:10.1177/0038038507082316
- Scambler, G., & Scambler, A. (1997). *Rethinking prostitution. Purchasing sex in the 1990s*. London and New York: Routledge.
- Schön, D. A. (1983). *The reflective practitioner. How professionals think in action*. [S.l.]: Basic Books.
- Schön, D. A. (1990). *Educating the reflective practitioner*. Oxford: Jossey-bass publishers.
- Schön, D. A. (1992). Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Ed.), *Os professores e a sua formação* (pp. 79–91). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Schostak, J., & Schostak, J. (2008). *Radical Research: Designing, developing and writing research to make a difference*. London and New York: Routledge.

- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.
- Scoular, J. (2004). The “subject” of prostitution: Interpreting the discursive, symbolic and material position of sex/work in feminist theory. *Feminist Theory*, 5(3), 343–355. doi:10.1177/1464700104046983
- Shagi, C., Vallely, A., Kasindi, S., Chiduo, B., Desmond, N., Soteli, S., ... Ross, D. (2008). A model for community representation and participation in HIV prevention trials among women who engage in transactional sex in Africa. *AIDS Care*, 20(9), 1039–49. doi:10.1080/09540120701842803
- Shaver, F. M. (2005). Sex work research. Methodological and ethical challenges. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(3), 296–319. doi:10.1177/0886260504274340
- Silva, M. C. (2010). Prostituição e formas de controlo feminino: trabalho, sexualidade e poder. In M. C. Silva & F. B. Ribeiro (Eds.), *Mulheres da vida. Mulheres com vida: prostituição, estado e políticas*. (pp. 15–49). V.N. Famalicão: Edições Húmus.
- Silva, S. (2007). Classificar e silenciar: vigilância e controlo institucionais sobre a prostituição feminina em Portugal. *Análise Social*, XLII(184), 789–810.
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: desafios à intervenção social*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Spice, W. (2007). Management of sex workers and other high-risk groups. *Occup Med (Lond)*, 57(5), 322–328. doi:10.1093/occmed/kqm045
- Spradley, J. P. (1979). *The ethnographic interview*. Belmont CA: Wadsworth Group/Thomson Learning.
- Strauss, A., & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa. Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada* (2ª Edição.). Porto Alegre: Artmed.
- Subtil, J. (1993). Os poderes do centro. In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)* (Vol. IV, pp. 157–271). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Swendeman, D., Basu, I., Das, S., Jana, S., & Rotheram-Borus, M. J. (2009). Empowering sex workers in India to reduce vulnerability to HIV and sexually transmitted diseases. *Soc Sci Med*, 69(8), 1157–1166. doi:10.1016/j.socscimed.2009.07.035
- TAMPEP. (2007). *Institutional Strengthening and Support for HIV Prevention Activities. Skills, training and good practice tools*. Amsterdam.
- TAMPEP. (2009). *Work Safe in Sex Work. A European Manual on Good Practices in Work with and for Sex Workers*. Amsterdam: TAMPEP International Foundation.
- Taylor, J. S. (2006). Female Sex Tourism: A Contradiction in Terms? *Feminist Review*, 83, 42–59.
- Teixeira, F., Marques, F. M., & Lopes, R. P. (2013). Sexo e media: ofertas sexuais na imprensa diária. *Indagatio Didactica*, 5(2), 250–261.
- Terssac, G. de. (1996). Savoirs, compétences et travail. In *Savoirs théoriques et savoirs d'action*

- (pp. 223–247). Paris: Presses Universitaires de France.
- Touraine, A. (1984). *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Touriñán López, J. M. (1996). Análisis conceptual de los procesos educativos. «Formales», «No Formales» e «Informales». *Teor. Educ.*, 8, 55–79.
- Trevithick, P. (2003). Effective relationship-based practice: A theoretical exploration. *Journal of Social Work Practice*, 17(2), 163–176. doi:10.1080/026505302000145699
- Trilla Bernet, J. (1986). *La educación informal*. Barcelona: Promociones Publicaciones Universitarias.
- Tripp, D. (2005). Action research : a methodological introduction. *Educação E Pesquisa*, 31(3), 443–466.
- Tronto, J. (2005). An ethic of care. In A. E. Cudd & R. O. Andreasen (Eds.), *Feminist theory: a philosophical anthology* (pp. 251–263). Oxford: Blackwell.
- UK Network of Sex Work Projects (NSWP). (2008). Working with Sex Workers: Outreach. UK. Retrieved April 17, 2013, from <http://www.uknswp.org/wp-content/uploads/GPG2.pdf>
- van der Meulen, E. (2011a). Action research with sex workers: Dismantling barriers and building bridges. *Action Research*, 9(4), 370–384. doi:10.1177/1476750311409767
- van der Meulen, E. (2011b). Sex work and canadian policy: Recommendations for labor legitimacy and social change. *Sexuality Research and Social Policy*, 8(4), 348–358. doi:10.1007/s13178-011-0069-7
- Vanwesenbeeck, I. (2001). Another decade of social scientific work on sex work: A review of research 1990-2000. *Annual Review of Sex Research*, 12, 242–289.
- Vanwesenbeeck, I. (2005). Burnout among female indoor sex workers. *Archives of Sexual Behavior*, 34(6), 627–39. doi:10.1007/s10508-005-7912-y
- Vanwesenbeeck, I. (2013). Prostitution Push and Pull: Male and Female Perspectives. *Journal of Sex Research*, 50(1), 11–16. doi:10.1080/00224499.2012.696285
- Wahab, S. (2002). “ For Their Own Good ?”: Sex work , social control and social workers , a historical perspective. *Journal of Sociology and Social Welfare*, XXIX(4), 39–58.
- Wahab, S. (2003). Creating knowledge collaboratively with female sex workers: Insights from a qualitative, feminist, and participatory study. *Qualitative Inquiry*, (9), 625–642. doi:10.1177/1077800403252734
- Wahab, S., & Panichelli, M. (2013). Ethical and Human Rights Issues in Coercive Interventions With Sex Workers. *Affilia*, 28(4), 344–349. doi:10.1177/0886109913505043
- Ward, H., Day, S., Green, A., Cooper, K., & Weber, J. (2004). Declining prevalence of STI in the London sex industry, 1985 to 2002. *Sexually Transmitted Infections*, 80(5), 374–376. doi:10.1136/sti.2003.009068
- Ward, H., Day, S., Mezzone, J., Dunlop, L., Donegan, C., Farrar, S., ... Miller, D. L. (1993).

- Prostitution and risk of HIV: Female prostitutes in London. *British Medical Journal*, 307(6900), 356–358. Retrieved from <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-0027320708&partnerID=tZOtx3y1>
- Weiner, a. (1996). Understanding the social needs of streetwalking prostitutes. *Social Work*, 41(1), 97–105. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8560324>
- Weitzer, R. (2005a). Flawed theory and method in studies of prostitution. *Violence Against Women*, 11(7), 934–949. doi:10.1177/1077801205276986
- Weitzer, R. (2005b). New directions in research on prostitution. *Crime, Law and Social Change*, 43(4-5), 211–235. doi:10.1007/s10611-005-1735-6
- Weitzer, R. (2009). Sociology of sex work. *Annual Review of Sociology*, 35(1), 213–234. doi:10.1146/annurev-soc-070308-120025
- Weitzer, R. (2010a). *Sex for Sale. Prostitution, pornography and the sex industry* (2nd ed.). New York: Routledge.
- Weitzer, R. (2010b). The Mythology of Prostitution: Advocacy Research and Public Policy. *Sexuality Research and Social Policy*, 7(1), 15–29. doi:10.1007/s13178-010-0002-5
- Weitzer, R. (2012). Sex trafficking and the sex industry: the need for evidence-based theory and legislation. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 101(4), 1337–1370.
- Weitzer, R. (2013). Researching Sex Work in the Twenty-First Century. *Contemporary Sociology: A Journal of Reviews*, 42(5), 713–722. doi:10.1177/0094306113499536b
- West, J. (2000). Prostitution: collectives and the politics of regulation. *Gender, Work and Organization*, 7(2), 106–118.
- Whowell, M. (2010). Walking the beat: doing outreach with male sex workers. In K. Hardy, S. Kingston, & T. Sanders (Eds.), *New sociologies of sex work* (pp. 75–90). Farnham: Ashgate Publishing Limited.
- Whyte, W. F. (1991). *Participatory action research*. (W. F. Whyte, Ed.). California: SAGE.
- Wijers, M. (1998). Women, labor, and migration: the position of trafficked women and strategies for support. In K. Kempadoo & J. Doezema (Eds.), *Global sex workers. Rights, resistance, and redefinition* (pp. 69–78). New York: Routledge.
- Young, I. M. (2005). Five faces of oppression. In A. E. Cudd & R. O. Andreasen (Eds.), *Feminist theory: a philosophical anthology* (pp. 91–104). Oxford: Blackwell.
- Zeichner, K. M. (1993). *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Lisboa: Educa.
- Zimmerman, M. a. (1995). Psychological empowerment: issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581–99. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8851341>
- Zimmerman, M. a, & Rappaport, J. (1988). Citizen participation, perceived control, and psychological empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 16(5), 725–50. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/3218639>

Anexos

Anexo I - Consentimento informado e voluntário de participação

Tese de doutoramento “Intervenção socioeducativa: investigação-ação participativa com trabalhadoras do sexo de rua e uma equipa de *outreach*”

No âmbito do trabalho supracitado, conduzido por Marta Graça, bolsista da FCT (SFRH/BD/78139/2011), sob orientação da Professora Doutora Manuela Gonçalves e Professor Doutor António Martins, do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro, encontramos-nos a realizar um estudo que pretende conhecer e caracterizar o trabalho desenvolvido pelas instituições, em território nacional, junto dos trabalhadores do sexo. Neste sentido, solicitamos o vosso consentimento para a gravação vídeo e/ou áudio da entrevista e análise de informação nela contida para utilização exclusiva nesta investigação e disseminação dos resultados finais através de publicação em revistas científicas e congressos.

A informação será tratada no conjunto, pelo que a confidencialidade e anonimato das fontes encontram-se garantidas.

Pode ainda retirar o consentimento a qualquer momento, através do contacto com a investigadora.

A investigadora compromete-se a devolver a transcrição da entrevista para eventuais retificações.

Declaro que li e compreendi as condições de participação no trabalho de investigação acima referida, e dou o meu consentimento para a participação na mesma.

Assinatura do participante:

Assinatura da investigadora:

Data: ___/___/___

Anexo 2 - Guião de Entrevista (instituições)

Data __/__/____ Cód. _____

Pessoa entrevistada:

Formação base:

1- Caracterização geral da instituição

Instituição:

Data de início de intervenção nesta área:

Denominação do projeto/ação:

Área geográfica de abrangência:

Distrito:

Concelho:

Freguesia:

No último ano:

Nº de utentes: _____ Tipo de utentes: Trabalhadores do sexo Gerentes de casas/pensões Clientes Proxenas Companheiros/as Outros: Especifique:

Género dos utentes: Feminino Masculino Transgénero

Orientação sexual: Heterossexuais Homossexuais

Nacionalidade: Portuguesa Outra: Especifique:

Locais de intervenção/trabalho sexual quanto ao contexto:

Rua Especificar: Urbana Periferia/Industrial Periferia/Rural

Interior Especificar: Bordéis, Clubes/Bares, Salões Apartamentos Serviço de acompanhantes Outra situação: Especificar:

Tipo de resposta desenvolvida:

Saúde Especifique:

Apoio psicológico Especifique:

Atendimento social Especifique:

Apoio psicossocial Especifique:

Apoio jurídico Especifique:

Apoio económico Especifique:

Formação/Educação Especifique:

Outro Especifique:

Nº e Composição da equipa técnica: _____

Administrativos Antropólogos Assistentes sociais Educadores sociais

Enfermeiros Juristas Médicos Motoristas Psicólogos Sociólogos

Voluntários Outro Especifique:

2- Caracterização aprofundada

- 2.1. Descreva sinteticamente o trabalho desenvolvido
- 2.2. Quais os objetivos gerais e específicos?
- 2.3. Qual a filosofia de base do trabalho da instituição?
- 2.4. Que modelos teóricos servem de suporte à intervenção? Autores de referência?
- 2.5. Que metodologia de intervenção e avaliação são utilizadas?
- 2.6. De que forma procedem à avaliação do trabalho desenvolvido?
- 2.7. Qual o impacto da intervenção? Que mudanças observam?
- 2.8. Quais as principais dificuldades/barreiras/limitações percebidas?
- 2.9. Quais as potencialidades da intervenção?
- 2.10. A intervenção tem em conta as especificidades do trabalho sexual quanto, por exemplo, ao contexto, género, orientação sexual e aspetos culturais (ex: idioma)? De que forma?
- 2.11. A instituição desenvolve um trabalho articulado com outros recursos da comunidade, como Centro de Saúde, IDT ou SEF? De que forma se processa e como avalia essa comunicação?
- 2.12. Como se processa a articulação com outras equipas de rua?
- 2.13. Em termos de educação, que tipo de trabalho é desenvolvido junto dos trabalhadores do sexo?
- 2.14. Os técnicos têm alguma formação específica? Em que consiste e de que forma se processa?
- 2.15. Que necessidades formativas verificam na equipa técnica?
- 2.16. Na área da investigação, colaboram com Universidades e têm estudos/publicações sobre a temática? Quais?
- 2.17. Como considera as políticas governamentais relativamente a esta atividade? Qual a posição da instituição relativamente ao modelo político (abolicionismo) adotado em Portugal?
- 2.18. Que apoios recebem para desenvolver as atividades?

Anexo 3 - Estudo preliminar - Nós em árvore

Temas	Dimensões	Categorias	Sub-Categorias	
Intervenção da ET	Objetivos da intervenção	Social	Promover os direitos humanos	
			Promover o Empowerment	
			Promover a inserção social	
		Saúde	Reduzir riscos e minimizar danos	
			Prevenir, detectar e controlar VIH/SIDA	
			Melhorar a qualidade de vida	
			Promover acesso a cuidados de saúde	
		Modelos orientadores	Sustentação Empírica	Experiência própria
	Experiência de outros projetos			
	Sustentação Normativa		Diretrizes da tutela	
			Diretrizes da instituição	
	Sustentação Teórica		Autores de referência	
			Das áreas de especialização	
			Biopsicossocial	
	Postura técnica		Presença de valores orientadores	Atitude de não julgamento
				Empowerment
		Adaptação ao trabalho das TS	Não interferir no TS	
			Adequação aos contextos e utentes	
	Relação com os utentes	Horizontais	Aprendizagem com os TS	
			Colaborativa	
		Empáticas	Proximidade	
			Centrada no utente	
			Confiança	
			Afeto	
		De suporte	Relação estruturante	
			Continuidade	
		Intervenção semiestruturada	Pragmática	A partir das necessidades
				A partir da metodologia de IA
	Com plano individual de intervenção			
	Estratégias de proximidade	Equipas de rua	Outreach	
			Saídas para divulgação dos serviços	
			Recurso a unidade móvel	
		Gabinete	Prestação de apoios/respostas específicos	
Ações para a comunidade		Aproximação a clientes de sexo pago		
Outros meios de comunicação		Internet - redes sociais digitais, blogues, sites		
Táticas de proximidade	Distribuição de material preventivo	Folhetos informativos		
		Preservativo		
	Distribuição de outros géneros	Produtos de maquilhagem		
		Lanche/água		
		Toalhetes		
	Parceria com os TS			
		Teste de HIV		

Temas	Dimensões	Categorias	Sub-Categorias
Intervenção da ET	Apoios prestados/respostas	Saúde	Aconselhamento e informação saúde e IST
			Com consultas de especialidade
			Vacinação
			Rastreios
			Distribuição de material preventivo e informativo
			Encaminhamento/acompanhamento estruturas formais
			Cuidados de enfermagem
		Atendimento social	Atendimento e diagnóstico social
		Apoio psicológico	Com consulta psicoterapia
		Apoio psicossocial	Aconselhamento/Acompanhamento/Encaminhamento
		Apoio jurídico	Aconselhamento/informação com jurista
			Encaminhamento
		Apoio económico	Enquadrado no Plano de intervenção
	Encaminhamento		
	Banco de Recursos	Géneros alimentares	
		Medicamentos	
		Puericultura	
		Roupas e casa	
	Lavandaria/balneário		
	Linha telefónica de		
Lar de acolhimento			
Investigação	Valorização da investigação	Com estudos efetuados	
		Com estudos previstos ou em curso	
		Identificação de necessidade de investigação	
		Sem estudos efetuados	
Educação/Formação	Tipo de respostas de	ENF para TS	Educação para a saúde
			Educação para a cidadania (acesso a direitos)
			Segurança na atividade
			Curso de Formação sem equivalência escolar
			Educação pelos pares
			Competências pessoais e sociais
		EF para TS	Curso de Formação com equivalência escolar
			Encaminhamento para estruturas formais
		ENF para Comunidade	Sensibilização/informação
			Prevenção
	ENF para outros Técnicos	Informação sobre a instituição/projeto	
		Sensibilização para o atendimento a TS	
	Educação (TS)	Modalidade da ENF	Em grupo
			Individual
	Necessidades de Educação/Formação - utentes e comunidade	Identificadas para TS (ENF)	Higiene e Saúde na atividade
			Segurança na atividade
			Legislação - direitos
Educação pelos pares			
Competências pessoais e sociais			
Identificadas para TS (EF)	Comunidade/ técnicos (ENF)	Escolar	
		Profissional	
		Legislação - acesso	
	Combate ao estigma/discriminação/preconceito		

Temas	Dimensões	Categorias	Sub-Categorias	
Formação técnica	Tipos de formação	Interna	Entre ET	
			Com supervisor externo	
			Inexistente	
		Externa	Frequência de seminários temáticos	
			Especialização na área de conhecimento	
			Experiência profissional	
	Áreas de formação	Saúde		
		Postura técnica		
		Procedimentos da instituição		
		Jurídica		
		Teórico-prática		
	Necessidades formativas dos técnicos	Desenvolvimento pessoal	Desenvolvimento	Competências pessoais e sociais
				Psicoterapia
			Competências práticas em função do contextos de intervenção	Desenvolvimento de perfil técnico
				Estratégias de intervenção
		Conhecimentos teóricos	Línguas	
			Recursos e boas práticas	
			Modelos teóricos de intervenção	
			Formação académica especializada	
Programa de formação específico				
Supervisão da prática		Reciclagem de conhecimento		
		Saúde (sexualidade, higiene pessoal, toma hormonal)		
		Legislação (tráfico e imigrantes)		
		Formação para educação pelos pares		
Sem necessidades				
Avaliação do Trabalho	Organização	Estruturada	Instrumentos/estratégias/técnicas	
			Investigação/Diagnóstico inicial	
		Não estruturada	Feedback dos TS	
			Observação	
	Tipo de dados	Quantitativa	Registos de material, pessoas contactadas	
	Objetivo	Diagnóstico inicial (utentes)	Aspectos sociodemográficos	
			Conhecimentos sobre saúde e recursos	
			Aferição de necessidades	
		Eficácia da intervenção	Resultados - com pós teste/follow up	
			Resultados - sem pós teste/follow up	
		Impacto (médio e longo prazo)		
		Informativo	De informação à tutela/parcerias	
	Satisfação com os serviços	Utentes		
		Outros profissionais		
	Reflexão das equipas	Sobre a postura técnica		
		Sobre as práticas		
		Sobre casos específicos		
	Necessidades de avaliação	Eficácia da intervenção	Qualitativa	
			Externa	
Impacto				

Temas	Dimensões	Categorias	Sub-Categorias
Limitações	Relacionadas com aspetos psicossociais dos utentes	Vulnerabilidade	Estigma
			Ilegalidade (imigrantes)
			Dificuldade de inserção socioprofissional
			Dificuldade de aceder a direitos
			Rede social comprometida
			Doença mental
			Vulnerabilidade económica
			Consumos
		Especificidades do TS	Mobilidade - população migrante
			Dificuldade de compromisso com atividades
			Relações conflituosas /rivalidades
			Falta de associativismo/ativismo/coletivo
			Contexto de trabalho
			Redes de tráfico
	Relacionadas	Internas	Falta de recursos humanos
			Falta de recursos financeiros
			Estabelecimento de limites nas relações de proximidade - gestão de relações
			Falta de tempo para reflexão
			Acessibilidade (homens, clientes, transgénero)
			Falta de formação específica
			Idioma
			Burnout do técnicos
			Voluntários/estagiários dificultam
Externas			Falta de respostas inserção social
		Barreiras no acesso aos serviços formais	
		Preconceito/Estigma da sociedade civil	
		Preconceito/Estigma dos outros serviços	
		Falta de serviços de saúde específicos para o TS	
		Falta de garantia de continuidade de projeto	
		Falta de apoios/financiamento de outras entidades - patrocínios	
		Enquadramento do TS - vazio legal	
		Visões diferentes sobre o TS	
		Poucos estudos na área	
Dificuldades de articulação			
com a ET			
Potencialidades	Relacionadas com aspetos psicossociais dos utentes	Confiança com a equipa	Aliados das equipas
			Receptividade às equipas
		Competências dos TS	Empoderadas
			Bem informadas sobre saúde
	Relacionadas	Internas	Qualidade do Trabalho
			Abrangência do trabalho
			Qualidade da equipa
			Existência de mediadores na equipa técnica
			Promoção da educação pelos pares
			Voluntários com mais-valia
			Capacidade de ultrapassar adversidades
		Externas	Rede sobre o trabalho sexual
			Internet - redes sociais digitais
Trabalho em rede e parceria			
com a ET			

Temas	Dimensões	Categorias	Sub-Categorias		
Articulação com outras instituições	Tipo de parcerias	Existência de parcerias			
		Valorização dos técnicos de referência			
	Avaliação da articulação com outras entidades	Funcional			
		Não funcional			
	Negociação da articulação com outras instituições TS	Depende da instituição/pessoa			
		Existe negociação com			
		Articulação espontânea			
		Grupos de trabalho			
	Avaliação da articulação com outras equipas rua	Não há articulação			
		Não existem outras			
	Necessidades de articulação	Sobreposição como positiva			
		Sobreposição como negativa			
		Forças de segurança			
Moldura política e papel das instituições	Posição da ET quanto à moldura jurídica	SEF			
		Com outras equipas de rua			
		Não à mudança	Abolicionismo		
		Pela mudança- TS como trabalho	Reconhecimento legal da actividade Abertos ao debate		
	Argumentos que justificam as posições	Sem opinião		Apoiam o que os TS considerarem Não se posicionam sobre o assunto	
			Indiferença	Não é importante para o trabalho da instituição Não é importante para os TS	
		Defensores do Abolicionismo	Prós dos defensores do		Actividade é uma forma de violência Legalização aumenta o tráfico Legalização aumenta prostituição Debate inapropriado É uma opinião dos técnicos não dos TS
					Diversidade do TS
					Diminuição de problemas associados (estigma, exclusão, discriminação, falta de acessos, clandestinidade, violência, etc.)
					Identificar situações de exploração
					Facilitar o abandono da actividade
					Possibilidade de opção pela actividade
				Melhoria de condições de trabalho	
				Acesso à proteção social	
				Combate à exploração de outras partes	
				Actual modelo não corresponde à realidade	
				Permite a organização do TS	
				Mudança no auto-conceito	
				Combate ao estigma e discriminação	
	Empowerment dos TS				
	TS como trabalho	Controlo higiénico-sanitário			

Temas	Dimensões	Categorias	Sub-Categorias
Moldura política e papel das instituições	Argumentos que justificam as posições	Contras dos defensores do TS como trabalho	Perigo de deturpação
			Pouco envolvimento dos TS
			Diversidade do TS
	Papel das Instituições no TS	Informação/sensibilização	Para a sociedade civil
			Para o poder político
	Perspetiva da ET sobre a opinião dos TS	Desconhecidas	Nunca perguntaram
			A sondar opiniões
			Questão não surge nos atendimentos/contactos
		Diversidade de opiniões	
			Ambivalência
Papel do Estado	Funções do Estado	Incumprimento com a sua função social	Políticas de inserção social
			Responsabilidade dos organismos públicos
			Pouco apoio às instituições
	Incumprimento com a sua função fiscalizadora		Avaliação do impacto dos projectos
		Incumprimento com a sua função legislativa	Combate ao tráfico
	Normalizar com EU legislação lenocinio		
	Regulamentação do TS como trabalho		
	Estado com atitude passiva		

Anexo 4 – Estudo preliminar – Classificações

Instituições	Âmbito do trabalho	Instituição
		Projeto
		Programa/Resposta
	Data de início	
	Área geográfica	Norte
		Centro
		Lisboa
		Alentejo
		Algarve
		Setúbal
	Número de utentes	
	Financiamento	DGS (Drogas)
		DGS (SIDA)
		Segurança Social
		Seg. Soc. E DGS (SIDA)
Exclusividade da população	Sim	
	Não	
Número de ET		
Apoio Logístico	N/A	
	Autarquia	
Paradigma TS	Opressão	
	Empoderamento	
	Polimorfo	
	Neutro	
Pessoas	Idade	
	Género	Feminino
		Masculino
		Transgénero (fem.)
	Formação dos entrevistados	Enfermagem
		Engenharias
		Medicina
		Psicologia
		Serviço Social
		Sociologia
Estudante		
Vários		

Estudo preliminar – Descritores

Composição da Equipa	Formação/Função	Administrativo
		Assistente Social
		Educador Social
		Enfermeiro
		Jurista
		Médico
		Motorista
		Psicólogo
		Sociólogo
		Mediador
		Monitor
		Estagiário
		Voluntário
		Outros auxiliares
técnica	Antropólogo	
Utentes	Tipo	TS
		Gerentes de casas
		Clientes
		Proxenas
		Companheiros
		Familiares
	Género	Feminino
		Masculino
		Transgénero
	Orientação sexual	Heterossexual
		Homossexual
		Bissexual
	Nacionalidade (país de origem)	Portugal
		Brasil
		Europa do leste
		PALOP
		África
		América do Sul
		Outros países Europa
Índia		
Contextos de intervenção		Rua
	Periferia industrial	
	Periferia rural	
	Interior	Bares
		Apartamentos
		Pensões
		Serviço de acompanhantes

Anexo 5 - Exemplo de um registo em diário de campo

Relatório nº 88

Data: 03/12/2013

Hora: 22h00-00h30

Duração: 1h30 | em minutos: 120 min

Nº de pessoas contactadas: 7

Zona: Coimbra A, Fernão Magalhães, Coimbra B

Noite especialmente fria. Na paragem de autocarro junto a XXX estavam a Joana e a Carolina. A última disse-nos ‘Olá’ e afastou-se para o lado da pensão, a falar ao telemóvel. A Joana ficou a conversar connosco. Ontem estive no hospital com uma crise renal e os médicos dizem que está com anorexia. Emagreceu, mas acha que também está relacionado com as mudanças na sua vida. Agora já se encontra a trabalhar e ao almoço costuma comer uma sandes. Não tem apetite, só tem vómitos. Levanta-se todos os dias às 6h para tratar dos filhos e levá-los à escola, e depois segue para o trabalho, na Sé Velha, que sobe a pé, porque é mais rápido do que a volta do autocarro. Despede-se de nós, quer ir cedo para casa.

Na Fernão Magalhães estava a Liliana, tinha acabado de fazer uma saída. Perguntei-lhe sobre o curso que está a frequentar e ficámos a falar sobre isso.

Voltámos a XXXX, vemos a Patrícia e Carolina. Um carro está parado perto delas. Demos mais uma volta e abordámo-las quando estavam livres. Patrícia chama-me à parte, queria falar comigo. Estava muito preocupada pelo facto de ter respondido aos questionários do [investigador X], receia o uso que este possa fazer dos mesmos ou que a aborde noutros momentos. Afirma que só deu consentimento para o estudo porque nós tínhamos pedido. E a nós conhece, gosta e confia, nele não sabe. Tentei tranquilizá-la, explicando as questões relacionadas com a ética, anonimato e confidencialidade. Disse-lhe ainda que o [investigador X] era psicólogo e veio connosco porque sabíamos que ele ia cumprir com estes princípios: jamais iríamos trazer alguém que não fosse respeitador ou colocasse as mulheres em perigo. Ficou mais tranquila. Na noite que falou com o [investigador X], nem dormiu e telefonou ao ex marido porque estava muito preocupada com o uso da informação que cedeu. Voltámos à reunião de grupo, fizemos um pouco de conversa social em torno do frio, outros países e viagens. Carolina gostava de visitar Malta, onde a sua irmã esteve a fazer estágio, mas queria mesmo ir a Praga, por causa da arquitetura. Falámos também do Brasil, do clima e do preço das viagens. Patrícia despede-se de nós, vai dormir.

Ficámos a falar um pouco mais com a Carolina. Tem muitos bichos em casa: cadela, gato, porco da índia e peixes. Fala dos vários bichos. Todos os dias costuma tomar um café na zona onde vive, aproveita para sair de casa e levar a cadela à rua. Quando já estávamos de saída, aparece a Glória. Ficou muito contente por nos ver. Falámos sobre a Holanda, o trabalho na fábrica de filetes e as montras de Amesterdão. Não se prostituiu lá, mas conhece quem o faça, diz que ‘havia velhas com mais de 70 anos a trabalhar’, que lá as condições são diferentes e há vigilância médica. Tinha saudades de desabafar connosco, não tem o nosso contacto. Facultámos o contacto. A Carolina ficou também com o contacto “é bom, se quisermos conversar”.

No YYY estava a Raquel. Estava desconfiada de um sujeito que tinha passado por ela e que se afastou quando se aproximaram pessoas. Fala de um cliente que conheceu, desconfia que é psicopata: juntos estiveram a delirar sobre como matar pessoas e ela acha que como ele é muito educado, normal, inteligente que deve ser psicopata. Falámos sobre filmes com psicopatas, sobre série da TV: segurança nacional que ela está a acompanhar e fez relato completo. Perguntámos porque não apareceu na instituição, como tínhamos combinado. Diz que adormeceu, e pede para passar na próxima semana.

Em ZZZ estava a Daniela. Não precisava de material. Vai no final da semana para Espanha para junto da família e só regressa no próximo ano. Vai ainda até França, ver se consegue trabalho. Já estive na Suíça, mas teve saudades de Portugal e dos seus clientes. Enquanto falávamos com ela, um casal passou por nós e disse boa noite. Daniela diz que trabalham no restaurante. Curioso, que nem todas as pessoas são rudes, há de facto pessoas simpáticas e educadas.

Anexo 6 – Guião de Entrevista (TS)

Data __/__/____ Cód. _____

1. Gostaria de conhecer a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pelas equipas de rua
 - 1.1. Em que medida o considera importante ou útil?
 - 1.2. De que forma considera que é adequado às suas necessidades?
 - 1.3. Como descreve a relação que tem com os técnicos?
 - 1.4. Que tipo de respostas/apoios podiam dar as equipas de rua?

2. Em relação ao acompanhamento por parte de outras instituições (como a Segurança Social, CPCJ, CM, tribunal, CAT, SEF, Cáritas, Hospital) como avalia o mesmo?
 - 2.1. De que forma respondem às suas necessidades?
 - 2.2. Como descreve a relação com os técnicos que a acompanham (médicos, assistentes sociais, psicólogos)?
 - 2.3. Como descreve a relação com as autoridades - polícia e SEF?
 - 2.4. Que tipo de respostas/apoios podiam dar as instituições?

3. Gostaria agora que me falasse um pouco sobre a forma como consegue conciliar a sua vida pessoal e familiar com a prostituição
 - 3.1. O que é mais fácil e mais difícil?
 - 3.2. Em que medida sente que os seus familiares e amigos ajudam-na quando precisa?
 - 3.3. De que forma é que a costumam apoiar?
 - 3.4. Que tipo de respostas/apoios podiam dar os amigos e familiares?

4. Gostaria ainda de lhe perguntar qual a sua opinião sobre a prostituição
 - 4.1. Considera que a prostituição devia ser legal, com deveres e direitos, como qualquer outro trabalho?
 - 4.2. Em que medida se considera informada sobre os seus direitos?
 - 4.3. De 0 a 10, quanto se considera satisfeita por estar nesta atividade?
 - 4.4. Considera que deveria existir respostas de apoio à saída da atividade? Quais?
 - 4.5. Considera que deveria existir respostas que melhorassem as condições das pessoas que se prostituem? Quais?

5. Por último, peço-lhe para falar um pouco sobre o que a levou a exercer esta atividade e a permanecer na mesma, referindo os aspetos positivos e negativos que identifica

6. O que espera que possa resultar da sua participação neste estudo?

Anexo 7 – Entrevistas a TS- Nós em árvore

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias	
Outreach de ET das intervenção da Avaliação	Serviço disponibilizado	Positivo		
		Negativo		
	Adequação das respostas	Ajustado às necessidades		
		Adequado a algumas necessidades		
	Relação com os técnicos	Positiva		
		Depende do técnico		
	Percepção sobre o outreach	Disponibilização de preservativos		
		Apoio emocional		
		Dimensão educativa		
	Propostas de melhoria	Para si	Aumentar frequência das equipas	
			Apoio familiar (filhos)	
			Maior suporte extra rua	
			Nenhumas	
		Para outros	Intervenção na toxicodependência (seringas e reinserção)	
			Reforço de educação para a saúde (uso consistente do preservativo)	
Controlo higiénico-sanitário				
Alcançar TS de difícil acesso				
Combate ao proxenetismo e coação/violência				
Educação para cidadania				
Percepção sobre limitações dos	Impostas			
	Voluntárias			
Utilidade de várias equipas	Sobreposição			
	Complementaridade			
Avaliação dos Serviços (Rede Secundária)	Adequação dos apoios	Adequado		
		Desadequado	Não respondem às	
			Mal distribuídos/injustiça	
		Recusa de prestação de apoio		
	Não se aplica			
	Relação com os serviços de saúde	Positiva		
		Negativa		
Relação com Serviços Sociais	Positiva			
	Negativa			
	Depende do técnico			

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias
Secundária (Rede Serviços dos Avaliação)	Relação com o SEF	Positiva	
	Relação com a polícia	Positiva	
		Negativa	
		Indiferente	
	Propostas de melhoria	Medidas de ação social	Mais apoios em géneros
		(política)	Habituação social
			Reinserção social
			Respostas sociais
	Vigilância médica/policial		
	Percepção sobre limitações dos técnicos	Impostas	
		Voluntárias	
	Apoios à saída da actividade	Emprego	
Géneros alimentares			
Pecuniários			
Não sabe			
Nenhum			
primária (Rede e familiar e Suporte e pessoal)	Percepção de apoio	Sente apoio	
		Não sente apoio	
	Tipo de apoio recebido (funções)	Ajuda material (e de serviços)	
		Apoio emocional	
	Elementos que apoiam	Familiares	
		Amigos	
		Conta sobretudo consigo próprio	
	Relação com a família de origem	Mãe	Distante-Conflituosa
			Próxima-Conflituosa
			Distante-Apoio
			Próxima-Apoio
			Próxima-Apoio
			Falecido
		Pai	Distante-Conflituosa
			Não menciona o pai (ignora)
			Conflituosa
		Padrasto	Apoio
			Abuso
Irmãos		Próxima	
	Distante		
Relação com a família nuclear	Filhos	Proximidade	
		Conflituosa	
	Netos	Proximidade	
		Conflituosa	
Companheiro/a	Próxima-Conflituosa		
	Próxima-Apoio		
História percurso familiar/pessoal	Rupturas	Retirada dos filhos	
		Desemprego	
		Falta de suporte	
		Relacionamentos	

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias	
Suporte familiar (cont.)	História percurso familiar/pessoal	Marcos- Infância e puberdade	Abandono	
			Maus-tratos	
		Violência	Abuso sexual (padrasto)	
			Gravidez na adolescência	
Dificuldades/problemas	Saúde	Física	Vários	
		Mental	Depressão Esquizofrenia	
	Económicos	Desemprego		
		Gestão de recursos		
		Poucos clientes		
	Famíliares	Companheiro	Violência doméstica Desentendimentos	
		Filhos	Problemas de comportamento Desenvolvimento	
	Sem problemas			
	Pedidos de apoio	Inserção profissional		
		Social	Géneros	
Burocráticos				
Dinheiro				
Saúde - Testagem VIH				
Preocupações	Com as próprias	Futuro	Sobrevivência económica	
		Saúde	Risco de contrair IST	
		Segurança	Assaltos Violações Assassinatos	
			Discriminação/Rejeição	Descoberta da família que é TS
	Com outros	Filhas/filhos		Optarem pelo TS Necessidades económicas Questões de saúde Educação Segurança Medo de perda
			Irmãos	Consumos
			Companheiro	Saúde Desemprego
			Técnicos OR	Equipas só de mulheres (perigo) Perguntam por outros técnicos Atenciosas em sit de cuidado
				Mundo

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias		
TS ao Social Reacção	Elementos que têm conhecimento	Profissionais	Saúde Sociais		
		Família			
		Amigos			
		Ninguém			
	Reacção perante a TS	Técnicos		Respeitam Não respeitam Depende do técnico	
			Família	Apoiam com reservas	
			Sociedade civil (pessoas na rua)	Aceitação Estigma/discriminação Violência	
		Amigos	Respeitam		
		pessoal Imagem	Auto conceito	Pessoa forte/resiliente	
				Estigma	
Inteligente					
Profissional					
Independente					
Apaziguadora					
Territorial					
Dinâmica/Activa					
Papel educativo	Dos clientes				
	Entre si				
	Dos filhos				
	Dos estudantes				
atividade a sobre pessoal Perspetiva	Perceção sobre prostituição	Como um trabalho			
		Como último recurso (nojo)			
	Opinião sobre moldura legal	Legalização		Acesso a direitos e deveres Controlo médico-sanitário Obstáculos à legalização Regras estabelecidas pelas TS	
			Abolicionismo	Legalização aumenta prostituição Não há ganhos	
			Não sabe		
		Valorização da atividade	Aspectos positivos		Dinheiro Convívio com clientes Nenhuns
	Clientes				
	Aspectos negativos			Burnout Nojo - resposta	

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias
Perspetiva pessoal sobre a atividade (cont.)	Valorização da atividade	Aspetos negativos	Exploração por parte de 3º
			Discriminação da sociedade civil
			Condições
			Rendimento incerto
			Perigos
			Dificuldade de sair
Motivos de ingresso	Razões de entrada e manutenção	Económica	
		Falta de suporte	
		Sonho de uma vida melhor	
		Solidão	
		Historial de desafios e rupturas	
	Opção	Livre vontade	
		Coação	
	Entrada	Por indicação de alguém	Amigos
		Sozinha	Observação
	Primeiro dia de trabalho	Sentimentos	Nojo
			Vergonha
			Fácil
Difícil			
TS ao face	Dedicação à atividade	Exclusividade	
		Intermitente e temporária	
	Contextos em que já trabalhou	Indoor	Bares
			Apartamentos
	Opção pelo outdoor	Vantagens	Mais rendimento económico
			Maior controlo
		Desvantagens	Insegurança
			Discriminação
	Profissionalismo	Distinção entre eu pessoal do prof.	Usam roupa especial para o TS
			Racionalizações
		Princípios de conduta	Honestidade
			Independência dos serviços de ajuda
			Pudor e decoro
			Respeito pela família dos clientes
			Oposição a situações de exploração
Oposição a situações de violência			
Respeito			
Oposição a jovens a trabalhar			
Conhecimentos sobre saúde	Bem informadas		
	Pouco informadas		

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias	
Posição TS face ao TS	Profissionalismo	Assume a profissão	Sim	
			Não	
			às vezes	
do	Relação com outras TS	Convívio e ajuda mútua		
		Conhecessem-se todas		
		Preocupação		
		Conflito		
		Lider/liderados		
	Relação com os clientes	Amizade		
		Profissionais		
		Más		
		Enganosas		
		Íntimas		
	Relação com as gerentes de pensões	Exploração		
		Negociada		
	Relação com os chulos	Protetores		
		Exploradores		
	Controlo sobre a actividade - profissionalismo	Horário de trabalho flexível		Folgas semanais
				Folgas sazonais
		Estabelecimento de regras		Preços
				Duração do serviço
				Local de prestação do serviço
				Tipo de serviço prestado
		Estabelecimento de limites com clientes		Recusa de serviço
				Não beija
				Cobra se demorarem mais tempo
Conciliação esfera pessoal e profissional	Separa a vida privada e profissional			
	Oculto			
Uso do Preservativo	Como instrumento de trabalho		Recusa quando clientes não usam	
			Diferentes para oral e genital	
			Feminino	
	Potencialidades dos preservativos		Maior higiene	
			Proteção da saúde	
	Limitações dos preservativos		Rompem	
		Sabem mal		
		Fazem alergia		
Projectos/sonhos	Melhorar a sua vida	Ter carta de condução		
		Ter um contrato de trabalho		
		Ter outra profissão de eleição		
		Deixar o TS		

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias
Projectos/sonhos (cont.)	Melhorar a sua vida	Migrar ou Emigrar	Para continuar no TS
			Para tentar outros empregos
			Regressar ao país
Perspetivas sobre a investigação em curso	Expectativas da investigação	Positivas	Instituição receber mais apoios
			Ajudar outras pessoas
			Não sabe em que sentido
			Melhorar a sua situação
		Não sabe	
	Motivo de participação	Sentido de compromisso com o investigador	Forma de retribuição
			Porque pediu
	Sentido de mudança		
	Momento para conversar		

Anexo 8 – Entrevistas a TS – Classificações

Pessoas	Idade	
	Género	Feminino
		Masculino
		Transgénero (fem.)
	Habilitações literárias	12º ano
		9º ano
		6º ano
		4º ano
		1º ciclo incompleto
		Analfabeta
	Estado civil	Solteiro
		Casado
		União de facto
		Viúvo
		Separado
		Divorciado
	Nacionalidade (país de origem)	Portugal
		Brasil
		Roménia
		Espanha
	Local de trabalho	Cidade
		Estrada
	Anos de experiência	
	Trabalho/ exp. Anterior	Sim
		Não
		N/A
	Chulo	Sim
		Não
		N/A
	Consumos	Drogas
Álcool		
Drogas e álcool		
N/A		

Anexo 9 - Guião de Entrevista (Equipa de outreach)

Data __/__/____ Cód. _____

1. Técnico entrevistado
 - 1.1. Idade
 - 1.2. Género
 - 1.3. Formação de base
 - 1.4. Profissão
 - 1.5. Função que desempenha na instituição
 - 1.6. Tipo de vínculo e exclusividade
 - 1.7. Com que projetos colabora
 - 1.8. Anos de experiência de trabalho na área
 - 1.9. Já trabalhou noutra área? Qual?

2. Gostaria que me falasse um pouco sobre o que o levou a optar por trabalhar com esta população
 - 2.1. Quais eram as suas expectativas iniciais?
 - 2.2. Em que medida é que trabalho atual corresponde a essas expectativas?
 - 2.3. Como se vê neste trabalho atualmente? E no futuro?

3. Relativamente ao trabalho e à população em si, quais as necessidades, dificuldades e potencialidades que verifica no terreno e de que forma considera que responde às mesmas?

4. No que concerne à formação académica e profissional, em que medida considera que a sua é suficiente para trabalhar nesta área?

5. No seu entender, como descreveria o perfil ideal de um técnico de outreach?
 - 5.1. Quais os atributos que deve ter, em termos de competências sociais, conhecimentos teórico-práticos, atitudes e crenças/valores?

6. Em que medida considera importante esta investigação e quais às suas expectativas em relação à mesma?

Anexo 10 – Entrevista equipa de outreach – Nós em árvore

Temas	Dimensões	Categorias	Subcategorias			
Outreach com TS - Escolha, Motivação e Expectativas Iniciais	Opção casual	Convite				
		Pelas caract. Do outreach				
		Diagnóstico de necessidades				
	Motivação Inicial	Características do trabalho em si				
		Desafio				
		Indefinida				
	Expectativas (apreensão inicial)	Preconceitos				
Insegurança do técnico		Competências teórico-prática Características pessoais				
Motivação atual	Fatores que potenciam a motivação (do ponto de vista pessoal)	Acreditam no trabalho				
		Gostam do que fazem				
		Aumento de competências e experiência prof.				
	Fatores que desmotivam	Desvalorização do trabalho		Pela sociedade civil Pelas TS Pelo Poder Político		
			Limitações da instituição	Financeiras Pouca estruturação do trabalho		
		Burnout		Rotina Descrença nas pessoas		
				Falta de rede de suporte Dificuldades económicas Desemprego Problemas jurídicos Auto-medicação Baixas qualificações Baixa autoestima Dificuldades de planeamento Geral		
Perceção sobre as TS	Id. Necessidades/Problemáticas das TS	Psicossociais	Por desconhecimento Por desvalorização da saúde Estigma (felt stigma) Estigma (enacted stigma)			
			Dificuldade de acessibilidade serviços formais	Pessoas de difícil acesso Pessoas com vida fácil e extravagantes		
				Visão acerca das TS	Visão atual informada (reformulação)	Comportamentos de risco De difícil acesso Profissionais do sexo Mães preocupadas Mentirosas Recetividade e aceitação das TS Comprometidas com processo de mudança TS como último recurso Desmotivadas e desinteressadas Iguais
						Discriminação
			Características do setting			Contexto difícil Dinâmica do TS Relação entre TS
						Atributos do outreach
	Importância do outreach	Valorização do Outreach Desvalorização do serviço				

Temas	Dimensões	Categorias	SubCategorias
Dificuldades na intervenção	Técnico	Falta de competências	
	Contexto de trabalho (rua)	Sem controlo	
		Insegurança	
	Instituição	Falta de recursos	
		Falta de outras estratégias de proximidade	
		Falta de outras respostas (testagem)	
	TS	Especificidades do TS	Dificuldade de compromisso com atividades
Pouca motivação das TS			
Não procuram serviços			
Mobilidade			
	Vulnerabilidades das TS	Pouca disponibilidade das TS	
		Falta de acesso/transportes	
		Estigma	
Avaliação	Avaliação global da intervenção	Aspetos positivos	Qualidade da equipa
			Eficácia
			Proximidade
	Melhorar a qualidade do trabalho	Instituição	Reforço de equipas
			Divulgação do trabalho ao exterior
			Ações de combate ao estigma
			Estruturação
		Técnicos	Estratégias de intervenção
			Reforçar motivação
			Reforço formativo
	Comprometimento das utentes		
	Outras instituições	Trabalho em parceria e rede	
		Mais projetos similares	
Adequação das respostas às necessidades	Existe adequação em determinadas áreas		
		Não existe adequação	
Formação Académica e Profissional	Formação Académica insuficiente	Não aborda a prostituição	
		Não prepara para a prática	
		Foca contextos formais	
		Prepara para alguns aspetos	
	Necessidades formativas	Teórica	Aconselhamento
			Prostituição
		Prática	Saúde mental
			Role-play
			Experiência orientada
			Avaliação de situações de perigo
Valorização da ENF	Ensino-Aprendizagem	Momentos formativos em equipa	
		Experiência profissional	
		Orientação de estágios	
Perfil idealiza do do Outreac	Competências sociais e pessoais		
	Competências teórico-práticas		
Handicaps do Outreacher	Pessoais	Ausência de perfil	
		Medo	
		Insegurança técnica	
	Teórico-práticos	Falta de experiência na área	
		Falta de background teórico	
		Superioridade técnica	
Expectativas da Investigação	Aumentar conhecimento	Sobre o trabalho em si	
		Sobre as necessidades das TS	
	Melhorar a intervenção		
	Informar/Sensibilizar		
Produção de conhecimento científico			

Anexo 11 – Entrevista equipa de outreach – Classificações

Pessoas	Idade	
	Género	Feminino
		Masculino
		Transgénero (fem.)
	Ocupação	Psicólogo
		Educador Social
		Enfermeiro
		Engenheiro/Monitor
		Assistente Social
	Posição face à experiência	Principiante
		Intermédio
Avançado		